

Hildete Pereira de Melo
Lorena Lima de Moraes
(Organizadoras)

A arte de tecer o tempo

perspectivas feministas



Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)

M528a Melo, Hildete Pereira de (org.); Moraes, Lorena Lima de (org.).

A arte de tecer o tempo: Perspectivas feministas / Organizadoras: Hildete Pereira de Melo e Lorena Lima de Moraes; Prefácio de Lourdes Maria Bandeira.- 1. ed.-
Campinas, SP : Pontes Editores, 2021.

383 p.; il.; tabs.; gráfs.; quadros; fotografias.

E-Book: 7.4 Mb; PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5637-192-4.

1. Gênero e Sexualidade. 2. Mulheres. 3. Pesquisa.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Feminismo / Emancipação da mulher. 305.42

Desvelar, reconhecer e conhecer o trabalho realizado pelas mulheres no espaço doméstico tem sido um desafio e estímulo que move as pesquisas e ações em torno do feminismo e dos estudos de gênero e uso do tempo. Desta forma, mobilizar as categorias e conceitos que nos ajudam a reconhecer as relações de poder, e que, sobretudo, nos oferecem instrumentos de denúncia, de proposição de políticas públicas e projetos sociais e econômicos que contribuam para a transformação desta realidade e autonomia das mulheres, tem sido um dos objetivos deste campo de pesquisas. Divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico e de cuidados, trabalho pago e não pago, uso do tempo são conceitos e categorias que mobilizam as mulheres pesquisadoras e militantes, pois além de serem lentes de análises para os problemas de pesquisa, ganham sentido para a ação política dos movimentos e organizações feministas e de mulheres. Os textos aqui apresentados trazem uma riqueza metodológica para o desenvolvimento de pesquisas e obtenção de dados. São estudos elaborados por grupos de pesquisadoras/es de diversas áreas de conhecimento como Economia, Sociologia, Estatística e Psicologia que demonstram a necessidade do olhar complexo e interdisciplinar para a abordagem deste tema como prática fundamental do diálogo de saberes. Por fim, o livro faz uma importante homenagem à Professora Neuma Aguiar pelo reconhecimento da contribuição de suas pesquisas como parte da trajetória dos estudos do uso do tempo, como mulher pesquisadora engajada e feminista que contribui para um projeto de transformação da realidade da vida das mulheres no Brasil e no mundo.

Prof^a. Dr^a. Laetícia Jalil
Universidade Federal Rural de Pernambuco



Grupo de Pesquisa em Relações
de Gênero Sexualidade e Saúde
UFRPE - UAST

Copyright © 2021 – Das organizadoras representantes dos colaboradores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Cibele Ferreira

Revisão final: Shana Sampaio Sieber e Lorena Lima de Moraes

Editoração e capa: Vinnie Graciano

Obra da capa: Mãe e filha, Matizes Dumont

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ - Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL - Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Sumário

Prefácio_____9

Apresentação – A ARTE DE TECER O TEMPO:
perspectivas feministas_____13

PARTE I

Homenagem à Neuma Aguiar

“Ela e Elas” - construindo a história dos estudos de uso do
tempo no Brasil: entrevista com Neuma Aguiar_____25

Lorena Lima de Moraes

Hildete Pereira de Melo

Precursos dos Estudos de Usos do Tempo no Brasil_____49

Neuma Figueiredo de Aguiar (UFMG)

PARTE II

Artigos

A importância das informações de uso do tempo para os
estudos de gênero no Brasil: algumas considerações
sobre as pesquisas domiciliares oficiais_____75

Cristiane Soares (IBGE)

Uso do tempo e valoração do trabalho não
remunerado no Brasil_____109

Hildete Pereira de Melo (UFF)

Lucilene Morandi (UFF)

Ruth Helena Dweck (UFF)

Trabalho doméstico não remunerado e as transferências
intergeracionais de tempo no Brasil_____141

Jordana Cristina de Jesus (UFRN)

Simone Wajnman (UFMG)

Cassio M. Turra (UFMG)

Metodologias, Trabalho e Uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais_____171

Lorena Lima de Moraes (UFRPE – UAST)

Nicole L. M. T. de Pontes (UFRPE – UAST)

Shana Sampaio Sieber (UFRPE-UAST-DADÁ)

Juliana Funari (UFRPE-UAST-DADÁ)

Nathália Marques da Silva Nascimento (UFRPE – UAST)

Patrícia de Lira Marques (UFRPE-UAST-DADÁ)

Rotinas de Mulheres Ribeirinhas da Região Amazônica: Atividades e Papéis na Família, no Trabalho e na Comunidade__207

Neuzeli Maria de Almeida Pinto (UEMA)

Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA)

Simone Souza da Costa Silva (UFPA)

Classificação do uso do tempo em atividades e trabalhos diários das mulheres rurais (CATMUR)_____235

Lorena Lima de Moraes (UFRPE- UAST)

Shana Sampaio Sieber (UFRPE – UAST - DADÁ)

Juliana Funari (UFRPE – UAST - DADÁ)

Nicole Pontes (UFRPE - UAST)

Apresentação das autoras e autores_____373

Esse tempo que rege a importância
De um estado repleto do fazer
Gerar fruto, plantar, dar de comer
Tudo dentro da sua concordância
Um espaço na vida em abundância
Vê a lógica no fardo e no trabalho
Se encanta contando mais um galho
Dessa árvore dona desse chão
Enraíza o poder da criação
Semeando e somando cada orvalho.

Jessica Caitano
Poetisa e cantora do Alto Sertão do Pajeú

Prefácio

La Real Academia Española define el tiempo, em uma de sus acepciones, como 'la época durante la cual vive una persona o sucede alguna cosa'. Sin embargo, esta referencia a um sujeto neutro em verdade encubre que esta dimensión intangible – que relojes y clendarios organizan em minutos, meses, años -, omnipresentes, irreversible y finita, sobre la que se estructuran y diseñan las experièncias cotidianas, es vivida de manera desigual según se haya nacido mujer o varón. (ADRIANA VAGHI, 2009, p. 328)¹

O livro que ora apresento se enquadra/encaixa perfeitamente na epígrafe trazida por Adriana Vaghi (2009), na medida em que, o conjunto de artigos centra-se em um objetivo comum – isto é, de provocar/instigar uma reflexão crítica sobre como *tecer* o(s) uso(s) do(s) tempo(s) feminino(s), uma vez que o tempo não é 'neutro', e é bem diferenciado/específico pelo seu uso por mulheres e homens. A questão do(s) uso(s) do tempo adquire importância cabal na sociedade atual a partir dos debates com foco na divisão sexual do trabalho e das consequências que acarreta.

Uma breve retrospectiva histórica informa que nas sociedades primitivas, de modo geral, o uso do tempo era organizado/estruturado ao redor da produção da vida, através do trabalho realizado a partir do ciclo das estações e dos movimentos da natureza. Para as mulheres, valia o seu ciclo ou relógio biológico – o período menstrual, por exemplo, regulava suas atividades tanto de inclusão como de excluí-las de certas tarefas como da plantação, da colheita, da pesca, entre outras.

Com a chegada da ‘era industrial’ o(s) uso(s) do tempo foi(ram) reorganizado(s) voltando-se para outro postulado - da divisão entre os espaços produtivos destinados aos homens e das atividades reprodutivas às mulheres, configurando o reordenamento da divisão sexual do trabalho (d.s.t.), que por sua vez, divide os tempos: às mulheres a reclusão na esfera do privado da casa; aos homens a esfera pública da produção. Este paradigma datado desde a ‘revolução industrial’, meados do século XIX, instalou-se e parece querer permanecer para sempre.

As primeiras rupturas com tal paradigma emergiram com os trabalhos pioneiros trazidos pela teoria social, com perspectiva feminista, sobre os estudos do(s) uso(s) do tempo. Ao nível internacional, as pesquisas foram inicialmente desenvolvidas na Dinamarca (1961), com os estudos de Alexander Szalai²; na Espanha, com Page (1966)³ e Durán (1986, 1988)⁴ entre outros; buscaram evidenciar que a dimensão temporal não é neutra em relação às condições de gênero e de classe social, isto é, que as diferenças e as dissimetrias entre o trabalho realizado por mulheres e por homens – e de como concebem e consomem o tempo tem sido determinantes tanto na construção como na reprodução das desigualdades de gênero e de classe social. Ao mesmo tempo, demonstraram como o uso do tempo é uma variável contaminada pela ‘natureza’ da estrutura familiar, pela presença de filhos/as menores, pelas condições de classe das mulheres, além das demandas que lhes são cobradas nas lidas do cuidado, assim como pela participação destas no mercado de trabalho. Pontos estes que são densamente analisados, através de experiências e de dados trazidos pelos trabalhos que compõem este livro.

No Brasil, deve-se o pioneirismo da pesquisa sobre o uso do tempo à professora Neuma Aguiar, da UFMG, pois, trata-se de reconhecida acadêmica feminista que se debruçou sobre este fenômeno, uma vez

2 Referência citada na op. cit. (2009, p. 328).

3 Referência citada na op. cit. (2009, p. 328/9). A. Page: **El mito de la vida privada. De la entrega al tiempo propio**. Madrid, Siglo Veintiuno, 1966.

4 Referência citada na op. cit. (2009, p. 328/9). DURÁN, María Ángeles. *La Jornada Interminable*. Barcelona, Icaria, 1986. **De puertas adentro**. Madrid, Instituto de la Mujer, 1988.

que, percebeu sua importância, pois o(s) uso(s) do tempo deixam de ser uma questão feminina-privada para transformar-se em uma problemática social e política, que certamente demanda políticas públicas de igualdade de gênero, com vistas a buscar bem mais do que um 'modelo' de horários de trabalho, mas um 'estilo de vida' equitativo para homens e mulheres.

Seguem-se outros quatro artigos, de pesquisadoras que se dedicam ao mesmo fenômeno, no sentido de nos oferecer tanto dados empíricos/estatísticos, como informações históricas que poderão servir à construção de futuros indicadores nas articulações entre trabalho e família. Cabe destacar a importância da análise dada ao(s) uso(s) do tempo no qual são desenvolvidas atividades não remuneradas, uma vez que seu quantitativo se encontra nos chamados 'afazeres domésticos'.

O enfoque da d.s.t. introduziu no centro da análise a comparação entre o uso do tempo das mulheres (reprodutivo) e dos homens (produtivo), e neste sentido, as relações recíprocas, hoje, remetem a novos questionamentos para além do trabalho produtivo e reprodutivo, pois, demanda refletir sobre os novos arranjos familiares, organizações das mulheres, o uso das novas tecnologias, assim como as relações de gênero decorrentes.

Ademais, também foi analisado todo o volume de trabalho 'gratuito' e corrido, isto é, produzido socialmente pelas mulheres que asseguram tanto a produção doméstica como a reprodução social, cujo valor é completamente desconsiderado nas contas nacionais de transferência de tempo. Isso implica que o valor ao trabalho feminino é somente atribuído aquele que é exercido – formalmente –, seja na esfera produtiva ou na área de serviços. Mas vale destacar, que o tempo tem uma dimensão simbólica, que foge do 'mandato patriarcal', pois, não é apenas quantificável, mas está presente em uma série de projetos, papéis e de afazeres pessoais que as mulheres desenvolvem, o que as tornam mais diferenciadas, mais plurais, em relação ao uso do tempo dos homens vinculado ao trabalho mais homogêneo e à produção. Por sua

vez, a simbolização do uso do tempo feminino é bem mais complexa, pois ultrapassa o valor de 'uso' e expande-se ao(s) valor(es) de troca(s) simbolizados na multiplicidade de atividades comunitárias, artesanais, artísticas, religiosas, festivas e um tanto de outras que não são reguladas pelo relógio produtivo hegemônico e masculino.

Sem dúvida que os textos apresentados representam um esforço das pesquisadoras, de diferentes instituições, com reconhecida experiência na temática, a nos oferecer uma instigante reflexão para 'conhecer' o trabalho (não) remunerado das mulheres: o que fazem? como fazem? durante quanto tempo? como se distribui o tempo no decorrer de uma jornada de trabalho? como as mulheres do 'Brasil profundo' – no caso das comunidades ribeirinhas da região Amazônica e das áreas rurais distribuem o tempo do trabalho (não) remunerado e reprodutivo e das atividades de cuidados? Como as atividades de ócio, lúdicas ou de lazer são desenvolvidas nas comunidades? Enfim, estas perguntas e tantas outras a leitura dos textos nos dá o ensejo de refletir sobre complexas e tamanhas desigualdades persistentes entre homens e mulheres no(s) uso(s) do tempo, não apenas, na sua materialidade, mas também nas suas simbolizações.

Por fim, registro minha gratidão às organizadoras e autoras deste livro pelo convite de fazer sua apresentação!

Brasília, 01 de maio de 2020.

Dia Internacional do Trabalho

Lourdes Maria Bandeira

Profa. Titular do Departamento de Sociologia

Universidade de Brasília/UnB.

Apresentação

A ARTE DE TECER O TEMPO

perspectivas feministas

O DADÁ: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde foi criado em 2017, no Sertão do Pajeú/PE, decorrente da efervescência intelectual de docentes e estudantes da Unidade Acadêmica de Serra Talhada/Universidade Federal Rural de Pernambuco. Em janeiro de 2018, este grupo convidou a professora Hildete Pereira de Melo/UFF para ministrar um curso de extensão (20 horas) sobre “Trabalho e Gênero” naquela instituição. No desenrolar do curso e nas conversas acadêmicas que aconteceram depois das aulas, discutiu-se o desenvolvimento de uma linha de pesquisa conjunta entre as duas instituições sobre “divisão sexual do trabalho pago e não pago”, em uma continuidade dos estudos que esta docente desenvolvia na Faculdade de Economia/UFF, desde 2005. Em paralelo a estes acontecimentos, criou-se o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Economia/Faculdade de Economia que centralizou a antiga experiência sobre a divisão sexual do trabalho e o uso do tempo e novos rumos foram traçados na continuidade dessa tradicional linha de pesquisa. Na sequência, era necessário avançar nas propostas para medição do trabalho não pago (reprodutivo), prestado por “amor” pelas mulheres para reproduzir a vida, e em algumas metodologias e resultados que já tinham sido apresentados anteriormente e outros que foram desenvolvidos já nesta década do século XXI. Assim, membros/pesquisadoras do núcleo da Economia/UFF escreveram artigos e capítulos de livros que foram

discutidos amplamente na sociedade. Desta forma, esta experiência se constituiu como sendo o fio condutor para as discussões entre os dois grupos nestes últimos anos, possibilitando a construção e desenvolvimento de pesquisas que tiveram como tema o “uso do tempo” no contexto das relações de gênero.

Ao longo de 2018 e primeiro semestre de 2019 o grupo da UFF prosseguiu na linha de estudo sobre trabalho pago e não pago e o da UAST/UFRPE iniciou uma pesquisa sobre uso do tempo com mulheres rurais do Sertão do Pajeú/PE. Em maio de 2019, o grupo DADÁ organizou um seminário nacional para apresentar seus primeiros resultados e dentre várias/os docentes renomadas/os contou com a participação da professora da Economia/UFF que proporcionou uma importante troca de saberes entre as docentes e estudantes de pós-graduação e graduação dos estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia e Ceará. O sucesso do seminário incentivou o prosseguimento do intercâmbio de experiências e as discussões continuaram nos meses seguintes entre os dois grupos. E desta articulação de ideias e conhecimentos, artigos foram publicados e organizou-se dois “Simpósios Temáticos” nesta linha de pesquisa, coordenados por docentes dos dois coletivos, no tradicional Seminário Internacional “Fazendo Gênero 12” – Lugares de Fala: direitos, diversidade e afetos”, promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina a ser realizado em julho de 2020.¹ Esta coletânea também é fruto desta cooperação.

Assim, no desenrolar das pesquisas e nas trocas de correspondências entre os dois grupos acadêmicos, o trabalho e as contribuições de Neuma Aguiar (UFMG) foram revisitados, como uma das primeiras reflexões desenvolvidas sobre “*uso do tempo*” no Brasil. Não temos dúvida que esta linha de pesquisa marcou sua trajetória intelectual de forma singular. Pioneiramente, sua inquietação com o tema traduziu-se em artigos, palestras, seminários acadêmicos, pesquisas que conferia a esta

1 Infelizmente a pandemia de Covid-19 postergou sua realização para o ano de 2021.

professora o caráter pioneiro desta temática no Brasil.² Com formação universitária no Rio de Janeiro e nos EUA, com importante passagem por universidades americanas e por muitas décadas no IUPERJ, atual IESP/UERJ e, posteriormente, com sua ida para a UFMG, onde formou muitas pesquisadoras/es no país, Neuma Aguiar é honrada com o título de Professora Emérita desta importante instituição de ensino superior nacional. A professora, que teve uma intensa vida acadêmica, foi a segunda brasileira a obter um doutorado em Sociologia, nos EUA, com uma tese defendida na *Washington University* com o título "*The mobilization and Bureaucration of the working class in Brazil (1930-1964)*", com a orientação do professor Irving Louis Horowitz, no ano de 1969. A primeira foi a paulista Heleieth Lara Bongiovani Saffioty, em 1967, concorrendo para a Cadeira de Sociologia com a tese de Livre-Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, trabalho orientado pelo professor Florestan Fernandes, e coroou sua carreira com prêmios, distinções acadêmicas e reconhecimento em associações científicas nacionais e internacionais.

Como fruto destes debates, Hildete Pereira de Melo convidou a Professora Lorena Moraes, em meados de setembro de 2019, para uma apresentação do trabalho que o grupo DADÁ vem desenvolvendo sobre o tema de uso do tempo, para as demais integrantes do núcleo da instituição fluminense e, em paralelo, agendaram uma conversa com a professora Neuma Aguiar. A visita aconteceu em sua residência, em Copacabana, e uma instigante troca de experiências efetivou-se entre as três pesquisadoras. Tomando chá com biscoitos, discutiu-se as pesquisas que vínhamos fazendo na Economia/UFF e na UAST/UFRPE e a professora Neuma falou sobre suas experiências com as pesquisas de uso do tempo realizadas pelo Brasil afora.

A troca de vivências entre nós, duas feministas dos anos 1970 e uma da nova geração do século XXI, foi rica e transbordante de alegria e a proposta de organizar uma coletânea sobre o tema "uso do tempo" foi

2 É válido lembrar o papel das pesquisas de Amaury de Souza também nos anos 1970 sobre esta temática.

aprovada, entusiasticamente, pela professora Neuma. Depois de realizar a entrevista decidimos que além de organizar a coletânea, devíamos transformá-la em uma homenagem à Neuma Aguiar, pela sua importância no desenvolvimento do pensamento científico no campo disciplinar dos feminismos e, sobretudo, pelo seu destaque nas pesquisas de “uso do tempo” no Brasil e América Latina. Para isso combinou-se uma entrevista sobre a trajetória acadêmica da homenageada e uma volta da professora Lorena ao Rio de Janeiro em novembro daquele ano. E assim aconteceu. Em 30/11/2019 foi realizada uma longa entrevista com Neuma Aguiar, na qual contou sua trajetória acadêmica e pessoal e de como sua ousadia arrombou muitas portas sexistas do espaço acadêmico daqueles tempos.

A organização desta coletânea foi concebida como uma homenagem à professora Neuma Aguiar pelo reconhecimento de sua trajetória acadêmica na difusão de estudos sobre as mulheres, e desenvolvimento das pesquisas de uso do tempo, que influenciaram o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Economia/UFF, o grupo DADÁ/UAST/UFRPE e as demais pesquisadoras que compõem esta publicação.

Assim, esta coletânea está organizada da seguinte forma: na primeira parte faz uma homenagem à Neuma Figueiredo Aguiar, a pioneira dos “estudos de uso do tempo no Brasil”, com a publicação da entrevista intitulada – ***“Ela e Elas” - construindo a história dos estudos de uso do tempo no Brasil: entrevista com Neuma Aguiar***, na qual ela narra sua trajetória acadêmica e discute com as entrevistadoras a construção deste novo campo disciplinar sobre os estudos de uso tempo de ontem e de hoje, intercalando a sua e as nossas próprias histórias sobre estas pesquisas em nossas vidas. Esta parte é complementada com o ensaio inédito escrito pela professora Neuma para esta coletânea, ***“Precursores dos Estudos de Uso do Tempo no Brasil”***. O ensaio traça o histórico nas quatro últimas décadas destes estudos no Brasil, com o objetivo de discutir o significado das correntes sociológicas internacionais que influenciaram o desenvolvimento do campo disciplinar no Brasil; as contribuições e reformulações que os estudos nacionais

propiciaram nesses métodos de investigação e as perspectivas inovadoras que eles desenvolveram em relação aos estudos internacionais; seus avanços em relação aos demais aportes cobertos pela bibliografia especializada sobre a divisão sexual do trabalho, que tem nas pesquisas de uso do tempo uma ferramenta analítica valiosa, para mensurar a repartição desigual de tempo entre o trabalho destinado ao mercado e o que é responsável pela reprodução da vida.

A segunda parte, desta coletânea, apresenta cinco artigos, resultados das pesquisas realizadas nestes últimos anos no IBGE e em diversas universidades brasileiras sobre o tema das relações de gênero e “uso do tempo”.

O primeiro artigo é de Cristiane Soares, técnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e intitula-se **“A Importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações sobre as pesquisas domiciliares oficiais”**. Este estudo aborda a articulação entre trabalho e família e a importância dos indicadores de tempo, gasto com afazeres domésticos e cuidados para analisar a invisibilidade do trabalho das mulheres na sociedade, que se expressa na elevada carga de trabalho não remunerado executado pelas mulheres no interior das famílias. Contudo, no caso brasileiro, as estatísticas oficiais disponíveis que permitem mensurar a distribuição do tempo das pessoas segundo as atividades realizadas ainda são bastante limitadas. Até recentemente, as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Anual (até 2015) permitiam calcular somente a jornada semanal da população ocupada no mercado de trabalho e a jornada semanal total com afazeres domésticos, sem a indicação da atividade realizada e o tempo despendido em cada atividade. Com a divulgação da PNAD Contínua novas informações passaram a ser divulgadas, mas ainda com muitas limitações acerca do uso do tempo pelos indivíduos. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo refletir sobre as mudanças metodológicas na captação dos afazeres domésticos e cuidados nas pesquisas domiciliares, bem como analisar os novos resultados acerca do trabalho não remunerado e as implicações para as

desigualdades de gênero no uso do tempo das pessoas. Estas inovações metodológicas permitiram que o país avançasse no debate nacional e internacional sobre as relações de gênero e o trabalho não remunerado, porque ao disponibilizar o indicador de proporção do tempo gasto em trabalho doméstico e de cuidados por sexo, a partir dos resultados da PNAD Contínua, o país divulga uma medida que ilustra a meta 5.4 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, onde um dos eixos é a promoção da igualdade de gênero.

O segundo artigo, **Uso do tempo e valoração do trabalho não remunerado para o Brasil** tem autoria de Hildete Pereira de Melo, Lucilene Morandi e Ruth Helena Dweck. Este artigo tem como objetivo propor uma mensuração para as atividades de 'afazeres domésticos' realizadas pelas pessoas no interior das suas casas e que possibilitam reproduzir a vida e o bem-estar na sociedade. A importância desta mensuração é que ela permite desnudar a desigualdade de sexo/gênero velada nos dados macroeconômicos e na articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo da sociedade. Os serviços gerados na execução dos afazeres domésticos, por não estarem associados ao mercado são ignorados pela teoria econômica que não os valora e tampouco os contabiliza no Produto Interno Bruto (PIB) dos países. As economistas feministas desde o século XX denunciam esta invisibilidade e na atualidade estas pesquisas avançam e este estudo discute uma proposta de criação de uma Conta-Satélite ao Sistema de Contas Nacionais (SCN), conforme recomendam as Metas do Milênio da ONU, para mensurar e valorar o tempo gasto na execução dos afazeres e cuidados e assim explicitar o valor do trabalho não pago para a geração de riqueza. Ainda que de forma embrionária este artigo discute uma proposta para a formulação de estatísticas sobre o trabalho não remunerado no Brasil, através de uma Conta-Satélite, esta possibilita a disponibilização de dados estatísticos sobre o uso do tempo dos homens e das mulheres e seus reflexos no mercado de trabalho como elementos essenciais para uma melhor compreensão das desigualdades existentes entre os sexos.

O terceiro artigo, **Trabalho doméstico não remunerado e as transferências intergeracionais de tempo no Brasil**, é de autoria de Jordana Cristina de Jesus, Simone Wajnman e Cassio M. Turra. O artigo destaca a bibliografia internacional que demonstra que durante o ciclo de vida, os homens se apresentam como consumidores líquidos de trabalho doméstico e dependentes de transferências das mulheres e elas são as maiores responsáveis pelas contribuições para a produção doméstica. Elas produzem mais do que consomem e são, por isso, classificadas como transferidoras líquidas. O Brasil não possui nenhuma estimativa sobre as contas nacionais de transferência de tempo. Assim, o objetivo deste estudo foi de empregar a metodologia do *National Time Transfer Accounts* (NTTA) proposta pelo projeto *National Transfer Accounts* (NTA), para estimar as transferências intergeracionais brasileira para que nos períodos de dependência econômica, estas sejam atendidas para favorecer o consumo dependendo da estrutura etária da população, por idade e sexo, a partir da PNAD anual de 2013 (JESUS, 2018). O estudo emprega como metodologia para especificidade do caso brasileiro, vários métodos para estimar o valor econômico do trabalho doméstico não remunerado no Brasil e a análise da produção econômica total de homens e mulheres, considerando tanto a produção no mercado como a doméstica, com o intuito de ter uma dimensão da distribuição feminina para a economia.

O quarto artigo, das autoras: Lorena Lima de Moraes, Nicole L.M.T. de Pontes, Shana S. Sieber, Juliana Funari, Nathalia M. da Silva Nascimento e Patrícia de L. Marques, intitulado **Metodologias, trabalho e uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais**, apresenta os percursos metodológicos de uma pesquisa sobre “uso do tempo” ainda em curso, com mulheres rurais do Sertão do Pajeú no estado de Pernambuco. A partir de uma abordagem feminista crítica foram desenvolvidas novas estratégias metodológicas (que combinam instrumentos e atividades da extensão universitária e da pesquisa acadêmica científica) e ferramentas para a obtenção de dados do uso do tempo que enfatizam a sobreposição de tarefas, a sobrecarga mental e

física, bem como a valorização do trabalho das mulheres em contextos rurais, seja em casa, no roçado ou na comunidade. O artigo também apresenta a Classificação do Uso do Tempo em Atividades e Trabalhos Diários das Mulheres Rurais (CATMUR), que leva em consideração a realidade das mulheres rurais, especialmente as nordestinas, ressaltando os laços afetivos e as relações de reciprocidade que decorrem também em trabalhos voltados às pessoas da comunidade, que não são necessariamente familiares. As autoras reconhecem a indissociação do trabalho produtivo e reprodutivo e colocam em evidência o reconhecimento do trabalho da sustentabilidade da vida enquanto base para que o trabalho destinado ao mercado possa existir, destacando também, a realidade da vida rural ainda pouco investigada a partir de metodologias específicas e elaboradas desde os processos empíricos.

O quinto artigo de Neuzeli Maria de Almeida Pinto, Fernando A. R. Pontes, Simone S. da Costa Silva, **Rotinas de Mulheres Ribeirinhas da Região Amazônica: Atividades e Papéis na Família, no Trabalho e na Comunidade** investiga as rotinas das mulheres ribeirinhas agroextrativistas com o objetivo de identificar quais atividades, papéis e relações estão na dinâmica familiar do dia a dia, possibilitando caracterizar aspectos típicos do ambiente ecológico envolvido na organização e estruturação da vida diária. Participaram da pesquisa duas mulheres coletoras de açaí de duas comunidades das Ilhas da Belém Insular: Ilha do Combu e Ilha Grande. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa o Inventário Sociodemográfico (ISD), o Questionário de Rotina Familiar (QRF) e o Diário de Campo (DC). Estes instrumentos possibilitam analisar as rotinas que articulam os papéis femininos e os sistemas parental e comunitário investigados nesta pesquisa. Observou-se que as mulheres entrevistadas, assim como as demais ribeirinhas, atuam em atividades remuneradas, mas não comercializam sua produção e estão presentes nas associações comunitárias, ainda que sem forte poder de decisão. A estas tarefas agrega-se a responsabilidade pelas atividades domésticas e de cuidado de suas famílias. O estudo conclui que estas mulheres mantêm suas relações apenas no

nível familiar e comunitário, enquanto os homens relacionam-se com o mundo exterior através da comercialização da produção do grupo familiar. Inclusive, gera-se um arranjo transgeracional no qual as/os filhas/os mais velhas/os, dependendo do sexo tornam-se responsáveis pelas tarefas marcadas como “naturais” para “mulheres” e “homens”. Destaca-se que as relações comunitárias possibilitam para as mulheres uma rede de apoio, que permite uma fuga do espaço doméstico e das estritas relações definidas por este espaço. Diante da escassez de pesquisas que abordem a dinâmica dos contextos das populações ribeirinhas, este artigo contribui para a construção do conhecimento acerca desses grupos e colabora para a elaboração de futuras políticas públicas compatíveis com o modo de organização social e simbólico das populações ribeirinhas amazônicas.

Por fim, esta coletânea apresenta ao público acadêmico e da sociedade civil a trajetória dos estudos sobre “uso do tempo” no Brasil, buscando apresentar a pluralidade de metodologias e técnicas de pesquisa e de análise para mensurar, refletir e valorizar os usos dos tempos das pessoas, partindo de perspectivas feministas para tecer o tempo em busca de uma sociedade mais igualitária.

Boa leitura!

As organizadoras



PARTE I

Homenagem à Neuma Aguiar



“Ela e Elas” - construindo a história dos estudos de uso do tempo no Brasil: entrevista com Neuma Aguiar

Lorena Lima de Moraes

Hildete Pereira de Melo

Trajetória

Nasceu na cidade de Fortaleza/CE, mudando-se para o Rio de Janeiro quando tinha cinco anos de idade. Graduiu-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1960). Obteve o Mestrado em Sociologia e Antropologia pela *Boston University* (1962), e o doutorado em Sociologia pela *Washington University* (1969). Recebeu o Doutorado em Ciências pela *University of Wisconsin - Madison* (2003). Foi professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais de 1996 a 2008. Recebeu o título de professora emérita dessa mesma universidade no ano de 2009.

Tem longa experiência na área de Sociologia, com ênfase em Gênero e Sociedade, expressou-se no desenvolvimento de pesquisas, livros e artigos nos temas de gênero e patriarcado, movimentos de mulheres, estratificação e mobilidade social, sociologia internacional comparada e sociologia dos usos do tempo. Na UFMG, fundou e coordenou por 10 anos o Programa de Metodologia Quantitativa e o Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CEPEQCS); foi professora visitante do Instituto de Altos Estudos Interdisciplinares.

É membro vitalício da *International Sociological Association* (ISA) e membro vitalício da *International Association for Time Use Research* (IATUR). Em 2007, recebeu o prêmio Vinicius Caldeira Brant do Nepem e CACS (UFMG) por suas contribuições às áreas de Gênero, Estudo de Mulheres e Feminismo. No mesmo ano, recebeu o prêmio Florestan Fernandes, da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), por sua contribuição para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Recebeu o prêmio Rose Marie Muraro conferido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por suas contribuições para a análise das condições de vida das mulheres brasileiras, avançando metodologias científicas para a sua mensuração.

A trajetória da professora Neuma Aguiar é uma inspiração para as mulheres acadêmicas tanto da Sociologia como dos Feminismos. Com este passado acadêmico sólido da professora Neuma, a dupla Hildete e Lorena, também representando duas gerações de feministas acadêmicas foram conversar com ela no Rio de Janeiro em setembro de 2019. Nesta conversa ficou combinada uma entrevista que ocorreu no dia 30 de novembro de 2019 em sua antiga residência, na Rua Joaquim Nabuco, em Copacabana, Rio de Janeiro.

Entrevista

Esta foi realizada pelas professoras Lorena Moraes, coordenadora do DADÁ: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde da UFRPE-UAST e pela professora do Núcleo de Pesquisas de Economia e Gênero da Universidade Federal Fluminense, Hildete Pereira de Melo. Estávamos interessadas em conhecer melhor a trajetória acadêmica de Neuma, que além de ser pioneira em pesquisas sobre o “Uso do Tempo”, foi uma das primeiras doutoras brasileiras em Ciências Sociais. Dessa forma, a conversa (que conta com várias curiosidades) inicia traçando a trajetória acadêmica de Neuma, desde o início de sua formação até o retorno para o Brasil; sua entrada na universidade como professora e suas investigações científicas.

A entrevistada destaca as suas experiências internacionais (como, por exemplo, como professora visitante na Universidade do Wisconsin em Madison). Essas experiências foram fundamentais para a sua carreira, mas também, marcantes para a história dos estudos sobre as mulheres no Brasil. Além de contar um pouco sobre as suas pesquisas do uso do tempo; como se aproximou do tema; quem foram suas referências; Neuma também fala sobre suas contribuições com o treinamento de mulheres em colaboração com a ONU e com o desenvolvimento da pesquisa piloto do uso do tempo para o IBGE. Nesse momento, também questiona Lorena sobre a pesquisa do uso do tempo das mulheres rurais que está sendo por ela desenvolvida no sertão de Pernambuco. É o momento que a “entrevistada” se interessa pela pesquisa da “entrevistadora” e essa conversa se transforma numa rica troca de saberes entre distintas gerações.

Hoje, à sombra de um projeto de governo que desrespeita as mulheres; a produção científica sobre as questões de gênero e o fazer científico como um todo, vemos nesta entrevista uma inspiração para mantermos firmes, destemidas e unidas na produção de conhecimento sobre as condições de vida das mulheres brasileiras e, mais do que nunca, conectadas à América Latina, que muito tem nos ensinado.

Legenda: Neuma Aguiar (N); Hildete Pereira de Melo (H); Lorena Lima de Moraes (L)

H - Como começou sua carreira acadêmica?

N - Foi em 1961, quando concluí minha licenciatura na PUC do Rio de Janeiro, e resolvi prosseguir na carreira acadêmica. O IBEU (Instituto Brasil-Estados Unidos) fez naquele ano uma seleção de estudantes para uma bolsa de Mestrado nos EUA. Inscrevi-me na seleção, esta consistia numa prova de inglês, com o peso principal em gramática. Estudei feito uma louca, com aquela vontade de vencer. Fiz o exame e consegui ganhar a bolsa. No Brasil, eu tinha trabalhado numa pesquisa sobre estratificação social, com o professor Joseph Kahl, e pretendia continuar

a estudar com ele nos EUA (ele retornara à *Washington University* e eu queria continuar o trabalho e a capacitação em pesquisa com ele).

H - Sua formação foi em Sociologia e no Rio de Janeiro?

N - Minha graduação foi em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Quando eu estava no último ano do curso ao cursar a disciplina de Didática, comecei a trabalhar em pesquisas por amostragem domiciliar, como entrevistadora. Fui então, fazer um curso de formação e pesquisa em Ciências Sociais, na Fundação Getúlio Vargas, que tinha sido criado pelo professor Glaúcio Ary Dillon Soares, na sua volta dos EUA. Este curso de formação tinha a duração de 12 meses, era intensivo e tinha como objetivo a formação de pesquisadores em Ciências Sociais. Apesar de a turma inicial ter sido grande, no final só duas pessoas concluíram o curso e uma delas fui eu. Fazia este curso em paralelo com o de Didática. Apaixonei-me pela pesquisa em Ciências Sociais e foi neste contexto que resolvi candidatar-me a uma Bolsa do IBEU (Instituto Brasil-Estados Unidos) para realizar um curso de mestrado em Sociologia no exterior. Fui alocada para efetuar os estudos na Universidade de Boston e não na *Washington University* que era onde estava o professor Joseph Kahl, com quem eu trabalhara no Brasil, minha primeira preferência. Pelas normas da bolsa, eu não podia escolher o local de estudos que era definido pelos financiadores. Estes eram clubes de mulheres que coletavam recursos para bolsas de estudos em universidades norte-americanas e, em contrapartida, exigiam que a bolsista fosse para a sua localidade (no estado de Massachusetts, U.S.A.), para que pudesse acompanhar o processo. A bolsa tinha uma duração de cerca de nove meses (um ano acadêmico). Estudei muito para cumprir os 30 créditos exigidos para que o Mestrado pudesse ser obtido sem dissertação, pela universidade de Boston, permitindo que eu pleiteasse a entrada no Doutorado. Empolgada, decidi seguir esta estratégia e fui aprovada na minha candidatura ao Ph.D. Escrevi para o professor Joseph Kahl, como ele era muito conhecido na área de

“estratificação social”, com importantes livros publicados sobre o tema. Ele estava fazendo pesquisas no Brasil quando eu o conheci, e trabalhei em suas investigações. Estabeleci um contato com ele, e fui aceita em seu programa, na *Washington University*. Solicitei uma bolsa para a OEA (Organização dos Estados Americanos) que selecionava estudantes latino-americanos e ganhei uma bolsa de doutorado com a duração de três anos, tempo para terminar o curso e realizar os exames necessários para a obtenção do Ph.D. Entre uma bolsa e outra trabalhei num hotel como garçonne, durante as férias escolares, o que permitiu que eu aguardasse a notícia sobre o resultado da bolsa. Atividade exercida escondido da minha família no Brasil, ao exercer uma prática pouco comum para a classe média brasileira, naquela época. O emprego concedia alojamento e alimentação, embora com um pequeno salário, permitindo que eu pudesse me manter, até o recebimento de nova dotação. Ainda assim, juntei um pouco de dinheiro pensando em financiar os estudos, até receber a notícia que havia sido contemplada com uma bolsa plena para o doutorado. Fiz, então, uma extravagância: dei adeus ao trabalho de garçonne e viajei ao Canadá, para conhecer Quebec e Montreal. Ainda em 1962, como queria assistir ao Congresso Mundial de Sociologia que seria em Washington D.C., escrevi para o Clube de Mulheres que tinha financiado meu Mestrado, solicitando assistência para ir ao Congresso. Como elas tinham uma moradia universitária nessa mesma cidade, elas ajudaram a minha ida ao Congresso. Até hoje lhes tenho muita gratidão, pelas oportunidades que me concederam. Depois do Congresso, fui para a *Washington University*. Eu havia concluído o Mestrado em 1962, fiz os créditos do Doutorado nos dois anos seguintes e voltei ao Brasil para a pesquisa de campo. A defesa da tese foi em 1969. O tema da tese foi a “Mobilização e a burocratização da classe operária no Brasil de 1930 a 1964”.¹

1 Neuma Aguiar, junto com Heleieth Saffioti estão entre as pioneiras das Ciências Sociais no Brasil. Heleieth defendeu sua tese na USP em 1967, sob a orientação de Florestan Fernandes – *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, e Neuma Aguiar defendeu a sua em 1969 – intitulada *The Mobilization and Bureaucratization of the Working Class in Brazil (1930-1964)*, sob a orientação de Irving Louis Horowitz.

H - Você voltou dos EUA para lecionar no Brasil e já estava casada?

N - Sim, tinha me casado, em Nova York, com Roger Walker, um inglês, graduado em Engenharia em *Cambridge University* (UK) e que tinha ido fazer doutorado em Sociologia em Harvard. Eu o conheci em Washington, no Congresso Mundial de Sociologia (1962). Este Congresso foi incrível, lá também conheci Florestan Fernandes que ia ser homenageado no evento. Foi uma festa, conhecer o grande Florestan. Para minha surpresa, ele era tímido, falava mal o inglês e me pediu para ler o seu trabalho, no congresso. Mas, o Roger que já estava me seguindo para todos os lugares, no congresso, acabou lendo o trabalho para ele, com o seu belo sotaque britânico.

H - Como foi na sua vida os acontecimentos de 1964 no Brasil?

N - Foi um horror, viver nos Estados Unidos e ficar escutando num radinho as notícias tristes que vinham do Brasil, sob a ditadura militar. Depois do Congresso viajei para a *Washington University* para seguir com o doutorado, mas Roger Walker continuou a corte e acabamos nos casando em Nova York, onde ele morava. Como casei longe da família, encontrei, certa feita, uma amiga de minha mãe, que me recriminou por eu me casar distante de casa.

H - Casada, os créditos concluídos, voltou ao Brasil e ficou grávida?

N - Sim. O Rubens nasceu no Brasil em 1968. Eu fazia, assim dava de mamar e estudava. O bebê mamava apoiado em um braço e eu lia um livro, sustentando-o com o outro braço. Tinha que conseguir terminar o doutorado, por que havia o regime ditatorial no Brasil e ninguém sabia se a sociologia continuaria a existir no Brasil. Precisava redigir a tese para defendê-la na *Washington University*. Foram tempos muito conturbados para o meio universitário. Ministrava aulas na UFF e esta, às vezes, parecia um campo de guerra, cercada por militares.

H - E a defesa da sua tese, como foi?

N - Na minha defesa, em 1969, meu filho Rubens tinha um ano e três meses. Fiquei quarenta e três dias nos Estados Unidos. Neste momento, meu orientador pôde me orientar um pouco mais, porque eu precisei fazer muita coisa sem ele: eu estava aqui no Brasil fazendo a pesquisa, e a orientação recebida do Professor Irving Louis Horowitz, era realizada por correspondência. Os dias que pude ficar nos Estados Unidos foram o tempo necessário para o fechamento e aprovação final do texto pelo orientador, datilografia, encadernação e depósito do texto final.

Com a tese aprovada debaixo do braço, voltei ao Brasil. Naquele momento, estava trabalhando no Museu Nacional, na equipe do professor Roberto Cardoso de Oliveira que tinha montado o primeiro Mestrado em Ciências Sociais no Rio de Janeiro. O Mestrado, de fato, era em Antropologia Social, mas quase todos os professores eram sociólogos. O antropólogo Roberto da Mata que tinha ido estudar em Harvard (EUA), ainda não tinha voltado. David Maybury Luiz, oriundo dessa mesma universidade, tinha montado um programa de pesquisa com Roberto Cardoso de Oliveira, associado ao Museu Nacional e ao Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais. Esse centro havia feito um convênio com o museu e alguns professores ganharam espaço de trabalho no **CLAPESCO**, fui trabalhar lá junto com meu marido Roger Walker que possuía um PhD em *Social Relations* pela Universidade de Harvard, onde estudara com o notório professor Talcott Parsons.

L - Neuma a sua tese teve a temática da mobilização e da burocratização da classe operária no Brasil de 1930 a 1964, neste trabalho você utilizou dados sobre sexo, sobre a participação de homens e mulheres para estudar a questão do trabalho?

N - Não. Nessa época ainda não se olhava para a questão da mulher, os dados eram agregados, para homens e mulheres. Construí índices de

greves e índices de reclamações trabalhistas, com informações publicadas. Além de utilizar muitos dados estatísticos, também fiz uma pesquisa de campo com um sindicato - o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro (um estudo de caso), mas a maioria dos dados que utilizei, eram informações agregadas sobre participação sindical e queixas trabalhistas e não havia a apresentação das cifras, por sexo. Já o sindicato dos gráficos, de então, possuía uma pequeníssima participação de mulheres.

L - Voltando no tempo, fiquei curiosa, como foi sua relação na época do Mestrado com o Clube de Mulheres?

N - As mulheres do *Women's Clubs* me chamavam muito para falar, queriam mostrar, a todas que colaboraram com recursos, que a bolsista existia e tinha bom desempenho. Assim, fizeram questão que eu estivesse em Massachusetts, de onde provinha a maior parte das contribuições para a minha bolsa de estudos, para que eu estivesse por perto das fontes de patrocínio. Elas foram ótimas e quando eu precisava de alguma coisa, eu pedia a elas e prontamente me ajudavam. Como, por exemplo, arranjaram a minha hospedagem em uma de suas residências durante o Congresso Mundial de Sociologia (a residência ficava bem próxima ao hotel onde foi realizado o congresso).

L - Na sua formação estas mulheres contribuíram para sua percepção feminista?

N - Elas formavam clubes de mulheres. Não posso dizer que eram feministas, mas elas participavam ativamente na sociedade. Não tinham uma militância para mudar o papel da mulher nos Estados Unidos ou no mundo, fazendo campanhas, por exemplo, para trabalho igual: salário de igual valor. Porém, enquanto mulheres, elas me ensinaram como podiam contribuir para a mudança social, porque se juntaram e ofereceram uma bolsa de estudos para uma mulher de um país em desenvolvimento. Além de pagarem o meu curso na Universidade de Boston, elas estavam metendo a mão na massa, gerando recursos e patrocinando

os meus estudos. Foi uma importante lição de vida: podemos juntar as forças e fazer a diferença.

L - No seu percurso acadêmico e pessoal como foi que você chegou às questões das mulheres?

N - Não foi nos EUA, mas no Brasil.

H - Como foi a organização do congresso da mulher na força de trabalho, em 1978?

N - Como tinha feito meus estudos nos Estados Unidos, abri muitas portas ao chegar ao Brasil. Naquele momento, tinham duas mulheres estrangeiras, antropólogas, que estavam no Brasil, fazendo entrevistas com um monte de gente, indagando sobre as pesquisas e estudos sobre mulheres e elas foram me procurar.

L - Quem foram elas?

N - June Nash e Helen Safa, duas antropólogas norte-americanas que pretendiam organizar um congresso em Buenos Aires, tendo saído pela América Latina, com o patrocínio do *Social Science Research Council* (SSRC), fazendo contato com pessoas que pudessem participar desse encontro. No Brasil, convidaram a mim e também a Heleieth Saffioti, fomos as duas representando as brasileiras. A Heleieth havia publicado o livro "A Mulher na Sociedade de Classes" e, em minhas pesquisas, eu levantara muitos dados sobre a Mulher na Força de Trabalho.

H - Foi o início da construção das teias feministas?

N - Sim. Como havia recurso para esta modalidade de pesquisas e para realizar contatos: pesquisas foram patrocinadas, bolsas foram concedidas para pesquisadores desenvolverem trabalhos. Então, foi organizado um congresso em Buenos Aires pelas duas antropólogas norte-americanas: June Nash e Helen Safa. Como nas visitas aos países da AL elas

havam descoberto várias outras pesquisadoras, eu até hoje, mantenho contato com elas. O Congresso de Buenos Aires foi realizado em 1976. E no embalo, eu organizei, no Rio de Janeiro, dois anos depois, um congresso similar – *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Este congresso foi um acontecimento. Muitas mulheres queriam participar, tanto da esquerda como da direita. Em pleno regime ditatorial um seminário acadêmico sobre a condição feminina. A sociedade carioca mobilizou-se, a diplomacia também: a consulesa da Bulgária; a embaixatriz do Canadá; o cônsul norte-americano, todos me procuraram porque queriam colaborar. Foi um reboiço na cidade, com impacto internacional. Achei muito importante a colaboração do governo brasileiro por intermédio de Eilda Ramos de Souza que concedeu ao congresso: uma dotação do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Recebi apoios decisivos da Capes, do CNPq, da Fundação Ford, do *Social Science Research Council*, da Embaixada do Canadá, para mencionar os aportes mais notórios.

H - Eu compareci ao Congresso, a sala sempre lotada, sobretudo, durante a apresentação do trabalho de Maria Valéria Junho Pena, que apresentou sua tese de doutorado defendida naquele ano na USP, sobre as mulheres trabalhadoras na constituição do sistema fabril brasileiro.

N - Convidei a Maria Valéria para o grupo de estudos que criamos no IUPERJ depois do Congresso e inúmeras pesquisadoras importantes, como a própria Maria Valéria Junho Pena, fizeram parte desse programa. Foi nesta ocasião que contamos com a primeira exposição que apareceu num congresso, quando uma pesquisadora apresentou um texto sobre o uso do tempo, Eleonora Cebotarev, uma socióloga paraguaia radicada no Canadá, apresentou uma pesquisa comparada sobre o tema com dados de três países latino-americanos. O Congresso foi um marco nas nossas vidas acadêmicas.

H - Como foi o financiamento deste Congresso?

N - Dinheiro não faltou, consegui muitos recursos, a primeira fonte de financiamento foi do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), tinha uma mulher, e eu posso dizer que ela era feminista,

porque ela ficou muito orgulhosa de patrocinar um evento como este. Seu nome era Ecilda Ramos de Souza e ela foi apresentada a mim pela Rose Marie Muraro.

H - A Ecilda era uma feminista *avant la lettre*, funcionária do Ministério da Educação e Cultura (MEC), amiga de Rose Marie Muraro, ela calada, sem alarde, junto com a Rose, faziam um projeto educacional para mulheres que permitiu que o Centro da Mulher Brasileira (CMB) fosse financiado, pelo menos pagava o aluguel da sede, na rua Franklin Roosevelt 39, 7º andar, no Rio de Janeiro. Este projeto e sua renovação, ao longo do tempo, permitiu que por muitos anos, o CMB continuasse aberto, isto durou até seu afastamento do MEC. Não cheguei a conhecê-la, Rose em surdina me contou este segredo e da cumplicidade feminista da Ecilda para a manutenção do CMB.

N - Ela era uma mulher maravilhosa. Fui apresentada a ela pela Rose Marie Muraro. Seu apoio pronto foi seguindo por muitos outros. Ela foi sagaz e apreciou a importância do tema para a melhoria da condição de vida das mulheres, começando pelo reconhecimento de sua contribuição para a sociedade.

N - O Congresso contou com a colaboração de Ecilda Ramos de Souza e do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), mas não contou só com este patrocínio, pois seguiram-se muitos outros, como o da Fundação Ford, o do *Social Science Research Council*, o da Embaixada do Canadá. Além disso, houve a participação do MEC, do Consulado dos EUA- o Cônsul americano no Rio de Janeiro foi ao IUPERJ (Instituto Universitário do Rio de Janeiro) falar conosco, eu havia chamado a Rose Marie para acompanhar a reunião. Eu queria receber o dinheiro deles, mas não queria que o Congresso fosse visto como um produto americano. As antropólogas que tinham organizado o congresso "Perspectivas Femininas e as Ciências Sociais na América Latina" eram professoras em universidades americanas, então fiz a proposta para que o Consulado financiasse a viagem delas para o nosso congresso, e o Cônsul prontamente aceitou, e desta forma eu lidei com a representação oficial americana. O Canadá também concedeu um apoio importantíssimo: a embaixadora declarou que estava patrocinando algo

importante para as mulheres brasileiras, ao conceder o auxílio. Foi uma atitude feminista. Eu fico emocionada só de lembrar deste evento e da sua realização em plena ditadura nacional. Até então ninguém discutia nada sobre a mulher no Brasil, qualquer livro que analisava a situação do trabalho no país não publicava dados desagregados por sexo. Uma das reivindicações do Congresso era para que a variável sexo fosse apresentada de forma desagregada, possibilitando observar a participação feminina em comparação com a masculina.

H - Tens o material deste Congresso? Há o livro “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina, coordenado por você e que foi publicado pela Editora Vozes, em 1984. Há outros documentos?

N - Ainda tenho os trabalhos originais guardados na minha casa em Macaé (RJ). O que era importante guardar deixei nessa biblioteca. Lá tenho muito material guardado, ou nas estantes, ou em caixas. Mas, a biblioteca do IUPERJ (hoje IESP/UERJ) tem todas as apresentações em sua biblioteca. Cópia de tudo foi direcionada à biblioteca daquela instituição.

L - Qual foi o encaminhamento que teve o seminário? Além da edição deste livro, houve mais desdobramentos e contatos? Como foi que você conheceu a Eleonora Cebotarev? A pesquisadora que te apresentou o tema de “uso do tempo”?

N - Acho que foi num seminário nos Estados Unidos sobre “estudos sobre a mulher”, voltando, eu comecei a organizar a temática aqui. E uma das questões que me pareceu importante foi a temática de uso do tempo. Pesquisando, descobri que Eleonora Cebotarev tinha feito uma investigação sobre este tema em três países latino-americanos. Portanto, ela é uma pioneira e também nos estudos sobre o mundo rural. Inventou um método, que não era baseado no relógio, mas se orientava pelo Sol (hora de acordar, hora de deitar) hora do almoço, hora do jantar, ela tinha, assim, os marcadores temporais, desde que levantava, a realização dos trabalhos, das refeições, e assim por diante. Ela foi muito inovadora

e me afetou por causa disso. Então, comecei a me corresponder com ela, a trocar ideias, convidei-a para o seminário “A Mulher na Força de Trabalho na América Latina”. Mantive o contato até que eu pudesse fazer, aqui também, uma pesquisa do uso do tempo. Para o seminário, antes de iniciar pesquisas sobre a questão, eu precisava de alguém que tivesse experiência nessa área, e que mostrasse como este tema era importante para estudar e conhecer melhor o trabalho feminino. Convidei Eleonora Cebotarev para participar do seminário, exatamente por sua contribuição sobre pesquisas de uso do tempo na América Latina.

H - O seminário seria uma forma de armar uma parceria com ela?

N - Não. Apenas queria, naquele momento, que o tema entrasse na pauta das discussões do seminário. Mas, não foi neste período, que dei início às minhas pesquisas sobre uso do tempo: foi depois. Todavia, foi por ocasião do seminário que o tema ficou na minha cabeça.

H - Naquele momento a agenda temática predominante era o mundo do trabalho, a indústria, temas da agenda desenvolvimentista.

N - Isso é um campo tão amplo que possui muitas entradas. Agora, sobre uso do tempo ninguém estava falando, não havia avançado até aquele momento: nós pusemos uma cunha no assunto. Começamos a investigar, logo em seguida, sem fazer alarde.

L - Neuma, depois desse seminário, que foi um marco nos estudos sobre as mulheres no Brasil, sobretudo pelo contexto da época, como é que você percebe esse seminário, como uma contribuição aos estudos de gênero e feminismo, aqui no Brasil? Sala lotada e tantas pessoas interessadas, como ele repercutiu não só pro Brasil, mas na América Latina?

N - Eu acho assim, que foi um marco e inaugurou uma nova etapa na minha vida, deu um rumo, para continuar trabalhando com a questão

da mulher. Não imaginei que iria ter essa repercussão toda, mas tiveram controvérsias na época, ciúmes dentro do próprio feminismo, algumas do próprio Centro da Mulher Brasileira. Eu não fui do Centro porque estava no exterior, quando foi fundado. Cheguei aqui e o CMB já existia. Minha aproximação se deu com a Rose Marie Muraro que militava no Centro da Mulher Brasileira. Ela foi minha amiga por toda a vida. Eu apoiava as ideias dela e ela me apoiava também. Foi assim a vida inteira. Tive dificuldades para realizar as pesquisas, por vezes me deparei com a ciúmeira e os desafios de alguns colegas. Num primeiro momento fiquei na casa da Rua Paulino Fernandes (Botafogo) em lugar de me mudar para a sede da Rua da Matriz. Tomei conta daquele espaço, arrumei um xerox, um telex com o qual conseguia me comunicar com a América Latina, e também com as mulheres em outros lugares: até na África e na Ásia. Consegui recursos pra manter a pesquisa no terceiro andar daquele prédio. De repente, ocupamos não só o terraço, mas outros locais do imóvel: só não ocupei o primeiro andar, onde ficava a recepção. Consegui bolsas para trazer pesquisadores de fora, foi um trabalho muito intenso e produtivo. Era bom ficar em um local mais resguardado: poderia, assim, evitar invejas e ciúmes, pelo montante de financiamentos que conseguia, para os projetos que tiveram início com o Seminário “A Mulher na Força de Trabalho na América Latina”.

L - Na sua carreira acadêmica você desenvolveu outras pesquisas, mas gostaríamos de saber quando seu interesse retorna para as pesquisas do uso do tempo. Principalmente, como foi a realização da primeira pesquisa de campo sobre o tema. Esta foi a primeira do Brasil?

N - No desenvolvimento do programa pesquisa internacional, eu trouxe vários pesquisadores de fora: africanos e latino-americanos. Levei o pessoal pra treinar, para ter experiência de campo e de observação. Eles não sabiam muito bem o português, eu os fazia olhar, anotar, ficar no

campo. Foi um treino pesado, porque o grupo tinha que ficar nas casas mesmo sem saber falar direito a língua portuguesa, observando e anotando o que faziam na vida cotidiana. Alguns desenvolveram bastante a capacidade de comunicação. As pesquisadoras ficavam algumas horas, selecionadas aleatoriamente, observando casas também selecionadas por um sorteio, anotando o que era realizado nessas casas.

L - Ficavam quanto tempo nas casas?

N - Fazia-se um sorteio para definir os períodos de observação, porque não se podia ficar o tempo todo, ficava muito invasivo, então se sorteava períodos de quatro horas. O grupo de pesquisa ficava aquele tempo (uma pessoa em cada residência sorteada, no período sorteado) e voltava no outro horário que também havia sido sorteado, e anotavam tudo: foi um treinamento pesado². Depois fiz outras pesquisas de uso do tempo, mas já mais estruturadas, do que essa, com protocolos para assinalarem os horários. Os protocolos, também tinham desenhos com as atividades que estávamos interessadas em analisar. Porque se havia muita gente analfabeta na área rural, era preciso uma estratégia para que elas não precisassem saber ler e escrever, para preencher os protocolos. Como pessoas analfabetas geralmente conhecem os números, dava-se um relógio digital para as pessoas entrevistadas, que ficava de presente. No relógio digital, elas conseguiam reconhecer os números no protocolo, assinalavam o horário de início e fim de algumas atividades, representadas por desenhos. Também contávamos com um desenhista, Alfonso Alcazar, que desenhara as atividades que a pesquisa estava interessada em medir. As pessoas assinalavam com um lápis, um lápis de cor pra cada membro da família, marcando a hora de início e a hora de fim de cada atividade. E esta foi a primeira pesquisa do uso do tempo que fiz, em Campos, ao norte do estado do Rio de Janeiro.

2 A pesquisa na qual Neuma Aguiar se refere foi realizada na zona rural do município de Campos, no estado do Rio de Janeiro.

L - Pelo relato estas pesquisas tiveram dois momentos e duas diferentes situações?

N - Num primeiro momento, fui com as estudantes para Campos, íamos para as casas e elas começaram a observar o cotidiano das famílias. Mas, a pesquisa teve uma fase mais estruturada, realizada com amostragem probabilística e com a distribuição de protocolos para o registro das observações. Além disso, tínhamos as estudantes treinadas que iam para as casas sorteadas e repassavam as anotações realizadas pelos entrevistados, no período sorteado.

L - E as pessoas tinham uma boa aceitação para participar?

N - Ah, elas tinham uma aceitação muito boa, inclusive eu acho que essa pesquisa gera muito conhecimento sobre si próprio, as pessoas gostam de fazer, porque elas se dão conta de como o seu cotidiano está organizado, que atividades são desenvolvidas e quanto tempo levam no seu desempenho.

H - E o que elas fazem é importante?

N - É!

L - A pesquisa explicita a quantidade de coisas que elas fazem.

N - Verdade! E que elas não se dão conta de tudo que realizam no cotidiano. Então eu sempre tive muita boa acolhida por causa disso, a pesquisa dava prazer para as pessoas que passavam a se conhecer melhor ao retratarem o seu cotidiano.

L - Nesse momento, nesta etapa da observação, você observava o grupo familiar ou ficava especificamente observando a pessoa sorteada?

N - Nessa etapa da observação com as alunas, elas ficavam observando as casas escolhidas, mas eu sorteava os horários de observação, aí

elas ficavam aquele tempo sorteado naquela casa, depois, em outro dia, já era outro o horário de observação (desde o amanhecer até o anoitecer, por um período de quatro horas aleatoriamente designado).

H - Esta metodologia dava às pesquisadoras melhor visão do tempo?

N - Sim. E, também, para não sobrecarregar a família. Porque se ficassem o tempo todo era ruim, sendo um tempo mais curto e aleatoriamente escolhido, mantinha-se a cientificidade e ao mesmo tempo não se impunha uma presença o tempo todo, olhando para ver o que você está fazendo.

L - Na pesquisa que coordeno ficamos o tempo todo; e as mulheres não querem que a pesquisadora vá embora depois de 24h. Observamos que se estabelece outra relação. Acho que isso faz a diferença, de quando chega uma pesquisadora que ela nunca viu, antes.

N - Sim, depois de você estar ali, observando, durante dias, a rotina da família. Sei que dessa maneira, com os sorteios foi bom o resultado, já que diminuimos o impacto da intrusão de observadores, em tempo contínuo, por prazos maiores.

L - Nestes anos você desenvolveu uma série de orientações de trabalhos de pós-graduação sobre o uso do tempo, você foi praticamente uma escola! E, ainda sobre as pesquisas do uso do tempo, até relacionado com suas pesquisas; teve a pesquisa de Campos, depois a pesquisa realizada em Belo Horizonte/MG?

N - A pesquisa de Belo Horizonte foi mais ampla, é uma metrópole. A realizada em Campos/RJ era com trabalhadores que moravam perto da usina. Eles ocupavam vários tipos de residência: tinha uma parte da mão de obra de trabalhadores rurais e de trabalhadores urbanos industriais que residiam em tipos distintos de moradia. Era uma indústria

grande: uma parte da mão de obra da indústria de transformação realizava atividades urbano-industriais, elas moravam em áreas residenciais melhores; as pessoas da área agrícola moravam em aglomerados: as áreas residenciais eram muito estratificadas. Havia os trabalhadores que faziam os serviços de escritório e havia os que detinham as melhores condições de vida dentro da indústria, estes moravam em um bairro: havia uma área residencial perto da indústria com as casas melhores, onde se localizavam. Depois disso, havia os trabalhadores que moravam em volta da estrada (havia vários tipos de inserção laboral), já outros moravam mais expressamente próximos da área rural. Era uma situação muito interessante, porque eu sempre olhei muito para essa coisa da casa/residência e a relação residência e trabalho, explicitando a estratificação dos trabalhadores, tanto nas atividades deles, quanto na maneira de residir, no tipo de casa, no próprio componente da casa, como era a casa. Os trabalhadores rurais tinham casas mais pobres e mais precárias, e os urbano-industriais tinham casas bem melhores. Era muito interessante observar essa estratificação do espaço, conforme a sua posição de trabalho na indústria açucareira.

Em Belo Horizonte trabalhei com os estatísticos da universidade, envolvi todos os professores do departamento de Sociologia e do Doutorado em Sociologia e Política, e envolvi uma quantidade substantiva de alunos sequiosos de formação em pesquisa.

L - Voltando só um pouquinho para a pesquisa de Belo Horizonte, foram outros métodos utilizados?

N - Na pesquisa de Belo Horizonte, tínhamos também um diário, mas era a mesma coisa, com relógio, também presenteamos eles com um relógio. Tínhamos conseguido recursos da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) para comprar os relógios (era daqueles digitais), mas já era uma experiência testada na pesquisa anterior e que se usou também nesta de Belo Horizonte. Os dados desta pesquisa foram mais precisos, porque a equipe era da universidade e contei com estatísticos para a obtenção da amostra, contei com um

excelente conjunto de alunos tanto para obter a amostra no campo, quanto para realizar as entrevistas e analisar os dados. Podíamos contar com estes recursos humanos. Eu, particularmente tinha um estatístico da UFMG, muito meu amigo, Emílio Suyama, que me ajudou demais, na amostragem. Foi um apoio excelente, e também havia um aporte financeiro muito bom, além do mais a estudantada sequiosa para participar de pesquisas, querendo aprender a realizar pesquisas com base científica. Isso foi importante para eles e pra nós.

N - Vocês vão fazer uma pesquisa sobre uso do tempo?

L - Sim. Na Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco estamos fazendo esta pesquisa com mulheres rurais.

N - Com ajuda da universidade?

L - Sim. Mas, tenho uma limitação, porque lá, não tenho o curso de Ciências Sociais, as nossas alunas são de outros cursos, e são pouco treinadas, mas estamos fazendo, já acompanhamos cerca de 34 mulheres. Agora estamos na fase da tabulação dos dados, mas devido a erros no preenchimento do questionário vamos talvez aproveitar 26 ou 27 casos. Porque alguns se perderam, tiveram uns que não ficaram bons os dados e decidimos desconsiderar. Estamos fazendo uma etnografia. Na pesquisa ficamos o dia inteiro na casa da mulher, porque tem a questão do deslocamento, são pesquisas realizadas em locais de municípios diferentes. Na realidade estamos nos valendo das relações pessoais que foram construídas na região. Como estou trabalhando lá há seis anos e fazendo atividade de extensão, eu conheço muitas mulheres rurais/agricultoras, então a minha inserção tem sido muito fácil. Faz-se uma atividade, uma oficina com elas anteriormente, debates, desenhos no papel, lanches, criança no meio, contação de história, um monte de coisa com a participação dos alunos, porque levamos as alunas junto. As mulheres

já têm esse primeiro contato com as alunas também, depois agenda-se por telefone o dia da pesquisa. O dia que elas estão disponíveis para nos receber, vamos para acompanhar. Toda a família sabe da pesquisa. Levamos uma mini cesta básica, para não incomodar a família, já que a pesquisa cobre o espaço de 24 horas.

N - E na hora de dormir?

L - Dormimos nas casas delas. Elas nos recebem já sabendo que já vamos dormir no local. Teve uma casa que eu nunca me esqueço: uma aluna fez a pesquisa numa casa com 14 pessoas, era uma casa com dois cômodos. Ela dormiu com um monte de criança ao redor, porque as crianças ficam no pé da entrevistadora, para elas é uma novidade e nós conversamos, rola um momento de preparação antes, porque sabemos que vamos ficar esse tempo todo e há uma interferência obviamente no ambiente familiar. Chamamos muita atenção para que a rotina delas não mude. Não façam nada especial, como, por exemplo, um bolo, como normalmente se faz quando chega uma visita. Como se passa 24 horas na residência, leva-se uma quantidade de comida, para que a família não gaste nada com as pesquisadoras. Como algumas de nossas alunas são filhas ou netas de agricultores, elas ajudavam em pensar a metodologia e nisso elas despreocuparam a gente, “não porque na minha avó sempre tem comida a mais” indo lá fazer pesquisa ou não, sempre vai ter comida a mais, e isso vimos no campo, elas sabem que estão nos recebendo, mas a vizinhança que chega para comer, tomar café de surpresa, almoçar de surpresa, é muito recorrente, é o tempo inteiro, então sempre tem comida a mais, independente de ter visitante ou não lá, vai ter comida sobrando e vai ter alguém visitando sem avisar. E outra coisa que avisamos também que, mesmo levando aquela comida, não necessariamente é para fazer naquele dia, é pra ficar para elas à disposição: temos essa preocupação.

H - Todas estas preocupações são porque as distâncias são razoáveis e não dava para ir e voltar, no mesmo dia.

L - Também percebemos que, visita desavisada, é só o que tem; alguém que está passando e toma um cafezinho, chega um primo come e vai

embora, alguém que chega e tira a rotina da mulher, que estava fazendo alguma coisa, e de repente chega uma visita para conversar e fica assim meia hora, uma hora conversando, sendo alguém que ela não estava nem esperando receber. Reconhecendo esta sociabilidade rural falamos o seguinte: vamos acompanhar você, para onde você for... já fomos para posto de saúde acompanhando as mulheres porque elas tinham exame marcado, acompanhou-se outra indo para a aula, porque ela estudava a noite, acompanhou-se outra indo trabalhar numa casa como cozinheira, porque era possível levar também a entrevistadora. Elas podem negociar ali com a nossa presença. Tem sido muito bacana, porque elas recebem muitas pessoas. Teve uma comunidade quilombola com um grupo de mulheres e 19 delas quiseram participar da pesquisa, e ficavam cobrando, "cadê vocês?" Porque a gente tem essa coisa do nosso tempo e da nossa disponibilidade, porque nós temos que distribuir a pesquisa ao longo da semana, porque não dá pra ir só no final de semana, porque tem-se que cobrir todos os dias da semana. Esta pesquisa tem algumas particularidades, porque já fomos para municípios que possuem um grande problema com água que é escassa; como em Triunfo, por exemplo, que é onde eu moro, tem muita água ao longo do ano, então percebe-se essa mudança da rotina, que depende da estação do ano, mas também do município, porque a questão da água é crucial no sertão, sobretudo na nossa região. Outro ponto refere-se à formação das alunas, por mais que elas não sejam da área de Sociologia (tem alunas da área de Letras da área de Humanas, e da Economia), penso que é uma experiência de formação de pesquisadoras, de forma ampla. Tenho também estudantes de iniciação científica, o que amplia as possibilidades de nossas pesquisas.

H - Cada um se vira como pode!

N - É.

L - Temos alunas da Zootecnia, da Agronomia, estas têm outro olhar, tentam relacionar o tema com a área delas, sempre a gente aplica um questionário e também coloca a questão da observação.

H - Neuma, para esse material todo que estamos coletando, o projeto é organizar uma coletânea sobre “uso do tempo e afazeres domésticos”. Seria possível reproduzir algum texto seu e fazer esta coletânea?

L - Porque hoje o que se sabe das pesquisas produzidas no Brasil sobre o uso do tempo, a sua é a pioneira. Há uma professora do Maranhão que fez uma pesquisa com mulheres ribeirinhas, ela acompanhou três mulheres, mas sua perspectiva é da área de psicologia. Tem a nossa pesquisa em Pernambuco. Há a pesquisa da tese de doutorado de Jordana Jesus feita no Cedeplar/UFMG. Há as pesquisas sobre o trabalho não pago e sua contribuição às contas nacionais da UFF. Ah, mais uma pergunta: **quando estive aqui em julho/2019 você comentou sobre um material que você produziu para a Organização das Nações Unidas (ONU), entendi que foi uma contribuição para a edição de um Manual sobre uso do tempo?**

N - Sim. Eles queriam e eu elaborei um manual sobre pesquisa sobre mulheres. O tema uso do tempo foi uma das dimensões do estudo, mas não a central. Havia outros assuntos a serem tratados. Eu não sei exatamente em qual das caixas está, mas eu sei que distribuí muitas cópias, inclusive para a biblioteca da UFMG. Pode-se pedir para a bibliotecária da sua universidade para fazer uma solicitação à biblioteca da UFMG, e você consegue acesso a uma cópia.

H - Neuma, você lembra do ano?

N - Ai meu deus, como é que eu vou lembrar desse ano...Talvez tenha no meu Lattes.

H - Foi antes ou depois da pesquisa de Belo Horizonte?

N - Foi antes de eu ir para Belo Horizonte.

H - Então você já estava aqui no antigo IUPERJ, quando você fez/escreveu este relatório?

N- Sim. Eu fiquei treze anos como professora titular da UFMG.

H - E quando você fez o concurso de titular?

N- Foi em setembro de 1996...

H - Foi antes de você organizar o livro – Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres”, sua publicação foi em 1997?

N - Não, porque a época em que o livro foi publicado não tem nada a ver com a data da sua produção.

H - Então você fez o concurso para professora titular em 1996, e estais aposentada desde 2009?

N- Não. Eu saí quando eu fiz 70 anos de idade, era a compulsória. Agora tenho 81 anos.

L - E na pesquisa do IBGE, na pesquisa piloto que o IBGE fez sobre uso do tempo, qual foi sua contribuição?

N - O IBGE me contratou como consultora. Desenvolvi muita coisa com eles, muito material. Treinei as pessoas, depois com a crise política e o *impeachment* da Presidenta Dilma tudo ficou difícil e o plano de uma pesquisa nacional de uso do tempo foi deixado de lado.

H - O IBGE só divulgou os dados gerais do piloto de uso do tempo de 2009 (não sei qual ano que o piloto foi a campo), refiro-me a 2009, pois esta pesquisa foi financiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com a participação do IPEA e ONU Mulheres e OIT, mas depois alegando problemas metodológicos, o IBGE não fez mais nenhuma referência a este piloto, divulgou apenas

uma síntese geral da pesquisa. Sei que este piloto serviu de teste para a mudança na PNAD anual para a PNAD contínua.

N - A pesquisa teve alguns testes de campo, umas cinco ou seis regiões foram delineadas, algumas das pesquisas planejadas foram realizadas e outras não. Mas, houve um problema político e pararam as pesquisas todas do IBGE, não foi só essa. Parou tudo, não foi só com as pesquisas de uso do tempo. Parou tudo e as pesquisas de uso do tempo foram embora nesse processo.

L - Neuma, agradecemos muito a sua disponibilidade em nos receber para contar um pouco da sua história, que também é a história das Ciências Sociais brasileira e uma importante perspectiva para o desenvolvimento do pensamento científico feminista na pesquisa nacional.



Neuma Aguiar, Hildete Pereira de Melo e Lorena Moraes
Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2019.

Precursos dos Estudos de Usos do Tempo no Brasil

Neuma Figueiredo de Aguiar
(UFMG)

Introdução

Traçar um histórico dos estudos de uso do tempo, entre nós, é o objetivo do presente texto, buscando descobrir as correntes internacionais que influenciaram o desenvolvimento do campo no Brasil, suas contribuições, as reformulações que propiciaram, os métodos de investigação por eles empregados, as perspectivas inovadoras que desenvolveram, e os avanços efetuados em relação aos demais aportes, cobertos pela literatura especializada sobre a divisão sexual do trabalho.

As pesquisas de uso do tempo consistem num dos principais instrumentos para o estudo empírico dessa divisão do trabalho cotidiano por sexo, isto é: para a análise da repartição desigual de tempo entre atividades remuneradas e não remuneradas, entre homens e mulheres, a partir da situação familiar, na qual também figuram os que necessitam de cuidados, os que não auferem renda, e os que trabalham por rendimentos, enfim: todas as modalidades de trabalho que consomem tempo, independentemente do fato de produzirem, ou não, recursos monetários. Tal repartição desigual significa uma disparidade de acesso ao dinheiro, pelos diversos membros dos grupos domésticos. Essa situação é particularmente discrepante no contexto capitalista e no âmbito

das burocracias governamentais, com a separação entre casa e trabalho, características dessas formas de organização social.

A divisão sexual do trabalho representa uma maneira de conceder destaque a esse tipo de sociedade, uma condição tão importante quanto aquelas estudadas por Émile Durkheim e por Karl Marx, que analisaram os atributos do trabalho no modo de produção capitalista e a divisão social das tarefas, como uma modalidade de organização da produção para o mercado. No presente estudo, busca-se observar uma nova divisão social que, no entanto, não separa nem exclui a vida doméstica da concepção do trabalho humano, mas dramatiza as formas de articulação entre provisão monetária e cuidados com a família, na vida cotidiana.

Averigua-se, no texto, as relações entre homens e mulheres no que se refere às desigualdades na divisão de trabalho (doméstico e remunerado), culminando com as discussões da mixagem de gênero. Esse termo significa: o grau de mistura dos papéis sociais, entre trabalho remunerado e família, verificado pelo seu desempenho na vida cotidiana. Observa-se, ainda, o grau de fechamento e abertura das instituições; o impacto das organizações formais, de diferenciados tipos, no tempo de trabalho remunerado, no tempo livre (que pode ser associado ao lazer), ou nas atividades dedicadas aos cuidados com os membros da família, e com a aprendizagem. Examina-se, enfim, as implicações dos estudos de uso do tempo para a teoria da escolha racional. Ao avaliar essas contribuições, observa-se o seu legado metodológico, discutindo as estratégias e inovações que empreenderam para captar a temporalidade da população estudada. Outra procura da resenha é a de observar como questões levantadas por um determinado texto são retomadas por outro, buscando tecer um fio condutor entre as investigações, pelas estradas temporais que percorrem e elucidam.

A revisão emprega as perspectivas de Norbert Elias para pavimentar os caminhos ainda pouco consolidados das várias perspectivas enfocadas no documento, já que esse autor busca conferir um tratamento

histórico à sua discussão sobre a temporalidade, demonstrando um interesse particular pela cultura e pelos costumes, em contextos determinados. Assim, algumas de suas estratégias metodológicas possibilitam incluir as dimensões de uso do tempo e de gênero. Como Elias ampliou a classificação das atividades cotidianas, em sua análise sobre o tema, que pode ser utilizada para descrever o uso do tempo, efetuado por vários contingentes populacionais, justifica-se a escolha desse pano de fundo para a presente resenha.

Na apreciação do tema, são utilizados estudos que contabilizam o tempo, com base na observação participante, ou por meio de estudos qualitativos e quantitativos que empregam diários na aferição das atividades da população observada. Utiliza-se, ainda, estudos com base em perguntas pontuais efetuadas pelas Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (PNADs) sobre a duração do trabalho doméstico e do trabalho remunerado. Com exceção desses últimos, todos os textos aqui revisados levantam informações e registros, com base em diários de uso do tempo.

Uma Introdução ao Estudo da Temporalidade na Sociologia

O tempo é um elemento constitutivo de um sistema simbólico, em alto nível de abstração, que vem sendo construído e aperfeiçoado de geração em geração, através de ensaio e erro (ELIAS, 1992), tornando possível a vida em sociedade, já que o processo de interação social implica no fato de que duas ou mais pessoas possam compartilhar simultaneamente espaços, utilizando ou não instrumentos que permitam a sua comunicação. Essa aproximação ao tema permite analisar diferentes tipos de sociedade e de momentos históricos quanto às concepções que enfocam a convivência e o cotidiano. Variadas noções de temporalidade estão associadas aos fenômenos naturais como o ano, as estações climáticas, o mês e o dia. Outras são arbitrárias, como a da semana, apontando-se para a presença da inventividade humana,

tão destacada por Elias, em busca da organização da vida. Na contemporaneidade, em grandes centros urbanos e industriais, depende-se muito da mensuração do tempo por meio de relógios para a construção de rotinas, nas burocracias, e do ritmo da produção, nos estabelecimentos que contratam trabalho.

Em locais próximos ao meio rural, na ausência ou escassez de relógios, são utilizados sinais naturais importantes, demarcando o tempo de cuidado da lavoura, de acordo com a luz do sol. Países onde há grandes centros urbanos ou concentrações populacionais, com muitas atividades industriais, burocráticas e de comércio, suas rotinas são mais registradas e avaliadas com o auxílio de instrumentos de mensuração. Há também os casos mistos, quando ao lado de grandes extensões rurais, apresenta-se uma complexidade urbana, resultando em uma variedade de formas de apreensão da estabilidade dos eventos, dificultando que se elabore um retrato abrangente da duração dos acontecimentos, enquanto fenômeno cultural. Este é o caso do Brasil, um dos países com poucos estudos de uso do tempo, em ampla escala. Uma das razões para a chegada tardia a essa modalidade de estudos tem a ver com o variado sentido de constância empregado pela população.

Podemos indicar alguns fatores determinantes da variedade na percepção da temporalidade. Enumeramos, em seguida: (1) o grau em que a produção de bens se encontra: (a) em íntimo acoplamento aos fatores ambientais; (b) na dependência da utilização de equipamentos industriais e de outras máquinas; (c) no uso de formas organizacionais que demandam rotinas; (d) na proporção da população que está envolvida em tais atividades; (e) bem como na sua concentração; (2) os meios de transporte empregados para a sua locomoção, sua distância das residências e o grau de saturação, ou, inversamente, de fluidez desse meio de movimentação; (3) o grau de vulnerabilidade ou, contrariamente, de proteção em relação aos fenômenos naturais; (4) os instrumentos empregados para a aferição do tempo (posição do sol, da lua, relógios, sinais do próprio corpo); (5) o nível educacional do

conjunto estudado; (6) a idade da população, o tamanho e a composição dos grupos domésticos, incluindo-se a proporção de crianças pequenas, jovens, adultos e idosos (mulheres e homens) nessa forma de agrupamento; (7) o tipo de responsabilidade pelo domicílio familiar; (8) a presença de recursos e artefatos que habilitem a comunicação, quando esses conjuntos se organizam para produzir bens e serviços; (9) o tipo de divisão sexual do trabalho, sendo este um dos principais objetos de elaboração analítica do presente texto.

Alguns dos trabalhos mais importantes em Sociologia que avançam perspectivas sobre a temporalidade, são originários da reflexão sobre a constituição de fábricas, burocracias e outras estruturas sociais que tiveram início com o seu destacamento das unidades familiares, construindo espaços próprios e especializados. Apenas mais recentemente, a preocupação com a temporalidade se estendeu para o âmbito doméstico, e esse é, também, o maior foco da presente revisão. Quando, no processo de racionalização dos espaços de transformação de bens, a casa foi separada dos locais que detinham atividade produtiva com valor financeiro, restaram os espaços domiciliares que se tornaram responsabilidade cotidiana quase exclusiva das mulheres.

Como, segundo Elias (1992), as crianças só se dão conta do tempo medido pelo relógio, quando entram no universo simbólico, socializando-se na cultura, e internalizando os seus elementos. Antes disso, elas ficam excluídas do mundo planejado e controlado, o que se exacerbava apenas na vida contemporânea, com a era das organizações. A vida doméstica, portanto, possui outras determinações temporais, e apenas aos poucos ela vai sendo regida pelos cânones do mundo industrial e burocrático. Com o advento das creches, o controle do tempo infantil precisa ser realizado de modo externo antes mesmo que as crianças adquiram a capacidade de autorregulação, sendo esta a condição essencial, estipulada por Elias, para que os seres humanos passem a pautar seus comportamentos pelos relógios.

Antecedentes dos estudos de uso do tempo no Brasil: o comportamento humano em situações extremas e a luta cotidiana

Muitos estudos de uso do tempo, precursores dos contemporâneos, foram obtidos por meio de observação participante. Um dos problemas, dessa modalidade de apreensão da realidade, consiste na dificuldade de obtenção de uma quantidade substantiva de casos, passíveis de observação simultânea. Para lidar com essa limitação, o recurso empregado versa em adotar uma estratégia desenvolvida por Meena Acharya (1982) e que consiste em amostrar o tempo da população a ser estudada, empregando um amplo número de investigadores que retratem, simultaneamente, o que se passa em cada domicílio selecionado ao acaso, em horários sorteados, codificando o que observaram, segundo um sistema classificatório das atividades. Tal iniciativa compensa os retratos breves efetuados em um dia, pela reprodutibilidade derivada das formas de organização social que se repetem no decorrer do ano, uma vez que o estudo de Acharya foi replicado durante meses, possibilitando, inclusive, capturar as variações sazonais, tão importantes em áreas rurais, e também em países com grandes contrastes entre as estações do ano, particularmente entre o verão e o inverno. Há uma particularidade na condução dessa modalidade de pesquisa: geralmente os estudos de uso do tempo se baseiam em observações que resultam da utilização de relógios por parte do/a observador/a. Desta forma o/a pesquisador/a usa sua instrumentação para aferir o momento, segundo a sua própria orientação temporal, comparando-a com a da população observada que pode empregar outros sinais para medir o tempo e não sabe, não tem acesso, ou não tem poder aquisitivo para efetuar o uso de relógios.

Essa estratégia foi utilizada por Daniel Gross (1984) que descreve uma série de estudos de observação participante que elaborou, inclusive em relação às populações de origem indígena e camponesa, conduzidos no Brasil, nas regiões Nordeste e Amazônica. O autor empregou

um detalhado registro do comportamento dos sujeitos observados em diversos tipos extremos de situação como os decorrentes da seca, detectando padrões de atividade em época de escassez de alimentos; a eficácia derivada de diferentes tipos de produção de nutrimentos, empregados na caça, na coleta e no cultivo de parcelas de terra; o consumo calórico e os padrões de distribuição dos alimentos obtidos por membros de grupos domésticos, de acordo com o gênero, a idade, o lazer exercido, os padrões de visitação, a interação e a reciprocidade com vizinhos e parentes.

Daniel Gross (1984, *passim*) empregou como orienta o teórica para as pesquisas sobre temporalidade que desenvolveu, a teoria do cáculo racional. Essa perspectiva gera pol mica, em rela o   análise da divisão sexual do trabalho, ao utilizar situa es limítrofes, para a aferi o da racionalidade no comportamento humano. Tal suposto   empregado pelo autor, sem que o mesmo discuta as premissas culturais que permeiam o contexto da conduta apresentada pelos sujeitos observados - muito relevantes, quando incluída a dimensão de gênero. Daniel Gross (1984) discute as dificuldades, do ponto de vista metodológico, encontradas nos instantâneos que obteve, destacando-se entre estas: a rela o entre observador e observado, a escolha dos intervalos de tempo empregados nas observa es e o grau de arbitrariedade em tal escolha, a unidade de análise, a dificuldade derivada do tamanho do território, onde a sociedade analisada reside, e o tamanho do grupo doméstico estudado; a interferência do observador em rela o às atividades do investigado; os limites que essa modalidade de estudos apresenta nas atividades do próprio pesquisador, tais como: sono, cansaço e satisfa o de suas necessidades físicas. Daniel Gross, em fun o do tipo de análise empreendida, desenhou uma estratégia de amostragem, denominada: *Random Spot Checking (Verifica o Local Seleccionada ao Acaso)*, efetuando suas observa es do comportamento, por intermédio de amostras temporais, desenvolvidas em um momento sorteado, após as atividades terem sido classificadas dentro de um sistema de códigos e subc digos que possibilitam a análise das informa es.

Pelo sistema que o autor desenvolveu, controlava-se as características dos indivíduos observados, incluindo-se: data, horário da observação, unidade de observação, número de pessoas no grupo doméstico, e outras características, tais como gênero e idade, construindo, assim, as bases para estudos que adotam esses métodos de pesquisa. Podemos afirmar que o interesse do autor consiste na observação de padrões de comportamento em relação à subsistência, bem mais do que a observação das concepções de temporalidade pelos sujeitos, embora, nas condições observadas, as decisões, por eles efetuadas, em relação à melhor conduta a seguir, estivessem imbuídas de sentido quanto aos condicionantes do momento vivenciado (em épocas de escassez ou de fartura). A estratégia de investigação empregada pelo pesquisador representa uma útil ferramenta de análise que possibilita a construção de categorias para classificação das atividades de uso do tempo.

Os primeiros estudos de gênero e uso do tempo no Brasil: análises baseadas em entrevistas de caráter exploratório com o emprego de amostragens intencionais

Além da utilização de observação participante, os primeiros estudos de gênero e uso do tempo, no Brasil, adotaram entrevistas, para a aferição do seu cálculo. Por estas, o pesquisador indaga ao entrevistado que atividades este último realizou, em um período de referência determinado, realizando, com esse procedimento, apenas investigações de pequeno alcance. Boa parte dos estudos aqui enfocados originou-se das metodologias discutidas no Seminário “A Mulher na Força de Trabalho na América Latina” ou pelo Grupo de Trabalho “A Mulher na Força de Trabalho” que funcionou no âmbito da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).

Essas iniciativas tiveram como objetivo colocar em discussão o conceito de trabalho e adequá-lo de modo inclusivo às atividades não remuneradas exercidas predominantemente, em casa, compreendendo,

de forma primordial, os cuidados com a casa e a família. Os estudos refletem sobre a arbitrariedade presente naquilo que é considerado como sendo trabalho, um termo paulatinamente ampliado na história da mensuração do Produto Interno Bruto (PIB), o que denota o seu caráter convencional. Assim, as atividades agrícolas exercidas pelos membros do grupo doméstico como atividades familiares não remuneradas nem sempre foram classificadas como labor, até um acordo efetuado no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na década de sessenta, quando elas passaram a ser consideradas como sendo trabalho produtivo. Essa decisão alçou o contingente incluído na Força de Trabalho para um grande número de países de preponderância rural e, subsequentemente, acentuou a discussão sobre a natureza do trabalho doméstico.

Em uma pesquisa que realizei no Cariri cearense (AGUIAR, 1980), tomei o exemplo de uma trabalhadora rural para ilustrar o arbítrio do sistema classificatório das atividades de trabalho, segundo as resoluções internacionais. A trabalhadora passava o dia colhendo feijão para a subsistência domiciliar, quando essa atividade era categorizada pelos sistemas classificatórios oficiais como produtiva. Ao chegar em casa, preparava o feijão como alimento familiar. Essa última atividade, embora contígua e contínua com a de coleta agrícola, não era considerada como constituindo trabalho, pelas agências oficiais, não podendo, assim, ser incluída no Produto Interno Bruto.

As pesquisas de uso do tempo foram lembradas como estratégia para levar em conta as atividades de trabalho na produção de alimentos e no preparo dos mesmos, possibilitando contabilizar e reunir atividades de trabalho remuneradas e não remuneradas. Eleonora Cebotarev (1984) apresentou o resultado de uma pesquisa de uso do tempo para a mensuração do trabalho feminino intitulado: "O Tempo de Organização das Atividades Domésticas e Não Domésticas de Mulheres Camponesas na América Latina", publicado em Aguiar (1984). Supondo que esse conceito está intimamente relacionado com os papéis culturais atribuídos a homens e mulheres, a autora buscou identificar tais dimensões, em sua

pesquisa, bem como a sua variação, de acordo com o país investigado, observando ainda o impacto da industrialização nos vilarejos inquiridos.

Os povoados camponeses pesquisados situavam-se da seguinte forma: no Brasil (72 grupos domésticos responderam à entrevista), na Venezuela (150 grupos domésticos foram estudados) e no México (consideraram-se 90 grupos domésticos). A autora se deparou com duas dificuldades em sua pesquisa: (1) muitos camponeses não possuíam relógios e empregavam outros sinais indicadores da temporalidade; (2) muitos não sabiam ler e escrever. Para contornar esses empecilhos, Cebotarev identificou seis marcadores de tempo, desde o momento de acordar, até o de dormir, e as horas de comer, usando as seguintes categorias de referência em sua pesquisa: (1) ao acordar; (2) depois do café (3) no meio da manhã (4) na hora do almoço (5) depois do almoço (6) no meio da tarde (7) depois do jantar, por ela considerados importantes independentemente da cultura estudada. Ela enumerou nove categorias de atividades (1) preparo de alimentos; (2) limpeza da casa e da cozinha; (3) limpeza, reparos e costura de roupas; (4) cuidados com crianças; (5) cultivo da horta e cuidados com os animais; (6) coleta de lenha e de água; (7) trabalho na indústria doméstica ou no comércio (8) trabalho remunerado; (9) visitas, descanso e ficar sem fazer nada.

Como estava interessada nos papéis de gênero, a autora não distinguiu estereótipos ou distorções ideológicas nos relatos das atividades, desconsiderando, além disso, atividades que poderiam ser igualmente exercidas por homens e mulheres, apesar das prescrições de gênero. Cebotarev apreciou os padrões de trabalho, analisando os ritmos e as sequências das atividades cotidianas durante seis dias da semana, de acordo com as características do grupo doméstico, tendo identificado vários tipos, de acordo com os padrões de afazeres da dona de casa: (1) o puramente doméstico; (2) o que exerce trabalho temporário para o mercado (3) o misto – com algumas atividades efetuadas em casa e outras direcionadas ao mercado; (4) a dona de casa que trabalha predominantemente fora de casa (o padrão minoritário) (no caso do Brasil elas representavam 3% dos grupos domésticos). O tipo puramente

doméstico é também um tipo campestre. Isso denota uma forma de organização social derivada de um patriarcalismo rural. A especialização em atividades domésticas pelas mulheres está primordialmente associada às condições da vida agrícola. Essa constatação representa um notável contraste com a literatura que associa as atividades domésticas com a emergência de um processo capitalista industrial.

Podemos contrastar o estudo de Eleonora Cebotarev com o de Mariza Figueiredo (1981) que também efetuou pesquisas internacionais comparadas. Tratando-se, neste último caso, de duas comunidades pesqueiras na Colômbia e no Brasil. Seu objetivo era o de observar a presença de grupos domésticos encabeçados por mulheres, mesmo que elas não se considerassem como chefes do domicílio. A autora procurou documentar: a natureza das atividades econômicas efetuadas pelas mulheres; e a divisão sexual do trabalho nos domicílios que contavam com homens e mulheres, em sua composição doméstica. A maior parte das mulheres-chefe vivia em uniões consensuais e exercia atividades de trabalho remunerado, cujo volume variava de acordo com o número de pessoas na família, isto é, com a quantidade de filhos/as e outros dependentes, e o número de mulheres mais jovens disponíveis, na casa, para o exercício de atividades domésticas. Sua análise chama a atenção para a existência de um contraste entre um padrão idealizado de atividades e as informações que são fornecidas pelo método de estudo de uso do tempo, adotando assim, uma perspectiva distinta daquela adotada por Cebotarev, ao buscar distanciar-se dos padrões idealizados derivados da cultura. Do ponto de vista metodológico, contudo, Figueiredo não conseguiu que a população enfocada respondesse aos diários de uso do tempo, pois o índice de respostas que encontrou foi muito baixo. A autora empregou, então, como recurso alternativo, efetuar perguntas a todos os membros adultos da família, requerendo-lhes, ainda, informações sobre o cotidiano das crianças. As entrevistas foram gravadas e Mariza Figueiredo (1981) reconstruiu os diários, preenchendo, ela mesma, os protocolos de informação sobre o cotidiano, realizando assim o que hoje denominamos de diários estilizados.

Figueiredo (1981) encontrou uma gama diversificada de ações. Para uma semana determinada, as 45 mulheres chefes de domicílio reportaram as seguintes atividades (com o número médio de horas e minutos de duração por semana de cada atividade): (1) cuidados com crianças: 5 h e 18 min; (2) preparo de alimentos: 9 h e 27 min; (3) limpeza dos utensílios domésticos: 2 h e 6 min; (4) limpeza da casa: 1 h e 6 min; (5) atividades de costura: 1 h e 30 min; (6) caminhar: 1 h e 30 min; (7) pegar água: 2 horas (8) lavar e passar: 4 h e 9 min; (9) coleta de lenha: 5 h 10 min; (10) comportamentos variados que compreendem cuidados com a saúde, coleta de frutas e a criação de pequenos animais 1 h; (11) pesca: 1 h. A autora não reportou, de forma comparada, as atividades efetuadas pelos homens, o que se deve ao frequente número de domicílios sob a exclusiva responsabilidade de mulheres, ante a ausência de parceiros, já prenunciando importante questão sobre os encargos domésticos em domicílios onde não há presença masculina entre os adultos da residência.

Outro estudo baseado em entrevistas foi realizado por Maria Cristina Bruschini (1983), efetuando uma amostra intencional de 15 grupos domésticos, com crianças que tinham menos de 14 anos de idade, na cidade de São Paulo. As autoras do texto não encontraram nenhum efeito na quantidade de trabalho doméstico efetuada pelas donas de casa, como consequência das idades das filhas (mais moças, ou mais velhas) conforme achado semelhante pelo estudo de Cebotarev (1984). Elaborando uma descrição detalhada de todas as atividades desenvolvidas em casa Bruschini identificou vários grupos principais: (1) cuidados com os alimentos e higiene; (2) cuidados com crianças; (3) atividades de consumo; (4) administração da casa, isto é: pagamento de contas, aluguel, planejamento, etc.; (5) consertos e manutenção da casa, como o de encanamentos, eletricidade, etc.; (6) visitas a parentes e membros da comunidade. A investigação de Bruschini (1983), embora muito exploratória, demonstrou as possibilidades de condução de pesquisas sobre o uso do tempo e as relações de gênero, em ambientes muito urbanizados, no Brasil. A análise, portanto, destaca a importância de discutir o

uso do tempo nas sociedades urbano-industriais, como o efetuado em vários contextos internacionais, para oferecer um retrato fidedigno do conjunto da sociedade brasileira. Ela também demonstra a importância da construção de um sistema de categorias que leve em consideração as atividades domésticas desenvolvidas pelos homens. Dado que a fonte da amostra intencional, por ela obtida, foi o Dieese, as atividades de trabalho orientadas para o mercado se desenvolviam fora de casa. Cristina Bruschini realizou subsequentemente uma análise do uso do tempo com base na PNAD de 2001.

Um estudo de vizinhanças pobres foi conduzido por Zahidé Machado Neto e Alda Britto (1987) com 28 mulheres, pertencentes a dois grupos de idade distintos, casadas, com filhos, na cidade de Salvador. As autoras não classificaram as atividades observadas e preferiram organizar as informações de acordo com a forma como tais condutas eram conduzidas: de modo simultâneo ou de caráter contínuo. Estas moradoras urbanas trabalham com rendimentos, em tempo parcial, três horas por dia e cinco dias por semana. Na casa, muito pouco tempo é devotado para cozinhar, o que as autoras atribuem à magra quantidade de alimentos encontrada em suas residências. A presença de crianças pequenas afeta as rotinas e as autoras distinguem entre os ritmos de trabalho doméstico e de trabalho remunerado que denominam respectivamente de tempo natural e tempo racional, seguindo a distinção comumente realizada entre espaços público e privado. As contribuições mais importantes da investigação residem no destaque que concedem à população pobre, observando como a escassez condiciona o trabalho doméstico e como, para a população pobre, há também carência de tarefas de casa, já que atividades precárias geram poucos rendimentos, o que se reflete nas moradias.

Um texto sobre uma favela carioca foi conduzido por Maria Luiza Heilborn (1998), quando a autora observou 41 membros de uma comunidade no Morro do Chapéu Mangueira, no Rio de Janeiro, realizando entrevistas e observação participante inclusive sobre a temporalidade. Os resultados da pesquisa compõem um texto da autora publicado

em livro editado por Felícia Madeira: “Quem Mandou Nascer Mulher?” Editora Rosa dos Tempos/Record, 1998. O texto trabalha com a população pobre, e indica como as meninas recebem atribuições domésticas desde cedo, prestando serviços nas residências de familiares em troca de “um agrado”, enquanto os meninos frequentam as ruas, e dedicam menos tempo aos estudos. A autora analisa que tais práticas são derivadas de uma dimensão cultural de gênero. A disciplina e a reclusão, impostas diferencialmente às mulheres, beneficiam o desempenho escolar das meninas: uma discriminação que se converte em vantagem comparativa quando o controle exercido sobre as mulheres se transforma em um maior proveito escolar, indicando uma saída do âmbito doméstico, por estas jovens, para o futuro, embora essa finalidade não tenha sido necessariamente por elas antecipada. A vida doméstica, nesse caso, portanto, demanda contenção e disciplina o que favorece o bom desempenho, em organizações contemporâneas – uma questão que não aparece nesses estudos, já que observam exclusivamente os efeitos disciplinares do contexto organizacional, burocrático ou capitalista.

Estudos Organizacionais

Pesquisas de uso do tempo apresentam muitas possibilidades de enfoque. Uma delas é a do estudo de organizações com diferenciados portes, permitindo averiguar o seu efeito de suas características, como o do seu tamanho, nos horários das atividades. Autores clássicos como Anthony Giddens, sociólogo das organizações, destaca a capacidade que as empresas contemporâneas possuem em determinar os ritmos das atividades produtivas. Observando o fenômeno, o autor elabora uma preferência pelo uso do conceito de modernidade tardia, e não de pós-modernidade, para se referir à vida contemporânea. Quanto maior é o emprego de tecnologias de gestão (e não apenas o de equipamentos industriais) maior é a capacidade da organização em pautar a temporalidade, na vida de seus empregados. Empresas que congregam

um número substantivo de pessoas criam formas de ajustá-las, para aperfeiçoar as atividades de trabalho, gerando rotinas e modos de combinação que facilitam a produtividade do trabalho que contratam. Firms vulneráveis às injunções da natureza correriam maior risco de continuidade, sendo menos previsíveis, dificultando o cálculo econômico. Empresas mais racionalizadas teriam maior impacto no tempo de produção, regulando de forma particularmente acentuada: o ritmo das atividades de sua mão de obra. Giddens chega a observar que a menor flexibilidade em termos temporais se refere ao trabalho no chão de fábrica. Ao elevar-se a posição no sistema de estratificação das organizações, transformam-se as formas de controle e de supervisão do trabalho até chegar ao nível executivo onde agendas são empregadas para a regularização das atividades, observando-se uma passagem gradativa da rigidez à fluidez na determinação do ritmo das atividades.

O estudo das organizações permite identificar: (1) o processo de racionalização burocrática, segundo uma linha de análise weberiana; ou (2) o desenvolvimento das forças produtivas, de acordo com uma orientação marxista, quando o tempo de trabalho é vendido no mercado. Os dois enfoques empregam como determinantes do grau de organização, a separação entre locais de residência e de trabalho, balizando a separação e diferenciação entre público e privado.

As pesquisas de uso do tempo embora possibilitem essa distinção, permitem, também, a análise conjunta de público e privado, quer as atividades domésticas estejam apartadas das que são destinadas ao mercado, quer sejam contíguas. A localização do espaço de trabalho remunerado em estabelecimentos ou na moradia é critério para a construção de uma tipologia do trabalho buscando relacionar o lugar das atividades remuneradas com o domicílio (DEDECCA, 2008) sugerindo que o trabalho se torna mais frágil com ausência de regulação social, quando as atividades remuneradas não são exercidas em sítios especializados, e destacados das residências, vias públicas ou veículos, como lojas, estabelecimentos fabris, escritórios e repartições públicas.

Observando aqui, porém, que uma mesma empresa pode contar com distintas formas de contrato de trabalho, além do fato de que há uma portabilidade contemporânea de algumas atividades formais para dentro dos domicílios. No estudo acima referido, a própria empresa pode ser vulnerável ao manufaturar um bem agrícola, o que dificulta a regularidade anual, no processamento desse bem, com graves consequências para a manutenção da força de trabalho.

A perspectiva feminista proveniente dos países desenvolvidos sugere que: a separação entre o domicílio e o local das atividades remuneradas é determinante da emergência do papel de dona de casa, enquanto trabalhadora não remunerada que se dedica exclusivamente às atividades domésticas, como especialização baseada no gênero. Mas, há um grande número de atividades remuneradas exercidas na residência, na pequena produção doméstica, ou na informalidade do trabalho, quando as mercadorias são feitas em casa. Sem falar nas atividades em que a moradia é parte da relação de trabalho, geralmente quando a mão de obra é familiar. No mesmo sentido, deve-se considerar a realização de uma análise dos papéis familiares exercidos pelas mulheres no domicílio, em contexto rural, uma vez que organizações pré-capitalistas já contavam com o trabalho doméstico das mulheres, cujo produto poderia ser aproveitado para o mercado, podendo ser trocado, como por exemplo: em feiras, intercâmbios vicinais, etc.

Temos várias posições da residência em relação ao tipo de acordo de trabalho com remuneração. Portanto, o estudo de instituições em que o contrato de moradia faz parte da relação de trabalho permite avaliar a conjunção entre moradia e trabalho pago, um elemento chave na análise da divisão sexual do trabalho, supondo-se um maior controle pela firma das atividades não remuneradas e do cotidiano dos que recebem a habitação como parte do pagamento, por vezes efetuado ao conjunto da família, mas percebida, como um único pecúlio, pelo responsável da unidade doméstica, geralmente o marido ou chefe de família. Em alguns tipos de organização semelhantes, em casos de

separação, a mulher se depara com a perda dos direitos de moradia, implícitos no contrato familiar de trabalho.

A “plantation”, como sistema socioeconômico, apesar de ter a escravidão como referência de natureza histórica, consistiu em uma forma de organização da produção, para o cultivo de bens agrícolas em larga escala, destinados ao mercado. Do ponto de vista histórico, esse complexo agrícola baseado na monocultura da cana de açúcar está intimamente relacionado com o processo de colonização. Trabalhadores escravos recebiam moradia e subsistência, residindo nas fazendas que cultivavam. Tal situação difere do sistema de trabalho puramente assalariado, quando o/a trabalhador/a reside fora do local onde exerce atividades remuneradas.

Com a abolição da escravatura, a plantação canavieira, como modalidade organizacional, primeiramente passou a oferecer a moradia aos trabalhadores, como parte do contrato de trabalho. Mais recentemente, um grande movimento instituiu o estabelecimento da residência operária, fora da propriedade do empregador. Estudos organizacionais que buscam problematizar a relação entre moradia e trabalho, podem verificar como a divisão sexual do trabalho se associa com a posição da residência no modo de produção e administração do trabalho. A separação entre casa e trabalho muda a relação entre proprietário dos meios de produção e os trabalhadores que transformam a produção. O controle deixa de ser sobre a totalidade da vida do trabalhador ou trabalhadora, passando a focalizar nas atividades transformadoras da produção: quer em sua dimensão rural, quer em sua dimensão urbana.

Para elaborar o estudo de uma plantação canavieira empreguei uma estratégia de levantamento do material empírico composta por três estágios. O primeiro consistiu num processo de observação para construir o sistema classificatório das atividades cotidianas dos membros dos grupos domésticos estudados - importante estratégia para a confecção de diários, orientados para uma população com pequeno nível de instrução. Com tal finalidade, foram extraídas, diariamente, por

uma semana, amostras do uso do tempo em moradias pré-selecionadas e diferentemente posicionadas no sistema de plantação (casas da plantação, de ocupação, da cooperativa de habitação - sendo adquiridas pelos trabalhadores - casas alugadas e casas próprias - situadas em terras que pertenceram à plantação em outra época). Todas deveriam possuir pelo menos quatro corresidentes. Pela observação participante foram registradas a cada quinze minutos todas as atividades desenvolvidas por todos os moradores. Os registros foram então codificados. O código final obtido recebeu a seguinte classificação: atividades relacionadas (1) com o preparo de alimentos do grupo doméstico: arrumar a mesa, servir, lavar a louça das refeições, e com o asseio dos locais em que os alimentos foram preparados e servidos; (2) limpar os cômodos (com exceção dos referidos no item 1) e as roupas, o que inclui lavar, passar, costurar, remendar; (3) cuidados com as crianças pequenas - compreendendo amamentar, dar alimentos na boca, vestir, lavar e limpar as crianças; (4) atividades remuneradas; (5) compras; (6) sono; (7) lazer. Os quatro primeiros conjuntos de tarefas foram levantados por meio de um questionário aplicado a todos os trabalhadores e trabalhadoras residentes em volta da plantação canavieira. Nesse conjunto perguntou-se que atividades desenvolviam na safra e na entressafra, indagando-se, também, sobre as mudanças em seu desempenho através do curso da vida das mulheres, tomadas como pessoa de referência, em cada moradia. Esse recurso possibilitou relacionar o exercício das atividades selecionadas, com a posição dos corresidentes no grupo doméstico, também situados no interior do sistema de plantação canavieira.

Antes do conteúdo substantivo do estudo é importante introduzir a discussão metodológica em que se procurou criar formas inovadoras de incorporação da população pobre, em estudos quantitativos, com base em diários, uma vez que vimos acima que eventos corriqueiros, a partir de estudos qualitativos, são distintos para os detentores de um menor número de bens domésticos (AGUIAR, 2010). Um instrumento de campo foi especialmente modelado para populações com baixo nível educacional mediante desenhos representando as atividades

cotidianas que lhes foram apresentadas, com homens e mulheres desenvolvendo os mesmos sete grupos de diligência. Foram amostrados 50 grupos domésticos do conjunto de 650 listados na pesquisa anterior que compreendia o total de 742 trabalhadores e trabalhadoras residentes em volta da plantação canavieira estudada. Do conjunto sorteado, obtivemos a participação de 44 casas. As 6 recusas ocorreram entre grupos que possuíam um número de corresidentes muito grande: duas em famílias com 16 pessoas, duas com 17, e mais duas com 19 membros, apontando para o limite do uso desse tipo de diários para famílias grandes. Em cada residência, em consulta com os moradores, escolheu-se a pessoa responsável pelas planilhas de orçamento do tempo, que deveriam ser assinaladas com um lápis de cor distinto para cada morador, indicando o horário de início e de conclusão de cada atividade. Ofereceu-se a cada informante um relógio digital. Observou-se que apesar do baixo nível educacional dos homens e mulheres pesquisados, todos conheciam o sistema numérico, habilidade fundamental para efetuarem transações com dinheiro. No final do trabalho, o relógio foi oferecido de presente aos entrevistados. Durante três dias aplicou-se experimentalmente o diário sobre o uso do tempo, para possibilitar a familiarização dos/das informantes e supervisores/as com o preenchimento da planilha. Cinco auxiliares recrutadas na comunidade e treinadas para o trabalho efetuaram as atividades de administração do leva e traz dos protocolos da investigação, duas vezes ao dia. O uso do método equivaliu a uma intervenção na comunidade, uma vez que poucos já possuíam relógios de pulso (a pesquisa forneceu relógios digitais). Os investigados pela pesquisa baseavam os horários das suas atividades cotidianas no apito da fábrica, nos programas de rádio e de televisão, no movimento de ônibus e de trens, e na rotina das lojas. Cada registro, equivalente ao decorrer de uma atividade, desde o início até o seu fim, foi tratado como um evento - um período demarcador tomado como unidade de observação, cujas médias de ocorrência e de duração foram então obtidas. Os dados foram compilados mediante a aplicação de um diário para a apreensão do cotidiano doméstico, em

uma semana da entressafra. A escolha dessa época foi efetuada por se tratar de um período em que há maior disponibilidade de mão de obra. A unidade de análise é o episódio: o conjunto contínuo que compreende atividade principal, atividade secundária e os dados contextuais, isto é, a duração entre o início e o final de uma determinada atividade, por cada membro respondente, por dia.

O empreendimento estudado sofreu mudanças históricas desde o tempo da escravidão, alterando algumas de suas características, até então de fechamento sobre si próprio, ocasionado pela concessão de moradia aos que labutavam em seu interior. Aos poucos os trabalhadores/moradores transformaram sua relação de trabalho. Alguns receberam terras em áreas adjacentes à plantação. Outros se mudaram para terras públicas que foram por eles ocupadas à beira das estradas. Outros começaram a adquirir casas, a longo prazo, de uma cooperativa residencial. Outros, ainda, as alugaram de terceiros. Cada tipo de situação representava uma nova modalidade de contrato de moradia. A variedade de situações podia ser observada facilmente, pois as residências próximas à empresa eram habitadas por distintos tipos de trabalhadores, permitindo apreciar, já numa primeira aproximação, a variedade no seu recrutamento.

O uso do tempo em cada uma dessas situações foi averiguado: trabalhadores residentes em terras do empreendimento, ocupação de terras públicas próximas às instalações, operários proprietários que receberam terras fora da “plantation”, funcionários que estavam adquirindo suas casas comprando-as a longo prazo de uma cooperativa de habitação. Dessas modalidades de arranjos residenciais, as moradias construídas com materiais mais rústicos são as de famílias que as ocuparam, seguidas pelas casas dos moradores na plantação. As casas construídas pelos trabalhadores em terras doadas pela plantação canavieira seguem-se às últimas, em qualidade de construção. Enfim, as moradias sendo adquiridas de uma cooperativa de habitação estão entre as melhores casas, com características de classe média.

Espaço, condições de vida e temporalidade aparecem associados. Nas melhores residências, leva-se menos tempo para limpar e para cozinhar. As construídas em terrenos doados pela empresa são habitadas por famílias estendidas, já que os membros novos que se casam constroem suas moradias nos mesmos terrenos que os de seus ascendentes próximos. Elas são assim caracterizadas pela presença de um grande número de crianças pequenas. As moradas da “plantation” também possuem grande prole, o que não acontece nas residências de classe média que exercem maior controle sobre a natalidade ou sobre as casas ocupadas, com maior instabilidade de vida e menos jovens presentes. As casas doadas pela empresa e as que permanecem em sua propriedade são as que exibem o maior número de eventos de cuidados com crianças. São estas, também, as que detêm a maior duração com tal atividade. A posição da moradia no aparato produtivo, portanto, condiciona a composição doméstica e o uso do tempo de seus residentes.

Porém, de um modo geral, os cuidados com as crianças são de responsabilidade quase exclusiva da dona de casa, com pouquíssima ajuda do marido, algum suporte de sua mãe e menos auxílio ainda de seu pai. As demais atividades domésticas são divididas com os outros membros da família. A variada situação das casas no sistema produtivo gerou a transferência de autoridade sobre a lide cotidiana, para intermediários, no que se refere aos trabalhadores que residem em casas ocupadas. O maior grau de controle sobre o cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras se refere aos que ainda residem em terras do proprietário da “plantation”. Os demais possuem maior independência, sendo mais donos do seu dia a dia, assemelhando-se à situação moderna em que casa e trabalho remunerado se separaram. Mesmo no caso dos moradores em casas do empreendimento, seria difícil classificar a forma organizacional como próxima àquela da instituição total, propiciando mais uma revisão do postulado de Goffman sobre a “plantation”, já que o cotidiano sofre injunções dos fatores naturais que, por sua vez, condicionam a presença das atividades de transformação da cana.

Há alternância entre possibilidades de trabalho remunerado e épocas de escassez. A variedade de inserções revela o impacto da relação de moradia na determinação do cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras. De um modo geral, apesar de buscar um processo de modernização com a produção de álcool como combustível para automóveis, o empreendimento não conseguia manter um ritmo de atividades suficiente que proporcionasse o seu funcionamento o ano inteiro, de modo contínuo, aproximando-se dos casos diagnosticados por Giddens, como sendo infensos à modernização, mesmo ante a inovação proporcionada por esse produto, como tipo de combustível para automóveis.

Nas empresas contemporâneas, o controle sobre a força de trabalho varia de acordo com a inserção do trabalhador (no chão de fábrica, ou na administração da empresa). Quanto mais próximo ao chão de fábrica, maior o controle da empresa sobre a força de trabalho, o que só é contraposto pelas organizações sindicais que disputam com a empresa o valor do tempo de trabalho. No caso estudado, o controle fabril, durante a entressafra, permanece acoplado às forças da natureza, produzindo uma porosidade no trabalho que pode levar parte da mão de obra a migrar temporariamente para o provimento de suas famílias. A presença de donas de casa com uma maior dedicação de tempo ao trabalho doméstico foi encontrada nas residências próprias ou sendo adquiridas. Nas residências em plantações, observava-se que as crianças ficavam soltas aos cuidados das filhas, um tanto apenas mais velhas que as suas supervisionadas, com poucos cuidados dispensados pela mãe ou pelo pai de família que dedicavam mais tempo, assim, ao cultivo e ao corte da cana. As residências mais pobres, em terras ocupadas, possuíam condições mais precárias evidenciadas pela ausência de banheiros. Elas eram caracterizadas por possuírem um menor número de jovens, porém exibiam, também, um maior tempo de trabalho dedicado aos cuidados com os utensílios domésticos. Observou-se, assim, que cada tipo de residência possui distintas quantidades de atividades domésticas e que o controle da forma de organização sobre a divisão

do trabalho é maior sobre as mulheres que se dedicam ao corte da cana e que oferecem pouca atenção à casa e à família, dependendo da intensidade do trabalho agrícola.

Referências

ACHARYA, Meena. Time Use and the Living Standards Measurement Study. The World Bank: Development Research Department. **Working Paper #18**, 1982.

AGUIAR, Neuma. **Tempo de Transformação no Nordeste**. Petrópolis, Vozes, 1980.

AGUIAR, Neuma (Org.) **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

AGUIAR, Neuma. **Rio de Janeiro Plural**: Um Guia para Políticas sociais por Gênero e Raça. Rio de Janeiro: IUPERJ e Rosa dos Tempos, 1994, p. 55-60.

AGUIAR, Neuma. "Time Use Analysis in Brazil: How Far Will have Time Use studies Advanced in Brazil by the Year 2000". In: **"Conferência da International Association for Time Use Research" 1999**, Colchester, Inglaterra, intitulada "The State of Time Use Research at the End of the Century", 1999.

AGUIAR, Neuma. Múltiplas Temporalidades de Referência; Trabalho Doméstico e Trabalho Remunerado em uma Plantação Canaveira. **Revista Gênero**. 1, 2001.

AGUIAR, Neuma, "Metodologias para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil" In: **Revista Econômica**, UFF, Niterói, Vol. 12, nº 1, junho de 2010, p. 64-82.

BRITTO, Alda e MACHADO NETO, Zahidé. "Tempo de Mulheres, Tempo de Trabalho: Um Estudo de Caso entre Mulheres Proletárias de Salvador." **Espaço e Tempo de Mulher, Cadernos de Pesquisa** n. 4, maio, 1983.

BRUSCHINI, Maria Cristina. "O uso do tempo entre famílias de classe média em São Paulo." **Espaço e Tempo de Mulher Cadernos de Pesquisa**, n. 4, maio, 1983.

CEBOTAREV, Eleonora. "A Organização do Tempo de Atividades Domésticas e Não Domésticas de Mulheres Camponesas na América Latina". *In*: AGUIAR, Neuma (Org.) **Mulheres na Força de Trabalho na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, pp. 48-78.

DEDECCA, Cláudio Salvatore. "Regimes de Trabalho, Uso do Tempo e Desigualdade entre Homens e Mulheres" **Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais**. Albertina Costa *et alii* (Eds.). Rio de Janeiro: FGV, 2008, pp. 279-297.

ELIAS, Norbert. **Time: An Essay**. Oxford: Blackwell, 1992.

FIGUEIREDO, Marisa. "O Papel Sócio Econômico das Mulheres Chefes de Família em uma Comunidade Pesqueira do Litoral Norte da Bahia". **Cadernos de Debate** #6, 1980. pp. 35-78.

GROSS, Daniel. "**Time Allocation**: A Tool for the Study of Cultural Behavior", ms, s/d.

HEILBORN, Maria Luiza. "O Traçado da Vida: Gênero e Idade em Dois Bairros Populares do Rio de Janeiro". *In*: Madeira, Felícia. (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Gênero e infância pobre no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 291-342.



PARTE II

Artigos



A importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações sobre as pesquisas domiciliares oficiais¹

Cristiane Soares
(IBGE)

Introdução

Nos estudos de gênero que abordam sobre a articulação entre trabalho e família, os indicadores de tempo gasto com afazeres domésticos e cuidados têm sido amplamente utilizados para mostrar a elevada carga de trabalho não remunerado das mulheres. Contudo, no caso brasileiro, as estatísticas oficiais disponíveis que permitem mensurar a distribuição do tempo das pessoas segundo as atividades realizadas ainda são bastante limitadas. Até recentemente, as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD permitiam calcular somente a jornada semanal da população ocupada no mercado de trabalho e a jornada semanal total com afazeres domésticos sem a indicação da atividade realizada e o tempo despendido em cada atividade. Com a divulgação da PNAD Contínua novas informações passaram a ser divulgadas, mas ainda com muitas limitações acerca do uso do tempo pelos indivíduos. Nesse sentido, o presente estudo tem

1 As informações apresentadas no estudo são de responsabilidade da autora e não refletem a posição da instituição a qual pertence.

como objetivo refletir sobre as mudanças metodológicas na captação dos afazeres domésticos e cuidados nas pesquisas domiciliares, bem como analisar os novos resultados acerca do trabalho não remunerado e as implicações para as desigualdades de gênero no uso do tempo das pessoas.

A discussão sobre trabalho remunerado e não remunerado nos estudos de gênero

Na literatura, o termo divisão sexual do trabalho tem sido comumente empregado para designar as diferenças de inserção no mercado de trabalho entre homens e mulheres que, por sua vez, está relacionada com a divisão desigual do trabalho doméstico. No entanto, como ressaltam Hirata e Kergoat (2007), esse conceito deve ir além da identificação de desigualdades entre homens e mulheres, pois as desigualdades são sistemáticas e ao mesmo tempo o mecanismo pelo qual as atividades são hierarquizadas.

Segundo Hirata (2015), a aplicação do termo divisão sexual do trabalho implica uma noção ampla de trabalho que inclui tanto o trabalho remunerado quanto o não remunerado e fazendo uma releitura dos modelos de organização do trabalho remunerado e não remunerado propostos pela autora, é possível afirmar que no caso brasileiro há uma perda de espaço do modelo tradicional para os modelos de conciliação e delegação. O primeiro caso (conciliação) é o modelo mais comum em que a mulher divide o seu tempo entre as responsabilidades no mercado de trabalho e em casa. O modelo de delegação, por sua vez, coexiste com o de conciliação, pois em muitos casos, a participação das mulheres no mercado de trabalho somente é possível porque há a delegação das tarefas domésticas para outras mulheres.

No estudo de Ávila e Ferreira (2014), a divisão sexual do trabalho é o elemento de configuração dos padrões sociais, visto que o tempo de trabalho é parte 'do modo de viver' das pessoas, assim como dá

conformação a vida cotidiana. Nesse sentido, as autoras destacam a supremacia do trabalho produtivo sobre os tempos da vida cotidiana, o que faz com que este seja mais valorizado; assim como há uma divisão desigual do trabalho reprodutivo no interior das famílias. Essa delimitação informal histórica e socialmente estabelecida do que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher segue o princípio de separação e hierarquia conforme ressaltam Hirata e Kergoat (2007).

O avanço da participação feminina no mercado de trabalho não implicou uma divisão mais equânime do trabalho doméstico não remunerado e tampouco uma maior valorização deste, seja mercantil ou no interior dos domicílios. Essa articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo tem resultado em uma sobrecarga de trabalho para as mulheres que, na maioria das vezes, as coloca em posição de conflito com a forma de organização do tempo social, como destacam Ávila e Ferreira (2014). Além disso, o processo de transição demográfica que o país passa, com o envelhecimento populacional, é um aspecto adicional que tende pressionar essa articulação entre o trabalho reprodutivo e produtivo (SOARES, 2016).

Esse conflito em que as mulheres se deparam decorre dessa dinâmica social em que ao mesmo tempo as mulheres são estimuladas a participarem do mercado de trabalho e ter autonomia econômica, essa inserção é restringida e moldada para se enquadrar em um modelo social de família em que elas são mães, esposas e responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados. Dessa maneira, como mencionam Ávila e Ferreira (2014), a reprodução das relações sociais se forma e é formatada a partir da dinâmica das práticas sociais do trabalho produtivo e reprodutivo. Um processo sistemático cujos papéis sociais são determinados pelo sexo e se reproduzem ao longo do tempo. Logo, um modelo de ruptura carece de políticas que levem em conta aspectos de gênero, geracionais, de raça, classe, assim como as diferentes estruturas de família e de cuidado.

Para uma melhor compreensão dessa estrutura do trabalho produtivo e reprodutivo a partir de uma conceituação mais atual de trabalho remunerado e não remunerado, Soares (2016) apresenta um arcabouço analítico que nos permite identificar que as mulheres estão concentradas principalmente no trabalho reprodutivo, seja no trabalho remunerado como domésticas, babás e cuidadoras ou no trabalho não remunerado como “donas de casa” responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados². No mercado de trabalho, o trabalho doméstico remunerado é a categoria ocupacional que abrange 14,5% da população feminina ocupada (5,8 milhões) e a posição de ocupada não remunerada em ajuda a membro da família representa 3,4% da ocupação feminina (1,3 milhão). Nessas duas categorias o total de mulheres representam 92,3% e 64,2%, respectivamente (Tabela 1). Esses dois tipos de atividade já indicam a precariedade e a extensão da vida doméstica como modalidade de inserção no mercado de trabalho de um número significativo de mulheres.

As mulheres também são maioria na posição de empregados do setor público, representando 57,6% da ocupação. Apesar de o acesso a esse trabalho geralmente ser por concurso e as mulheres apresentarem características de elevada escolaridade e de rendimento, as desigualdades de gênero ainda se fazem presentes. As desigualdades nessa categoria se manifestam sob duas formas: uma delas corresponde às áreas em que as mulheres estão inseridas e a outra se refere à ocupação de cargos mais elevados, que se traduzem num rendimento médio para as mulheres inferior ao observado para os homens. As mulheres no setor público estão inseridas em áreas que também remetem ao ambiente doméstico, como a educação, a saúde e os serviços sociais e mesmo nessas áreas, onde a presença feminina é elevada, somente parcela reduzida delas alcançam cargos gerenciais e diretivos³.

2 No diagrama de Soares (2016) podem ser incluídos à caixa de “donas de casa”, referente ao trabalho não remunerado reprodutivo, o trabalho na produção e construção para o próprio consumo e o trabalho voluntário.

3 Um indicador clássico que representa essa desigualdade nos cargos mais elevados do serviço público é a distribuição por sexo dos cargos de direção e assessoramento do governo federal (DAS). As mulheres se concentram nos DAS 1 ao 3 cujo rendimento é menor, enquanto as posições mais elevadas (DAS 4 a 6) geralmente são destinadas aos homens (BRASIL, 2015).

Na categoria de empregado no setor privado, as mulheres estão inseridas principalmente em ocupações administrativas (21,4%) e como trabalhadoras dos serviços, vendedoras do comércio e mercados (29%). No caso das trabalhadoras por conta-própria, mais da metade delas está concentrada nas ocupações do setor de serviços e vendedoras do comércio e mercados (52,8%). Os serviços compreendem um setor heterogêneo em que a informalidade é elevada e, conseqüentemente, os rendimentos são menores. Um exemplo é o setor de serviços da beleza e estética, cuja participação feminina como cabeleireiras, manicures, esteticistas, depiladoras etc é bastante elevada. A exigência de escolaridade é baixa e o conhecimento pode ser adquirido na prática. Dessa maneira, apesar de os salários serem menores, as jornadas podem ser mais flexíveis. A flexibilidade do setor de serviços e comércio em relação às jornadas é um atrativo para inúmeras mulheres que precisam adaptar a distribuição do seu tempo entre trabalho remunerado e não remunerado.

Por fim, na categoria de empregador, os resultados indicam que dos 4,3 milhões de trabalhadores nessa condição apenas 29% são mulheres. Essa baixa representatividade é reflexo de uma sociedade que não atribui ao sexo feminino as características de liderança e de empreendedoras. Essa descrição das modalidades de ocupação das mulheres não é nova, mas se faz necessária sempre que se debate sobre trabalho remunerado e não remunerado, pois a inserção das mulheres nesses trabalhos praticamente não se alterou. Bruschini (1994) já mostrava essas tendências do emprego feminino na década de 1980 e, passados mais de 30 anos, a estrutura do emprego feminino ainda remete as características da prática doméstica e a um modelo socialmente construído que limita os espaços femininos.

Figura 1

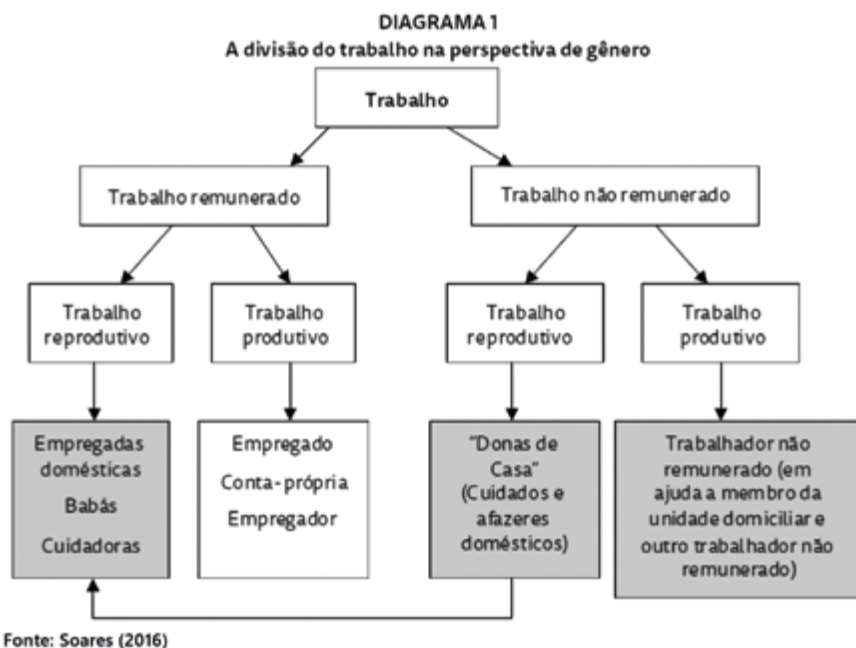


Tabela 1

População ocupada de 14 anos ou mais de idade por sexo e posição na ocupação - 2018

(x1000)

Posição na ocupação	Total	Homens	Mulheres
Empregado no setor privado	43915	27145	16770
Trabalhador doméstico	6264	484	5780
Empregado no setor público	11248	4767	6481
Empregador	4351	3080	1271
Conta-própria	23042	14926	8116
Trabalhador familiar auxiliar	2096	750	1346

Fonte: IBGE/PNADC 2018. Elaboração própria.

Aspectos metodológicos sobre captação do trabalho não remunerado na PNAD e PNAD Contínua

Na PNAD anual, na pergunta sobre afazeres, os cuidados estavam ocultos, pois as pessoas respondiam sobre a realização de afazeres

sem a menção dos cuidados na pergunta. Entretanto, as notas metodológicas da pesquisa indicavam que os cuidados estavam inclusos no conceito de afazeres como “cuidado de filhos ou menores moradores”. Na PNAD Contínua este problema foi resolvido com a separação dos cuidados e dos afazeres em perguntas específicas. Além do mais, o conceito amplo de trabalho na PNAD Contínua segue as novas recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cuja formulação teórica segue uma abordagem econômica dada pela delimitação da fronteira de produção do Sistema de Contas Nacionais (SCN), separando o que é trabalho remunerado e não remunerado.

No que se referem aos afazeres domésticos, os resultados da PNAD Contínua confirmaram que, em 2016, cerca de 90% das mulheres realizavam tais atividades, cujo percentual é o mesmo do observado com a última PNAD em 2015. Embora a metodologia de captação dessa informação seja distinta entre as duas pesquisas, os resultados confirmaram o que a maioria das mulheres vivencia ou escuta ao longo de sua vida: “o cuidado da casa e da família é coisa de mulher”. Porém, os resultados da PNAD Contínua desagregados por sexo trouxeram algumas novidades, particularmente para os homens, o que alguns pesquisadores alardearam como “os homens descobriram que realizam afazeres domésticos”. Entretanto, cabe esclarecer e entender o que esses resultados significam.

Na PNAD Contínua, os cuidados e os afazeres são investigados de forma separada a partir de um conjunto de atividades que caracterizam as outras formas de trabalho não remunerado. A noção de outras formas de trabalho não estava presente na PNAD anual e não necessariamente havia sensibilização às questões de gênero no questionário, embora esta pesquisa tenha sido utilizada durante muitos anos para avaliar as condições de vida das mulheres, as desigualdades entre homens e mulheres e as relações de gênero (SOARES, 2008).

Em 2016, na PNAD Contínua, os resultados indicavam que 21,0% dos homens e 32,4% das mulheres de 14 anos ou mais de idade cuidavam de pessoas no domicílio ou parentes em outro domicílio. Esses resultados evidenciam que os cuidados nunca foram captados de forma adequada na PNAD anual, até mesmo porque essas atividades não eram referenciadas na pergunta para o informante. Contudo, quando analisada as informações de afazeres domésticos e o número médio de horas dedicadas a essas atividades segundo a estrutura familiar, os resultados indicavam que embora os cuidados estivessem disfarçados com os afazeres, provavelmente estes eram maiores nas famílias com a presença de crianças ou demais pessoas que necessitavam de cuidados (SOARES, 2016).

Esses dois métodos de perguntar sobre os afazeres e cuidados carecem uma reflexão. Se na PNAD anual 52,6% dos homens declararam realizar afazeres domésticos e na PNAD Contínua esse percentual se eleva para 72,6%, a explicação não pode ser atribuída a uma “descoberta” por parte dos homens. A forma de perguntar diretamente sobre a “realização de afazeres domésticos” não é tão inadequada como se propaga, depende da análise a que ela se limita. As pesquisas qualitativas e os testes cognitivos podem ser úteis para mostrar que um número maior de homens responde não fazer afazeres domésticos por reconhecerem que esta é uma atividade das mulheres. Ávila e Ferreira (2014) reafirmam essa visão de não reconhecimento de tais tarefas por parte dos homens ao constatar que a contribuição deles é esporádica e considerada como uma “ajuda”⁴.

Na PNAD anual de 2015, quando analisados os resultados de realização de afazeres domésticos segundo o sexo e a condição do informante, ou seja, se é o próprio, outro morador ou outra pessoa não moradora, fica evidente a diferença por sexo na taxa de realização e jornada semanal na atividade. Quando o informante é o próprio e do sexo masculino a taxa de realização de afazeres domésticos é de 62%.

4 Ver também Bruschini e Ricoldi (2012).

Por outro lado, se o informante é homem e outro morador do domicílio essa taxa se reduz para 42,3% e no caso de não morador a taxa é de 46,6%. Esses resultados indicam que os homens não se veem como responsáveis pelos afazeres domésticos e tampouco reconhecem tais atividades em outros homens do domicílio, pois a taxa de realização de afazeres domésticos se reduz fortemente quando não é o próprio a informar na pesquisa. Esses resultados se refletem ainda na jornada semanal visto que a jornada média deles quando é o próprio informante é de 11,8 horas e de 8,7 horas quando é homem e outro morador.

No caso das mulheres, os resultados não apresentam tendências distintas, pois quando o informante é o próprio respondente a taxa de realização é mais elevada, assim como a jornada média com os afazeres domésticos. No entanto, os valores observados para as mulheres são bastante elevados tanto para o próprio respondente, cuja taxa de realização e jornada foi de 93,5% e 25,8 horas, quanto para a condição de outro morador que foi de 79,3% e 18,2 horas. Não se pode afirmar que a resposta do próprio informante é mais realista, mas esses resultados ilustram que a discrepância entre as estimativas segundo a condição do informante é elevada⁵ (Tabela 2).

Dessa maneira, a metodologia de cada pesquisa é um aspecto preponderante na determinação das atividades realizadas e do tempo gasto. Dependendo do modelo de pesquisa, se os homens varrem o quintal, lavam o carro ou fazem um reparo, para o informante essas atividades podem não ser consideradas como um afazer doméstico e sim uma “ajuda” para a esposa ou para a família, tornando-se “invisível” nas estatísticas. Argumento similar tem sido utilizado quando se busca captar a atividade econômica das mulheres nas áreas rurais que, na maioria das vezes, está associada com os afazeres domésticos e as atividades no âmbito da família, cujo entendimento também é atribuído como uma “ajuda”.

5 Não foi possível fazer a comparação dos resultados da realização de afazeres domésticos e cuidados segundo o sexo do informante com a PNAD Continua porque a variável que indica quem foi informante do bloco de trabalho não está disponível para os usuários.

Tabela 2

Taxa de realização e jornada média com afazeres doméstico segundo o sexo do informante - Brasil - 2015

Sexo do informante	Taxa de realização de afazeres domésticos	Jornada média semanal com afazeres domésticos
Homens		
Próprio morador	62,0	11,9
Outro morador	42,3	8,7
Não morador	46,6	11,3
Mulheres		
Próprio morador	93,5	25,9
Outro morador	79,3	18,2
Não morador	79,8	21,1

Fonte: IBGE, PNAD 2015. Elaboração própria.

Não se pode negar que a PNAD Contínua teve avanços na captação do trabalho remunerado e não remunerado. Contudo, algumas limitações ainda se fazem presentes devido à ausência de uma pesquisa em âmbito nacional sobre o uso do tempo, que detalham melhor as atividades exercidas e o tempo despendido pelas pessoas em cada atividade. A falta dessas informações restringe não somente os estudos de gênero, mas outras áreas de atuação de políticas públicas tais como o transporte, a cultura, a saúde etc. O tempo despendido pelas pessoas nos deslocamentos, por exemplo, é importante para políticas de infraestrutura em transporte público. O tempo que os adolescentes ficam expostos às telas pode elevar os riscos de saúde desse grupo populacional. Esses são alguns exemplos que demonstram a importância das pesquisas de uso do tempo e ao mesmo tempo indicam que pesquisas voltadas para captar as características de trabalho das pessoas numa

perspectiva contínua e conjuntural são bastante limitadas para fornecer estatísticas sobre a alocação do tempo⁶.

São vários os estudos que reforçam a importância das pesquisas de uso do tempo, não somente como instrumentos de identificação das diferentes formas de trabalho mercantil e não mercantil, mas como importante fonte de dados para avaliação das condições socioeconômicas da população, cujas múltiplas possibilidades de análises não estão disponíveis em outras pesquisas como, por exemplo, a análise da condição de pobreza de tempo das pessoas. Entretanto, como ressalta Aguirre e Ferrari (2014) sobre a disponibilidade de pesquisas de uso do tempo na América Latina e as diferenças metodológicas entre elas, a decisão de implantar um módulo ou a construção de uma pesquisa específica na maioria das vezes esbarra na disponibilidade de recursos⁷.

Há vários prós e contras acerca da escolha de pesquisa de uso do tempo por módulo ou independente. Argumenta-se que quando implantado um módulo de uso do tempo em uma pesquisa domiciliar como a PNAD Contínua, por exemplo, é possível correlacionar as informações de uso do tempo com as características sociodemográficas e demais temas da pesquisa. Por outro lado, dadas as especificidades da pesquisa de uso do tempo, geralmente em diário por intervalos de minutos ou lista de atividades, pode fazer com que a pesquisa se torne demasiadamente longa e cansativa, o que pode comprometer os resultados.

Uma pesquisa independente, por sua vez, tende a apresentar um custo mais elevado, mas a periodicidade desse tipo de pesquisa não precisa ser contínua ou anual. Com uma amostra específica e desenhada para atender os objetivos da pesquisa, é possível ter informações

6 Ver Barbosa (2018) como exemplo de estudo sobre alocação do tempo e as limitações na definição de lazer.

7 De uma lista de 18 países da América Latina que já produziram informações sobre o uso do tempo, 61% deles tiveram como modalidade uma pesquisa independente (AGUIRRE E FERRARI, 2014).

mais detalhadas⁸ e com melhor qualidade. O desenho de uma pesquisa de uso do tempo independente consiste num procedimento estatístico complexo, que exige um conhecimento técnico especializado e multidisciplinar, principalmente se deseja captar as atividades simultâneas (atividades secundárias e terciárias)⁹. No caso das políticas de cuidados, uma pesquisa que capte as atividades simultâneas é fundamental, visto que as atividades de cuidados geralmente ficam imbricadas nas atividades de afazeres domésticos.

Apesar das instituições para o avanço das mulheres serem os principais atores na sensibilização, articulação ou condução das pesquisas de uso do tempo nos países, é importante enfatizar que tais pesquisas são cruciais em vários segmentos da política pública. Não se pode negar, no entanto, que grande parte dos países que já produziram informações sobre o uso do tempo tem dado ênfase à disseminação das informações sobre a distribuição desigual entre homens e mulheres do trabalho não remunerado e na valoração desse tipo de trabalho, que é realizado majoritariamente pelas mulheres, com a construção das contas satélites de trabalho não remunerado.

O que mostram os resultados da PNAD Contínua sobre a desigualdade de gênero no trabalho não remunerado

Na PNAD Contínua, a informação sobre o tempo dispendido em afazeres e cuidados está relacionada a uma discussão sobre o que é trabalho remunerado e trabalho não remunerado. A partir dessa distinção é possível calcular as jornadas de homens e mulheres nesses trabalhos, cujas médias são de 41 horas semanais para os homens e 36,2 horas semanais para as mulheres no caso do trabalho remunerado e 10,9 horas semanais e 21,3 horas semanais, respectivamente, no caso do trabalho

8 Em pesquisas específicas de uso do tempo o detalhamento das atividades é obtido, por exemplo, com perguntas de contexto, tais como: com quem, para quem, onde, atividades secundárias, atividades terciárias, etc.

9 Ver Arriagada (2005).

não remunerado. Essas jornadas diferenciadas têm mostrado que, em média, as mulheres trabalham mais de 5 horas semanais que os homens, mas esses resultados são insuficientes para explicar diversos aspectos das desigualdades de gênero, tais como: por que a inserção das mulheres no trabalho remunerado é de apenas 52,3%, um pouco mais da metade da população feminina em idade para trabalhar? E por que as mulheres, em quase a sua totalidade e independente da condição de ocupação realizam afazeres domésticos?

Para uma análise com a perspectiva de gênero, os resultados mostram que 92,1% das mulheres realizam afazeres domésticos e 33,3% realizam atividades de cuidado (Tabela 3). No caso dos homens os percentuais são 78,1% e 24,5%, respectivamente. Claramente um maior número de mulheres desempenha as atividades de afazeres e cuidados, mas de acordo com a metodologia de captação da PNAD Contínua, a pergunta *se na semana alguma vez lavou uma louça*, por exemplo, faz com que o percentual apresente-se de maneira elevada, se comparado com os resultados da PNAD anual. Esses resultados, no entanto, não significam que os homens se identificam ou se consideram responsáveis pelos afazeres domésticos. Tais aspectos ficam evidentes quando comparados com as jornadas médias semanais em afazeres e cuidados informadas que são de 21,3 horas para as mulheres e 10,9 para os homens.

Tabela 3

Pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizam afazeres domésticos e cuidados, total e percentual em relação a população total - Brasil - 2018

	(x1000)			
Sexo	Afazeres domésticos	%	Cuidados	%
Total	144 905	85,5	49 349	29,1
Homens	62 918	78,1	19 728	24,5
Mulheres	81 987	92,1	29 621	33,3

Fonte: IBGE/PNADC 2018.

Nota: Afazeres domésticos e cuidados no domicílio.

Essa forma agregada de captar o tempo dispendido em tais atividades dificulta a identificação das desigualdades entre homens e mulheres na realização das mesmas. Além disso, considerando que o informante é orientado a responder sobre o tempo gasto no período de domingo a sábado que precede a entrevista acerca do seu tempo e dos demais moradores que realizam tais atividades. Com certeza o fator memória impacta nessas estimativas, pois diferentemente das pesquisas de uso do tempo, em que há um diário onde o morador selecionado especifica sobre as atividades realizadas e o tempo gasto. Metodologia similar é aplicada nas Pesquisas de Orçamento Familiar, onde as pessoas contabilizam os gastos monetários. Isso não significa, no entanto, que perguntar às pessoas o tempo gasto em cada atividade vai ser efetivo, visto que a metodologia e os propósitos da PNAD Contínua não se adequam a captação desse tipo de informação. Certamente o que se observará é uma superestimação do tempo em determinadas atividades e a subestimação em outras.

Outro aspecto importante a ser ponderado é a captação da informação dos afazeres domésticos e cuidados quando realizado no próprio domicílio e em domicílio de parentes. Esse é mais um recurso metodológico, pois os resultados apresentados indicam pouca diferenciação em relação à taxa de realização dos afazeres domésticos. É como afirmar que quase 180 mil pessoas não prepararam alimentos, não lavam louças, não fazem reparos domésticos, não limpam a casa ou quintal, não cuidam da organização do domicílio, não fazem compras, não cuidam de animais ou qualquer outra atividade doméstica no domicílio, mas realizam alguma dessas atividades em domicílio de algum parente.

No caso brasileiro, os resultados indicam que as pessoas mais jovens e as mais velhas apresentam uma taxa de realização de afazeres domésticos menor, comparada com a população de 25 a 49 anos de idade, o que pode estar relacionado com a dedicação aos estudos na população de 14 a 24 anos. Contudo, vale ressaltar que a taxa de realização de afazeres entre as meninas nessa faixa etária é de 86,4%, acima da média nacional, o que nos permite afirmar que as meninas já desde cedo

realizam essas atividades. Enquanto entre os meninos nessa faixa etária a taxa é de 66,3% (Tabelas 4 e 5). A média de horas dessas jovens com afazeres e cuidados é muito próxima da média nacional. Um aspecto cultural que perpassa gerações, que cristaliza no tecido social a visão de que as atividades domésticas são de responsabilidade feminina. No caso da população mais velha, algumas hipóteses podem explicar a ligeira queda na participação e horas dedicadas aos afazeres domésticos. Uma delas pode estar associada ao fator geracional, considerando que outros membros mais novos no domicílio podem ser responsáveis por tais atividades; outra hipótese pode estar relacionada com a atribuição de tais atividades a pessoas contratadas.

Tabela 4

Taxa de realização de afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade segundo os grupos de idade - Brasil - 2018

Grupos de idade	Total	Homens	Mulheres
Total	85,5	78,1	92,1
14 a 24 anos	76,2	66,3	86,4
25 a 49 anos	89,3	82,5	95,6
50 anos ou mais	86,1	80,3	90,9

Fonte: IBGE/PNADC 2018.

Tabela 5

Jornada média semanal com afazeres domésticos e cuidados das pessoas de 14 anos ou mais de idade segundo os grupos de idade - Brasil - 2018

Grupos de idade	Total	Homens	Mulheres
14 a 24 anos	12,5	8,7	15,6
25 a 49 anos	17,3	11,1	22,3
50 anos ou mais	18,3	11,8	23,0

Fonte: IBGE/PNADC 2018. Elaboração própria.

A realização dos afazeres é tão naturalizada para as mulheres que a escolaridade pouco influencia na taxa de realização de afazeres domésticos. No caso dos homens, por sua vez, a taxa de realização tende a se elevar entre os mais escolarizados. Possivelmente para esse grupo haja uma percepção da importância de compartilhar as atividades entre as mulheres, visto que são homens mais jovens que têm acompanhado o avanço das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, quando se busca compreender o que representa esse ‘compartilhar’ considerando a distribuição do tempo entre homens e mulheres nessas atividades verifica-se que esta pouco se alterou¹⁰. A jornada média dos homens com nível superior em afazeres domésticos e cuidados é ligeiramente menor em relação aos menos escolarizados, mas a desproporcionalidade em relação à jornada masculina é praticamente a mesma, pois as mulheres com a mesma escolaridade despendem 7 horas a mais nessas atividades (Tabelas 6 e 7).

Tabela 6

Taxa de realização de afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade segundo os níveis de instrução - Brasil - 2018

Nível de Instrução	Total	Homens	Mulheres
Total	85,5	78,1	92,1
Sem instrução e fundamental incompleto	82,1	74,2	90,0
Ensino fundamental completo e médio incompleto	84,5	76,4	92,6
Ensino médio completo e superior incompleto	87,8	81,2	93,5
Superior completo	90,0	85,3	93,2

Fonte: IBGE/PNADC 2018.

10 Ver também Vicente (2018).

Tabela 7

Jornada média semanal com afazeres domésticos e cuidados das pessoas de 14 anos ou mais de idade segundo os níveis de instrução - Brasil - 2018

Nível de Instrução	Homens	Mulheres
Total	10,9	21,3
Sem instrução e fundamental incompleto	11,1	22,6
Ensino fundamental completo e médio incompleto	10,4	21,1
Ensino médio completo e superior incompleto	10,8	19,5
Superior completo	10,9	18,1

Fonte: IBGE/PNADC 2018.

As atividades exercidas por homens e mulheres nos lares descrevem padrões de gênero bastante distintos. Do grupo de atividades desempenhadas nos domicílios, as mulheres são maioria em quase todas, exceto na atividade de reparos domésticos cuja participação é de 30,6%. As maiores taxas de participação feminina são evidenciadas nas atividades rotineiras de preparo de alimentos e limpeza da louça e das roupas cujos percentuais ultrapassam 90% (95,5% e 90,9%, respectivamente). A participação dos homens nas atividades domésticas se destaca nas atividades de compras, pagamento de contas e limpeza do quintal cuja participação varia de 68% a 72%. As duas primeiras atividades estão relacionadas à gestão do dinheiro, aspecto de controle e poder como aponta vários estudos feministas (Tabela 8).

A subordinação da mulher e a visão de que o cuidado da casa e da família é uma obrigação delas, muitas das vezes é resultado da falta de autonomia econômica. Como aponta Hirata (2015), não se pode pensar a divisão social e sexual do trabalho sem associá-la a uma divisão do poder e do saber na sociedade e na família. Para a autora, um poder desigual no mercado econômico reforça e exacerba o poder desigual na família. Logo, mesmo na esfera das atividades domésticas, essas relações de poder se reproduzem, fazendo com que as mulheres tenham uma participação mais

expressiva em atividades domésticas que exigem mais esforço e tempo e são de menor prestígio social. Os homens, por sua vez, se concentram em atividades domésticas que permitem ter o controle monetário.

Tabela 8

Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizam afazeres doméstico segundo o tipo de atividade realizada e sexo - Brasil - 2018

Atividades	Total	Homens	Mulheres
Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça	80,4	60,8	95,5
Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos	74,9	54,0	90,9
Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos...	43,0	59,2	30,6
Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim	76,2	68,3	82,2
Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados, etc.)	72,3	71,4	72,9
Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio	74,9	72,0	77,1
Cuidar dos animais domésticos	45,2	43,0	46,9

Fonte: IBGE/PNADC 2018.

A participação das mulheres no mercado de trabalho não altera o cenário delas em relação aos afazeres. Se, por um lado, a participação no mercado de trabalho reduz a dependência econômica, de outro intensifica a relação delas com os afazeres, visto que a taxa de participação

em tais atividades não somente aumenta como a jornada total se torna mais elevada. Quase 95% das mulheres ocupadas realizam afazeres domésticos, cuja jornada semanal com afazeres excede a jornada masculina em cerca de 8 horas semanais. A ‘dupla jornada’ revela uma carga de trabalho de 54,7 horas semanais para as mulheres ocupadas. Os resultados da tabela 9 nos revelam ainda que a taxa de participação das mulheres não ocupadas nos afazeres tende a ser um pouco menor, pois nesse grupo estão inseridas as mais jovens e as mais velhas, cuja não realização de afazeres pode estar relacionada com os estudos ou a realização por outros membros da família. A jornada das mulheres não ocupadas com afazeres é cerca de o dobro da jornada masculina (23,8 horas semanais) nessa mesma condição, o que mostra que a decisão e o tempo dedicado a essas atividades estão mais relacionados ao sexo que a posição de provedora de renda no domicílio. Cerca de 90% das mulheres não ocupadas trabalham nos domicílios sem qualquer remuneração realizando atividades essenciais para a reprodução social e econômica do país (Tabelas 9 e 10).

A invisibilidade do trabalho das mulheres nas estatísticas oficiais, como ressalta Maruani e Meron (2012), é uma realidade há anos e embora os países tenham avançado nas metodologias de mensuração do trabalho, a produção de estatísticas que divulgue a contribuição econômica ainda é bastante incipiente. As resoluções da 19 CIET, que a maioria dos países tem seguido inclusive o Brasil, se baseiam em uma definição de trabalho cuja principal característica é o recebimento de remuneração. Sendo assim, o ‘trabalho’ de 44 milhões de mulheres não ocupadas com afazeres domésticos e cuidados não produz um fluxo monetário, fazendo com que esse tempo dispendido por essas pessoas estejam fora da fronteira de produção do SCN. Logo, identificar formas de trabalho não remunerado significa reconhecer que a dinâmica do sistema econômico é também resultado do trabalho de pessoas fora da força de trabalho ou na força de trabalho potencial. Além disso, parcela significativa desse grupo não está na força de trabalho porque tem que cuidar de afazeres domésticos (19,7%), segundo os resultados da PNAD Contínua.

Tabela 9

Taxa de realização de afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade segundo a condição de ocupação - Brasil - 2018

Condição de ocupação	Total	Homens	Mulheres
Total	85,5	78,1	92,1
Ocupadas	87,9	82,5	94,9
Não ocupadas	82,6	70,6	89,8

Fonte: IBGE/PNADC 2018.

Tabela 10

Jornada média semanal com afazeres domésticos e cuidados das pessoas de 14 anos ou mais de idade segundo a condição de ocupação - Brasil - 2018

Condição de ocupação	Homens	Mulheres
Ocupadas	10,4	18,5
Não Ocupadas	12,0	23,8
Desocupadas	12,6	22,5

Fonte: IBGE/PNADC 2018. Elaboração própria.

Na PNAD Contínua os resultados indicavam que, em 2018, o cuidado de pessoas no domicílio ou parentes era uma realidade para 26,1% dos homens e 37% das mulheres de 14 anos ou mais de idade. Com esses resultados, no entanto, pouco se pode afirmar se estes valores são baixos ou não, visto que é a primeira vez que tais aspectos são investigados de forma separada. Entretanto, quando é feita a comparação com alguns países que já realizaram a pesquisa de Uso do Tempo, como o Peru, por exemplo, os percentuais de pessoas que realizam cuidados são mais elevados. O cuidado de crianças e adolescentes nesse país é uma realidade para 44,1% dos homens e 56,4% das mulheres. Quando

se analisa a distribuição por sexo nas atividades de cuidados de pessoas com deficiência ou idosos dependentes e os cuidados de pessoas com enfermidades o percentual de mulheres que realizam tais atividades é ainda mais elevado, 67,8% e 63,0% respectivamente (PERU, 2011).

No caso brasileiro, a maior taxa de realização de cuidados ocorre na faixa etária de 25 a 39 anos, visto que entre os homens essa taxa atinge o percentual máximo de 31,9% e de 50,2% para as mulheres (Tabela 11). Em relação às características de rendimento, as maiores taxas de realização de cuidados ocorrem nas faixas de menor rendimento domiciliar per capita. O percentual de mulheres na realização dos cuidados se reduz à medida que avança o rendimento, visto que na classe de até $\frac{1}{4}$ salário mínimo o percentual chega a 49,6% enquanto na classe de mais de 5 salários mínimos o percentual se reduz para 19,1%. A taxa de participação dos homens nos cuidados na faixa de rendimento domiciliar mais baixa é de 28%. Além disso, os resultados na PNAD 2015 indicavam que as famílias mais pobres eram as que menos tinham acesso às creches. Nas famílias com crianças até 1 ano de idade e rendimento familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo a taxa de frequência à creche era de 6,9%, enquanto nas famílias com criança nessa idade e com rendimento familiar per capita acima de 2 SM a taxa se eleva para 32%. No caso de crianças com 3 anos de idade, esses percentuais se elevam para 38,7% e 79,3%, respectivamente¹¹.

Vale ressaltar que é na faixa etária de 25 a 39 anos que a taxa de participação no mercado de trabalho é mais elevada para ambos os sexos, assim como é mais intensa a realização de cuidados, visto que incide também nessa faixa etária uma maior taxa de fecundidade. Logo, para as mulheres de menor renda e sem poder contar com aparatos públicos ou políticas públicas voltadas para os cuidados, a inserção e permanência no mercado de trabalho muitas vezes não é uma escolha. Pelo contrário, parcela significativa delas ficam inviabilizadas de gerar renda e serem economicamente produtivas. Na PNAD Contínua há a pergunta

11 Na PNAD Contínua 2018 a taxa de frequência bruta das crianças de 0 a 3 anos é de 34,2%.

para as pessoas não ocupadas acerca do motivo pelo qual a pessoa não procurou trabalho ou não gostaria de ter trabalhado ou não estava disponível para iniciar um trabalho e 35,5% das mulheres declaram que o principal motivo era o cuidado com afazeres, filhos ou outros parentes.

Tabela 11

Pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizam cuidados, total e percentual em relação a população total - Brasil - 2018

Sexo	Cuidados (x1000)	%	Cuidados (inclusive não moradores) (x1000)	%
Total	49 349	29,1	53 951	31,8
Homens	19 728	24,5	21 001	26,1
Mulheres	29 621	33,3	32 950	37,0

Fonte: IBGE/PNADC 2018.

A importância das informações de uso do tempo para os estudos de gênero

As informações de uso do tempo dos indivíduos são fundamentais nos diversos campos das políticas públicas, mas são as(os) pesquisadoras(es) feministas ou da área de gênero, organismos internacionais e organizações para o avanço das mulheres que mais têm impulsionado a produção de estudos e pesquisas empíricas¹². As últimas décadas foram bastante profícuas acerca do aumento do número de estudos que abordam a distribuição do tempo das pessoas nas atividades, principalmente acerca da distribuição desigual entre homens e mulheres do trabalho não remunerado. No Brasil, os estudos pioneiros de Amaury de Souza

12 A produção de estudos e pesquisas sobre o uso do tempo ganhou impulso na segunda metade da década de 1990 quando uma das resoluções da IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijing, em 1995, recomendou a produção de ‘meios estatísticos apropriados’ para mensurar o trabalho não remunerado nos domicílios (AGUIRRE E FERRARI, 2014).

na década de 1970 e de Neuma Aguiar no final dos anos 1990¹³ abriram espaço para as reflexões sobre os diversos aspectos da temporalidade nas relações sociais.

Em virtude das agendas internacionais, atualmente há duas grandes abordagens que se destacam a partir das informações de uso do tempo nos países. A primeira abordagem se refere à evidenciação da distribuição desigual do trabalho não remunerado entre homens e mulheres, cujas repercussões socioeconômicas implicam em sobrecarga de trabalho para as mulheres, menor autonomia econômica e uma inserção precária no mercado de trabalho. A outra abordagem consiste na mensuração do valor da contribuição do trabalho não remunerado para a economia. Como as mulheres são maioria no trabalho não remunerado, essa valoração significa não somente dar visibilidade ao trabalho feminino realizado nos lares, mas o reconhecimento social e econômico acerca do papel fundamental delas na promoção do bem-estar e funcionamento da economia. Entretanto, vale destacar que as mulheres não querem somente reconhecimento, mas políticas públicas que promovam o rompimento de padrões sociais sexistas e a construção de novos modelos mais igualitários, de compartilhamento das tarefas domésticas, de oferta de serviços de cuidados, de proteção social, possibilitando às mulheres ocupar os diversos espaços da vida social.

Em 2015, em substituição aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, os 193 estados membros das Nações Unidas ratificaram uma nova agenda global: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS ou Agenda 2030. Nesse pacto global foram estabelecidos 17 objetivos e 169 metas a serem alcançadas pelos países. A igualdade de gênero representa um dos 17 objetivos e há consenso de que este é um objetivo que perpassa todos os demais. Ainda no âmbito da Agenda 2030 foi aprovada em 2016 a Estratégia de Montevidéu para implementação da agenda regional de gênero para os ODS. O eixo 9 de implementação da Estratégia de Montevidéu preconiza sobre a importância dos dados

13 Ver Pinheiro (2016).

enquanto informação, esta última como conhecimento que, por sua vez, implica em decisão política (CEPAL, 2017). Nesse sentido, este documento aprovado na XIII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe reforça o quanto é necessário o fortalecimento da produção estatística nos países, como uma importante estratégia para a promoção da igualdade de gênero.

Na América Latina e Caribe, as pesquisas de uso do tempo têm mostrado que o tempo gasto das mulheres com afazeres domésticos e cuidados é significativamente superior ao tempo observado para os homens nessas atividades. Embora os países apresentem metodologias distintas no cálculo do tempo gasto com afazeres domésticos e cuidados, o que faz com que as estimativas não sejam comparáveis, é possível mensurar a desigualdade entre homens e mulheres em relação ao tempo dedicado a essas atividades. Uma maior jornada em trabalho não remunerado implica não somente um menor tempo para o trabalho remunerado e lazer, mas uma redução do bem-estar e da autonomia econômica, pois limita a participação das mulheres no trabalho remunerado.

Os dados apresentados na tabela 12 indicam o percentual do tempo que é dedicado à realização de afazeres domésticos e cuidados de uma jornada de 24 horas. Um resultado que pode ser extraído desse indicador é a diferença do percentual do tempo dedicado das mulheres em relação ao percentual do tempo dos homens. É possível verificar que o Brasil apresenta a menor diferença entre os sexos no percentual do tempo dedicado aos afazeres domésticos e cuidados (6.5 pontos percentuais). A maior diferença, por sua vez, é observada na Guatemala (17 pontos percentuais). Por outro lado, buscando evitar os efeitos das diferenças metodológicas das pesquisas, outra forma de analisar esse indicador é através da desigualdade relativa entre homens e mulheres no percentual do tempo gasto com afazeres domésticos e cuidados. Os resultados indicam que a desigualdade varia de 1.7 em Cuba a 6.9 na Guatemala, ou seja, nesse último país o tempo gasto pelas mulheres com afazeres e cuidados é quase 7 vezes mais o tempo gasto pelos homens.

Tabela 12

América Latina (18 países): Proporção do tempo dedicado aos afazeres domésticos e cuidados não remunerados por sexo

Indicador 5.4.1 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (% dia)

País	Homem	Mulher	Desigualdade
Argentina 2013	9,3	23,4	2,5
Bolívia 2001	12,1	23,1	1,9
Brasil 2017	5,1	11,6	2,3
Chile 2015	10,8	24,7	2,3
Colômbia 2017	5,2	17,9	3,4
Costa Rica 2017	8,7	22,6	2,6
Cuba 2016	12,5	21	1,7
Equador 2012	4,7	19,8	4,2
El Salvador 2017	7	20,2	2,9
Guatemala 2017	2,9	19,9	6,9
Honduras 2009	4,3	17,3	4,0
México 2014	7,5	23,7	3,2
Nicarágua 1998	12,1	22,9	1,9
Panamá 2011	7,6	18	2,4
Paraguai 2016	4,4	15	3,4
Peru 2010	7,3	21	2,9
Rep. Dominicana 2016	3,8	16,7	4,4
Uruguai 2013	8,4	19,9	2,4

Fonte: Cepal, 2019.

A abordagem da valorização do trabalho feminino não remunerado e sua contribuição para a economia estão explicitadas na meta 5.4 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. No entanto, para o cálculo da produção doméstica do país um insumo fundamental é a pesquisa nacional de uso do tempo. Vários países, incluindo o Brasil, ainda não possuem uma PNUT e as justificativas para a não implementação decorrem desde a disponibilidade de recursos à complexidade do processo estatístico. Mas este não é o único entrave, pois para a construção da conta-satélite do trabalho não remunerado é necessário definir ainda

que método de valoração do trabalho doméstico não remunerado será adotado. Na literatura há referência para três métodos: i) custo de oportunidade, ii) custo dos trabalhadores especializados e iii) custo do trabalho doméstico remunerado¹⁴ (ARRIAGADA, 2005).

A proposta de construção da conta-satélite do TDNR parte do pressuposto de que o tempo gasto tem um valor e contribui para o bem-estar social. As referências teóricas dessa abordagem econômica do tempo enquanto um bem tem origem no artigo seminal de Becker (1965). Para o autor, a partir da teoria da escolha, o tempo pode ser tratado como um bem que faz parte da cesta de consumo do indivíduo e tem um custo associado. Posteriormente, no Tratado da Família, Becker (1991) retoma essa formulação teórica que assume novos contornos. Ele menciona que cada membro da família deve se especializar em atividades (no mercado de trabalho ou na produção doméstica) que possuem vantagens comparativas. Sendo assim, é possível deduzir que as mulheres se concentram no trabalho doméstico em virtude de suas vantagens comparativas nessas atividades.

As estimativas acerca do valor econômico do trabalho não remunerado apresentam valores bastante diferenciados entre os países. Segundo os dados da Cepal para alguns países com PNUT e que produziram a conta-satélite do trabalho não remunerado, a menor contribuição em relação ao PIB nacional é observada na Colômbia (2,4%) e a maior no México (24,2%)¹⁵. No Brasil, estimativas não oficiais produzidas por pesquisadores projetam uma contribuição intermediária de cerca de 12%¹⁶. Não é objetivo aqui problematizar acerca da diferença desses valores da contribuição do trabalho não remunerado; no entanto, há

14 O primeiro custo está relacionado ao salário que se poderia obter no mercado dadas as qualificações. O segundo custo considera o salário médio do profissional especializado. Por fim, o terceiro custo corresponde ao salário médio do trabalhador doméstico no mercado. A título de exemplo, no Peru, a estimação do valor do trabalho não remunerado no PIB apresentou o maior percentual utilizando o método 2 do custo do profissional especializado.

15 Vale ressaltar que nesses dois países a PNUT foi conduzida como pesquisa independente e de abrangência nacional.

16 Ver Melo *et al.* (2016).

uma lacuna na literatura feminista acerca da apropriação e interpretação desses resultados das contas satélites do TDNR. Em termos de políticas públicas, o que as mulheres no México podem reivindicar além do reconhecimento que o trabalho delas representa um incremento de 24,5% no PIB nacional?

Tabela 13

Valor econômico do trabalho não remunerado como percentual do PIB

Países	%
Colômbia 2012	2,4
Costa Rica 2011	15,7
Equador 2012	15,2
El Salvador 2010	21,3
Guatemala 2014	18,8
México 2014	24,2
Peru 2010	20,4
Uruguai 2013	22,9

Fonte: Cepal, 2019.

As aplicações dos resultados da PNUT não se restringem às conta-satélites e alguns autores, por exemplo, têm utilizado abordagens alternativas como o cálculo da linha de pobreza de renda e tempo e a de transferências intergeracionais de tempo. O estudo de Esquivel (2016) inclui a dimensão do tempo na mensuração da pobreza. A hipótese da autora é que não somente o trabalho remunerado contribui para o bem-estar econômico, mas também o trabalho não remunerado. O déficit de tempo das pessoas que precisam suprir as necessidades de trabalho doméstico e cuidados constitui um fator de 'empobrecimento' quando não compensado pelo rendimento do trabalho no mercado¹⁷. Numa extensão da análise, a autora considera ainda três dimensões de privação

17 A autora constata ainda que quanto maior a incidência da pobreza de tempo mais elevada é a probabilidade de se incorrer em pobreza de renda.

que exprimem as desigualdades de gênero: a inserção no mercado de trabalho, as estruturas demográficas e as políticas sociais de cuidado.

O estudo de Jesus (2018) evidencia a iniquidade de gênero nas transferências intergeracionais de tempos do trabalho não remunerado, particularmente relativo às atividades domésticas. As estimativas da autora indicam que as mulheres em todo o curso da vida transferem trabalho doméstico não remunerado para os homens, que são consumidores líquidos. A partir da imputação do tempo dispendido nessas atividades com a valoração do tempo gasto, a autora conclui que essa “produção” doméstica corresponderia a 10,4% do PIB brasileiro.

Há ainda estudos como o de Itaboraí (2016) que muda o eixo do debate da importância das informações de uso do tempo para vislumbrar as desigualdades entre homens e mulheres a partir de uma perspectiva econômica para uma vertente mais sociológica. A autora destaca que as estatísticas de uso do tempo constituem uma dimensão importante para a análise das desigualdades de classe e gênero inter e intrafamiliar no caso brasileiro. Ela destaca também que as mudanças sociodemográficas recentes como a postergação do casamento e a diminuição do número de filhos implicaram uma redução da carga de trabalho feminina com os afazeres e cuidados. Mas para essa redução ser maior são necessários mecanismos de redistribuição do trabalho doméstico entre os membros da família o que, por sua vez, depende de mudanças nas relações de gênero e geracionais. Outro mecanismo é o provimento dos serviços de afazeres e cuidados pelo mercado ou oferta pública.

Considerações finais

A IV Conferência Internacional das Mulheres, realizada em Beijing, em 1995, consiste num importante marco para o reconhecimento e enfrentamento das desigualdades de gênero nos países. Uma das grandes limitações à autonomia econômica das mulheres é a desigualdade na distribuição do trabalho remunerado e não remunerado no âmbito das

famílias. Com base na Plataforma de Ação de Beijing e com o apoio de organismos internacionais e organizações para o avanço das mulheres, nas últimas décadas os países deram um grande impulso à promoção da igualdade de gênero, principalmente no que se refere à produção e disseminação de estatísticas de gênero.

O plano de ação é específico na importância de os países produzirem estatísticas que deem visibilidade e quantifiquem o trabalho não remunerado realizado nos domicílios, cuja responsabilidade recai amplamente sobre as mulheres. No caso brasileiro, as inovações metodológicas na PNAD Contínua permitiram que o país avançasse no debate nacional e internacional sobre trabalho não remunerado e gênero. No entanto, com a aplicação da pesquisa piloto de uso do tempo¹⁸ no Brasil, em 2010, gerou-se a expectativa de que o país, assim como vários países da América Latina e Caribe, incluiria no seu plano de produção estatística a Pesquisa Nacional de Uso do Tempo. A implantação da PNUT permitiria não somente suprir uma das muitas lacunas estatísticas para a formulação e promoção de políticas de gênero e de cuidados no Brasil, mas trazer para as análises sociais e econômicas a dimensão do **tempo**, aspecto que é estudado pelas nações mais desenvolvidas desde a década de 1960.

Os resultados da PNAD Contínua permitiram detalhar um pouco mais as atividades não remuneradas de afazeres domésticos e cuidados realizados por homens e mulheres, possibilitando mensurar em termos nacionais o que vários estudos já evidenciavam acerca da baixa adesão dos homens e a realização de tarefas geralmente esporádicas como a limpeza do quintal e o pagamento de contas. Este último aspecto, inclusive, está associado às relações de poder e dominação no interior dos domicílios, onde os homens são os detentores de recursos financeiros e as mulheres, na maioria das vezes sem capacidade de escolha, são as responsáveis pela maior carga de trabalho doméstico.

18 A pesquisa piloto de uso do tempo 2009-2010 foi aplicada em 5 Unidades da Federação de cada região do Brasil e foi resultado do convênio entre a Secretaria de Política para as Mulheres e o IBGE (CAVALCANTI *et al.*, 2010).

Por outro lado, cabe ressaltar que a nova metodologia da PNAD Contínua levou também a outras limitações acerca da produção de estudos e indicadores que relacionam o trabalho não remunerado com as demais características sociodemográficas da população. Na PNAD anual, como as informações de afazeres e cuidados faziam parte das informações básicas ou estruturais da pesquisa, sempre era possível relacionar tais características com os demais temas sociodemográficos que complementavam a pesquisa, na forma de módulo ou suplemento. Soares (2016), por exemplo, relacionou os dados gerais da PNAD 2008 que inclui o suplemento de saúde para mostrar como as diversas estruturas de cuidados (famílias com filhos menores, idosos, pessoa com doença crônica etc.) podem impactar o trabalho feminino remunerado e não remunerado. Esse tipo de abordagem no modelo atual fica inviabilizado se, por exemplo, não é introduzido o tema de saúde na PNAD Contínua ou se o trabalho não remunerado não é introduzido na Pesquisa Nacional de Saúde.

Ao disponibilizar o indicador de proporção do tempo gasto em trabalho doméstico e de cuidados por sexo, a partir dos resultados da PNAD Contínua, o país divulga uma medida que ilustra a meta 5.4 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, onde um dos eixos é a promoção da igualdade de gênero. Nessa meta se objetiva reconhecer e valorizar o trabalho não remunerado a partir da oferta de serviços públicos, infraestrutura, políticas de proteção social e a promoção de responsabilidade compartilhada nos lares. No entanto, pela falta de uma pesquisa nacional de uso do tempo, o país não disponibiliza para a sociedade recursos estatísticos apropriados para mensurar a contribuição econômica das mulheres no PIB com a produção doméstica de afazeres e cuidados, assim como deixa uma lacuna em informações essenciais para as políticas de gênero e de proteção social em um país cujo rápido processo de envelhecimento populacional impõe novos desafios.

Referências

AGUIRRE, R. e FERRARI, F. Las encuestas sobre uso del tiempo y trabajo no remunerado en América Latina y el Caribe Caminos recorridos y desafíos hacia el futuro. **Cepal, Serie Asuntos de Genero**, 2014.

ARRIAGADA, I. Los límites del uso del tiempo: dificultades para las políticas de conciliación familia y trabajo. *In: Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales*, **Cepal. Serie Seminarios y Conferencias**, n. 46, Santiago de Chile. Nações Unidas, jul. 2005.

ÁVILA, M. B. e FERREIRA, V. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Maria Betânia Ávila e Veronica Ferreira (Orgs.). Realização: SOS CORPPO Instituto Feminismo para a Democracia; Instituto Patrícia Galvão. Recife, 2014.

BARBOSA, Maria Luiza N.H. **Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer**: uma análise da alocação do tempo no Brasil. IPEA. Rio de Janeiro, Texto para Discussão 2416, 2018.

BECKER, G. A Theory of the Allocation of Time. **The Economic Journal**. V. 75, n. 299, pp. 493-517. 1965.

BECKER, G. **A Treatise on the family**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

BRASIL. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher 2014**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, março de 2015. 181p, 2015.

BRUSCHINI, M. C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, 1994.

BRUSCHINI, M. C. e RICOLDI, A. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

CAVALCANTI, L. G. *et al.* A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. *Fazendo Gênero* 9. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 23 a 26 de agosto de 2010.

CEPAL (2019). **Repositorio de información sobre uso del tiempo de América Latina y el Caribe**. Acesso em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/2019-10_repositorio_uso_del_tiempo_esp.pdf.

CEPAL (2017). **Estratégia de Montevidéu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030**. Acesso em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41107/1/S1700036_pt.pdf

ESQUIVEL, V. (2016). A pobreza de renda e tempo em Buenos Aires, Argentina: um exercício de medição da pobreza para a elaboração de políticas públicas. *In: Uso do tempo e gênero*. (Orgs.) FONTOURA, Natália: ARAÚJO, Clara. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. V. 37, n. 132, pp. 595-609. Set./Dez, 2007.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**. N. 7, Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2015.

ITABORAÍ, N. R. Temporalidades plurais: desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. *In: Uso do tempo e gênero*. (Orgs.) FONTOURA, Natália: ARAÚJO, Clara. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

JESUS, J. C. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil**: uma análise de produção, consumo e transferência. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2018.

MARUANI e MERON. **Un siècle de travail des femmes en France 1901 - 2011**. Paris, La Découverte, coll. « Sciences humaines », 229 p, 2012.

MELO, H. P. *et al.* Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. *In: Uso do tempo e gênero*. (Orgs.) FONTOURA, Natália: ARAÚJO, Clara. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

PERU. Brechas de Género en Uso del Tiempo. Freyre Valladolid, Mayela. López Mendoza Edgardo. **Ministerio de la Mujer y Desarrollo Social** - MIMDES. Lima 2011.

PINHEIRO, L. S. Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. *In: **Uso do tempo e gênero***. (Orgs.) FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

SOARES, C. Os desafios (para as mulheres) do trabalho reprodutivo no Brasil com o processo de envelhecimento populacional. *In: **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?*** E-book, ABEP, 2016.

SOARES, C. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2. sem., 2008.

VICENTE, T. A. **As mulheres e os seus tempos**: dupla jornada de trabalho, cuidado de si e lazer na promoção da saúde. Tese (doutorado). São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Programa de Medicina Preventiva, 2018.

Uso do tempo e valoração do trabalho não remunerado no Brasil

Hildete Pereira de Melo

(UFF)

Lucilene Morandi

(UFF)

Ruth Helena Dweck

(UFF)

Introdução

No início do século XXI, a publicação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de uma variável relativa ao tempo dispendido pelas pessoas para a reprodução da vida – afazeres domésticos e cuidados – na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios possibilitou que fosse desenvolvida uma linha de pesquisa relativa ao “trabalho invisível”. O trabalho que as mulheres realizam no interior das suas famílias, cuidando da reprodução da vida, através da medição das horas dedicadas aos afazeres domésticos pelas pessoas acima de 10 anos.

O Estado responde às pressões da sociedade e, internamente estas não foram suficientes para promover as mudanças necessárias na vida das famílias (THOMÉ, 2019). A pressão do movimento feminista internacional conseguiu colocar na pauta da Organização das Nações Unidas (ONU) a discussão sobre as discriminações sofridas pelas mulheres no

mercado de trabalho, nas relações familiares e nos espaços de poder. Como resultado, a ONU convocou, em 1975, a I Conferência Internacional da Mulher e, desde então, a mobilização feminista conseguiu manter viva esta agenda política no âmbito internacional e em todos os países.

A partir de 2001 a PNAD-Anual (IBGE) passou a divulgar as informações sobre o trabalho não remunerado que as pessoas (majoritariamente mulheres) realizam para a reprodução da vida. O acesso a esses dados, através de seus microdados, davam início ao desnudamento da desigualdade de sexo e raça nos dados macroeconômicos, possibilitando a análise da articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo na sociedade. O mais importante foi que estes dados permitiram a análise da categoria afazeres domésticos, para o Brasil, e significava um grande avanço na luta que as feministas do mundo faziam sobre a invisibilidade do trabalho das mulheres, desde o século XIX. Deve-se ressaltar, no entanto, que a PNAD-Anual já havia incorporado algumas dessas perguntas sobre afazeres domésticos e cuidado, desde 1992, a pedidos de organismos internacionais, que estavam especialmente preocupados com o avanço do trabalho infantil no mundo. Uma questão importante é por que estas informações na pesquisa não haviam sido incluídas como resposta às demandas do movimento feminista em todo o mundo e a resposta talvez seja que, à época, as economistas feministas não tinham nenhum espaço respeitado como campo de investigação no interior da teoria econômica (MELO; SERRANO, 1997) e as que se arriscaram, no passado, a fazer esta denúncia foram esquecidas ou ignoradas (VANDELAC; BÉLISIE; GAUTHIER; PINARD, 1985).

As estatísticas publicadas pela PNAD-Anual desde então, permitiram que um pequeno grupo de economistas da Universidade Federal Fluminense publicasse, em 2005, uma primeira pesquisa que analisava a divisão sexual do trabalho no caso brasileiro. O artigo valorava os afazeres domésticos e o valor do trabalho não remunerado que, como a pesquisa mostrava, era realizado basicamente pelas mulheres (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2005). O trabalho teve grande repercussão, principalmente a partir da publicação de seus resultados na mídia, nos jornais

O Valor Econômico (2005), *Folha de São Paulo*, com o artigo “*Falta mães nas estatísticas*”, do jornalista Luís Nassif. Até mesmo a Câmara Federal promoveu discussões em plenário (NASSIF, 2005).

A pesquisa sobre a importância do trabalho não remunerado para o desvendamento das desigualdades e discriminações, principalmente relacionadas às mulheres, na sociedade contemporânea, teve prosseguimento no âmbito da Faculdade de Economia (UFF) e, atualmente, é desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE), já tendo gerado diversos livros, capítulos e artigos publicados e apresentados em congressos nacionais e internacionais.

Todavia, o tema não era novo na literatura internacional das ciências sociais. Pesquisas de uso do tempo já vinham sendo debatidas nos EUA e Europa. No Brasil, a referência eram os trabalhos da professora Neuma Aguiar, desde o histórico seminário que coordenou, em 1978, realizado no IUPERJ, no Rio de Janeiro. Este seminário reuniu pesquisadoras pioneiras sobre os diferentes olhares do trabalho feminino.¹

Na atualidade, há um maior entendimento sobre a importância das pesquisas de uso do tempo e a criação de um indicador social do trabalho não remunerado para o Brasil. Isso obedece às diretrizes das recomendações definidas nas Metas do Milênio da ONU como uma medida necessária para a redução da desigualdade entre os sexos (CEPAL, 2018; IPEA, 2016). A mensuração do trabalho não remunerado deve ser feita através da incorporação de uma Conta-Satélite ao Sistema de Contas Nacionais (SCN). O objetivo desta conta é explicitar o valor do trabalho não remunerado, mostrando sua relevância social para a geração de riqueza. Este trabalho é realizado por pessoas em favor dos membros de sua família, sem receberem por isso qualquer remuneração. Por não ser comercializado no mercado e, portanto, por não ter um preço explicitado, esse trabalho torna-se invisível à sociedade. O valor oficial da produção agregada (Produto Interno Bruto – PIB) está representado pelas

1 Ver mais detalhes no capítulo deste livro que traz a entrevista com a professora Neuma Aguiar.

estatísticas oficiais, que consideram como produção os bens e serviços produzidos e comercializados, não considerando, portanto, o valor da produção de bens e serviços gerados pelo trabalho não remunerado. Estes, por não terem sido comercializados, não têm preço. O trabalho não remunerado é trabalho rotineiro, deve ser feito sem interrupção, diariamente, por membros da família. Por demandar tempo de quem o realiza, pode inviabilizar sua participação, pelo menos de forma plena, no mercado de trabalho. Como em todo o mundo o trabalho não remunerado é majoritariamente realizado por mulheres, são elas que sofrem o maior peso dessas atividades (DEDECCA, 2004).

Desde que a Comissão de Estatística das Nações Unidas incorporou as Contas-Satélites ao cálculo do PIB, ampliou-se o debate sobre a valorização do trabalho doméstico, tanto no âmbito da comunidade acadêmica quanto no do Estado. O objetivo de uma conta-satélite da produção doméstica vai além da mensuração dos trabalhos realizados no interior das famílias. Serve para desnudar a invisibilidade que cerca o tradicional “lugar das mulheres” na sociedade. Esta conta discute a noção de bem-estar e enfatiza o uso do tempo como determinante da qualidade da vida da população (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2016). Ao tornar visível a riqueza gerada pelo trabalho não remunerado, é possível o crescimento e desenvolvimento econômico serem mais justos. É necessário entender que “só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento econômico servem à ampliação da capacidade dos seres humanos” (TEIXEIRA, 2012, p. 15) para decidirem e fazerem o melhor para suas vidas. Entendendo-se por capacidades humanas ter vida longa e saudável; instrução; acesso a condições materiais satisfatórias; e ser capaz e poder participar da vida da comunidade, condições ainda distantes da vida de milhares de mulheres.

O presente estudo propõe a discussão de uma metodologia para a criação de um indicador do trabalho não remunerado para o Brasil. O objetivo é que este indicador contribua para o desenvolvimento de um indicador social que, ao incluir as diferenças de sexo nas estatísticas macroeconômicas, consiga representar mais adequadamente os

verdadeiros impactos das decisões de políticas econômicas sobre áreas prioritárias, como saúde, educação e emprego, vitais para a redução das desigualdades de gênero e raça. Lembrando que um indicador, apesar de ser uma medida quantitativa simples, serve para representar fenômenos, mesmo que complexos, e para avaliar sua evolução, mudança e tendência ao longo do tempo. Assim, primeiro faz-se uma breve apresentação das estatísticas oficiais das contas nacionais, em seguida das contas-satélites e do seu significado para as estatísticas de gênero, realçando a importância dos afazeres domésticos e cuidados na sociedade e, por último, uma iniciante proposta metodológica para o caso brasileiro.

O que conta e o que não conta nas estatísticas de gênero

As análises macroeconômicas, bem como as decisões de política econômica, são baseadas principalmente nos dados gerados pelas contas nacionais. Os níveis de produto agregado, investimento, consumo, gastos correntes e de investimento do governo, os resultados das relações com o resto do mundo (exportações, importações e fluxos de capitais), assim como sua taxa de crescimento são gerados pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN), cujo objetivo é “[...] a partir de um marco estrutural teórico, apresentar recomendações de como obter os dados para quantificar esse marco” (FEIJÓ; RAMOS, 2008, p. 3).

Uma das principais estatísticas produzidas pelo SCN é, sem dúvida, o produto agregado (PIB), que representa toda a riqueza, na forma de bens e serviços, gerada e disponibilizada pelo país num determinado período. A metodologia de compilação e tratamento dos dados estatísticos gerados pelo SCN sofre aperfeiçoamentos metodológicos que são seguidos pelos órgãos estatísticos dos diversos países, e visam melhorar a qualidade e comparabilidade dos dados macroeconômicos dos países.

No caso brasileiro, a responsabilidade pela elaboração do SCN é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).²

No entanto, o PIB ainda não é uma estatística satisfatória para a tomada de decisões de políticas públicas. Um dos principais problemas está relacionado às ausências/omissões importantes, como a não inclusão dos custos relacionados à destruição ou mal-uso de recursos naturais, gerando poluição e prejuízos diversos à saúde e qualidade de vida; ou a não inclusão do valor dos bens da natureza – árvores, matas, florestas, lagos, rios, praias, animais silvestres – e seus benefícios, como a manutenção de *habitats* e fontes de alimentos, vital para a diversidade do planeta.³ Além disso, também está ausente das contas nacionais e do cálculo do PIB o valor de todos os bens e serviços produzidos pelo trabalho não remunerado (afazeres domésticos e cuidados), realizado por pessoas em prol dos membros de suas famílias, para gerar e/ou aumentar o bem-estar de seus membros, sem receberem nenhuma remuneração em pagamento.

O importante a destacar é que essas ausências não são inócuas. Elas têm consequências importantes, principalmente em relação à tomada de decisão relativas às políticas públicas. A invisibilidade dos custos ambientais da produção agrícola e industrial leva a não cobrança de reparação por parte de quem destrói e implica apropriação privada de benefício coletivo, porque gera lucro para quem destrói (com a venda de produto ou serviço) e custo para a sociedade (poluição de água, ar,

2 Após a publicação do primeiro manual, *“Definition and measurement of the national income and related totals”*, coordenado por Richard Stone, em 1947, a divisão de estatísticas da ONU passa a exigir padrões estatísticos internacionais para a compilação e atualização dos dados econômicos, com a finalidade de torná-los comparáveis e serem fonte para a definição de políticas públicas. Em 1953 foi publicado *“A system of national accounts and supporting tables”*, ou SNA-53, o primeiro manual amplamente adotado para a elaboração do SCN, com revisões em 1960, 1964 e 1968 (SNA-68). Em 1982 a ONU publicou o *“Intersecretariat Working Group on National Accounts”* (ISWGNA), que modernizou as regras de elaboração do SCN, incorporando todas as evoluções metodológicas, com versões atualizadas em 1993 (SNA-93) e em 2008 (SNA-2008). Ver Hallak Neto (2014).

3 Como bem destaca Waring (1988), a árvore viva, linda sobre a colina, que produzia alimento e residência a vários animais e beleza para ela, por embelezar a vista desde sua casa, tinha valor zero nas contas nacionais. Mas se ela subisse a colina e cortasse a árvore, o valor da lenha ou toras apareceria nas contas nacionais.

criação de lixo, etc.). Na realidade este custo será coletivo e toda a sociedade pagará pela recuperação/limpeza do que foi destruído ou poluído. Apesar de esse ser um item importante, este texto tratará apenas da ausência, nas contas nacionais, da produção relativa ao trabalho realizado pelas famílias.

Por outro lado, no caso do trabalho não remunerado, a relação é invertida. O custo é individual enquanto o benefício é público. Nesse caso, o custo é quase todo de uma classe específica, diferenciada por seu sexo, ou seja, as mulheres e meninas. Estatísticas mostram que em todo o mundo as mulheres são as principais responsáveis pela manutenção da casa, disponibilização a tempo e a hora de alimentação e comida pronta, roupa lavada e passada, criação e educação das crianças até a idade em que se tornam mais autônomas, pelo cuidado e disponibilização de bem-estar para todos os membros da família, que têm um trabalho remunerado ou não.

O trabalho das mulheres permite, de um lado, que as empresas se beneficiem do fato de existir pessoas com disponibilidade de horas para trabalhar, favorecidas pelo fato de existir alguém em casa para cuidar das crianças e dos afazeres domésticos, sem custo para a empresa. De outro lado, algumas pessoas da família podem se empregar e ganhar salário porque têm garantia de ter roupa lavada, comida preparada, casa arrumada e filhos/as cuidados/as, serviços que são realizados pelas pessoas que não estão trabalhando no mercado remunerado, em geral mulheres, e que não têm nenhuma remuneração. E, por último, a sociedade como um todo também ganha, porque a humanidade se reproduz, as crianças nascem, são alimentadas, educadas e assistidas. Também a sociedade tem esse benefício sem nenhum custo. Nessa estrutura produtiva, as únicas pessoas que têm custo – usam seu tempo diário para estas tarefas – e pouco benefício com a realização do trabalho não remunerado são as mulheres. Em geral, para a realização desse trabalho as mulheres deixam ou são impedidas, dependendo da cultura e/ou religião local, de participar do mercado de trabalho remunerado. Com isso tornam-se dependentes de quem trabalha: maridos/

companheiros, filhos/as, ou outro parente. Em consequência, perdem autonomia e liberdade e, quando envelhecem, ficam ainda mais dependentes da renda de outros, porque não têm direito à aposentadoria, dado que “nunca trabalharam”.⁴

Em geral, as mulheres não participam em igualdade de condições com os homens no mercado de trabalho mercantil. As mulheres que têm trabalho remunerado recebem, em média, menos que os homens, mesmo exercendo as mesmas atividades e com qualificação similar. Além disso, de forma geral, as mulheres estão mais presentes em postos de trabalho com contratos informais e condições de trabalho mais precárias, estando mais expostas à violência física e/ou sexual, que pode se agravar se a mulher é de classe mais pobre, não branca e/ou imigrante, além de estar sujeita às discriminações relativas à raça, etnia e/ou estado civil. A responsabilidade pelo trabalho não remunerado dentro do seu núcleo familiar explica, mesmo que apenas em parte, porque as mulheres participam menos do mercado de trabalho ou dedicam menos horas que os homens ao trabalho mercantil (MELO; THOMÉ, 2018, cap. 6).

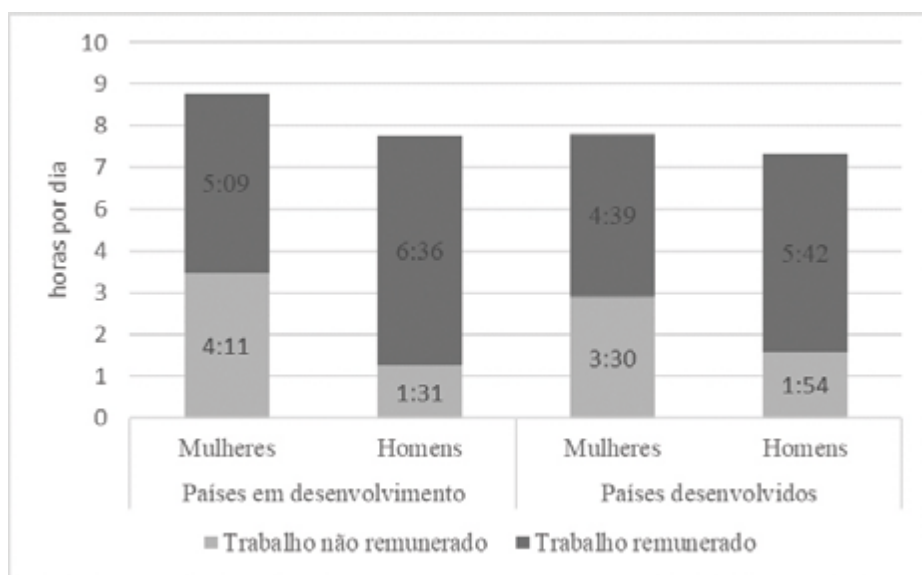
Junte-se a isso o fato de que uma percentagem importante de mulheres (40,5%) é chefe de família.⁵ O olhar social estabelecido é que, quando um relacionamento entre homem e mulher não dá certo, a mulher fica com as crianças. O pai muito comumente se ausenta não apenas da casa, mas dos cuidados das crianças. A separação deixa ao encargo das mulheres o custo da criação/educação das crianças, o que é socialmente aceito como natural e o mais apropriada para a família.

4 Segundo IBGE (2018), em 2060, 25,5% da população brasileira (58,2 milhões) terá mais de 65 anos e 14,7% (33,6 milhões) será de jovens (0 a 14 anos). Essa projeção dá uma ideia do número de pessoas que precisará de algum tipo de atenção e cuidado. O número de idosos é crescente (era de 19,2 milhões em 2018) e o número de jovens é decrescente (eram 44,5 milhões em 2018), decorrente do aumento da expectativa média de vida e da redução da taxa de fecundidade das mulheres. Uma questão importante é que o envelhecimento da população e a não disponibilidade clara e efetiva dos governantes de conter a destruição do meio ambiente, promovendo produções menos nocivas à natureza e bem-estar e mais sustentável no tempo, elevará a carga sobre a população jovem no futuro.

5 Segundo dados do IBGE (2010), 37,3% das famílias eram chefiadas por mulheres em 2010. Além disso, as mulheres comandavam 87% das famílias sem cônjuge e com filhos. Dados da PNAD-C (IBGE) mostram que, em 1995, 22,9% das famílias eram chefiadas por mulheres e, em 2015, esta proporção aumentou para 40,5%.

O percentual de homens que dividem igualmente o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças ainda é pequeno. Segundo dados da ONU-Mulheres, a média, tanto para os países em desenvolvimento quanto para os desenvolvidos, do tempo gasto pelas mulheres no trabalho não remunerado é mais que o dobro do tempo gasto pelos homens, e o tempo dedicado ao trabalho remunerado é menor que o dos homens, também nos dois grupos de países analisados (gráfico 1). Por outro lado, à medida que essa discussão toma mais espaço, tem havido, embora lentamente, alguns avanços sociais. Além disso, como as mulheres, principalmente as mais jovens, estão mais conscientes de seus direitos, a divisão mais igualitária do trabalho doméstico e do cuidado das crianças tende a se tornar menos desigual daqui para frente.

Gráfico 1: Trabalho remunerado e não remunerado: tempo gasto por sexo, 2016



Fonte: United Nations Women (2016)

Para pôr fim ao ciclo vicioso da desigualdade de gênero, tanto de renda como da disponibilidade e autonomia sobre o tempo, é vital acabar com a invisibilidade do trabalho não remunerado. É preciso mostrar

à sociedade como os afazeres domésticos e de cuidados são fundamentais à vida humana e seu bem-estar. Sem este trabalho, a reprodução da vida fica comprometida e piora a qualidade de vida de todas as pessoas. O último relatório da OXFAM (2020), apresentado em Davos na Conferência do Clima, em janeiro de 2020, denuncia que o trabalho não remunerado em todo o mundo gera uma riqueza, na forma de bens e serviços, equivalente a \$10 trilhões de dólares anualmente. Segundo a ONU-Mulheres (United Nations Women, 2016), o trabalho não remunerado equivale a um valor entre 10% e 39% do PIB.

Da forma como estão apresentadas hoje, as estatísticas do SCN do Brasil não permitem análises macroeconômicas com corte de sexo e cor/raça. Mas, as mulheres têm mais dificuldade de participar plenamente no mercado de trabalho remunerado e isso se reflete na sua capacidade de conquistar rendimento, empregos melhores ou mesmo almejar cargos mais altos em seu emprego.⁶ A correção das estatísticas do SCN, proposta pela ONU⁷, consiste na inclusão do valor da produção dos bens e serviços produzidos pela família para uso próprio na produção nacional, através da incorporação de uma Conta-Satélite de Trabalho Não Remunerado (CSTNR) ao SCN.

As Contas-Satélites são “uma extensão do Sistema de Contas Nacionais [e] [...] e foram criadas para expandir a capacidade de análise das Contas Nacionais sobre determinadas áreas” (IBGE, 2009, p. 5), permitindo a incorporação da análise de setores produtivos específicos, de forma coerente aos demais dados. No SCN, a produção doméstica de serviços para consumo próprio da família é denominada trabalho não remunerado e consiste dos afazeres domésticos e dos cuidados com as pessoas. Inclui as tarefas de preparar comida; lavar louça; fazer limpeza e manutenção da casa; lavar e passar roupa; jardinagem; as atividades de subsistência como buscar água e lenha; cuidar de animais domésticos; fazer compras; fazer instalação e reparo na habitação e em aparelhos domésticos; cuidar das crianças; e cuidar de membros da família

6 Ver Melo; Considera; Sabbato (2016), Morandi; Melo; Dweck (2018).

7 Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (1995).

que estejam doentes, seja um idoso ou alguém com incapacidade; bem como o trabalho voluntário, ou comunitário, realizado em organizações e órgãos da comunidade, e a ajuda informal a outros membros da comunidade. E estas estatísticas mostram que as mulheres são as principais responsáveis por este trabalho no mundo, tarefas fundamentais para a prosperidade econômica, tanto da família quanto da sociedade.

Os governos nacionais são responsáveis pela promoção da redução da desigualdade de gênero e devem garantir às mulheres seus direitos. Para isso, é fundamental a atualização e modernização das leis, acompanhando as diretrizes acordadas pelas convenções internacionais.⁸ Mas a promoção da igualdade de gênero requer mais que leis. São necessárias políticas públicas, como a expansão do serviço de fornecimento de água potável para todas as unidades residenciais, reduzindo assim o tempo gasto pelas mulheres na atividade de buscar água; construção de mais creches públicas de tempo integral ou ampliação de suas vagas, garantindo à mulher o direito de participar do mercado de trabalho remunerado em igualdade de condições com o homem.

A preferência por diretrizes de políticas públicas de viés socioeconômico no orçamento público é uma escolha que está na base da decisão sobre a destinação do orçamento do Estado e das receitas tributárias.⁹ Essas decisões são tomadas com base nas estatísticas oficiais dos agregados macroeconômicos, que, ao não incorporarem a produção gerada pelo trabalho não remunerado, pode levar a decisões de políticas públicas que agravam ao invés de mitigar as desigualdades de gênero.

A contabilidade nacional, da forma como está estruturada, mostra apenas a evolução da capacidade produtiva mercantil da economia, desprezando ou assumindo valor zero para toda a contribuição

8 Como o *Sustainable Development Goals* (SDGs) da Agenda para o Desenvolvimento para 2030 da ONU.

9 A discussão sobre a forma de tributação também é relevante porque implica impactos sobre a renda disponível que podem ser mais ou menos perversos. A decisão importante é sobre a distribuição da arrecadação entre impostos diretos e indiretos, o que pode resultar em sistema tributário mais ou menos progressivo.

de mulheres e homens que realizam atividades não pagas (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2016). No entanto, é importante destacar que se estas atividades não são realizadas, a produção mercantil não é possível, pelo menos não nos moldes atuais, nem com o mesmo estado de bem-estar. As atividades que correspondem ao assim classificado trabalho não remunerado são fundamentais para as atividades mercantis gerarem a riqueza nacional.

Apesar de na média o rendimento das mulheres ser inferior ao dos homens, a diferença não se mantém a mesma ao longo de toda a vida profissional de homens e mulheres. Dados estatísticos mostram que, no início da carreira profissional, mulheres e homens têm rendimentos mais próximos. A diferença de rendimento se amplia justamente na faixa etária que corresponde à idade fértil da mulher (dos 20 aos 45 anos), quando elas perdem oportunidades de emprego e/ou oportunidades de galgar postos mais altos de trabalho (UNITED NATIONS, 2016). A diferença fica mais significativa quando se compara o ganho médio de homens e mulheres com filhos menores, ou idosos/doentes nas famílias, sem acesso a instituições públicas (creches, instituições de cuidados) ou recursos para pagar a terceiros (SOARES, 2008, 2016; CEPAL, 2017).

Desta forma, a estruturação de um indicador para o trabalho não remunerado é fundamental para estabelecer a igualdade entre os sexos em relação ao tempo dedicado a trabalho (remunerado e não remunerado). Essa proposta para o Brasil é uma exigência da sociedade e atualiza o país com os Objetivos do Milênio, da ONU. Dados preliminares estimavam que o valor do trabalho não remunerado equivalia a 13% do PIB (BIYANI, 2017, VELAZCO; VELAZCO, 2016). Estatísticas preliminares para o Brasil estimavam que o trabalho não remunerado representava cerca de 11% do PIB, em 2015 (MELO, CONSIDERA e SABBATO, 2016). Esses trabalhos mensuraram os afazeres domésticos e os cuidados a partir de valores monetários imputados.

O IBGE divulgou, a partir de 2016, os dados da nova Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), que investiga,

além dos afazeres domésticos, informações relativas aos cuidados com as pessoas. A pesquisa introduziu mudanças no questionário base da antiga PNAD Anual (PNAD-A) e incluiu perguntas sobre seis conjuntos de atividades, distribuídas em: auxiliar alguém a se alimentar, vestir, pentear, dar remédios, banho, colocar para dormir, auxiliar nas atividades escolares, auxiliar a ler, jogar/brincar, monitorar ou fazer companhia no domicílio, transportar para a escola, para o médico, para exames, levar para o parque, para a praça, para atividades sociais, culturais, esportivas, religiosas e outras tarefas dos cuidados. As perguntas sobre os afazeres domésticos estavam distribuídas em oito conjuntos: alimentação (preparar/servir), arrumar e lavar louça, limpeza do domicílio, das roupas e sapatos; pequenos reparos no domicílio, garagem/quintal/jardim, na organização do domicílio (tais como, pagar contas, contratar serviços, orientar empregados, fazer compras/pesquisar preços de bens para o domicílio, cuidar dos animais domésticos e outras tarefas) (IBGE, PNAD-C, 2017).

Estas pesquisas mostram a partir dos dados da PNAD-Anual de 2015, que dentre as mulheres de 16 anos ou mais e ocupadas, 91% declararam realizar afazeres domésticos, enquanto que, dentre os homens nas mesmas condições, apenas 53% afirmaram realizar afazeres domésticos (MELO; THOMÉ, 2018). No entanto, uma síntese dos resultados da PNAD-C (2016) mostra que: i) em relação aos afazeres domésticos, mantém-se a diferença, com 89,8% das mulheres declarando terem realizado estas atividades, contra 71,9% dos homens. A participação nestas atividades, tanto de mulheres quanto de homens, ocorre em maior percentual nas faixas etárias de 25-49 anos e acima de 50 anos de idade; ii) em relação aos cuidados de pessoas, permanece a discrepância, com 32,4% das mulheres declarando que realizaram cuidados de moradores do domicílio ou de parentes não-moradores, contra apenas 21% dos homens. Os resultados da pesquisa mostram ainda que a faixa etária de 0 a 14 anos de idade é a que recebe maior atenção de cuidados e as mulheres negras (pretas e pardas) foram as que dedicaram maior número de horas para cuidados de outras pessoas. Enquanto que, dentre os

homens, a questão da cor/raça tem menos significância (IBGE, 2017, p. 6; IBGE, 2018, p. 38).

Por que criar uma Conta-Satélite para o trabalho não remunerado no Brasil?

Segundo Durán (2006, p. 3), o tempo, “o recurso que as famílias mais utilizam em suas atividades econômicas não é remunerado, nem diretamente monetizado, ficando fora dos exercícios contábeis convencionais”. Ainda segundo a autora, as famílias, além de assumirem as funções de consumidoras e de empresárias, têm a função de empresas, cujos bens e serviços são produzidos e consumidos por seus próprios membros e/ou membros de outras famílias, para satisfazer suas necessidades básicas e garantir sua reprodução e sobrevivência. Apesar das atividades realizadas dentro de casa não envolverem intermediação monetária, por se tratar de bens e serviços para uso próprio, sua disponibilidade interfere diretamente no nível de bem-estar e no nível de garantia de sobrevivência dos membros da família. Apesar de sua importância, a justificativa geralmente apresentada para a não inclusão dessa produção no SCN é injustificada e o principal problema é sim o pouco interesse em incluir tais atividades nas estatísticas do SCN (DURÁN, 2006; WARING, 1988). Também a teoria econômica define os agregados macroeconômicos sem contabilizar a produção resultante do trabalho não remunerado, o que torna as análises de políticas e diretrizes econômicas no mínimo viesadas.

Para se imputar valor à produção do trabalho não remunerado é preciso supor que existe alguma substituição entre trabalho remunerado e não remunerado. Esta substituição, segundo Folbre (2015), apesar de limitada é bastante extensa e corresponde à redução do tempo dedicado pelas famílias às atividades que cobrem suas necessidades em prol do aumento da participação de seus membros no mercado de trabalho remunerado. Quando a pessoa que realiza o trabalho doméstico e de

cuidados para a família se insere no mercado de trabalho remunerado, algum outro membro da família ou uma terceira pessoa deverá realizar aquele trabalho para que se mantenha o mesmo nível de bem-estar.

A mensuração do produto gerado pelo trabalho não remunerado é mais complexa por não se dispor de um preço de venda. Existem algumas metodologias disponíveis, sendo a mais comumente utilizada a que mensura o trabalho não remunerado a partir do valor de mercado do salário correspondente ao serviço realizado, multiplicado pelo número de horas gastas em serviço similar no interior das famílias. Uma segunda forma de estimativa utiliza o custo de oportunidade. A pesquisa para essa valoração pergunta o que a pessoa faria alternativamente nas horas que dedica ao trabalho não remunerado. O valor é calculado multiplicando-se o salário de mercado correspondente a essa atividade alternativa pelo número de horas dedicadas ao trabalho não remunerado. Essa medida mostra quanto a pessoa estaria disposta a pagar por um substituto para o trabalho não remunerado, mas não é julgada compatível com as contas nacionais porque seu valor corresponde a uma atividade que traz satisfação pessoal, mas não necessariamente corresponde a seu valor de demanda no mercado. Um terceiro método utiliza o valor de mercado de produto similar. A partir do preço de mercado de uma refeição, p. ex., e do custo de se produzir esta mesma refeição em casa (custo basicamente dos ingredientes, gás, etc.), a diferença entre os dois equivale ao valor do trabalho (FOLBRE, 2015; JESUS, 2018).

As várias pesquisas em diversos países, estimuladas pelas resoluções da ONU, mostram que as mulheres, por serem as principais responsáveis pelo trabalho não remunerado, estão sujeitas a um número maior de horas de trabalho do que os homens, somando às horas de trabalho pago as horas gastas com as tarefas domésticas. Mesmo quando as mulheres trabalham fora a divisão do trabalho dentro de casa continua desigual.

Uma questão importante é que a desigualdade pode ter aumentado mais do que os dados mostram, pois o aumento da participação da

mulher no mercado de trabalho e a conseqüente perda de qualidade dos cuidados dispensados às crianças e à família, principalmente para as classes de menor renda, que não podem pagar por serviços substitutos adequados.¹⁰ O trabalho não remunerado não pode ser aleatório, realizado ou não segundo o desejo dos membros da família. É um trabalho rotineiro, meticulosamente estruturado, necessário para satisfazer as necessidades diárias e garantir o bem-estar de toda a família, especialmente crianças, idosos e/ou doentes. Não são atividades meramente secundárias e, por conseqüente, demandam tempo. Claramente, os cuidados despendidos por membros da família substituem os gastos e investimentos públicos com assistência social.

Além disso, o impacto dos cortes de gastos públicos é injustamente distribuído na sociedade. Seus cortes impactam mais fortemente (i) as pessoas de menor renda e, portanto, as que têm menor capacidade de pagar a terceiros pelos serviços de cuidados; (ii) as mulheres, que, por serem as que mais realizam o trabalho doméstico e de cuidados na família, sofrem redução em sua capacidade de se dedicar à profissão e de competir em igualdade de condições com os homens no mercado de trabalho. Comparativamente, os cortes de gastos públicos são ainda mais relevantes nos países em desenvolvimento, onde o setor público oferece menos serviços ou serviços de pior qualidade que os países desenvolvidos. O reflexo disso é que, nesses países, as mulheres gastam mais tempo nas tarefas de cuidados (WORLD ECONOMIC FORUM, 2017). Nessas regiões, os investimentos em infraestrutura (eletricidade,

10 Em 2008 foi criado, através da Portaria Interministerial nº 60 (19/09/2008), o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo (CGUT), coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), com IBGE, IPEA como membros permanentes e OIT e ONU-Mulheres como membros convidados. Fruto disso, o IBGE realizou, em 2009, uma pesquisa piloto de "Uso do Tempo" em algumas capitais brasileiras, cujos resultados foram apresentados na 35ª Conferência da Associação Internacional de Pesquisa de Uso do Tempo (IATUR), realizada no Rio de Janeiro em 2013. Antes, sua metodologia havia sido apresentada no Fazendo Gênero 9, Seminário Internacional Fazendo Gênero, organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 23-26 de agosto de 2010. No entanto, esta pesquisa piloto não teve mais nenhuma publicação pelo IBGE. Sabe-se que este piloto foi também utilizado como teste para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua que a partir de 2015 substituiu a tradicional PNAD anual.

gás, água encanada) representam grandes ganhos de produtividade e a consequente redução do tempo necessário para realizar as tarefas domésticas e de cuidado. Mais recentemente, o déficit de cuidados nos países mais ricos, segundo Werner *et alii.* (2007), fruto do aumento da participação feminina no mercado de trabalho remunerado e do aumento da longevidade de sua população, tem sido coberto com a imigração de mulheres dos países mais pobres. O fato é que elas migram sem poder levar os seus filhos, criando maior déficit de cuidados nos países mais pobres, aumentando a desigualdade em relação à qualidade de vida entre esses dois blocos de países.

Além disso, as tarefas relativas ao trabalho não remunerado definem funções de trabalho na família e orientam todas as suas decisões. Isso define padrões de consumo vinculados à distribuição de tempo dos indivíduos entre o trabalho remunerado e não remunerado. E este planejamento é a base para se definir o trabalho não remunerado como atividade produtiva (INEGI, 2013, p. 47).

Segundo Folbre (2015), a crítica de que a inclusão do valor do trabalho não remunerado através de Conta-Satélite causaria distorções à contabilidade nacional é infundada. As contas nacionais como estão exibem distorções importantes. Um exemplo é o fato de elas imputarem valor zero ao trabalho não remunerado da amamentação materna e seus benefícios para a saúde do bebê, enquanto, por outro lado, contabilizam o valor dos gastos com alimentos industrializados substitutos ao aleitamento materno, que em termos de saúde do bebê têm pior qualidade. Países da OCDE incluem o valor imputado de transações ilegais de drogas e de prostituição, mesmo utilizando dados pouco confiáveis. Além disso, incorporam novos procedimentos para valorar a contribuição do setor financeiro na economia, usando para isso a taxa de juros. A metodologia utilizada supõe que juros maiores equivalem a serviços melhores e maiores gerados por este setor. No entanto, sabe-se que juros maiores implicam também maiores riscos de inadimplência e maior possibilidade de crise econômica. E, “comparativamente a essas revisões recentes, a

mensuração do trabalho não mercantil baseia-se em fundamentos metodológicos especialmente sólidos” (FOLBRE, 2015, p. 8).

As pesquisas de uso do tempo são o principal instrumento para a mensuração do trabalho não remunerado. Elas permitem estimar o tempo gasto nas tarefas domésticas e de cuidados e identificar quem as executa. As pesquisas são minuciosas, mas podem gerar distorções e, por isso, devem ser cuidadosas para evitar inexatidões importantes (FOLBRE, 2015). As perguntas são formuladas de forma a permitir estimar o tempo gasto para a execução de atividades específicas, como preparação de alimentos, limpeza e manutenção da residência e cuidados com as crianças, mas há dificuldade para se capturar o tempo gasto na supervisão de tarefas, uma atividade que também demanda tempo. Outro problema é que as pesquisas não incluem todos os membros da família, mas apenas um adulto escolhido aleatoriamente. Dependendo de quem irá responder o questionário, pode-se ter um nível maior ou menor de inexatidões ou respostas incompletas. E, por último, outras inexatidões podem ocorrer porque poucas pesquisas incluem perguntas sobre a estrutura dos gastos (itens) de consumo; ou sobre a propriedade de ativos domésticos, que ajudam nas tarefas domésticas e podem implicar redução significativa do tempo gasto para realizá-las (presença ou não de máquina de lavar roupa, aspirador de pó; micro-ondas, etc.); ou ainda sobre a qualidade da saúde das crianças, que pode estar ligada diretamente ao acesso ou não à água e esgoto tratados e coleta de lixo, ou com a disponibilidade ou não de atendimento médico adequado (Tabela 1).

Como resultado dos movimentos sociais, o SCN foi revisto, em 1993, pela Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, abrindo a possibilidade de incorporação da produção doméstica nas contas nacionais, ampliando os limites da produção considerada. O respaldo político decisivo ocorreu na Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher em Pequim (1995), que aprovou a ampliação do SCN e a incorporação da Conta-Satélite do trabalho não remunerado. O desenvolvimento metodológico culminou na publicação pela EUROSTAT, em 2003, do

Household Production and Consumption Proposal for a Methodology of Household Satellite Accounts.

Tabela 1: Atividades das famílias no SCN

Sistema de Contas Nacionais (SCN)		Contas-Satélites	Atividades fora das Contas-Satélites
Famílias	<ul style="list-style-type: none"> * Produção de bens e serviços para venda ✓ Produção para uso final próprio ✓ Produção e armazenamento de produtos agrários ✓ Produção de outros bens para uso próprio ✓ Produção de serviços de moradia imputados ✓ Produção de bens em atividades de voluntariado ✓ Serviços domésticos remunerados 	<ul style="list-style-type: none"> * Manutenção da residência ✓ Preparação de comida ✓ Compras ✓ Serviços de reparos ✓ Serviços financeiros ✓ Uso de transportes * Cuidado de pessoas ✓ Crianças ✓ Idosos ✓ Outros ✓ Uso de transportes * Desenvolvimento pessoal ✓ Educação e formação ✓ Uso de transporte * Atividades de voluntariado 	<ul style="list-style-type: none"> * Cuidados pessoais (próprios) ✓ Dormir ✓ Comer ✓ Asseio ✓ Cuidados de saúde ✓ Transporte relacionado * Ócio e entretenimento ✓ Mídia ✓ Jogos ✓ Relações sociais ✓ Esportes ✓ Passeios ✓ Espetáculos ✓ Transporte relacionado
Empresas	<ul style="list-style-type: none"> * Produção destinada à venda de bens e serviços * Produção para uso final próprio 		
Administrações Públicas e ESFL	<ul style="list-style-type: none"> * Produção não destinada à venda de serviços individuais e coletivos * Produção de bens e serviços destinados à venda 		
PIB convencional			
PIB Ampliado			

Fonte: Durán (2006).

Na teoria econômica, uma atividade é considerada trabalho se uma pessoa pode ser paga para realizá-la (WERNER *et ali.*, 2007). E a atividade é produtiva se proporcionar um produto ou serviço que

pode ser trocado ou vendido no mercado. A pergunta chave para se definir se uma atividade é produtiva é quanto custaria substituir a dedicação (sem remuneração) de uma pessoa por outra pessoa que receberia para realizar a mesma tarefa. Seguindo esta linha de raciocínio, as pessoas que geram a produção doméstica (tarefas domésticas e de cuidados) para os membros de sua família ou pessoas externas, podem ser substituídas por outras pessoas, que seriam pagas para realizar tais tarefas, ou substituídas por produtos e serviços adquiridos no mercado (como comprar as refeições em um restaurante, ou pagar pelo serviço de creche). Um dos motivos de o trabalho doméstico e de cuidados ser social, política e economicamente desvalorizado é que tradicionalmente trabalho é definido como sendo uma atividade remunerada. O trabalho doméstico não é remunerado e, convencionalmente, não é nem considerado trabalho.¹¹

Cada país define para a sua pesquisa de uso do tempo, seguindo a experiência da Eurostat, quais seriam as atividades consideradas principais, baseando-se nas tarefas fundamentais para a vida, o bem-estar e a manutenção das pessoas da família, segundo as tradições culturais e nível de desenvolvimento econômico próprio, por exemplo. No geral, as seis principais são: prover alojamento e manutenção e embelezamento da residência; preparar refeições e lanches; cuidado com vestuário e roupas; uso de transporte para acompanhar criança ou idoso/a ou para realização de compra; gerenciamento e administração da casa; cuidados dispensados às crianças e aos idosos; trabalho voluntário (Tabela 2).¹²

11 Uma pergunta feita muitas vezes às crianças sobre “o que sua mãe faz”, é respondida com “ela não trabalha”, quando na verdade a mãe é a responsável pelo cuidado e preparação da alimentação, roupa, casa para toda a família, além de ser a responsável pelo cuidado e educação das crianças. Ela apenas não tem um trabalho remunerado, mas é considerada “não trabalhadora” (D’ALESSANDRO, 2016).

12 O conceito de trabalho não remunerado, como definido pela ONU, também inclui o trabalho voluntário realizado para membros fora da família e em entidades sem fins lucrativos, definidas pela Eurostat (2003), como organizações privadas sem fim lucrativo, que não distribuem excedente aos controladores ou dirigentes, é autogerida e garante a liberdade de adesão e contribuição.

Tabela 2: Categorias a serem consideradas nas pesquisas sobre trabalho não remunerado

Atividades de trabalho não remunerado	Valoração – Modelos alternativos
<p>* Trabalho doméstico (na residência da família, de vizinhos ou parentes)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Preparo de alimentos/refeições ✓ Lavar pratos e vasilhas ✓ Lavar e passar roupas e limpar sapatos ✓ Limpeza, manutenção e pequenos reparos de bens duráveis ou não ✓ Compras ou obtenção de serviços e administração ✓ Pagamento de contas e outras transações <p>* Manutenção da casa</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Limpeza, embelezamento, manutenção e pequenos reparos ✓ Atividades de trato de jardim e horta <p>Gerenciamento da casa (inclusive financeiro)</p> <p>* Cuidados dispensados a pessoas (crianças, idosos ou enfermos)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Cuidado, formação e educação de crianças ✓ Cuidados de saúde ✓ Cuidados dispensados a outros membros da família ✓ Outros cuidados ✓ Viagens relacionadas a esses cuidados <p>* Atividades civis ou em organizações</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Trabalho voluntário em eventos sociais ou órgãos da comunidade ✓ Trabalho voluntário formal numa organização, como captação de recursos ✓ Trabalho voluntário informal a outras residências ou parentes 	<p>* Modelo de saída ou output (produto)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estima volume e valor do produto ou serviço pelo preço do bem/serviço correspondente adquirido no mercado, p. ex., preço de uma refeição semelhante no restaurante <p>* Modelo de entrada ou input</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisas de uso do tempo: Estima o número de horas dispensadas na atividade não remunerada vezes o preço da hora de trabalho remunerado em atividade semelhante ✓ Valor do trabalho: ✓ Custo de oportunidade: tempo dispendido na atividade não remunerada vezes o preço-hora da atividade exercida no mercado de trabalho remunerado ✓ Custo de substituição: quanto se está disposto a pagar para alguém fazer a atividade <p>Outros indicadores sociais a serem considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Sexo ✓ Idade ✓ Raça ✓ Local de nascimento ✓ Estado civil ✓ Presença de crianças ou idosos na família

Fonte: Gómez Luna (2010); Werner *et alli.* (2007); CEPAL (2017)

Existem algumas metodologias disponíveis para se estimar o valor do trabalho não remunerado a ser incorporado ao PIB. Uma das formas

é usar como referência os valores de mercado dos bens e serviços produzidos. Assim,

$$P_M * Q - VBI = VAB - D - TD + Sub = Y \quad (1)$$

sendo, $P_M * Q$, o valor dos bens/serviços substitutos equivalentes a preços de mercado; VBI , o valor dos bens intermediários (insumos) utilizados na produção; VAB , o valor agregado bruto da produção gerada pelo trabalho não remunerado; D , o consumo de capital; TD , o valor dos outros impostos (indiretos) sobre produção; Sub outros subsídios sobre produção; e, Y , a renda do trabalho ou valor da mão de obra.

Outra forma de cálculo é estimar o valor monetário da produção própria das famílias, utilizando como referência o valor de mercado dos bens e serviços produzidos. Assim,

$$W_h + TD - Sub + D = VAB + VBI + VTP \quad (2)$$

onde, W_h , é o valor do trabalho (horas-trabalhadas valoradas por salário adequado); e, VTP , é o valor total da produção.

Como geralmente não há disponibilidade de dados sobre os custos dos bens intermediários, insumos e bens de capital utilizados na produção própria da família, a escolha recai sobre a forma de estimação apresentada na equação (1).

Para esse cálculo é preciso atribuir um preço por hora de trabalho para cada atividade, utilizando-se para isso as informações, disponíveis nas pesquisas de emprego, sobre o valor do rendimento médio (nacional) por atividade e sexo. Os dados dessas pesquisas, no entanto, referem-se à renda por hora contratada e não ao pagamento efetivo pela atividade (como aparece nos demais dados sobre rendimentos incluídos no SCN). Isto porque não incluem os demais custos relativos à contratação de mão de obra ou serviço no mercado, como encargos, impostos etc. (GÓMEZ LUNA, 2010). Essas limitações, no entanto, não invalidam as estimativas do valor da produção gerada pelo trabalho não remunerado, nem a decorrente análise, definição e avaliação de políticas públicas baseadas em gênero.

A pesquisa de uso do tempo deve ser estruturada de forma a obter as informações sobre o tempo dispendido pelos membros da família (homens e mulheres maiores de 15 anos) nas suas atividades diárias no interior da família. A forma tradicional da pesquisa é através de entrevistas diretas com os membros da família, de outras famílias ou comunidade, cobrindo as atividades relacionadas à alimentação, cuidado, segurança e bem-estar da família, bem como as atividades classificadas como trabalho voluntário, dispensadas a parentes, vizinhos ou organismos comunitários. Estas estatísticas são importantes porque servem para melhor definir políticas públicas que busquem melhorar a qualidade de vida da população e reduzir as desigualdades.

A estruturação da pesquisa e a definição das perguntas são fundamentais para que o resultado seja confiável e comparável, tanto no tempo quanto com os resultados de outros países. Como destaca Gee (2015), deve-se atentar para algumas especificidades das pesquisas do uso do tempo. A primeira é que o formato da pesquisa não permite contabilizar o tempo gasto em mais de uma atividade ao mesmo tempo, como fazer comida e tomar conta de criança, o que pode levar a uma subestimação do trabalho não remunerado. O número de respostas é maior quando o questionário disponibiliza a lista das atividades consideradas do que quando é necessário escrever cada atividade. Mas, apesar de a lista facilitar a resposta, ela também simplifica as descrições e tornam as categorias mais subjetivas, o que pode causar dúvidas na hora de responder, como brincar com uma criança pode ser confundido com cuidado ou com laser, dependendo do ponto de vista de quem responde.

As estimativas do valor do trabalho não remunerado servirão para análises macroeconômicas e, portanto, devem ter tratamento similar às atividades incorporadas no SCN. A valoração da atividade não paga utiliza o preço por hora de trabalho pago para atividade semelhante. Como os dados sobre preço por hora de trabalho disponíveis não são tão detalhados quanto as atividades pesquisadas, deve-se usar um preço por hora de trabalho remunerado correspondente a um conjunto de

atividades do trabalho não remunerado. Multiplicando-se o preço por hora de trabalho pelo número de horas semanais dedicadas às atividades remuneradas, obtém-se o valor do trabalho não remunerado. O valor da produção de cada atividade resulta numa Conta-Satélite e a soma corresponde ao produto agregado ou PIB do trabalho não remunerado.

Usando metodologia semelhante à apresentada na equação (1), o valor do trabalho não remunerado é calculado como:

$$VTNR_t = CMeT_t * \frac{HMe}{dia} * 365 * Pop_{15+} \quad (3)$$

sendo, $VTNR$, o trabalho não remunerado em valor corrente; $CMeT$, o custo médio da hora de trabalho (inclusive impostos); HMe , a média de horas trabalhadas; 365, dias no ano; e, Pop , o número de pessoas com 15 anos ou mais, calculados para o ano t .

E o valor do serviço dos bens de capital é estimado como:

$$VSBD_t = IPBD_t * ELBD_t * (TR_t + D_t) \quad (4)$$

sendo, $VSBD$, o valor do serviço dos bens de consumo duráveis; $IPBD$, o índice de preço para bens de consumo duráveis; $ELBD$, o estoque líquido de bens de consumo duráveis; e, TR e D , as taxas de retorno e de depreciação, respectivamente.¹³

O valor da produção não mercantil das famílias, $PIBFam$, é a soma desses dois valores:

$$PIBFam_t = VTNR_t + VSBD_t \quad (5)$$

A presença ou não de bens de capital deve ser considerada na pesquisa, como usar carro, bicicleta ou outro meio de transporte para ir ao mercado; usar máquina para lavar ou secar roupa; usar aspirador de pó para limpar a casa, etc. A metodologia proposta é imputar um valor ao serviço proporcionado pelo bem de capital, correspondente ao custo do aluguel do bem ou o preço do serviço correspondente. Isso permite diferenciar as famílias com mais acesso a bens de capital, que ajudam

13 Por convenção, a taxa de depreciação utilizada para bens de consumo duráveis é de 20% e a taxa de retorno de 4% ao ano (GEE, 2015).

o trabalho, principalmente de lavagem, limpeza e transporte, nas atividades de produção de bens e serviços, das famílias sem esses recursos.

Esta forma de cálculo permite que se obtenha a representatividade do trabalho não remunerado como gerador de riqueza para a sociedade, como proporção do produto agregado total (PIB). A incorporação desse valor ao valor do PIB é mais do que necessário e justo, dado que o objetivo do SCN é medir toda a produção de bens e serviços gerados pela economia. O produto do trabalho não remunerado representa a capacidade da economia de gerar riqueza e criar condições de bem-estar, não importando se esses bens e serviços foram comercializados ou se foram para uso próprio da família ou comunidade. Porque, comercializados ou não, esses bens e serviços geraram bens e serviços e suprimiram necessidades. E, além disso, eles precisam continuar a ser produzidos para que se mantenha o nível de bem-estar das pessoas. Esta é a justificativa por que devem ser classificados como trabalho e serem reconhecidos como atividades que produzem riqueza. Devem, portanto, fazer parte das estatísticas macroeconômicas oficiais e serem considerados nas análises que definem as diretrizes e os objetivos das políticas públicas.

A estimação e incorporação do valor do trabalho não remunerado às demais estimativas de produção das contas nacionais, através de uma Conta-Satélite, não traz nenhum prejuízo ou distorção às medições do PIB e, por outro lado, garante a correta avaliação da capacidade de a economia gerar riqueza. Não se pode desconsiderar o fato de que as pessoas que estão trabalhando no mercado dependem de algum tipo de suporte para se ausentar da sua casa durante o seu horário de trabalho. Esse trabalho silencioso, que na sua grande maioria é realizado pelas mulheres, é essencial para o funcionamento da economia. O que se tem aprendido ao longo do tempo é que este trabalho só pode ser substituído, nunca eliminado. E mais, quando substituído por serviço privado doméstico pago, cria distorções porque só favorece a quem tem renda suficiente para pagar por tais serviços. A forma socialmente justa de se promover a substituição do trabalho não remunerado é através da oferta de serviços públicos substitutos, como creches de tempo integral,

centros auxiliares de recuperação/apoio de doentes e idosos, serviço de água e esgoto tratado, coleta adequada de lixo. E só vamos conhecer a verdadeira dimensão da necessidade dessas políticas quando o trabalho não remunerado for adequadamente valorado, deixando de ser uma estatística invisível à sociedade e às políticas públicas, e passar a ser valorizado como trabalho que gera riqueza.

Considerações Finais

Este trabalho expressa a preocupação dos movimentos feministas com a iniquidade da divisão sexual do trabalho e que resultaram, nas últimas décadas, em indicativos de ações defendidos por organismos internacionais para mensurar estas atividades (Declaração e Plataforma de Ação de Pequim/ONU, 1995). Esta lacuna sobre o *trabalho invisível* que as mulheres executam no interior de suas famílias implica que as informações sobre como as pessoas na sua diversidade socioeconômica: familiar, etária, laboral empregam seu tempo e isso prejudica o melhor entendimento da dinâmica social.

As mulheres são quem mais dedicam horas de seu tempo ao trabalho não remunerado e urge que propostas de intervenção através de políticas públicas, que visam à redução da desigualdade de tempo e econômica entre os sexos e raça/cor, sejam reduzidas, ainda que estas não sejam, nem exatas nem completas até o presente. Isto porque utilizam estatísticas que, ao desconsiderarem as diferenças dessas relações na sociedade, geram dados viesados ou incompletos.

O sistema de estatística oficial consagra que o principal indicador econômico, o PIB não incorpora o valor da produção doméstica não mercantil, realizado pela própria família, no cálculo da renda nas Contas Nacionais. Isso ocorre porque a teoria econômica não reconhece estas atividades como geradoras de valor. No entanto, outras atividades realizadas pelas famílias são contabilizadas pelas Contas Nacionais para o cálculo do PIB, como é o caso dos bens/serviços produzidos pelas

famílias quando estes são comercializados; ou, no caso da renda de aluguel da casa própria, cujo valor é imputado às moradias próprias. Urge fazer justiça às mulheres e reconhecer as longas jornadas de trabalho que elas dedicam à reprodução da vida, o que seria explicitado pelos cálculos de uma Conta-Satélite do trabalho não remunerado.

É importante reconhecer que as estatísticas de renda e emprego, com corte de sexo, cor/raça, e/ou região geográfica, possibilitam análises mais acuradas sobre a distribuição de renda ou taxa de desemprego, resultando em propostas de políticas públicas mais coerentes com a realidade econômica de cada país. E permitem reconhecer, além disso, a importância dos afazeres domésticos e dos cuidados com as pessoas, prestados pelas mulheres e alguns homens, para a qualidade de vida da população.

Assim, este estudo discute a formulação de estatísticas sobre o trabalho não remunerado (afazeres domésticos e cuidados) através da criação de uma Conta-Satélite para o Brasil. Para isso necessita-se ampliar as informações sobre uso do tempo da população brasileira, como já fazem diversos países latino-americanos e estas pesquisas realizem-se no território nacional por que estes dados estatísticos sobre o uso do tempo dos homens e das mulheres e seus reflexos no mercado de trabalho são elementos essenciais para uma melhor compreensão das diferenças existentes.

Referências

BIYANI, Neeti. Think tax is gender neutral? Think again: Why countries need to put women at the heart of their tax regimes. **International Politics and Society**, 05 October 2017. Disponível em: <http://www.ips-journal.eu/about/human-rights/article/show/lets-not-lose-our-thread-2155/>

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Los cuidados en América Latina y el Caribe, Textos seleccionados 2007-2018**, Bidegain, Nicole y Calderón, Coral (compiladoras), Páginas

Selectas de la Cepal, Naciones Unidas, diciembre de 2018, 217 paginas.
www.cepal.org

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Panorama Social de la América Latina**, 2016. (LC/PUB.2017/12-P), Santiago, 2017, cap. IV.

D’ALESSANDRO, Mercedes. **Economía feminista**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sudamericana, 2016, 1ª. ed.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. *In*: COSTA, Ana Alice; Eleonora M. de OLIVEIRA; Maria Eduarda B. de LIMA; & Vera SOARES (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004, p. 22-52.

DURÁN, María-Ángeles (Org.). **La Cuenta Satélite del trabajo no remunerado en la Comunidad de Madrid**. Madrid: Comunidad de Madrid, 2006, 2ª. Ed.

EUROSTAT. **Household Production and Consumption - Proposal for a Methodology of Household Satellite Accounts**. Comisión Europea. Luxemburgo, 2003.

EUROSTAT. **Gender pay gap statistics**, 2018. Disponível em: http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Gender_pay_gap_statistics

FEIJÓ, Carmem A.; Roberto L. Olinto, RAMOS (Org.). **Contabilidade Social – A nova Referência das Contas Nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2008.

FOLBRE, Nancy. Valuing Non-market Work. **Human Development Report Office**. 2015 UNDP Human Development Report Office, Think Piece, 2015.

GEE, Kar-Fai. Development of estimates for household production of non-market services in OECD countries for the index of economic well-being. **CSSL Research Report 2015-09**, August, 2015.

GÓMEZ LUNA, María Eugenia. Satellite Account for Unpaid Household Services: An Approximation for Mexico. *In*: **The Invisible Economy and**

Gender Inequalities: The Importance of Measuring and Valuing Unpaid Work. Washington D. C.: PAHO, 2010, chap. 3.

HALLAK NETO, João. **O sistema de contas nacionais: evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv86717.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE **Conta-Satélite de Saúde:** Brasil, 2005-2007. RJ: IBGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv43010.pdf>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As famílias no Sistema de Contas Nacionais.** Sistema de Contas Nacionais – Brasil, referência 2010. Nota Metodológica N. 07, Versão 2, novembro, 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/07_familias_20151110.pdf

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **“A Pesquisa Piloto de Uso do Tempo do IBGE, 2009/2010”**, Cavalcanti, Lara G., de Albuquerque, Paulo, Maíra A., Hany, Fatmato E. S, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Fazendo Gênero 9, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C).** Outras Formas de Trabalho 2016, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero – **Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil.** Estudos e Pesquisas – Informações Demográficas e Socioeconômicas, N.38, 2018.

INEG, Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Sistema de Cuentas Nacionales de México – Fuentes y Metodologías – **Cuentas Satélite de Trabajo no Remunerado de los Hogares.** Año base 2013. Disponível em: http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/Proyectos/cn/tnrh/doc/SCNM_Metodo_TNRH_B2013.PDF

Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, IPEA. **Economia dos Cuidados**: marco teórico-conceitual. Relatório de Pesquisa. PEREIRA, Bruna C. J.; FONTOURA, N. de O.; PINHEIRO, L. S. (equipe técnica), 2016.

JESUS, Jordana Cristina de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil**: uma análise da produção, consumo e transferência. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2018.

LIETS, Arne. Let's not lose our thread: Only legislation at EU level will ensure fair treatment for garment workers. **International Politics and Society**, 10 July 2017.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Debora. **Mulheres e Poder, História, Ideias, Indicadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2018.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio M.; SABBATO, Alberto Di. Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. *In*: FONTOURA, N., ARAUJO, C. (Orgs.). **Uso do Tempo e Gênero**, UERJ/SPM/IPEA, Rio de Janeiro, 2016.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio M.; SABBATO, Alberto Di. Os afazeres domésticos contam. **Texto para Discussão**, nº 177, Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, setembro 2005.

MELO, Hildete Pereira de; SERRANO, Franklin. A mulher como objeto da teoria econômica. *In*: AGUIAR, N. (Org.). **Gênero e Ciências Humanas – desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

MORANDI, Lucilene; MELO, Hildete Pereira de; DWECK, Ruth H.. PIB per capita na ótica de gênero – Brasil, 1991-2015. **Texto para Discussão**, nº 335, Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, janeiro 2018. Disponível em: http://www.proac.uff.br/econ/sites/default/files/uff_td335.pdf

NASSIF, L. Falta mãe nas estatísticas. **Folha de São Paulo**, Folha Dinheiro, 28 outubro, 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2810200516.htm>

Oxford Committee for Famine Reliefe, OXFAM. **Tempo de cuidar:** o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Documento Informativo da OXFAM, Janeiro, 2020. Disponível em: https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf

SCHEELE, Alexandra. Gender Payback in Europe. **Social Europe Dossie**. 2017.

Disponível em: <https://www.socialeurope.eu/focus/inequality-in-europe>.

SOARES, Cristiane. Os desafios (para as mulheres do trabalho reprodutivo no Brasil) com o processo de envelhecimento populacional. In: ITABORAI, Nathalie Reis & Arlene Martinez RICOLDI (Org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil – implicações demográficas e questões sociais**. Belo Horizonte/MG: Ed. ABET, 2016.

SOARES, Cristiane, A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **GÊNERO**, UFF, Niterói, v. 9, n. 1, p. 9-29, 2. Semestre, 2008.

SPONGENBERG, Helena. Only one fifth of tech workers in Europe are women – and the number is declining in Europe’s fastest growing industry. IT Girls. **International Politics and Society**, 10 April 2017. Disponível em: <http://www.ips-journal.eu/storage/regions/europe/article/show/it-girls-1958/>

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Sistema de indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres. In: CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita – Proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**. Ed. Sempreviva Organização Feminista: SP, 2012, pp. 13-30. Disponível em: <http://www.ips-journal.eu/about/human-rights/article/show/lets-not-lose-our-thread-2155/>

THOMÉ, Débora, **“A mulher e a política” – marca do viés de gênero na política e na política pública do Brasil**, Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2019.

UNITED NATIONS. **The World’s Women 2015 – Trends and Statistics**. United Nations Statistics Division, 2016. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/gender/worldswomen.html>

UNITED NATIONS WOMEN. **Women’s economic empowerment in the changing world of work**. Report of the Secretary-General, E/CN.6/2017/3, December 2016. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news/in-focus/csw61/redistribute-unpaid-work>

VANDELAC, Louise, BÉLISIE, Diane, GAUTHIER, Anne, PINARD, Yolande (Orgs), **Du travail et de l’amour, Les dessous de la production domestique**, Les Éditions Saint-Martin, Montreal (Quebec), Canadá, 1985, 1.ED.

VELAZCO, Jackeline; VELAZCO, Julia. Estimativa do valor econômico do trabalho não remunerado: uma aplicação para o caso do Peru. *In*: FONTOURA, N., ARAUJO, C. (Orgs). **Uso do Tempo e Gênero**, UERJ/SPM/IPEA, Rio de Janeiro, 2016.

WARING, Marilyn. **If women counted**. New York: Harper Collins, 1988.

WERNER, Marion; Leah F. VOSKO; Angie DEVEAU; Giordana PIMENTEL; Deatra WALSH. Conceptual guide to the unpaid work module [online]. **Gender & Work Database**, 2007. Disponível em: <http://www.genderwork.ca/gwd/modules/unpaid-work/>

WORLD ECONOMIC FORUM. The global gender gap. **Insight Report**, 2017. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/dataexplorer/>

Trabalho doméstico não remunerado e as transferências intergeracionais de tempo no Brasil

Jordana Cristina de Jesus

(UFRN)

Simone Wajnman

(UFMG)

Cassio M. Turra

(UFMG)

Introdução

Nas sociedades modernas, a produção de bens e serviços nos domicílios para o consumo direto das famílias ocupa parte significativa do trabalho social. Essa produção é feita através do trabalho doméstico não remunerado. Há várias décadas, pesquisadores vêm chamando atenção para a importância do trabalho doméstico dentro da economia e criticando o fato de essa produção não ser incluída na contabilidade da produção nacional, o que ignora as longas jornadas das mulheres nessa atividade e subestima sua contribuição para a economia.

Em 1934, Margaret Reid definiu como produtiva toda atividade que poderia ser delegada a uma terceira pessoa. O trabalho doméstico, segundo a definição da autora, abarca as atividades que exigem esforço físico ou mental, que têm como resultado a transformação de um bem ou a realização de um serviço e que são feitas por um ou mais

membros do domicílio sem que haja alguma remuneração em troca de sua realização (REID, 1934).

O tempo dedicado ao trabalho doméstico é o principal insumo da produção doméstica, sendo, portanto, utilizado para estimar a expressão monetária da produção dos serviços não registrados na contabilidade nacional (VELAZCO; VELAZCO, 2016). Nas últimas décadas, algumas pesquisas têm incorporado o trabalho doméstico aos cálculos de produção econômica nacional e alguns resultados sugerem que o valor da produção doméstica, ou seja, o acumulado das atividades realizadas no âmbito domiciliar chegue a representar entre um quarto e metade do PIB dos países (VARGHA; GÁL; CROSBY-NAGY, 2017).

Trabalho doméstico e a perspectiva demográfica

As profundas mudanças nas distribuições etárias das populações, à medida que os países avançam em seus processos de transição demográfica, despertam crescente interesse na dinâmica econômica em uma perspectiva geracional. Essa perspectiva considera que existem dois períodos de dependência econômica: o início e o final do ciclo de vida. As crianças e os idosos consomem mais do que produzem através do próprio trabalho, enquanto adultos produzem mais do que consomem. As transferências intergeracionais possibilitam que as demandas nos períodos de dependência econômica sejam atendidas, e podem favorecer maior ou menor consumo, dependendo da estrutura etária da população.

Uma das abordagens mais consolidadas atualmente no estudo de transferências intergeracionais é a proposta pelo projeto *National Transfer Accounts* (NTA). Nesse projeto, vêm sendo desenvolvidos métodos para a desagregação por idade dos principais componentes das contas nacionais, bem como estimativas de transferências privadas no âmbito dos domicílios. Esses métodos são baseados em uma extensa literatura que trata de transferências intergeracionais, perfis etários

de produção, consumo e poupança, transferências públicas e privadas e crescimento econômico (ARTHUR; MCNICOLL, 1978; LEE, R., 1980; SAMUELSON, 1958; WILLIS, 1988). Dentro do projeto, as equipes de pesquisa em mais de 60 países se dedicam a estimar as contas que medem como as pessoas em cada idade produzem, consomem e compartilham recursos e poupam para o futuro¹.

Se por um lado a primeira agenda do projeto preencheu uma lacuna sobre redistribuição e transferências de renda ao longo do ciclo de vida e entre gerações, por outro, o foco na renda e sua produção no mercado de trabalho levou à subestimação da contribuição feminina para a economia. As primeiras contas-satélites do NTA não consideravam as atividades domésticas não remuneradas, devido ao caráter não monetizado desse tipo de atividade.

Para que o NTA apresentasse uma imagem completa da atividade econômica de homens e mulheres, fez-se necessário uma perspectiva de gênero que considerasse também as contribuições não monetárias feitas pelas mulheres no interior dos domicílios. Em 2010, inicia-se uma agenda no projeto para a desagregação das contas de transferências nacionais por sexo e, ainda, para a inclusão de uma conta satélite que incorporasse o tempo de trabalho doméstico não remunerado, com o objetivo de incluir atividades produtivas até então desconsideradas na contabilidade nacional. Desse esforço, resulta o desenvolvimento dos projetos *National Time Transfer Accounts* (NTTA) e *Counting Women's Work*², ambos dirigidos por Gretchen Donehower (NTA, 2017). O NTTA tem como foco gerar estimativas de perfis de produção, consumo e transferência de trabalho doméstico não remunerado por idade e sexo e, dessa forma, evidenciar como a produção doméstica constitui uma parcela importante das transferências intergeracionais.

No cálculo das *contas nacionais de transferências de tempo*, tem-se, de um lado, o que os indivíduos produzem em termos de trabalho

1 <http://www.ntaccounts.org/web/nta/show>

2 <https://www.countingwomenswork.org/>

doméstico não remunerado e, de outro, o que os indivíduos consomem do que foi produzido. As estimativas de transferência de tempo, com a metodologia do NTTA, já foram aplicadas em diversos países. Na América Latina, já foram feitas em países como México, Costa Rica, Colômbia e Uruguai (RIVERO, 2018; JIMÉNEZ-FONTANA, 2015, 2017; TOVAR; URDINOLA, 2019; BUCHELI; GONZÁLEZ; LARA, 2019).

Os resultados desses estudos demonstram que, em termos líquidos, as mulheres fazem as maiores contribuições para a produção doméstica, sendo que as crianças e, em menor medida, os homens, são os maiores beneficiários dessas transferências. São consistentes ao demonstrar que, durante o ciclo de vida, os homens se apresentam como consumidores líquidos de trabalho doméstico, ou seja, consomem mais do que produzem e são, portanto, dependentes de transferências feitas pelas mulheres. As mulheres produzem mais do que consomem e são, por isso, classificadas como transferidoras líquidas. As análises demonstram que ao longo do ciclo de vida as mulheres passam longas décadas na condição de transferidoras líquidas. A idade em que essa situação se inicia varia segundo as condições econômicas e socioculturais de cada país. Por exemplo, enquanto no México, em média, as mulheres são transferidoras líquidas dos 15 aos 80 anos, na Índia se observou o intervalo de 11 a 70 anos (CWW, 2016; RIVERO, 2018).

Atualmente, o Brasil não possui nenhuma estimativa sobre as contas nacionais de transferência de tempo. Essa lacuna deve-se principalmente à ausência de pesquisas de uso do tempo representativas no país. O objetivo deste capítulo é empregar a metodologia do NTTA para estimar os perfis de produção, consumo e transferência de trabalho doméstico por idade e sexo para o Brasil, assim como feito atualmente em países que dispõem de pesquisas completas de uso do tempo. Para tanto, são utilizadas as informações sobre trabalho doméstico não remunerado da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios de 2013 (PNAD) e uma correção dessa informação desenvolvida por Jesus (2018).

A PNAD coleta a informação acerca do número de horas semanais habitualmente dedicadas aos afazeres domésticos na semana de referência. Tendo em vista a experiência de pesquisas realizadas em outros países e a discussão presente na literatura, Jesus (2018) argumenta que o tempo dedicado ao trabalho doméstico foi subestimado por ter sido captado a partir de uma única pergunta. A autora aplicou técnicas indiretas de padronização e estimou o sub-registro de trabalho doméstico na fase adulta, que foi atribuído à não declaração de horas dedicadas ao cuidado de crianças³. Como resultado, tem-se, de modo inédito, o tempo dedicado exclusivamente aos cuidados, que, como será descrito na metodologia, é essencial para as estimativas da contabilidade de transferência de tempo.

Além dessa introdução, o capítulo foi organizado em mais três seções. Inicialmente, apresenta-se a metodologia empregada e suas especificidades para aplicação ao caso brasileiro e os resultados das contas nacionais de produção, consumo e transferência de tempo. Em seguida, realiza-se um exercício com diferentes métodos para estimar o valor econômico do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Além disso, apresenta-se uma análise da produção econômica total de homens e mulheres, considerando a produção no mercado e a produção doméstica, com o intuito de dar uma dimensão da real contribuição feminina para a economia. Por fim, apresenta-se a conclusão do trabalho, discutindo seus principais achados e as implicações para os estudos sobre trabalho doméstico.

3 Segundo Jesus (2018), na PNAD 2013, o tempo de trabalho doméstico de uma mulher média de 25 anos deveria ser 30% maior do que o observado, dada a sub-declaração da carga de cuidado com filhos. Aos 35 anos, o tempo de trabalho doméstico declarado pelos homens deveria ser corrigido em 55%, pela mesma razão. Note-se que não se trata de a carga de cuidados com os filhos ser maior para os homens adultos do que para as mulheres, mas porque, com as pouquíssimas horas dedicadas às outras formas de trabalho doméstico pelos homens, os cuidados com os filhos acrescentam a eles proporcionalmente mais tempo do que às mulheres.

A metodologia do NTTA adaptada ao caso brasileiro

Apesar de ser importante para se conhecer a produção de trabalho doméstico, o uso apenas dos tempos individuais dedicados ao trabalho doméstico oferece uma imagem limitada sobre a dinâmica desse tipo de atividade, já que ignora o fato de que a quantidade de trabalho doméstico feita pelo indivíduo tem interdependência com os tempos de trabalho doméstico dos demais moradores. Algumas tarefas só precisam ser feitas uma vez dentro de um intervalo de tempo, como refeições, compras e alguns tipos de limpeza. Assim, se um morador já fez tal trabalho, outro morador não terá que dedicar tempo a esse tipo de atividade naquele período. Analisar apenas o tempo individual de trabalho doméstico também ignora o fato de que parte do trabalho que a pessoa realizou também foi em benefício próprio.

Para entender a dinâmica do trabalho doméstico nos domicílios e a alocação desse tipo de recurso, é necessário investigar as transferências de tempo realizadas entre os moradores. O termo transferência de tempo é utilizado para definir a quantidade de horas, sejam elas diárias ou semanais, que um indivíduo cede do seu próprio orçamento de tempo para realizar atividades das quais outros indivíduos irão se beneficiar (DONEHOWER, 2014; VARGHA et al., 2017).

O ciclo de vida econômico, definido pelos padrões de consumo e de produção ao longo das idades, é um conceito-chave na abordagem do NTA e do NTTA. Nessa abordagem, a diferença entre o que se consome e o que se produz indica o déficit ao longo do ciclo de vida. Ao longo do curso de vida, valores de déficit positivo indicam consumo maior do que a produção e, valores negativos, produção maior do que o consumo. Nos momentos em que o consumo é superior à produção, o mesmo é suprido através de transferências. O déficit, nesse caso, indica a diferença entre o consumo de horas diárias de trabalho doméstico e as horas de produção. Quando o déficit é positivo, houve mais consumo de trabalho doméstico do que produção e,

quando negativo, houve mais produção de trabalho doméstico do que consumo, sendo, o excedente, transferido para outros membros do domicílio (DONEHOWER, 2014; UNITED NATIONS, 2013).

Para medir a transferência de tempo é necessário identificar a quantidade individual produzida de trabalho doméstico e a quantidade individual consumida de todo o trabalho doméstico produzido pelos moradores do domicílio. Assim, o déficit ao longo do ciclo de vida, do ponto de vista individual, é estimado como demonstra a equação 1.

$$T(x) = C(x) - P(x) \quad \text{equação 1}$$

Onde:

T(x): déficit de horas de trabalho doméstico não remunerado na idade x

C(x): consumo de horas de trabalho doméstico não remunerado na idade x

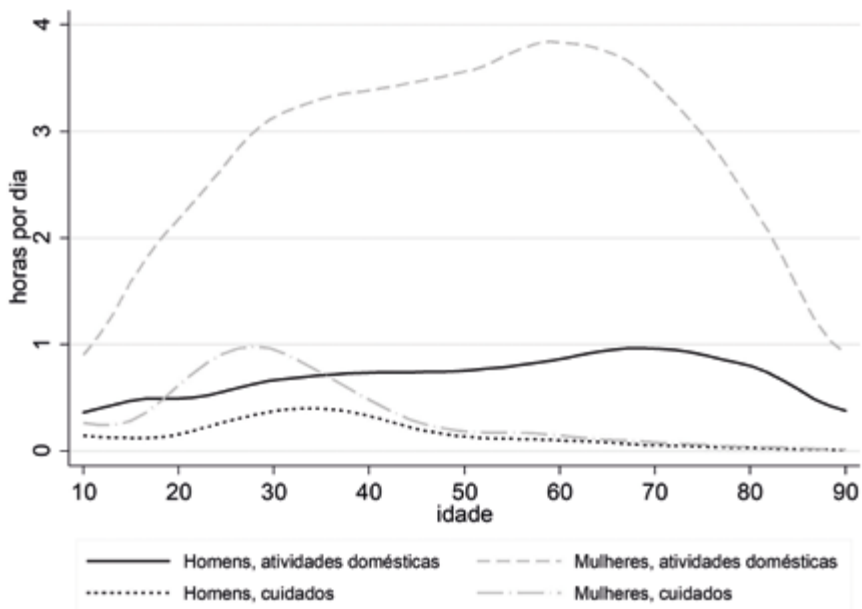
P(x): produção de horas de trabalho doméstico não remunerado na idade x

A informação de $P(x)$, ou seja, a produção doméstica a cada idade é proveniente do quesito sobre trabalho doméstico existente na PNAD. São utilizados os dados da PNAD corrigidos pela metodologia desenvolvida em Jesus (2018) para estimar as horas de cuidados com crianças⁴.

4 Jesus (2018) recorreu a uma análise dos microdados da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo da Colômbia (2012-2013), bem como a uma revisão da literatura e demonstrou que, quando comparados os padrões etários de trabalho doméstico não remunerado do Brasil com essa pesquisa de uso do tempo e com várias publicações, é possível verificar que a falta de detalhamento do questionário brasileiro resultou na subnotificação das horas dedicadas ao cuidado de crianças. Foi proposta, portanto, uma metodologia para corrigir essa informação de modo a incorporar as horas de cuidados de crianças. Utilizando o método de padronização indireta, "tomou-se emprestado", dos dados da Colômbia, a relação existente entre o número de horas de cuidado e o número de horas dedicadas às demais atividades domésticas. Estimou-se uma razão de correção que representa o número médio de horas diárias de cuidado realizadas para cada hora de demais atividades domésticas feitas. A razão foi estimada considerando um conjunto de variáveis sociodemográficas que estão relacionadas de modo direto ao tempo gasto no trabalho doméstico. Essa razão foi estimada para o caso colombiano, e, posteriormente, utilizada para o ajuste dos dados brasileiros, para estimar o número diário de horas de cuidados esperado com base no mesmo conjunto de variáveis sociodemográficas utilizadas na estimativa da razão na Colômbia.

No Gráfico 1 é apresentada essa produção ao longo do ciclo de vida de homens e mulheres em 2013, separada em atividades de cuidados e atividades relacionadas ao domicílio. As horas médias de cuidados por dia, no caso das mulheres, são mais altas entre as idades de 20 a 40 anos, atingindo cerca de uma hora para mulheres com idades entre 25 e 30 anos. No caso dos homens, o aumento também é observado entre essas idades, entretanto, em um nível mais baixo. Com relação às atividades domésticas, observa-se que, no caso das mulheres, a curva é crescente até os 60 anos, atingindo a média de quase quatro horas por dia, tornando-se decrescente após essa idade. Entre os homens, verifica-se uma estabilidade das horas de atividades domésticas ao longo das idades, atingindo o pico ao redor dos 70 anos de idade, em cerca de uma hora em média por dia.

Gráfico 1 – Tempo médio gasto na produção doméstica (horas diárias) por idade e sexo. Brasil (2013)



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos por Jesus (2018)

Já a informação de $C(x)$, o consumo de trabalho doméstico a cada idade, é estimada a partir da metodologia proposta por Donehower (2014). Essa etapa define de que modo o agregado da produção em cada domicílio foi consumida por cada morador. Essa metodologia assume que todos os moradores, independentemente da idade e do sexo, beneficiam-se igualmente das atividades domésticas gerais feitas no domicílio. Assim, se, por exemplo, em um domicílio com dois moradores adultos, foram feitas um total de 6 horas de trabalho doméstico em um dia, cada um deles consumiu 3 horas nesse mesmo dia de trabalho doméstico não remunerado, independentemente do tempo que cada um deles tenha se dedicado a essa atividade. As 6 horas desse exemplo constituem a produção doméstica diária nesse domicílio, que se traduziu em um consumo per capita de 3 horas de trabalho doméstico.

Por outro lado, a metodologia define que apenas um grupo específico de moradores se beneficia das atividades de cuidado, como crianças, adultos ou idosos dependentes de cuidados. Como só é possível observar o tempo que cada indivíduo fez de trabalho doméstico e não como cada um se beneficiou dessa produção, é necessário algum critério para distribuir os serviços de cuidado realizados no domicílio e calcular a quantidade individual consumida desses serviços. A *proxy* utilizada é a idade dos moradores potencialmente consumidores dos serviços de cuidado.

Crianças em diferentes idades têm demandas diferenciadas em termos de cuidados, sendo a demanda mais acentuada nos primeiros anos de vida, principalmente naqueles que precedem a entrada na escola (ANXO et al., 2011; ZAGHENI et al., 2014). Por esse motivo, as idades das crianças foram divididas em 0 a 3 anos; 4 a 6 anos e 7 a

17 anos⁵. Estimou-se, então, o número médio de horas de cuidados⁶ observadas nos domicílios com crianças em cada uma dessas faixas etárias, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Número médio de horas de cuidado observado em domicílios segundo a faixa etária das crianças presentes

Faixa etária	Número médio de horas cuidado	Escala de equivalência	
		0 a 3 anos referência	4 a 6 anos referência
0 a 3 anos	3,715	1,000	
4 a 6 anos	1,720	0,463	1,000
7 a 17 anos	0,401	0,108	0,233

Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos por Jesus (2018)

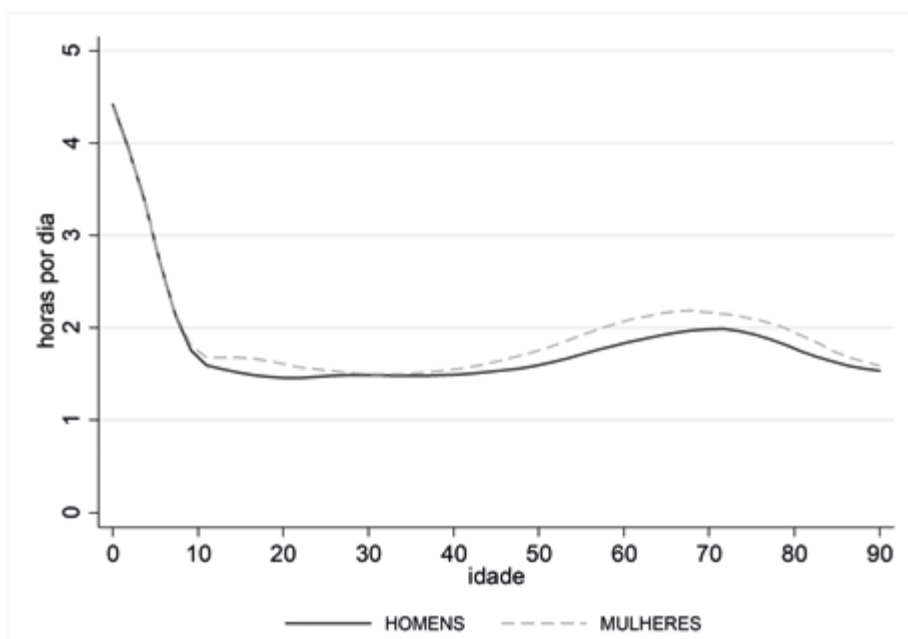
A partir dessa estimativa, foi possível calcular uma escala de equivalência, que definiu os pesos utilizados na distribuição do consumo de horas de cuidado conforme a composição do arranjo domiciliar. Por exemplo, em um domicílio com crianças de 4 a 6 anos observa-se, em média, 1,720 horas de cuidado por dia. Esse valor é 0,463 vezes o valor observado em um domicílio que possui apenas crianças de 0 a 3 anos de idade. Assim, em um domicílio formado por crianças com idades entre 0 e 3 anos e entre 4 e 6 anos, a parcela de tempo de cuidado consumido pelas crianças de 4 a 6 anos deverá ser 0,463 vezes a parcela de consumo de tempo atribuída às crianças de 0 a 3 anos.

No caso de existir mais de uma criança em cada grupo etário no domicílio, a opção adotada foi distribuir o consumo de cuidado igualmente entre elas. Então, se por exemplo, um domicílio possuir duas crianças com idades entre 0 e 3 anos, o tempo consumido por cada uma delas será metade do tempo que se atribuiria a uma única criança de 0 a 3 anos.

O Gráfico 2 apresenta o consumo médio de trabalho doméstico não remunerado no Brasil por dia ao longo do ciclo de vida. O consumo é mais alto durante a infância, principalmente no primeiro ano de

vida, quando tanto homens como mulheres consomem, em média, 4,5 horas de trabalho doméstico diariamente. A título de comparação, no Uruguai, foi observado que no primeiro ano de vida o consumo é, em média, de 5,5 horas (RENTERÍA et al., 2016). Na Espanha, a média é 6 horas (BUCHELI; LARA, 2018). Estima-se que o valor dos cuidados não remunerados que uma criança recebe no primeiro ano de vida seja mais de três vezes o valor dos bens e serviços adquiridos diretamente no mercado (CWW, 2016).

Gráfico 2 - Tempo médio consumido de trabalho doméstico não remunerado (horas diárias) por idade e sexo. Brasil (2013)



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos por Jesus (2018)

Durante a vida adulta, o consumo diário atinge cerca de 1,5 horas por dia, com um aumento ao redor dos 70 anos. As diferenças entre homens e mulheres só aparecem a partir dos 10 anos, quando as mulheres

passam a consumir mais horas que os homens. Esse resultado provavelmente está associado ao fato de que as mulheres, ao produzirem mais trabalho doméstico do que os homens, também possam consumir mais do que eles. Como as mulheres fazem muito mais trabalhos domésticos do que os homens, os domicílios com maior proporção de mulheres tendem a ser também aqueles que produzem (e também consomem) mais carga de trabalho doméstico.

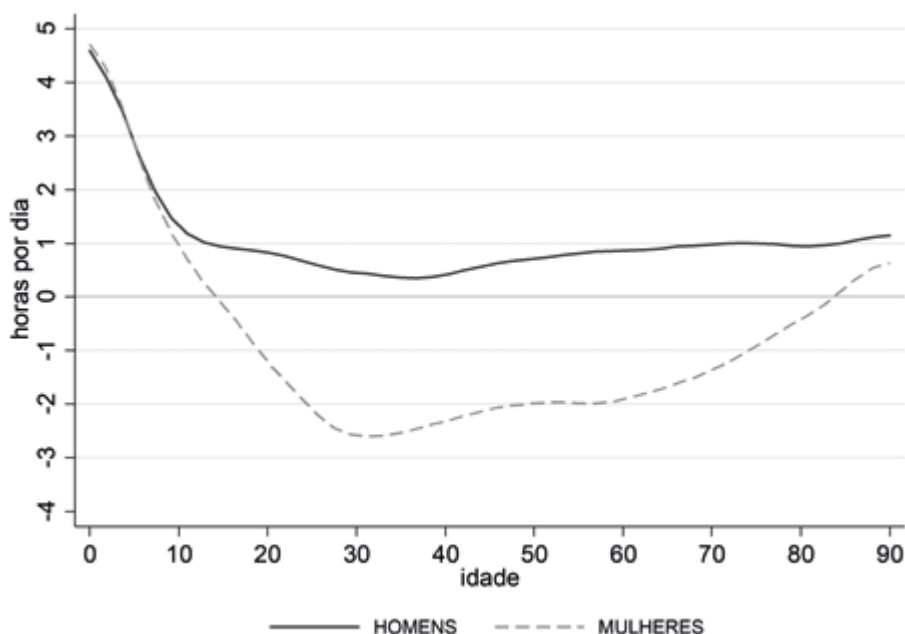
O declínio do consumo observado nas idades mais avançadas tem ao menos duas explicações. A primeira delas decorre do fato de o método de correção aplicado por Jesus (2018) só ser capaz de estimar o sub-registro de cuidados com crianças. Ao contrário do que acontece com as horas dedicadas ao cuidado dos filhos, é difícil precisar, nas curvas por idade, em qual momento do curso de vida poderia estar localizado o sub-registro do tempo dedicado ao cuidado de idosos. Outra explicação poderia ser uma maior chance de contratação de trabalho doméstico remunerado para atenção aos idosos, que não entrariam nessa curva de consumo, que é direcionada para o trabalho doméstico não remunerado.

Estimativa dos perfis de transferências de trabalho doméstico não remunerado

As transferências líquidas de tempo por idade e sexo são apresentadas no Gráfico 3. Nas primeiras idades, como esperado, o consumo de trabalho doméstico é maior do que a produção, já que durante a infância as crianças recebem horas de cuidados e de outras atividades domésticas, sem fazer contribuições à produção doméstica. Nos primeiros dez anos de vida, não se observa praticamente nenhuma diferença entre homens e mulheres. Entretanto, é possível observar que os homens consomem mais trabalho doméstico do que produzem ao longo de todo o ciclo de vida, sendo classificados como consumidores líquidos de produção doméstica. Já entre as mulheres, observa-se que, já na

adolescência, a produção doméstica é maior do que o consumo (valor líquido de transferência menor do que 0).

Gráfico 3 – Transferência de tempo ao longo do ciclo de vida (horas diárias) por idade e sexo. Brasil (2013)



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos por Jesus (2018)

As mulheres brasileiras produzem mais do que consomem entre os 15 e os 83 anos, o que as coloca na condição de transferidoras líquidas de tempo durante quase todo o ciclo de vida. Esse resultado é semelhante aos achados de Donehower (2019) que, a partir de uma amostra de 18 países de todo o mundo, mostrou que a idade média em que as mulheres se tornam consumidoras líquidas, ou seja, passam a consumir mais trabalho não remunerado do que produzem, é de 81 anos, o que comprova um curso de vida comum: as mulheres dedicam longas décadas ao cuidado dos membros da família.

O valor econômico do trabalho doméstico não remunerado

A discussão sobre a valorização do trabalho doméstico contribui para a legitimação dessa atividade como um tipo de trabalho produtivo e para o reconhecimento de uma economia considerada por muito tempo como invisível. A atribuição de valor econômico ao trabalho doméstico não é útil apenas para avançarmos nas políticas de igualdade de gênero. Esse exercício também lança luz sobre uma série de outras questões. Para melhor entender o padrão etário de produção e consumo, é necessário incluir não apenas os insumos adquiridos no mercado, mas também o tempo utilizado para transformá-los no bem final que será consumido pelos membros da família. Por exemplo, quando consideramos a produção de um jantar, essa inclui não apenas os alimentos a serem utilizados na preparação, mas também o tempo dedicado ao preparo. Então, quando todos se sentam à mesa para jantar, não estão consumindo apenas o alimento comprado, estão consumindo também tempo de trabalho doméstico não remunerado. A não incorporação do tempo de trabalho doméstico leva a uma subestimação do real custo de dependentes, sejam eles crianças, adultos ou idosos, que recebem longas horas de trabalho doméstico no âmbito domiciliar todos os dias e que compõe uma parcela significativa das transferências intergeracionais. Os cálculos do valor da produção nacional de trabalho doméstico são, portanto, úteis para a análise do funcionamento da economia como um todo, da economia doméstica, do real montante de consumo no setor privado e das interações entre o setor público, o mercado e as famílias (DONEYOWER, 2014; PEDRERO, 2004).

Na abordagem microeconômica, existem quatro principais metodologias para a atribuição de valor monetário à produção doméstica: 1) custo de substituição por um generalista; 2) custo de substituição por um especialista; 3) custo do salário médio ou mediano e 4) custo de oportunidade (BUDLENDER, 2004). Para identificar a metodologia mais adequada para cada contexto, deve-se levar em consideração a realidade econômica e sociocultural do país analisado. Nos países de alto nível de renda, a contratação de serviços domésticos tende a ser relativamente mais cara, em comparação com países de renda média ou baixa,

onde existe uma ampla oferta de prestadores desses serviços. Nesses países, o emprego doméstico é muitas vezes caracterizado por baixa remuneração, pouca valorização, desigualdade em termos de gênero, raça e região, condições precárias e acesso limitado à seguridade social (VELAZCO; VELAZCO, 2016). Nesse cenário, a contribuição indireta das mulheres para a economia, estimada a partir de salários observados no mercado para substitutos, seria subestimada, uma vez que as horas de trabalho doméstico seriam valoradas com base nos baixos salários pagos às prestadoras do serviço.

Essa conclusão pode ser obtida pela comparação entre os valores encontrados, por exemplo, em países europeus e latino-americanos. Vargha e colegas (2017) estimaram a produção doméstica em 14 países europeus utilizando o método do custo de substituição por especialistas. Os autores encontraram que, em 2002, o valor total da produção doméstica variou entre 23,7% do PIB na Letônia e 56,9% na Alemanha, sendo que o valor médio nos 14 países foi de 43,3%. Se olharmos para as estimativas já realizadas na América Latina, utilizando a mesma metodologia, encontramos montantes como 22,57% no México, em 2009, 34% na Guatemala em 2000, 23% na Nicarágua em 1998, 24,2% no Peru em 2010 (VELAZCO; VELAZCO, 2016). Isso demonstra que os montantes encontrados na América Latina são significativamente menores em comparação com aqueles encontrados nos países europeus⁷, como efeito da remuneração baixa dos prestadores de serviços domésticos.

Por outro lado, no método do custo de oportunidade, que destoa dos demais, o tempo dedicado ao trabalho doméstico não remunerado seria valorado de acordo com o salário que o indivíduo possuiria no mercado de trabalho. Nesse método, quanto maior o custo de oportunidade envolvido no *trade-off* entre trabalho não remunerado e trabalho remunerado, maior seria o valor imputado. Tanto no método do salário médio quanto no método do custo de oportunidade, o valor estimado da produção doméstica feminina é afetado pelas diferenças salariais observadas no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Esse método, como argumentam Velazco e Velazco (2016), transfere o padrão

7

Esse mesmo resultado foi observado por Budlender e Brathaug (2008) e Fraumeni (2008).

desigual de salários entre os subgrupos populacionais à valoração do trabalho doméstico.

Embora as medidas de custo de oportunidade possam ser relevantes para a tomada de decisões dos arranjos domiciliares, a abordagem do custo de substituição é considerada mais apropriada para fins de contabilização da contribuição para a economia, já que os preços de mercado não são afetados pelo excedente dos consumidores (ABRAHAM; MACKIE, 2005). Alguns autores argumentam ainda que a utilização do custo de oportunidade levaria a uma sobrestimação da contribuição do trabalho doméstico para a economia, já que a maioria das tarefas domésticas poderia ser igualmente desempenhada, independentemente do nível de escolaridade de quem realiza (SAMBT; DONEHOWER; VERBIČ, 2016; VARGHA; GÁL; CROSBY-NAGY, 2017).

Outro argumento contra o método do custo de oportunidade afirma que haveria uma supervalorização do tempo de trabalho doméstico das pessoas com altos rendimentos sem que isso significasse melhoria na qualidade do trabalho a ser desenvolvido (SAMBT; DONEHOWER; VERBIČ, 2016). Entretanto, as pessoas com altos rendimentos têm mais chances de contratarem serviços domésticos e, conseqüentemente, realizarem menos horas desse tipo de trabalho. Sendo assim, mesmo que fosse atribuído um alto valor de salário-hora ao tempo de trabalho doméstico dessas pessoas, o efeito poderia ser reduzido pelo menor engajamento desse grupo nesse tipo de atividade.

No caso do Brasil, uma das primeiras contribuições no tema é de Melo, Considera e Di Sabbato (2007). No estudo intitulado “*Os afazeres domésticos contam*”, os autores utilizaram três diferentes valores de remuneração de serviços domésticos remunerados para contabilizar os afazeres domésticos, partindo da informação disponível na PNAD. Os autores concluíram que os três métodos levariam a estimativas muito parecidas, em torno de 11% do PIB no período analisado, que vai de 2001 a 2005. Desse montante, 82% seriam devido às contribuições femininas e 18% atribuídos à contribuição masculina. Em 2006, como destacam os autores, a contribuição feminina para a economia através do trabalho doméstico não remunerado teria representado R\$ 213 bilhões de reais. Em 2016, em

um dos capítulos do livro *“Uso do tempo e gênero”*, os autores apresentaram uma atualização dessas estimativas. Em 2011, o valor do trabalho doméstico não remunerado teria atingido 13,4% do PIB brasileiro (MELO; CONSIDERA; DI SABBATO, 2016).

Aplicação dos métodos

Para estimar o valor econômico do trabalho doméstico não remunerado foram utilizadas três metodologias: 1) método do custo de oportunidade; 2) método do custo de substituição por especialista, e 3) método de substituição por generalistas remunerados segundo as exigências trabalhistas.

1) Método do custo de oportunidade

Nesse método, a produção doméstica foi valorada com base no rendimento-hora que os indivíduos apresentam no mercado de trabalho. A primeira questão a se tratar é a estimativa do valor do rendimento-hora dos indivíduos que não tinham nenhum tipo de trabalho remunerado no momento da entrevista. Os rendimentos dos indivíduos foram imputados a partir de uma equação de rendimentos. Nessa equação, foi empregado o modelo de seleção proposto por Heckman (1979). Esse modelo é indicado quando se tem um viés de seleção da variável resposta. A variável resposta em questão é o rendimento-hora, que só é observado para as pessoas que têm alguma ocupação no mercado de trabalho. Ocorre que essas pessoas que estão trabalhando possuem características que as selecionaram para estar no mercado de trabalho, diferindo, portanto, das que não estão. Esse é o viés de seleção que o modelo de Heckman corrige. A modelagem é feita em dois estágios. O primeiro modela a probabilidade de que, a partir de um conjunto de variáveis, o indivíduo esteja em uma ocupação remunerada. O segundo, por sua vez, modela o logaritmo do rendimento-hora daqueles que, uma vez selecionados, possuem valor

observado de rendimento. Como variáveis de seleção, foram utilizadas a presença de cônjuge no domicílio; presença de criança em idade pré-escolar (até 6 anos); sexo; escolaridade medida em anos de estudo; idade e raça/cor. E, como variáveis explicativas para o rendimento-hora observado, foram usadas as variáveis de idade; idade ao quadrado; escolaridade medida em anos de estudo; sexo; raça/cor; residência em área urbana e Unidade da Federação. Uma vez modelado o rendimento-hora, parte-se para a atribuição de uma remuneração para as pessoas que não estavam trabalhando, tendo em vista suas características sociodemográficas e os coeficientes estimados a partir da regressão. Seguiu-se, então, para a estimativa da produção econômica anual, conforme a fórmula:

$$D^o = 52 \sum_i W_i^1 * T_i \quad \text{equação 2}$$

Onde D^o é o valor econômico da produção doméstica anual estimado pelo método do custo de oportunidade, W_i^1 o rendimento-hora de cada indivíduo e T_i o número de horas semanais de trabalho doméstico não remunerado.

2) Método do custo de substituição por especialista

No método do custo de substituição, a produção doméstica é valorada conforme os salários observados entre os profissionais que poderiam ser contratados para realizar o trabalho doméstico. Esse é o método adotado pelo NTTA. No caso dos dados brasileiros, foi possível desagregar o trabalho doméstico não remunerado em dois tipos de especialidades: atividades de cuidados e demais atividades realizadas no domicílio, como limpeza, preparo de alimentos, manutenção das peças de vestuário, entre outras. Sendo assim, seria necessário identificar o rendimento-hora de dois tipos de especialistas: o especialista em cuidados de crianças e o especialista nas demais atividades domésticas. Essa informação foi retirada da própria PNAD, através de dois quesitos: I. Rendimento mensal em dinheiro que recebia normalmente, no mês de

referência, no trabalho principal da semana de referência; II. Código da ocupação no trabalho principal da semana de referência.

O Quadro 1 apresenta as ocupações identificadas na PNAD (2013) que foram escolhidas na determinação do rendimento-hora dos especialistas. Essas atividades, no caso do Brasil, são realizadas quase que em sua totalidade por mulheres, 99,96% entre as ocupações relacionadas aos cuidados e 99,62% entre as atividades domésticas gerais.

Tendo em vista as diferenças socioeconômicas existentes no Brasil, optou-se por considerar o rendimento-hora das especialistas de acordo com a Unidade da Federação, a fim de incorporar as diferenças regionais do mercado de trabalho. Como a distribuição do rendimento-hora não segue uma distribuição normal, optou-se por utilizar a mediana dessa variável para precificar o trabalho doméstico.

Quadro 1 – Tipos de ocupações que substituiriam os trabalhos domésticos não remunerados realizados nos domicílios

Tipo de especialista	Ocupações
Atividades de cuidado	Aia, ba, baba, baby sitter, nutriz, pajem, crecheira, mãe social Acompanhante, dama de companhia (no serviço doméstico) Acompanhante, cuida, cuidador de crianças - incl.no transporte escolar Acompanhante, cuida, cuidador de idoso Aia, ba, baba, baby sitter, nutriz, pajem, crecheira, mãe social Ama: de leite, seca Berçarista - excl. no serviço de saúde Monitor, recreacionista, recreadora infantil - excl. no ensino
Afazeres domésticos	Arrumadeira, arrumador (no serviço doméstico) Arrumador de apartamento Auxiliar de serviços: diversos, gerais (no serviço doméstico) Camareiro, carregador de água, criado, curumim (no serviço doméstico) Caseiro, jardineiro - incl. Ajudante, auxiliar Diarista, faxineira, secretaria (no serviço doméstico) Empregada doméstica, Empregado doméstico Lavadeira, passadeira, lavador, passador de roupas (no serviço doméstico) Lavador, limpador de: janelas, vidraças (no serviço doméstico) Limpador, servente, faxineiro (no serviço doméstico)

Fonte: Dicionário de variáveis PNAD 2013

O valor do rendimento-hora em cada um dos tipos de especialidades e em cada um dos estados foi, então, utilizado para estimar a produção doméstica em termos monetários. As horas dedicadas às atividades domésticas são multiplicadas pelo salário-hora do especialista que seria contratado para desempenhar essa atividade. O mesmo foi feito para o caso dos cuidados. A equação a seguir demonstra como o valor econômico da produção doméstica foi calculado:

$$D^S = 52 \sum_i (W_{ki}^{AD} * T_i^{AD} + W_{ki}^{AC} * T_i^{AC}) \quad \text{equação 3}$$

Onde:

D^S : valor econômico da produção doméstica anual pelo método de custo de substituição

W_{ki}^{AD} = mediana do rendimento-hora das especialistas em atividades domésticas em cada uma das K Unidades da Federação

T_i^{AD} = número de horas de atividades domésticas por semana

W_{ki}^{AC} = mediana rendimento-hora das especialistas em atividades de cuidado em cada uma das K Unidades da Federação

T_i^{AC} = número de horas de atividades de cuidado por semana

3) Método do custo de substituição por um generalista com carteira assinada

Recentemente, houve uma mudança na legislação brasileira que passou a garantir direitos trabalhistas antes não acessíveis a trabalhadoras domésticas. Essa mudança visa assegurar que essas trabalhadoras tenham acesso ao fundo de garantia por tempo de serviço, definição da jornada semanal de trabalho e pagamento de hora extra. Uma maneira de incorporar essa mudança às estimativas do valor econômico do trabalho doméstico, mesmo que estimado para 2013, seria aplicar o método de substituição por uma empregada doméstica com carteira assinada, excluindo outras ocupações associadas ao trabalho doméstico

e que apresentam variabilidade nas remunerações (como por exemplo, diferenças de remunerações de babás e camareiras). Assim, o terceiro método consiste na substituição do trabalho doméstico por um generalista, ou seja, uma única categoria de trabalhadores que exerceriam todo o trabalho doméstico, independentemente de sua natureza, mas o fazem com carteira assinada. O cálculo foi feito como demonstra a equação a seguir:

$$D^G = 52 \sum_i (W_{ki}^G * T_i) \quad \text{equação 4}$$

Onde:

D^G = valor econômico da produção doméstica anual pelo método de custo de substituição por generalista com carteira assinada

W_{ki}^G = mediana do rendimento-hora das trabalhadoras domésticas com carteira assinada em cada uma das K Unidades da Federação

T_i = número de horas de trabalho doméstico não remunerado por semana

A Tabela 2 apresenta as estimativas do valor da produção doméstica no Brasil em relação ao PIB segundo os três métodos propostos. Esses valores apresentam a contribuição da produção doméstica para a economia que ainda não havia sido considerada nas contas nacionais. Independentemente do método escolhido, a contribuição indireta das mulheres para a economia através do trabalho doméstico é quatro vezes maior que a contribuição masculina. No método do custo de oportunidade, a produção anual acumulada do trabalho doméstico seria equivalente a 15,77% do PIB. No método de substituição por especialistas, esse valor seria 10,44%, menor do que o valor encontrado através da substituição por um generalista com carteira assinada, 10,96%, já que as atividades de cuidado de crianças estão associadas a remunerações inferiores em relação às demais ocupações de serviços domésticos.

Tabela 2 - Valor total agregado da produção doméstica em relação ao PIB (%) em 2013 segundo cada método

Grupo	Método custo oportunidade	Método custo substituto especialista	Método custo substituto generalista com carteira assinada
Mulheres	11,95	8,42	8,81
Homens	3,81	2,02	2,15
Total	15,77	10,44	10,96

Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos por Jesus (2018)

O resultado apresentado na Tabela 2 pode ser utilizado para uma reflexão sobre o valor econômico do trabalho doméstico, mais do que para se concluir por um método mais adequado. Quando se considera o custo de oportunidade, que atribui maior valor econômico ao trabalho doméstico, a produção em relação ao PIB seria de 15,77%. Esse valor está consideravelmente abaixo do que é encontrado em países de alto nível de renda, onde a produção doméstica representaria entre 25 e 60% do PIB quando valorada por remunerações de substitutos do trabalho doméstico (VARGHA; GÁL; CROSBY-NAGY, 2017). Nesse método, uma parcela da população tem seu trabalho doméstico remunerado hipoteticamente acima do valor pago às trabalhadoras do serviço doméstico. Entretanto, mesmo sobrevalorizando o trabalho doméstico através desse método, os salários no país são relativamente baixos e fazem com que a contribuição relativa desse tipo de trabalho para a economia não ultrapasse um sexto do PIB. Se ao trabalho doméstico fosse atribuído o rendimento de uma empregada doméstica com carteira assinada, o valor seria de quase 11% do PIB, semelhante aos resultados encontrados por Melo e colegas (2007).

Se fôssemos substituir todo o trabalho doméstico não remunerado realizado em 2013, considerando as jornadas de trabalho observadas entre as trabalhadoras ocupadas em serviços domésticos, seria necessário contratar 7.932.008 trabalhadores, além dos 6.454.015 já existentes (PNAD 2013). Esse movimento alteraria as regras de mercado, afetando

o nível dos salários pagos nesse setor. Assim, o método do custo de substituição, no limite, também não resolveria a questão da estimativa do valor econômico do trabalho doméstico.

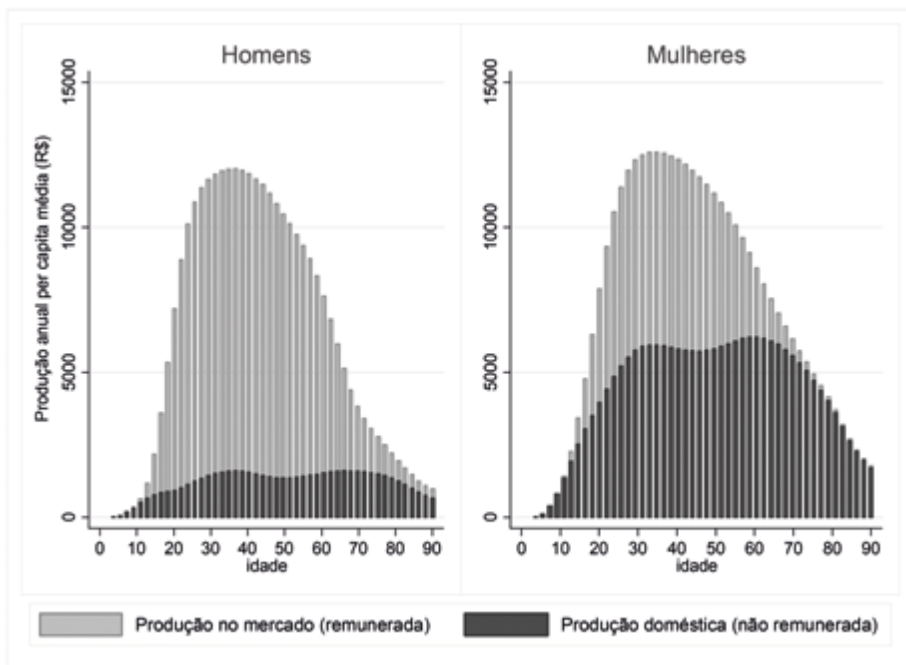
Qual seria então a melhor estimativa do valor econômico do trabalho doméstico não remunerado no Brasil? Os métodos de substituição e de custo de oportunidade podem indicar o leque de variação para essa estimativa. A contribuição do trabalho doméstico para a economia em 2013 teria, portanto, uma magnitude entre 10,44% e 15,77% do PIB. Por outro lado, considerando que o trabalho doméstico ainda se configura como um entrave para permanência estável das mulheres no mercado de trabalho e, além disso, um dificultador de acesso a ocupações de qualidade, é importante se considerar o custo de oportunidade quando se deseja entender o potencial de produção econômica das mulheres comprometido pelo desequilíbrio da divisão do trabalho doméstico dentro dos domicílios.

E se a produção doméstica fosse somada à produção no mercado?

Para avaliar a verdadeira produção econômica de homens e mulheres ao longo do curso de vida, agregou-se a produção nas duas esferas: ambiente doméstico e mercado de trabalho. Nessa análise, optou-se por utilizar a produção doméstica estimada através do método do custo de substituição por especialista, utilizado nas estimativas do NTTA, e a produção de mercado auferida a partir dos salários observados. No Gráfico 4, temos a produção combinada, ou seja, a soma da produção doméstica e a produção no mercado. Quando a produção doméstica é considerada, vemos que as mulheres produzem mais do que homens em todas as idades do ciclo de vida. O que ocorre é que a produção doméstica representa uma parcela significativa da produção econômica das mulheres. Cerca de 55% da produção feminina ao redor dos 30 anos pode ser atribuída à produção doméstica, contra cerca de 12% no caso dos homens. Esses resultados ilustram a já conhecida divisão sexual do

trabalho, confirmando que os homens seguem responsáveis pelo trabalho remunerado e as mulheres pela produção doméstica não remunerada. Entretanto, evidenciam que do ponto de vista econômico, mulheres são tão ou mais produtivas que os homens e contribuem tanto quanto para o consumo de suas famílias.

Gráfico 4 - Produção anual per capita doméstica e de mercado (R\$) por idade e sexo. Brasil (2013)



Fonte: elaborado a partir da PNAD 2013, dados corrigidos por Jesus (2018)

Conclusões

Em um atraso considerável em relação aos nossos vizinhos, apesar de diversos esforços, não possuímos, até os dias atuais, uma pesquisa de uso do tempo com representatividade nacional. Nesse trabalho, buscamos gerar as primeiras estimativas de consumo e transferência

de tempo de trabalho doméstico não remunerado do Brasil, a partir da informação limitada que temos nas PNADs. Essa análise oferece novas visões sobre o trabalho doméstico. A primeira delas, sob a ótica do consumo, permite evidenciar que, quando não são levados em consideração os cuidados e as atividades domésticas feitas dentro dos domicílios, incorre-se em uma subestimação do real valor consumido pelas famílias, que vai além dos bens e serviços adquiridos no mercado.

A segunda delas, sob a ótica das transferências, contribui, antes mesmo que se atribua um valor econômico ao trabalho doméstico, para que se visualize o trabalho doméstico como um recurso cedido, sobretudo por parte das mulheres, para o bem-estar das famílias, principalmente para os primeiros anos de vida dos indivíduos. As transferências de tempo têm efeitos positivos importantes sobre a acumulação de capital e esses efeitos podem ser tão significativos quanto os das transferências monetárias (CARDIA; NG, 2003; GRAY, 2005).

Ademais, as estimativas evidenciam a inequidade de gênero na transferência intergeracional de tempo de trabalho doméstico não remunerado. De modo não surpreendente, as análises demonstraram que as mulheres passam toda a vida adulta na condição de transferidoras líquidas de trabalho doméstico, ou seja, produzindo dentro dos domicílios mais trabalho doméstico do que consomem. Os homens, ao longo de todo o curso de vida, apresentam-se como consumidores líquidos desse tipo de recurso, sempre consumindo mais do que produzem.

Entretanto, desigualdades significativas devem surgir quando se considera a condição socioeconômica dos indivíduos. Espera-se que a análise por marcadores sociais como raça/cor, classe social, nível de escolaridade e contextos urbanos/rurais e regionais indique diferenças significativas quanto à idade em que as mulheres se tornam transferidoras líquidas bem quanto no nível das transferências feitas. Isso deve ocorrer porque, em primeiro lugar, o trabalho doméstico está intimamente ligado à trajetória de fecundidade das mulheres, uma vez que a presença de filhos representa um aumento do tempo dedicado à produção doméstica e, como sabido, essas trajetórias são diferentes em

diferentes contextos socioeconômicos. Além disso, sabe-se que no Brasil a conciliação entre esfera pública e privada é sensível ao nível de renda. Em domicílios de mais alta renda, opera o “modelo de delegação”, em que as famílias delegam as atividades domésticas às mulheres pobres, através da contratação de empregadas domésticas (HIRATA; KERGOAT, 2007). Essa dimensão deve ser incorporada às análises futuras.

Buscou-se, ainda, aplicar três métodos distintos de valoração do trabalho doméstico não remunerado. O propósito desse exercício, mais do que decidir pelo melhor método para encontrar o valor da contribuição indireta para economia via trabalho doméstico, foi evidenciar os efeitos dos níveis dos rendimentos no país sobre as estimativas e a comparação internacional. A produção doméstica acumulada, precificada pelo rendimento-hora de substitutos para as atividades de cuidados e demais afazeres domésticos, representou, em 2013, 10,44% do PIB brasileiro, sendo que, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres equivaleria a 8,42% do PIB.

Por fim, para avaliar a produção econômica de homens e mulheres, agregou-se a produção nas duas esferas: ambiente doméstico e mercado de trabalho, optando-se por utilizar a produção doméstica estimada através do método do custo de substituição por especialista, utilizado nas estimativas do NNTA. Quando a produção doméstica é considerada, as mulheres passam a produzir mais do que homens em todas as idades do ciclo de vida. O que ocorre é que metade da produção feminina é não remunerada. Em outras palavras, metade da produção feminina está na invisibilidade, pois se dá pelo trabalho doméstico invisível e não reconhecido, que, apesar disso, assegura a realização de qualquer outra forma de produção na nossa sociedade.

Referências

ABRAHAM, K.; MACKIE, C. Beyond the Market: **Designing Nonmarket Accounts for the United States**. Washington, 2005. Disponível em: <The National Academies Press>.

ANXO, D. *et al.* Gender Differences in Time Use over the Life Course in France, Italy, Sweden, and the US. **Feminist Economics**, v. 17, n. 3, p. 159–195, 2011.

ARTHUR, W. B.; MCNICOLL, G. Samuelson, population and intergenerational transfers. **Samuelson, population and intergenerational transfers**, v. 19, n. 1, p. 241-246, 1978.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 2, p. 331–353, 2006.

BUCHELI, M.; GONZÁLEZ, C.; LARA, C. Gender Differences in Home Production and Consumption in Uruguay. **Time Use and Transfers in the Americas**. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 97–118. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-11806-8_6. Acesso em: 29 jan. 2020.

BUCHELI, M.; LARA, C. **Revealing gender gap changes in home production and labor income in Uruguay**. v. 5090, 2018.

BUDLENDER, D. **Why we should care about unpaid work?** Harare: Unifem, 2004.

BUDLENDER, D.; BRATHAUG, A. Cómo valorar el trabajo no remunerado. **La economía invisible y las desigualdades de género. La importancia de medir y valorar el trabajo no remunerado**. Washington: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2008.

CARDIA, E.; NG, S. Intergenerational time transfers and childcare. **Intergenerational time transfers and childcare**, v. 6, p. 431–454, 2003.

CWW. **Counting Women’s Work in India**, 2016.

DONEHOWER, G. **Incorporating Gender and Time Use into NTA: Estimating NTA and National Time Transfer Accounts by Sex.** , 2014

DONEHOWER, G. **Counting Women’s Work in an Aging World**. Working Papers, 2019.

FRAUMENI, B. **Cuentas de producción domésticas de los hogares para Canadá, México y Estados Unidos: aspectos metodológicos, resultados**

y recomendaciones. Washington: ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2008.

GRAY, A. The changing availability of grandparents as carers and its implications for child care policy in the UK. **Journal of Social Policy**, v. 34, n. 4, p. 557–577, 2005.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

JESUS, J. C. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil**: uma análise de produção, consumo e transferência. Tese de doutorado em Demografia, Belo Horizonte, UFMG, 2018.

JIMÉNEZ-FONTANA, P. Analysis of non-remunerated production in Costa Rica. **Journal of the Economics of Ageing**, v. 5, p. 45–53, 1 abr. 2015.

JIMÉNEZ-FONTANA, P. Challenges to increase female labor force participation: Gender inequality in Cost Rica. **Working Papers**, 2017.

LEE, R. A Historical Perspective on Economic Aspects of the Population Explosion: The Case of Preindustrial England. In: EASTERLIN, R. A. (Org.). **Population and Economic Change in Developing Countries**. [S.l.]: University of Chicago Press, 1980. p. 517–566.

MELO, H. P. DE; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 135–158, 2009.

MELO, H. P. DE; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Dez anos de mensuração dos afazeres domésticos no Brasil. In: FONTOURA, NATÁLIA; ARAÚJO, C.; BARAJAS, M. DE LA P. L. (Org.). **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016. p. 268.

MELO, H. P. DE; CONSIDERA, C. M.; DI SABBATO, A. Os afazeres domésticos contam. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 3, p. 435–454, 2007.

NIETO, M. P. Importancia del trabajo no remunerado: su medición y valoración mediante las encuestas de uso del tiempo. In: GARCÍA, B.; PACHECO, E. (Org.). **Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México**. [S.l.]: Colegio de Mexico, 2014. p. 53–114.

NTA. **Counting Women's Work**: Measuring the gendered economy in the market and at home. . [S.l: s.n.], 2017

PEDRERO, M. Género, trabajo doméstico y extradoméstico en México: una estimación del valor económico del trabajo doméstico. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 56, p. 413–446, 2004.

REID, M. G. **Economics of Household Production**. New York: [s.n.], 1934.

RENTERÍA, E. *et al.* Intergenerational money and time transfers by gender in Spain: Who are the actual dependents? **Demographic Research**, v. 34, n. 1, p. 689–704, 2016.

RIVERO, E. Intergenerational time transfers and their contribution to Mexico's economy in 2014. **Working Papers**, 2018.

SAMBT, J.; DONEHOWER, G.; VERBIČ, M. Incorporating household production into the National Transfer Accounts for Slovenia. **Post-Communist Economies**, v. 28, n. 2, p. 249–267, 2016.

SAMUELSON, P. An Exact Consumption Loan Model of Interest with or without the Social Contrivance of Money. **Journal of Political Economy**, v. 66, p. 467–482, 1958.

TOVAR, J. A.; URDINOLA, B. P. Home and Market Production Time Use Differentials in Colombia. **Time Use and Transfers in the Americas**. Cham: Springer International Publishing, 2019. p. 57–76. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-030-11806-8_4. Acesso em: 29 jan. 2020.

UNITED NATIONS. **Measuring and Analysing the Generational Economy**. [S.l.]: Population Studies, 2013.

VARGHA, L. *et al.* **Manual of NTA methodology and guidelines to the AGENTA NTA data explorer**. [S.l: s.n.], 2017.

VARGHA, L.; GÁL, R. I.; CROSBY-NAGY, M. O. Household production and consumption over the lifecycle: National Time Transfer Accounts in 14 European countries. **Demographic Research**, v. 36, n. March, p. 905–944, 2017. Disponível em: <http://www.demographic-research.org/volumes/vol36/32/>.

VELAZCO, J.; VELAZCO, J. Estimativa do valor econômico do trabalho não remunerado: Uma aplicação para o Peru. In: FONTOURA, N; ARAÚJO, C. (Org.). **Uso do Tempo e Gênero**. Rio de Janeiro: UERJ e IPEA, 2016. p. 139–166.

WILLIS, R. J. Life cycles, institutions and population growth: A theory of the equilibrium interest rate in an overlapping-generations model. *In*: LEE, R. D.; ARTHUR, W. B.; RODGERS, G. (Org.). **Economics of Changing Age Distributions in Developed Countries**. Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 106-138.

ZAGHENI, E. *et al.* **A comparative analysis of European time transfers between generations and genders**. [S.l: s.n.], 2014.

Metodologias, Trabalho e Uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais¹

Lorena Lima de Moraes
(UFRPE – UAST)

Nicole L. M. T. de Pontes
(UFRPE – UAST)

Shana Sampaio Sieber
(UFRPE-UAST-DADÁ)

Juliana Funari
(UFRPE-UAST-DADÁ)

Nathália Marques da Silva Nascimento
(UFRPE – UAST)

Patrícia de Lira Marques
(UFRPE-UAST-DADÁ)

Introdução

O tempo é um recurso fundamental na vida de todas as pessoas e pode ser usado de maneiras diferentes a depender da cultura, da organização social e de demais fatores externos que podem influenciar as

1 O presente texto serviu como base para a construção do ensaio premiado em terceiro lugar no Concurso Anual para Jovens (até 35 anos) do Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica sobre "Mujeres Rurales: Innovando estrategias, transformando realidades". Para acessar o texto premiado, ver em: <https://www.sudamericarural.org/index.php/nuestra-produccion/exploraciones>

vidas dos indivíduos. Para Sorokin e Merton (1937), o tempo meramente quantitativo, se considerado sem as marcas da vida em sociedade, não tem nenhum significado, ou seja, é um elemento vazio. Para os autores, a impressão de significados determinados pelo ritmo da vida social é o que torna o tempo qualitativo, sendo denominado pelos autores como “tempo social”.

Já para Norbert Elias (1992), a experiência do tempo na vida social é considerada pelo esforço que a sociedade fez no desenvolvimento de sua medição, ou seja, torná-lo quantitativo a partir de aparatos tecnológicos para medir, sincronizar, dividir, para torná-lo bem aproveitado, ou eficiente, se assim quisermos chamar. Contudo, a forma como as pessoas organizam, negociam e distribuem seu tempo e o tempo das pessoas ao seu redor, afeta o bem-estar econômico e social e acarreta impactos sobre a família e a comunidade onde vivem (CAVALCANTI *et al.*, 2010).

Neste sentido, as pesquisas sobre o uso do tempo estão cada vez mais adquirindo importância na formulação de indicadores para avaliar as condições de vida da população. Tais pesquisas correspondem a “uma das maneiras de elaborar esses indicadores e avaliar como o recurso ‘tempo’ é usado diferentemente entre homens e mulheres, entre os grupos etários, entre pessoas de grupos raciais distintos ou das várias classes sociais” (CAVALCANTI *et al.*, 2010 p. 1). Além disso, é possível saber qual a proporção de tempo é destinada para cada atividade, com qual finalidade é executada, quem se beneficia, se as atividades são realizadas individualmente ou são compartilhadas, onde a atividade é realizada, se gera recursos monetários, etc.

María José Araya (2003) afirma que as primeiras pesquisas do uso do tempo datam do início do século XX, com iniciativas realizadas na Europa e nos Estados Unidos, com o objetivo de realizar estudos demográficos e industriais sobre populações rurais e urbanas e estudos psicológicos sobre as atividades de lazer das pessoas desempregadas. Muito embora já encontremos categorias e aspectos fundamentais acerca das preocupações com as diferentes formas de atividades e a necessidade

de valorização do trabalho doméstico (*homemaking*) num estudo sobre o uso do tempo entre as mulheres rurais do estado de Oregon, Estados Unidos, produzido nos anos 1920 (WILSON, 1929). Essa preocupação surge com o intuito de melhor gerir e organizar o trabalho da casa, garantindo que este permaneça como alternativa a outras formas de trabalho que emergiam como possibilidade no cenário de migração para os espaços urbanos das grandes cidades americanas. É importante perceber, também, que mesmo quando busca operar a valorização do trabalho doméstico e de cuidado, a referida pesquisa faz uso de termos que indicam uma atribuição moral dessa categoria de trabalho especificamente às mulheres. Somente a partir da década de 1970, as pesquisas do uso do tempo ganham um viés feminista, com o propósito de evidenciar a importância do trabalho doméstico não remunerado e a (injusta) divisão sexual do trabalho.

No Brasil, os trabalhos pioneiros, em nível local e estadual (RJ e MG) sobre uso do tempo foram desenvolvidos na década 1970 e 1990 (SOUZA, 1973; AGUIAR, 2001; AGUIAR, 2010); contudo, somente em 1992, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorporou questões referentes ao trabalho doméstico e ao uso do tempo na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). Essa inclusão no questionário tinha como fim identificar os membros do domicílio que realizavam tarefas domésticas e questões referentes ao tempo gasto no deslocamento entre a casa e o trabalho. Em 2001, a PNAD incluiu questões sobre o número de horas semanais destinadas ao trabalho doméstico não remunerado (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016). Quase uma década depois, 2009-2010, o IBGE realizou uma pesquisa piloto do uso do tempo em seis estados brasileiros, incluindo contextos rurais.

Os estudos brasileiros do uso do tempo são considerados iniciais e exploratórios, uma vez que não existe uma pesquisa específica com periodicidade e cobertura nacional, que permita mensurar a forma como os indivíduos destinam seu tempo para diferentes atividades, marcados pela escassez de estudos e pesquisas em contextos rurais e interioranos. Neste sentido, desenvolvemos uma pesquisa sob perspectiva feminista

acerca do uso do tempo das mulheres rurais e das relações de gênero no sertão de Pernambuco. Para o presente texto, o nosso objetivo é apresentar os percursos metodológicos realizados para a produção de dados sobre o uso do tempo entre as mulheres rurais, as particularidades diante do *locus* investigado e os interesses específicos de investigação da referida pesquisa. Não é nosso interesse no momento, apresentar análises e resultados; mas, visibilizar as potencialidades da produção de conhecimento sobre o uso do tempo das mulheres, nossos desafios enquanto pesquisadoras e os limites metodológicos e analíticos envolvidos no desenvolvimento do nosso trabalho.

Divisão sexual do trabalho e uso do tempo: o que nos conta a literatura?

No que tange às questões de gênero, as pesquisas do uso do tempo são capazes de perceber através de um retrato do cotidiano das pessoas, como os papéis sociais e as desigualdades de condições e oportunidades entre os sexos estão sendo estabelecidos e reforçados na nossa sociedade. Nessas pesquisas, o trabalho se apresenta como um dos aspectos centrais nessas relações cotidianas já que é considerado ferramenta fundamental para a criação e transformação da natureza, tendo como intuito a satisfação das necessidades e desejos humanos. Assim, o trabalho como categoria ou como conceito prefigura em inúmeras discussões relacionadas à vida e a organização coletiva da vida humana, aparecendo como conceito essencial nos estudos clássicos e contemporâneos sobre as relações produtivas do capitalismo e de suas alternativas, sendo importante lembrar sua permanente conexão com as relações de gênero.

Na atualidade, o papel do trabalho e de suas subdivisões categorizadas a partir tanto da sua função e da sua “especificidade” de gênero, produtivo e reprodutivo, quanto a partir de sua condição e status econômico, remunerado ou não remunerado, emergem como tópico

central nas discussões acerca da divisão sexual do trabalho e do uso do tempo.

A produção científica sobre uso do tempo e trabalho *reprodutivo* tem crescido ao longo dos anos e se tornado cada vez mais complexa. De acordo com Luana Pinheiro (2016), as pesquisas internacionais têm possibilitado reflexões importantes para as discussões sobre desigualdades de gênero na alocação de tempo em trabalhos domésticos, sobretudo, no que diz respeito à realidade das mulheres. Tais estudos têm sido realizados a partir das iniciativas nacionais adotando instrumentos metodológicos em formato de diários ou questionários fechados, de forma a organizar as atividades cotidianas em distintos agrupamentos.

A discutida separação entre as esferas pública e privada reforçam os sistemas de dominação e de exploração que constroem as relações sociais com base em mecanismos materiais e simbólicos que sustentam as desigualdades entre os seres humanos. No que se refere ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, Maria de la Paz Barajas (2016) afirma que esta é uma das áreas na qual se observa com mais clareza esta desigualdade, através do desequilíbrio na divisão das responsabilidades do lar, provocando limitações no acesso à educação formal e aos empregos formais, que, conseqüentemente, interferem no acesso das mulheres às políticas de seguridade social.

Hildete Pereira de Melo e Marta Castilho (2009) nos lembram que o conceito “divisão sexual do trabalho” foi consolidado durante o período de industrialização destacando a subestimação das atividades realizadas pelas mulheres na família, consideradas como não trabalho, uma vez que são frequentemente confundidos “produção” com produção de mercadorias, e “trabalho” com emprego. No caso das mulheres rurais afirmamos o que se constitui numa dupla invisibilidade do trabalho por se tratar de um processo cotidiano de apagamento da centralidade das tarefas femininas na produção agropecuária, considerada frequentemente como “ajuda” ao que se considera como “trabalho de homens na

roça”, por meio da subjugação do trabalho doméstico e de cuidados à categoria do não trabalho.

Neste sentido, Lourdes Bandeira e Renata Preturlan (2016, p. 49) afirmam que a inserção social diferenciada de homens e mulheres tem sua origem e se legitima na divisão sexual do trabalho que, por sua vez, “distingue os trabalhos que são próprios aos papéis, ritmos e espaços de gênero, que os hierarquiza e lhes atribui valores diferenciados e estigmatizados”. Logo, se faz urgente que a sociedade e o próprio Estado compreendam que o trabalho reprodutivo é indissociável do trabalho produtivo, uma vez que o segundo só se realiza com o suporte do primeiro, através da “disponibilidade feminina, materna e conjugal das mulheres” para administrar a esfera doméstica e também, profissional quando necessário (HIRATA *et al.*, 2009, p. 257).

A subordinação do trabalho reprodutivo ao produtivo está vinculada às relações de dominação de gênero, que inferiorizam simbólica e materialmente as mulheres e suas atividades, áreas de atuação, dimensões da vida social e tempos pessoais associados a elas (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

A tradição francesa dos estudos de gênero compreende que a divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais de sexo; ainda que adaptada a cada sociedade, “tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.)” (KERGOAT, 2009, p. 67).

María Inés Amoroso Miranda *et al.* (2003) questionam a ideia do “esquema produção-reprodução” que simboliza a existência de dois trabalhos, com características próprias, que são complementares e são tidos com o mesmo grau de importância na reprodução do sistema global, conforme aponta a crítica feminista francesa. As autoras espanholas são incisivas ao defender que as duas atividades não podem ser compreendidas no mesmo nível de importância, pois, é o “trabalho doméstico

familiar” o responsável por assegurar o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção dos seres humanos como sujeitos sociais. Para Miranda *et al.* (2003, p. 19),

Esto significaba un cambio de paradigma, representaba otra manera de mirar, entender e interpretar el mundo y, por tanto, de analizarlo. Era para nosotras un cambio simbólico importante y, además, casi de sentido común: el centro de los objetivos sociales, políticos y económicos debería ser la vida humana y las diversas actividades deberían girar en torno a este objetivo primero y estar a su servicio.

Além disso, para marcar a distinção entre “trabalho doméstico” remunerado e não remunerado, que compreende as atividades tradicionais das tarefas realizadas no interior do lar, como: lavar, cozinhar, passar roupa, varrer, etc., em relação ao trabalho doméstico não pago ou não remunerado, as autoras utilizam o termo “trabalho doméstico familiar”, que além das tarefas citadas, abarcam uma série de atividades de gestão e organização fundamentais (não remuneradas) para o bom funcionamento de uma casa, que muitas vezes são realizadas fora do âmbito doméstico (MIRANDA *et al.*, 2003, p. 16-17).

Com o intuito de abandonar o “esquema produção-reprodução”, que historicamente foi construído sob uma hierarquia generificada, adotaremos em nossa classificação de atividades os termos “trabalho doméstico”², para nos referirmos ao que é entendido como trabalho para a boa funcionalidade do lar, além do “trabalho de cuidado” e “trabalho destinado ao mercado”, para o que se compreende como trabalho produtivo e que prevê uma remuneração monetária. Ainda assim, as atividades do cotidiano estão longe de se restringir a este esquema binário (produção-reprodução) da vida social e, no que tange a vida em

2 No caso da nossa pesquisa, quando nos referimos ao trabalho doméstico, trata-se do trabalho doméstico não remunerado. Na situação em que a mulher é empregada doméstica, o trabalho doméstico remunerado será contemplado no item da Classificação que se refere ao trabalho remunerado destinado ao mercado.

contextos rurais, as atividades cotidianas partem de uma outra lógica das relações sociais que busca a sustentabilidade da vida comunitária.

Gema Esmeraldo (2010, p. 195) afirma que “ao longo da história da formação da vida camponesa, estruturas materiais e simbólicas se objetivam e se naturalizam, e perpetuam uma ordem e uma divisão sexual na unidade produtiva e na unidade doméstica ordenando papéis sociais sexuados”. Na sua pesquisa em dois assentamentos no Ceará, a autora identifica que as tarefas domésticas são majoritariamente realizadas pelas mulheres e, neste sentido, afirma que a casa é um espaço sexuado que através do tempo “constrói um trabalho material e imaterial que forma subjetividades nos corpos das mulheres”. O tempo e o espaço integram a estrutura normatizadora que cria disciplina, aprendizado de condutas e de *habitus* produtores de um saber e um fazer, de modo que para as mulheres e para os homens regem a organização e o funcionamento da unidade doméstica e a produção de funções e papéis sociais (ESMERALDO, 2010, p. 199).

Envolvidas em diversas atividades que preenchem o seu cotidiano, as mulheres rurais não convivem com a ideia da jornada de trabalho com marcação definida de tempo, ou seja, que possui um início e um fim. O trabalho das mulheres rurais articula a produção e a reprodução, admitindo um caráter de continuidade e sem definição de começo e término em sua rotina. Essa estrutura na qual se reproduz o trabalho das mulheres rurais, contribui para a desvalorização e invisibilidade do mesmo (FARIA, 2009; MELO, DI SABBATO, 2009).

As mulheres rurais não são reconhecidas como sujeitos ativos dos processos produtivos, sendo invisibilizadas enquanto trabalhadoras nos processos de produção e reprodução da agricultura familiar (SILVA; PORTELLA, 2010). Os diversos estudos sobre relações de gênero no meio rural (PAULILO, 2004; CARNEIRO, 1994; BRUMER, 2004; SILVA; PORTELLA, 2010), principalmente quando destacam a questão da divisão sexual do trabalho, reconhecem a invisibilidade e desvalorização do trabalho executado pelas mulheres. Além das atividades domésticas na

unidade familiar, as mulheres rurais cuidam dos pequenos animais e de seus quintais produtivos. No entanto, como essas atividades são direcionadas, em sua grande parte, para o autoconsumo, esse trabalho não é contabilizado, tampouco reconhecido e valorizado, uma vez que não gera renda monetária.

As mulheres também trabalham na roça, no entanto, é consenso entre todos esses estudos que o trabalho das mulheres na produção agrícola é entendido como “ajuda” pelos demais membros da família ou da comunidade. Contudo, esse trabalho possui frequência diária, logo, é associado ou confundido com as atividades domésticas. Como tal, não é remunerado e não faz da mulher um sujeito ativo na decisão da produção, comercialização e da aplicação do dinheiro arrecadado com a produção ou proveniente das políticas públicas. Percebe-se claramente as relações de poder entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, admitindo uma relação hierárquica que torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou sequer compartilhada.

Os estudos sobre usos do tempo tornam visíveis as variadas atividades e trabalhos que são realizados ao longo do dia, de forma que quantificam o tempo destinado às atividades, explicitam as pessoas responsáveis por cada tarefa e tornam evidente quem se beneficia do trabalho alheio.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD, 2013), 90,8% das mulheres rurais dedicam 26,1 horas semanais ao trabalho doméstico familiar, enquanto 43,1% dos homens dedicam 10,2 horas semanais para o mesmo tipo de trabalho. Os trabalhos remunerados e domésticos para o âmbito familiar, tanto no contexto rural como no urbano, são desenvolvidos por homens e mulheres. No entanto, o que os diferencia é a quantidade de tempo que cada sexo dispense para cada atividade e a responsabilidade e visibilidade de quem executa, que essencialmente reproduzem as desigualdades de gênero. Neste sentido, a economista Luana Pinheiro chama atenção para os padrões de desigualdade na alocação de tempo que

só podem ser entendidos em sua plenitude ao se considerarem os significados simbólicos do trabalho doméstico na construção social de gênero e ao se analisarem os contextos social, cultural, econômico e político nos quais homens e mulheres são socializados, formam suas famílias, criam seus filhos e sustentam seus lares. Nesse sentido, o trabalho reprodutivo não pode ser compreendido fora das suas relações com gênero, com a estrutura e a interação familiar, bem como com as formas de operação do mercado formal e informal. (2016, p. 73)

Gema Esmeraldo (2006) em sua pesquisa com as mulheres rurais assentadas no estado do Ceará constatou a partir da autodeclaração das entrevistadas que elas utilizam de 7 a 12 horas diárias na realização das atividades domésticas, totalizando assim, 49 horas semanais (utilizando o menor registro), sendo possível perceber uma grande discrepância em relação aos dados da PNAD. Uma vez que a PNAD (2013) apresenta dados que sugerem desigualdades na divisão sexual do trabalho, as investigações *in loco* afirmam que essas desigualdades se estabelecem de maneira ainda mais profunda.

As pesquisas sobre o “uso social do tempo” (MOLINER, 2009; AGUIAR, 2010) que contemplam o cotidiano das mulheres urbanas possibilita estabelecer de forma mais delimitada o tempo empregado no trabalho doméstico familiar e no trabalho remunerado. No cotidiano das mulheres rurais esses dois tipos de trabalho se integram, muitas vezes nos mesmos espaços, e frequentemente são confundidos – pela família, por elas próprias e pela sociedade em geral – intensificando a invisibilidade e desqualificação de ambos. Dessa forma, essas pesquisas não têm contemplado a realidade das mulheres rurais, como indica a discrepância entre os dados oficiais da PNAD e a pesquisa da professora Gema Esmeraldo (2006). Assim, faz-se necessária a adoção de metodologias específicas e contextualizadas que compreendam as tarefas desenvolvidas pelas mulheres rurais dentro da organização temporal diária, incluindo suas dinâmicas de deslocamento espacial dentro e fora da

casa e sua participação num conjunto ampliado de atividades, focando nos tipos de trabalho que venham a fugir das categorizações que até o presente invisibilizam o trabalho doméstico, de cuidados e da reprodução da vida comunitária.

Metodologias para a pesquisa do uso do tempo em contextos rurais

Analisando o estado da arte das pesquisas de uso do tempo, temos construído um caminho metodológico que contribui para superar lacunas existentes nesse campo de pesquisa. Em uma abordagem feminista crítica à divisão sexual do trabalho, em suas diversas faces e dinâmicas, partimos do pressuposto de que o tempo e seus usos não são neutros. De acordo com Bandeira e Preturlan (2016), mesmo quando coletamos dados objetivos, como na contabilização do tempo em diários de campo, a objetividade não está isenta de sobrevalorizar ou estigmatizar uma ou outra atividade, hierarquizando um sexo frente a outro.

Adotamos uma nova postura metodológica, apontada como necessária por estudiosas do uso do tempo, capaz de questionar o sistema hegemônico das relações de gênero, apreendendo as pluralidades, sobretudo, de forma mais qualitativa, com vistas a fornecer uma base de informações para a elaboração de políticas públicas e ações mais abrangentes e desestigmatizadas (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016). Para tanto, construímos ferramentas de pesquisa complementares para coletar dados quantitativos de forma integrada aos dados qualitativos.

Percebendo a importância da combinação de pesquisas quantitativas mais universalizantes e amplas que vêm sendo realizadas no Brasil, com pesquisas qualitativas localizadas e específicas para diferentes segmentos e grupos sociais, nossa preocupação central é desvelar, por meio de dados quantitativos e qualitativos, a realidade peculiar de mulheres rurais no contexto do Nordeste brasileiro, levando em conta aspectos culturais, econômicos, ambientais e políticos locais, que influenciam e estruturam a organização do tempo e do trabalho.

Ao centrarmos esforços nas mulheres rurais, contribuiremos metodologicamente para o avanço na visibilidade de outras práticas sociais fora do trabalho formal, do mercado e mesmo do tradicional domínio da sustentabilidade da vida humana (CARRASCO, 2003), que não são captadas pelas pesquisas estatísticas sobre os usos do tempo. Partimos, ainda, do pressuposto de que o tempo de trabalho das mulheres rurais está, entre outros fatores, intimamente relacionado às dinâmicas da natureza e do contexto socioambiental.

A pesquisa intitulada *Mulheres rurais e uso do tempo: divisão sexual do trabalho e relações de gênero no estado de Pernambuco*³ tem a pretensão de investigar a rotina de mulheres rurais do sertão pernambucano, através do acompanhamento de suas atividades cotidianas no espaço doméstico e fora dele por um período mínimo de 24 horas ininterruptas. Os critérios de escolha das participantes envolveram três importantes aspectos: origem familiar rural; que a mulher acompanhada permanecesse residente na comunidade onde nasceu ou em outra comunidade rural e fosse a principal responsável pelas atividades domésticas do seu domicílio. Não adotamos como critérios faixa etária, estado civil, número de filhas/os, orientação sexual, cor, etnia ou ocupação específica (nem todas as mulheres rurais são agricultoras), pois atentamos para a importância em abarcar a diversidade das mulheres rurais, de forma que compreendemos que esta diversidade interfere diretamente no seu modo de vida e por consequência, na administração do seu tempo.

Para a identificação das mulheres, contamos com o apoio de organizações, entidades e grupos parceiros⁴ do *DADÁ: Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde* da UFRPE-UAST, do qual todas as autoras desse texto são integrantes. É importante destacar que uma pesquisa que adota métodos e técnicas que adentram a intimidade de

3 Agradecemos à Universidade Federal Rural de Pernambuco que financiou a referida pesquisa, sob a coordenação da Profa. Dra. Lorena Moraes, através do EDITAL PRPPG 015/2018 APOIO À PESQUISA INSTITUCIONAL DA UFRPE e à Unidade Acadêmica de Serra Talhada - UFRPE, por disponibilizar os motoristas e veículos para a realização das pesquisas de campo.

4 Agradecemos a parceria do Fórum de Mulheres de Mirandiba, Feira Agroecológica de Serra Talhada – FAST, à Associação de Moradores da Serra do Talhada e ao Grupo Produtivo Doce Esperança.

suas interlocutoras e de suas famílias só foi possível devido à relação de confiança construída entre as integrantes do grupo e suas parcerias. A confiança é um valor que não se adquire de imediato e está associada ao *rapport* do trabalho de campo etnográfico construído na relação entre as/os pesquisadoras/es e as/os informantes. A nossa relação com as lideranças dos grupos de mulheres que participaram da pesquisa foi construída ao longo de seis anos e permanece se fortalecendo até os dias correntes. Algumas das mulheres participantes já nos conheciam devido à realização de projetos anteriores de pesquisa e de extensão nas comunidades; as demais mulheres, nós conhecemos no momento da apresentação da pesquisa em suas comunidades junto às associações e aos grupos de mulheres.

A pesquisa e suas diversas etapas aconteceram em quatro municípios do Território do Sertão do Pajeú, região semiárida do estado de Pernambuco. Dentre as seis comunidades que visitamos, três são reconhecidas como território quilombola e as outras três são predominantemente de agricultoras/es familiares.

Alcançar o *rapport* na relação com as/os informantes é considerado o estágio mais complexo do processo, em que há um esforço na construção de uma relação harmônica, cordial e empática, nem sempre exitosa, uniforme ou universal, e por isso mesmo, algumas vezes visto como utópico. Nesse início, o caminho da pesquisa partiu de sentimentos de apreensão, incertezas e desconfianças mútuas. O *rapport* seria o estado ideal⁵ de uma relação entre pesquisadoras/es e informantes baseada em uma confiança capaz de permitir o fluxo de informações e

5 Para Guber (2005), ao qualificar a relação entre pesquisador/a e informante a partir de um *rapport* ideal, corremos o risco de não considerar os problemas inerentes ao trabalho de campo, imprescindíveis ao processo de produção de conhecimento, fazendo do pesquisador um colecionador óbvio, que cai na armadilha de acreditar que existe um *final feliz de certezas* e adotar atitudes concessivas em relação às informações. Mas se o *rapport* for concebido a partir da construção de um senso compartilhado de pesquisa baseado na passagem de um modelo pré-formulado para outro modelo em construção a partir dos termos das/os informantes, a figura do *rapport* adquire outra importância no processo de conhecimento sobre a população estudada. Sua conquista acaba sendo a conquista da própria pesquisa e significa que a dimensão descritivo-explicativa do mundo social e da perspectiva teórica adotada é refletida e traduzida na relação entre pesquisador e sujeitos do estudo.

cooperação mútua. No entanto, para Rosana Guber (2005), este estado “ideal” é carregado de armadilhas que limitam processos importantes do trabalho de campo entre contrastes e reflexividades que operam em uma tensão condicionante.

A primeira etapa do processo metodológico consistiu em uma atividade de extensão universitária, previamente agendada com a/s liderança/s das comunidades rurais contactadas, a fim de reunir os grupos de mulheres para discutirmos sobre divisão sexual do trabalho através de roda de conversas e dinâmicas participativas, em formato de oficinas, utilizando como instrumento político-pedagógico o material (vídeo, cartazes, sorteio de camisas e bolsas, folders) da campanha educativa intitulada *Pela Divisão Justa do Trabalho Doméstico*⁶, elaborada pela Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste⁷.

Em seguida, apresentamos a proposta da pesquisa *Mulheres rurais e Uso do tempo* e convidamos as mulheres a participarem da mesma, de maneira voluntária, registrando os números de contato das interessadas ao final da atividade. Após a apresentação da pesquisa dividimos o coletivo de mulheres em subgrupos para a realização da dinâmica do relógio, e cada grupo menor era orientado por uma monitora. Cada uma das monitoras desempenhou também papel de pesquisadora de campo na segunda parte do processo da pesquisa, por essa razão, estiveram presentes desde o primeiro contato com as mulheres colaboradoras da pesquisa, facilitando as dinâmicas de permanência necessárias para os procedimentos de observação do uso do tempo e das atividades de trabalho doméstico de cada mulher pesquisada.

A dinâmica do relógio, referenciada acima, consiste na representação gráfica de dois relógios de ponteiro desenhados no papel madeira com hidrocor contendo as 12 horas do dia em cada relógio. A proposta é construir um consenso entre as mulheres para definir todas as atividades realizadas durante suas rotinas de 24 horas. Esta dinâmica é interessante porque além das mulheres perceberem o volume de atividades

6 Para saber mais ver Moraes *et al.* (2018).

7 Para saber mais sobre a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, ver: (JALIL; ESMERALDO; OLIVEIRA, 2017).

que realizam ao longo do dia, permite a troca de experiências, ao ser realizada em grupo, possibilitando que algumas mulheres relatem atividades não identificadas por outras e proporcionando debates e reflexões sobre a divisão sexual do trabalho, na busca de um consenso para definir o tempo gasto em cada atividade. Vale ressaltar que durante a atividade em grupo quando os tempos relatados eram distintos, era calculada uma média entre as participantes.

Um dos momentos cruciais da nossa atividade foi quando relatamos os dados da PNAD (2013) que afirma que as mulheres rurais gastam 26,1 horas semanais em atividades domésticas; ainda que explicássemos que se trata de uma média realizada a partir de uma amostra de mais de mil domicílios, as mulheres ficavam profundamente incomodadas e demonstravam interesse em participar da pesquisa, a fim de mostrar a realidade do seu cotidiano. Ao final da atividade, reforçamos o convite para participar da pesquisa, e anotamos o número do telefone das interessadas para posteriormente combinarmos a melhor data para a realização do trabalho de campo. Também consideramos a técnica de bola de neve (*Snowball Sampling*) (VINUTO, 2014), em que mulheres participantes da pesquisa podem auxiliar na indicação de outras mulheres para terem a sua rotina acompanhada, construindo assim uma rede de participantes.

É importante ressaltar que durante as atividades de apresentação da pesquisa junto aos grupos de mulheres, organizamos atividades paralelas para entreter as crianças que foram acompanhando suas mães. Na realização de atividades com mulheres, sobretudo com as mulheres rurais, é de extrema importância a organização de espaços com atividades (pintura, desenho, brincadeiras, contação de histórias) voltadas para as crianças, pois dessa forma, as mulheres ficam despreocupadas e mais concentradas nas oficinas nas quais estão participando. É recorrente as mulheres rurais participarem das atividades acompanhadas das/os filhas/os pequenas/os, ainda que as atividades sejam realizadas nos fins de semana, ficando evidente a injusta divisão do trabalho doméstico e a naturalização do cuidado como uma atividade essencialmente feminina. Ainda que muitas delas não deixem de participar das atividades

comunitárias e políticas porque não têm com quem deixar as crianças, fazendo-se assim uma ação de resistência, é uma “resistência” que se constrói na base do acúmulo de tarefas – trabalho doméstico; trabalho de cuidado; trabalho para o mercado com e sem remuneração; participação política; comunitária; religiosa; etc.

Ao cabo da realização dessa fase inicial de organização do processo de pesquisa e de construção de uma rede de contatos e participação, partimos para a fase efetiva de coleta dos dados. A fim de coletar os dados⁸ sobre o uso do tempo das mulheres rurais, cada uma das pesquisadoras passou um (01) dia e uma (01) noite na casa da mulher rural acompanhando-a durante toda a sua rotina, por um período total contabilizado de 24 horas. Utilizamos como instrumentos de pesquisa: a) o diário de uso do tempo para a anotação de cada atividade/trabalho realizado pelas mulheres, adotando como unidade temporal - **minutos**; b) questionário com questões abertas e fechadas para identificação do perfil das mulheres e informações qualitativas sobre as múltiplas dimensões envolvidas no uso do tempo das mulheres rurais; e c) caderno de campo para anotar as situações observadas, impressões das pesquisadoras, reconstituição das informações; e contextualização do campo, para trazer à tona o não dito. O diário de atividades se trata de uma planilha com oito colunas destinadas ao registro das: atividades ou trabalhos realizados; início da atividade/trabalho; fim da atividade/trabalho; a quem a atividade/trabalho se destina/beneficia; quem *ajuda* na realização da atividade/trabalho; o local onde a atividade ou trabalho é realizado (relatado pela mulher e observado pela pesquisadora) e a classificação das atividades ou tipos de trabalho.

A adoção dos referidos instrumentos responde à necessidade de se compreender “os percursos sexuais associados aos usos do tempo, evidenciando, por exemplo, que as categorias de idade, raça e/ou cor e sexo não se apresentam como simples variáveis; ao contrário, se articulam com os sistemas de hierarquia e de poder” (BANDEIRA; PRETURLAN,

8 É importante destacar que o procedimento de produção de dados está em conformidade com o que dispõe a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, sob a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2016). Nem sempre essas categorias são analisadas de maneira crítica às práticas realizadas no cotidiano, ao contrário, frequentemente são tratadas com naturalidade e neutralidade nas pesquisas.

O diário do uso do tempo possibilita uma cobertura do amplo rol de atividades e trabalhos realizados em uma diária, além de possibilitar estimativas de tempo mais precisas para cada um deles, bem como o registro de sobreposições de tarefas e o ritmo de sua realização. Apesar de tornar a pesquisa mais complexa e trabalhosa, este instrumento sugere informações mais precisas, que não sejam orientadas pela percepção sobre um comportamento socialmente desejado, mas sim, pelo registro da atividade executada (CAVALVANTI *et al.*, 2010).

Abaixo, segue uma versão simplificada do diário (cada hora contém 60 linhas correspondentes aos 60 minutos) utilizado pelas pesquisadoras:

Nome da pesquisadora:

Horário de chegada: Horário de partida:

Nome da mulher acompanhada:

Município: Comunidade:

Data: Dia da semana:

Início	Término	Atividade Desenvolvida	Pra quem?	Teve "ajuda" de quem?	Local observado pela pesquisadora	Local relatado pela participante	Classificação da atividade
8h05	8h17	Lavou louça	UD	não	cozinha	cozinha	Trabalho doméstico para os membros da unidade domiciliar

Diferentemente da metodologia e das técnicas de pesquisa apresentadas nesse artigo, as pesquisas do uso do tempo realizadas no Brasil atualmente (CAVALCANTI *et al.*, 2010; AGUIAR, 2010), à luz das

pesquisas realizadas nos Estados Unidos e Europa, são feitas com a utilização de diários que são deixados na casa das/os moradoras/es e posteriormente apanhados. Nestes casos, a sistematização das atividades e do tempo gasto é feita pelo/a morador/a em um dia específico da semana, escolhido pelo/a pesquisador/a ou mediante sorteio. Outra metodologia adotada é a entrevista, que pode ser um complemento do diário ou ser utilizada como a única técnica de pesquisa. Quando utilizada sem outro instrumento complementar, a entrevista se limita à percepção da/o entrevistada/o sobre o tempo gasto nas atividades e trabalhos desenvolvidos em seu cotidiano – podendo apresentar maior subnotificação da diversidade de atividades e trabalhos, bem como, dos tempos gastos nos mesmos.

Na referida pesquisa, além do diário e caderno de campo, utilizamos como técnicas complementares o questionário e entrevistas semiestruturadas a fim de obter o perfil das mulheres participantes e suas percepções, bem como problematizar e cruzar as informações coletadas (AGUIAR, 2010). Contudo, as entrevistas serão realizadas numa etapa posterior da pesquisa.

Por meio do diário de uso do tempo, a própria equipe de pesquisadoras realiza a coleta de informações e identificação do uso do tempo das mulheres, com o intuito de não retirar as mulheres de suas rotinas e não imprimir mais uma tarefa para elas. Entende-se que uma pessoa concentrada apenas em anotar o tempo gasto em cada tarefa, perde menos informação, se comparado às coletas realizadas pelas próprias mulheres, que além de estarem realizando suas tarefas diárias, ainda teriam que se lembrar de anotar o tempo gasto em cada uma delas – quando se sabe que as mulheres fazem mais de uma tarefa ao mesmo tempo.

As pesquisadoras da equipe de campo são todas mulheres e foram treinadas pelas coordenadoras da pesquisa para não perderem informações, não serem invasivas e não ajudarem as mulheres nas tarefas - fato

que poderia vir a diminuir o tempo de realização das tarefas, com a ajuda e manipular o tempo real utilizado pelas mulheres.

Durante a oficina de mobilização com o grupo de mulheres, no contato por telefone para o agendamento e na chegada para a pesquisa de campo, as coordenadoras da pesquisa reforçaram sobre a importância da pesquisa no que tange a produção de dados mais próximos à realidade rural; sobre a importância delas não alterarem a sua rotina devido à presença da pesquisadora e, ainda, sobre a importância delas evitarem pedir ajuda às pesquisadoras para realizarem as tarefas, de modo que isso possa vir a interferir nos dados. Nesse sentido, a mulher que aceita participar da pesquisa, sabe que terá a companhia da pesquisadora em seus trabalhos e atividades domésticas, políticas, religiosas, escolares, produtivas, de cuidado, etc. Ainda que o interesse principal da pesquisa seja mensurar o tempo gasto com o trabalho doméstico e de cuidados, é importante registrarmos o tempo gasto em outros tipos de trabalho e atividades para que tenhamos um percentual comparativo do uso do tempo nas diversas atividades realizadas pelas mulheres rurais.

As visitas de campo foram divididas em seis grupos: a) segunda-feira à terça-feira; b) terça-feira à quarta-feira; c) quarta-feira à quinta-feira; d) quinta-feira à sexta-feira; e) sexta-feira a sábado; f) sábado a domingo. Investigar as rotinas das mulheres em diferentes dias da semana implica no reconhecimento de possíveis alterações que a rotina pode sofrer a depender do dia da semana. A pesquisa de campo foi realizada ainda, contemplando duas épocas do ano distintas: meses que compreendem o “verão” ou período de estiagem de chuvas no semiárido brasileiro; e meses que correspondem ao período de chuvas ou, o chamado inverno, na região. Acompanhar a rotina das mulheres em diferentes períodos do ano implica na compreensão das diferentes dinâmicas ambientais e sazonais que influenciam diretamente no trabalho doméstico familiar e produtivo das mulheres rurais.

A fim de diminuir o impacto na rotina da participante, ainda que somente o impacto de forma financeira, a pesquisa garante uma cesta de

alimentos para cada unidade domiciliar visitada, uma vez que a pesquisadora estará presente em sua casa para as três refeições. A cesta, composta por ovos, carne, goma de tapioca, cuscuz, arroz, feijão, macarrão, café e papel higiênico, é entregue diretamente à mulher acompanhada pela pesquisadora no momento de sua chegada à unidade domiciliar para que ela utilize os mantimentos como e quando achar conveniente.

Com base na classificação da Pesquisa Piloto do IBGE 2009-2010 (CAVALCANTI *et al.*, 2010), na *International Classification of Activities for Time-Use Statistics* (ICATUS) e na *Classification of Time-Use Activities for Latin America and the Caribbean* (CAUTAL) construímos a nossa classificação intitulada como **Classificação do Uso do Tempo em Atividades e Trabalhos Diários das Mulheres Rurais (CATMUR)**, que leva em consideração a realidade das mulheres rurais, especialmente as nordestinas, que nos inspiraram e compartilharam as suas vivências conosco. No entanto, a CATMUR foi desenvolvida de maneira que possa ser utilizada em distintos contextos rurais. Segue abaixo a lista de trabalhos e atividades da CATMUR⁹ que orienta metodologicamente e analiticamente a nossa pesquisa:

1. Trabalho remunerado destinado ao mercado
2. Trabalho não remunerado destinado ao mercado
3. Trabalho destinado ao autoconsumo familiar
4. Trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar
5. Trabalho doméstico destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar
6. Trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar
7. Trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

⁹ Os subitens de cada trabalho ou atividade que sugere a possibilidade de contabilizar o tempo de carga mental e manejo dos recursos naturais podem ser visualizados no dicionário da CATMUR presente na versão digital desta publicação.

8. Trabalho de cuidado destinado aos animais e plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar
9. Trabalho de cuidado destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar
10. Trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar
11. Trabalho de cuidado destinado aos animais e plantas de estimação de pessoas que não residem na unidade domiciliar
12. Trabalho voluntário
13. Atividades de aprendizado e educação
14. Atividades de socialização e comunicação
15. Atividades de lazer
16. Atividades de autocuidado
17. Atividades destinadas à busca de emprego/trabalho
18. Atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas
19. Cuidado com os bens comuns
20. Deslocamento

A CATMUR foi construída a partir de um investimento intelectual coletivo da equipe da pesquisa, tendo participação ativa de alunas, professoras e demais pesquisadoras da equipe. Além das classificações de pesquisas nacionais e internacionais que nos serviram como referência, a realização dos pré-testes *in loco* foi fundamental nesta etapa, para percebermos que as referidas classificações não contemplavam a realidade das mulheres rurais, ao provocar questionamentos das nossas alunas, que são de origem do meio rural, no sentido de identificar a necessidade da inclusão de determinadas atividades na classificação. Foi a partir do pré-teste, por exemplo, que identificamos a necessidade de inserirmos o item **2-Trabalho não remunerado destinado ao mercado;**

pois percebemos que as mulheres frequentemente desenvolvem um trabalho ou participam de parte da produção que será destinada ao mercado, sem receber recompensa financeira. Assim, o valor monetário arrecadado, fruto do trabalho da mulher não retorna para ela, mas sim para a pessoa responsável pela comercialização.

Nesse sentido, o **Trabalho não remunerado destinado ao mercado** também pode ser entendido como parte de uma relação econômica afetiva - quando a mulher executa a ação, participa da produção, desenvolve um produto, e o retorno está permeado pelo afeto, amor, solidariedade e não pela recompensa monetária. Esta relação econômica afetiva é frequentemente vista nos núcleos familiares e geralmente, realizada pelas mulheres - como exemplo, observamos: uma mãe debulhando feijão para a filha vender na feira; outra mãe higienizando garrafas *pet* para os filhos comercializarem água de coco e caldo de cana, e, em nenhum dos casos as mães se beneficiam diretamente do retorno financeiro proveniente da comercialização dos produtos e também não residem na mesma unidade domiciliar que seus filhos. Este item da CATMUR se relaciona com a máxima feminista, que se refere ao trabalho doméstico "o que você chama de amor, nós chamamos de trabalho não pago" (FEDERICI, 2019). Porém, neste caso, refere-se ao trabalho destinado ao mercado, que também não se remunera e se sustenta nas relações afetivas familiares para reproduzir o abuso e a exploração do trabalho feminino.

A CATMUR composta por vinte (20) grandes grupos de trabalhos e atividades, se diferencia das demais classificações das pesquisas do uso do tempo, sobretudo, no que se refere às atividades e trabalhos destinados aos membros da família que residem ou não na unidade domiciliar e às demais pessoas da comunidade. No meio rural e nas cidades interioranas, as relações sociais são permeadas por laços de afetividade mais estreitos, valores mais tradicionais e relações de reciprocidade. Dessa maneira, se faz necessária a inclusão de itens que contemplem as atividades e trabalhos diários destinados às pessoas que não residem na unidade domiciliar, ampliando ainda, para os trabalhos domésticos e de

cuidado (não remunerados) que são realizados aos demais integrantes da comunidade que não compõem a unidade familiar, pois faz parte de uma moralidade camponesa, sobretudo, reproduzida pelas mulheres, o cuidado, a atenção, a escuta e a ajuda aos membros da comunidade, independente das relações de parentesco e consanguíneas.

Além dos vinte grupos de trabalhos e atividades diárias das mulheres rurais, com exceção do item 20 (Deslocamento), os demais itens apresentam subitens que se referem à: *gestão do trabalho, seja para o mercado, doméstico, de cuidado, etc.*, que corresponde ao planejamento, orientação, atribuição ou distribuição das atividades demandando de outras pessoas e execução das mesmas; *demandar o trabalho com os recursos naturais e outros recursos (água, resíduos sólidos, biodiversidade) usados nos diferentes tipos de trabalhos e atividades*, que corresponde ao planejamento, orientação ou atribuição da utilização desses recursos atribuído a terceiros, para a execução da atividade, por exemplo, na situação que a mulher demanda que alguém colete água para que ela execute um determinado trabalho. Já o *manejo dos recursos naturais e outros recursos (água, resíduos sólidos, biodiversidade) usados nos diferentes tipos de trabalhos e atividades*, compreendem as atividades relacionadas à coleta, armazenamento, separação dos resíduos sólidos e orgânicos, organização do lixo, catar lixo do sítio, levar para ponto de coleta, queimar na própria propriedade, reutilizar lixo orgânico na composteira, minhocário ou no pé das plantas, etc. realizados pela própria mulher. No que correspondem aos itens 4, 5 e 6 que se referem ao **Trabalho doméstico** seja na unidade domiciliar da mulher participante da pesquisa ou fora dela, acrescentamos dois subitens: i) *administração doméstica*, que corresponde à realização de atividades que implicam na organização e no bom funcionamento da unidade domiciliar: realizar pagamento de contas domésticas, levar para consertar aparelhos domésticos, ligar para alguém ir até a casa para fazer um conserto e fazer listas de compras; ii) *manutenção e pequenos reparos*, ou seja, a realização de atividades de reparação, instalação, reprogramação e montagem, por exemplo, de eletrodomésticos, equipamentos elétricos, hidráulicos,

decorativos e da própria estrutura da casa. Nos trabalhos voltados ao cuidado, além dos itens relacionados à *gestão e manejo dos recursos naturais e outros recursos*, acrescentamos a *gestão do próprio cuidado*, que corresponde à atribuição do trabalho de cuidado a uma terceira pessoa.

Se faz necessário chamar atenção para as atividades de *gestão* e para a sua distinção em relação ao *manejo*, ou execução da atividade em si, uma vez que, as mulheres além de executarem as atividades nas quais estão diretamente envolvidas, permanecem atentas às demais tarefas que estão por fazer e, frequentemente as demandam da pessoa que estiver mais próxima a ela. Como exemplo, presenciamos uma mulher que enquanto colocava o feijão para cozinhar, pediu para a sua filha dar o remédio ao avô, pois já se encontrava no horário indicado pela médica. Como a filha não atendeu às solicitações da mãe, alguns minutos depois a mulher levou o remédio para seu pai. É importante destacar que as mulheres estão atentas a tudo o que ocorre dentro e fora da casa, realizam as atividades, demandam, cobram, nem sempre são atendidas, executam as atividades pendentes, e sem outra escolha, distribuem seu tempo de maneira exaustiva.

A atenção que as mulheres destinam a todos ou quase todos os eventos que acontecem em torno e no interior do lar não pode ser explicada de maneira essencialista, como se apenas as mulheres/mães/esposas fossem capazes de saber, lembrar, conhecer as necessidades da casa, das pessoas e dos animais. Pelo contrário, as mulheres adquirem este “dom” porque são responsabilizadas a executar ou organizar tais atividades de maneira solitária e são treinadas desde a sua infância para serem capazes de dar conta de muitas tarefas simultaneamente, de modo que se acredite que somente elas possuem tal habilidade. A cobrança social pelo bom funcionamento do lar, que se embasa no acúmulo de tarefas, muitas vezes acarreta na carga mental que pode levar a um desgaste emocional e psíquico.

E é neste sentido, que utilizamos em destaque a palavra *ajuda* no diário de atividades utilizado na pesquisa de campo, pois, quando

falamos em “ajuda”, nos referimos a um auxílio de uma segunda pessoa (que frequentemente se deu mediante demanda) na execução da tarefa e não no compartilhamento da responsabilidade diária da execução da tarefa, incluindo-se aí a própria tarefa de saber quando e como realizar a atividade em questão, ou seja, sendo capaz também de gerir o tempo relacionado a ela.

Trabalho de campo muito além da coleta de dados

A metodologia da pesquisa de campo apresentada vem esbarrando frequentemente em questionamentos de cunho epistemológico e metodológico que dizem respeito à influência da observadora nos espaços e nas relações que se desenrolam no contexto observado. Levando em consideração essa preocupação, o trabalho de levantamento de dados e observação que realizamos, optou por reconhecer conscientemente a existência dessa “influência” no estabelecimento do processo de observação. Para minimizar os efeitos da nossa presença, no entanto, utilizamos estratégias de familiarização com as mulheres participantes, que nos deram a oportunidade de criar laços de sociabilidade e proximidade, facilitando nosso acesso aos espaços e experiências da vida privada cotidiana dessas famílias.

A nossa chegada à comunidade rural para a realização da pesquisa de campo, em sua maioria das vezes, se dava em torno das 8 horas da manhã, pois o município mais próximo no qual realizamos a pesquisa se encontra a 25 km de Serra Talhada - PE (onde estamos alocadas) e o mais distante a 64 km, até sua área urbana. Além da distância, na maioria dos casos, dispusemos da infraestrutura da Unidade Acadêmica de Serra Talhada, através da utilização do transporte e do motorista da instituição, que inicia a sua jornada a partir das 7 horas da manhã. Dentre esses e outros motivos, chegar cedo nas comunidades se fazia uma tarefa difícil. No entanto, é sabido que até 8h ou 9h da manhã, as mulheres rurais já desenvolveram inúmeras tarefas que comportam a sua jornada

de trabalho e, com a finalidade de não perder os registros sobre as atividades executadas nas primeiras horas da manhã, tampouco aquelas que precedem o descanso noturno, permanecemos nas casas das mulheres entre 24 e 26 horas. A metodologia da pesquisa indica o acompanhamento das mulheres durante 24 horas. Contudo, estabelecemos duas horas a mais para descontarmos o tempo da aplicação do questionário, quando realizada dentro “das 24 horas”, o tempo da realização das necessidades fisiológicas e de higiene das pesquisadoras, e no caso de alguma interrupção não prevista.

Entre o momento de mobilização para a pesquisa, realizado através das atividades de extensão universitária nas comunidades rurais, e o dia da nossa ida para o trabalho de campo, as mulheres que aceitaram participar da investigação comunicaram aos demais membros da casa que iriam nos receber e que iríamos dormir em suas residências. A receptividade e solidariedade ainda muito vigente no meio rural, sobretudo no Nordeste brasileiro, tornou a nossa estadia muito tranquila, prazerosa e regada de muita afetividade. O local onde dormimos é escolhido pelas mulheres, e se deu frequentemente nas suas próprias casas, mas em caso de falta de espaço suficiente, elas nos acomodaram em casas vizinhas.

A pesquisa de campo para a produção dos dados referentes às atividades e trabalhos diários das mulheres rurais ocorreu principalmente, com o auxílio do diário de campo, mencionado anteriormente. Acompanhamos as mulheres durante pelo menos vinte e quatro horas anotando todas as atividades que elas desenvolviam. Percebemos que a anotação ininterrupta chamava mais atenção dos demais membros da família do que da mulher acompanhada. Algumas mulheres chegavam a ignorar o diário, ou questionavam “vai anotar até isso?” - diante de um trabalho ao qual não davam muita importância; outras não esqueciam dele e chegavam a nos cobrar a anotação de todo o seu trabalho, demonstrando autovalorização: “anota isso aqui, viu?”

Mesmo tendo conversado com as mulheres previamente para que elas não alterassem a sua rotina, temos consciência que a nossa presença já é um fator de interferência naquela realidade. Trata-se de alguém de fora, que é de fora da casa, de fora da comunidade, que é da universidade e está ali para observar e registrar cada passo da mulher, minuto a minuto. Contudo, este método etnográfico do uso tempo, ainda que realizado somente durante uma diária de 24h, se faz muito intenso tanto para a mulher acompanhada como para a pesquisadora, e, as mulheres diante de uma rotina um tanto quanto exaustiva, de fato, não tinham tempo de alterar “demais” os seus afazeres. Assim, reconhecemos a interferência da nossa presença e a mudança de rotina, ainda que nem sempre tenha se apresentado visivelmente para nós. Por essa razão consideramos que a metodologia adotada possibilita uma maior aproximação da realidade das mulheres – diante da contabilização do tempo dos seus trabalhos e atividades diários.

A interferência decorrente da nossa presença era uma questão que nos inquietava bastante durante a etapa da concepção do projeto de pesquisa, pensávamos que a nossa presença poderia atrapalhar as mulheres em suas atividades, pois desde outros projetos de pesquisa e extensão, sabíamos que as mulheres não perderiam a oportunidade de se estender em longas conversas. Outra preocupação da equipe era em relação à comida, afinal mais uma boca para as três refeições, obviamente iria pesar no trabalho das mulheres. E nos enganamos nos dois aspectos, ou melhor, as professoras (de origem urbana) foram acalentadas pelas alunas (de origem rural) que garantiram que as mulheres faziam comida em maior quantidade diariamente, suficiente para alimentar as/os moradoras/es da unidade domiciliar e visitantes. As mulheres rurais recebem visitas inesperadas com muita frequência e o desenvolvimento do trabalho doméstico, de cuidado ou para o mercado é realizado em conformidade com o ato de prostrar, respondendo nossa primeira inquietação, pois as mulheres rurais recebem visitas inesperadas com

muita frequência e o desenvolvimento do trabalho doméstico, de cuidado ou para o mercado é realizado em conformidade com o ato de prostrar.

A nossa estadia intensa com as mulheres, por vezes, possibilitou conversas de cunho íntimo, desabafos e revelações, e, em sua maioria, o tema principal era as relações opressoras de gênero, decorrentes do machismo de seus maridos. A pesquisa do uso do tempo nos garante a possibilidade de contabilizar o tempo destinado às atividades e distintos trabalhos das mulheres ao longo de suas rotinas, conforme era o nosso interesse, mas também, possibilitou uma relação de confiança para além da abertura das portas para a realização da pesquisa, na medida em que aos nossos ouvidos foram confiadas histórias íntimas de sofrimento, superação e confidências. Assim, o registro das atividades e do tempo dispensado, era acompanhado do relato da vida íntima, de maneira que as mulheres aproveitavam os ouvidos não consanguíneos e não comunitários, para confidenciar histórias e situações que deveriam ser levadas para longe com a nossa partida e, assim, estariam livres das fofocas e julgamentos morais da comunidade e familiares.

Análise feminista dos dados e valorização do trabalho das mulheres

Conforme já chamamos atenção na primeira parte deste texto a respeito da invisibilidade e desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado realizado pelas mulheres, bem como, para o trabalho destinado ao mercado e ao autoconsumo que as mulheres rurais desenvolvem, a pesquisa orientada pela CATMUR objetiva sugerir pistas para sanar, sobretudo, o desafio de contabilizar e identificar os trabalhos e atividades realizados de maneira simultânea e valorizar o trabalho de gerência das atividades as quais as mulheres são submetidas diariamente.

A CATMUR foi pensada para auxiliar pesquisas qualitativas, realizadas através da observação e do trabalho de campo, podendo ser utilizada para quantificar o uso do tempo das mulheres e homens em sua ampla diversidade.

Em relação às atividades simultâneas, algumas pesquisas do uso do tempo pedem para as mulheres elegerem a atividade principal e a atividade secundária. Preocupadas, sobretudo, com a carga mental das mulheres e com a necessidade de expor a sobrecarga a qual as mulheres estão submetidas, como poderíamos solicitar ou eleger a atividade principal diante da seguinte situação: criança no colo (*trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar*), enquanto mexe a comida na panela (*trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar*) e pede para o filho desligar o sistema de irrigação do quintal produtivo (*gestão do trabalho com a água usada no trabalho remunerado destinado ao mercado*)? Diante desta complexidade, como contabilizamos o tempo? Além de contabilizar o número de atividades realizadas simultaneamente (para este caso): três (3), registramos o tempo gasto para fazer a comida (exemplo: 15 minutos), mais o tempo que a mulher permanece com a criança no colo (exemplo, 3 minutos), mais 1 minuto para a solicitação, ainda que ela tenha levado alguns segundos para proferir a demanda.

Dessa maneira, todas as atividades simultâneas são identificadas, valorizadas e contabilizadas e o ato de demandar a terceiros outras atividades, é superestimado, ganhando o “valor” de 1 minuto para cada demanda. Esta escolha de contabilizar o tempo acima da realidade se encontra em consonância com as “mágicas” que as mulheres fazem para multiplicar o seu tempo e dar conta de todas as atividades para garantir a boa funcionalidade da casa, da propriedade e o conforto de todos que vivem ao seu redor. Diante da realidade da injusta distribuição e responsabilização do trabalho doméstico, esta pesquisa vem para expor a carga de trabalho surreal a qual as mulheres se encontram submetidas.

Considerações finais

Construir metodologias dedicadas à compreensão do uso do tempo das mulheres rurais a partir de uma perspectiva feminista significa entender rotinas de vida e de trabalho não remunerado, invisibilizadas e desvalorizadas, capazes de manifestar tempos não percebidos e realidades não ditas dedicadas ao trabalho para o mercado e para a sustentabilidade da vida. Diante de um esforço brasileiro incipiente em suas pesquisas de uso do tempo que possibilitem de fato mensurar a forma como os indivíduos destinam seu tempo às diferentes atividades e trabalhos, nossa opção metodológica demonstrada neste artigo, desenvolvida no âmbito da pesquisa “Mulheres rurais e uso do tempo: divisão sexual do trabalho e relações de gênero no estado de Pernambuco” se torna referência nos estudos do mundo rural, visibilizando o cenário do Semiárido pernambucano a partir do tempo das mulheres rurais - tempo muitas vezes fora do mercado formal, sem marcação definida de início e fim, em que diferentes tipos de trabalho são destacados e realizados simultaneamente nos mesmos espaços. Conforme ressaltado anteriormente, a nossa proposta para este texto não contempla a explanação e análises de resultados, optamos por detalhar a nossa proposta metodológica, os nossos anseios e o processo coletivo de construção. A CATMUR será detalhada na versão digital do presente livro e os resultados serão publicados em outros espaços de divulgação científica.

Assim, temos que nosso trabalho de campo foi definido a partir de um trabalho coletivo com a pretensão de construir um novo caminho metodológico contextualizado com uma abordagem feminista que parte do pressuposto de que o tempo e seus usos não são neutros, fazendo-se necessário para uma observação empírica, ferramentas de pesquisa complementares apropriadas para a aproximação da pluralidade das realidades das mulheres, em seu contexto ambiental, cultural, político e econômico, evidenciando situações opressoras que não se expressam somente pelos números. Por isso, o caráter misto da pesquisa quali-quantitativa.

Nesse sentido, a vivência de 24 horas das nossas pesquisadoras no acompanhamento e registro da dinâmica do trabalho das mulheres rurais revelou rotinas expressadas não só em números, mas representativas de usos, organização e distribuição do tempo das mulheres, dedicadas à sustentabilidade da vida, descritas em minutos através dos diários de atividades (diário de uso do tempo). Por meio do questionário realizado ao final de cada observação registramos o que se fala; pelo caderno de campo nos aproximamos do que não é dito, do que é sub-notificado nos interstícios das relações sociais, analisando e registrando o campo conforme se apresenta no mundo empírico.

A combinação do diário com o questionário e o caderno de campo pôde compor a situação mais ampla vivida pelas mulheres rurais no seu cotidiano, retratando as sobrecarregadas jornadas de trabalho experienciadas diante da divisão sexual do trabalho, sobretudo no âmbito do trabalho doméstico e do cuidado não remunerados. Nesse sentido, o tempo despendido para a realização de atividades e trabalhos dentro e fora da unidade doméstica foi estruturado no reconhecimento do trabalho das mulheres em 19 grandes grupos que compõem a CATMUR.

Assumimos nossas limitações ao optarmos por não acompanhar a rotina dos homens, impossibilitando a comparação. Também não trabalhamos com uma amostragem sistemática das populações de cada região, impossibilitando generalizações fidedignas a partir de recortes estatísticos mais abrangentes. Pois, além de não ser nosso interesse, é válido ressaltar que o processo de mobilização das mulheres integrado às nossas atividades de extensão universitária, está mais preocupado em dialogar com elas sobre a autovalorização dos seus trabalhos diários e instigar a reflexão sobre como o sistema capitalista e a cultura patriarcal exploram os corpos e a saúde mental das mulheres, sendo o número de participantes uma consequência desses diálogos e dessa posição crítica.

Nos importa fazer uma contextualização com a literatura feminista, construir nossos interesses de estudo através da observação do trabalho realizado pelas mulheres rurais, no *continuum* entre produção e

reprodução marcado por relações de gênero e papéis sociais desiguais, que continua contribuindo para a desvalorização do trabalho entre as mulheres e subestimando suas atividades domésticas e de cuidado. São essas atividades, entre outras, que correspondem ao trabalho não remunerado e completamente invisibilizado pela sociedade, pensado como trabalho reprodutivo na dualidade com o trabalho produtivo, hegemonicamente associado com produção de mercadorias e emprego. No reconhecimento da indissociação do trabalho produtivo e reprodutivo, colocamos em evidência o reconhecimento do trabalho da sustentabilidade da vida enquanto base para que o trabalho destinado ao mercado possa existir, destacando ainda, a realidade da vida rural ainda pouco investigada a partir de metodologias específicas e elaboradas desde os processos empíricos.

Referências

AGUIAR, Neuma. Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado em uma plantação canavieira. **Revista Gênero**, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (Nuteg) da Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 2, 1. sem., 2001.

AGUIAR, Neuma. Metodologia para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. MELO, Hildete Pereira de. (Org.) *Dossiê A perspectiva feminista e os trabalhos sobre "Usos do Tempo"*, **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v 12, n 1, p. 64-82, junho 2010.

ARAYA, María José. **Un acercamiento a las encuestas sobre el uso del tiempo con orientación de género**. Santiago de Chile: Cepal – Unidad Mujer y Desarrollo, 2003.

BANDEIRA, Lourdes Maria; PRETURLAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. *In*: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. 268 p.

BARAJAS, Maria de la Paz López. Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. *In*: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. 268 p.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./ abr. 2004.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *In*: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 2, junho, 11-22, 1994.

CARRASCO, Cristina. A Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? *In*: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **A Produção do Viver**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, p. 11-49. 2003.

CAVALCANTI, Lara G. de A. et. al. A Pesquisa Piloto de Uso do Tempo do IBGE 2009/2010. Texto apresentado no Fazendo Gênero 9. **Anais... Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. Florianópolis, SC, 23 a 26 de agosto de 2010.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

ESMERALDO, Gema Galgani. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em mulheres assentadas. *In*: LOPES, Adriana L.; BUTTO, Andrea (Orgs.). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2010. p. 185 – 214.

ESMERALDO, Gema Galgani. Resignificações do feminismo e da política em práticas de mulheres assentadas. *In*: VALE, Alexandre Fleming Câmara; PAIVA, Antônio Crístian Saraiva (Orgs.). **Estilísticas da sexualidade**. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Campinas: Pontes Editores, 2006. p. 95-113.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. *In*: BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009, p. 11-28.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

GUBER, Rosana. **El salvaje metropolitano**: Reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo. Buenos Aires: Paidós, 2005.

HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)**. Rio de Janeiro, v. 33, p. 1-133, 2013.

JALIL, Laetícia Medeiros; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima. Rede feminismo e agroecologia do Nordeste. 1 ed. Recife: **Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste**, 2017. 198 p.

KERGOAT, Danièle. Verbete: Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA *et al.* (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista de Economia Contemporânea**, Instituto de Economia, UFRJ, Vol. 13, jan-abril 2009.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Gênero e trabalho rural 1993/2006. *In*: BUTTO, Andrea (Org.). **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, 2009, p. 31-120.

MIRANDA, María Inés Amoroso; PARERAS, Anna Bosch; CARRASCO, Cristina; MEDRANO, Hortensia Fernández; SÁENZ, Neus Moreno. **Malabaristas de la vida**: Mujeres, tiempos y trabajos. Barcelona: ICARIA, 2003.

MOLINER, Pascale. Temps professionnel et temps personnel dès travailleuses du *care* : perméabilité ou clivage ? *In*: Lês temps sexués de l'activité. Temporalités. **Revue dès Sciences Socialies et humaines**. Paris, no. 9, 2009.

MORAES, Lorena Lima de; JALIL, L. M.; SANTOS, Janaína Henriques; COSTA, Michelly Aragão Guimarães; OLIVEIRA, M. S. L. Pedagogia Feminista como processo educativo para a reflexão da política pública de ATER no Nordeste. **Revista Interterritórios**, v. 4, p. 6-31, 2018.

NACIONES UNIDAS. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Clasificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina y el Caribe (CAUTAL)**. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía Editorial: CEPAL, mayo 2016.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./ abr. 2004.

PINHEIRO, Luana Simões. Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. *In*: FONTOURA, Natália; ARAÚJO, Clara (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. 268 p.

SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste brasileiro. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. 2 ed. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2010. p. 127-144.

SOROKIN, Pitirim A.; MERTON, Robert King. Social Time: A Methodological and Functional Analysis. **The American Journal of Sociology**, 42(5): 615-629, 1937.

SOUZA, Amaury. **As 24 horas do dia de um carioca**. Rio de Janeiro, [s.n.]. 1973.

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **International Classification of Activities for Time Use Statistics 2016 (ICATUS 2016)**. February 2017.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/ dez., 2014.

WILSON, Maud. **Use of Time by Oregon Farm Homemakers**. Oregon, Agricultural Experiment Station. Bulletin 256, 1929.

Rotinas de Mulheres Ribeirinhas da Região Amazônica: Atividades e Papéis na Família, no Trabalho e na Comunidade

Neuzeli Maria de Almeida Pinto
(UEMA)

Fernando Augusto Ramos Pontes
(UFPA)

Simone Souza da Costa Silva
(UFPA)

Introdução

A modernização da sociedade tem demandado da mulher e conseqüentemente da família e até da sociedade novos padrões de organização. As funções adquiridas pelas mulheres, em especial, no mercado de trabalho, têm possibilitado a ocupação de novos contextos, atividades e desempenho de diferentes papéis. Correlatadamente se pode pensar em impactos semelhantes nos subgrupos que ela participa, em especial a família passou a exercer novas funções e foram desenvolvidas novas redes de relações de suporte tanto na família como na comunidade; uma nova forma de organização familiar e do entorno que a circunda.

As transformações ocorridas na família trouxeram mudanças nas formas tradicionais da execução das suas funções (SIMIONATO-TOZO;

BIASOLI-ALVES, 1998). Destaca-se a aproximação da figura paterna ao grupo familiar e o crescimento de serviços oferecidos à família com o objetivo de auxiliar nos cuidados e na educação das crianças. Por outro lado, o aumento da participação feminina em atividades profissionais remuneradas altera a divisão sexual do trabalho, afetando a posição das mulheres na estrutura da família, no trabalho e na comunidade (CARLOTO; MARIANO, 2010; ROMANELLI, 1986; VAITSMAN, 1994).

Alguns estudos recentes analisam a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro atual e mostram que fatores relacionados à família interferem nas suas inserções no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1994, 2000; RIBEIRO, SABÓIA, CASTELLO BRANCO; BREGMAN, 1998). No entanto, a necessidade constante de conciliar papéis familiares e profissionais acaba por restringir a disponibilidade das mulheres para o trabalho. De fato, estudos revelam que o tipo de inserção e o modo de participação feminina no mercado de trabalho dependem de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como idade, número de filhos, posição na família, rede de apoio, estado conjugal e composição familiar. Assim, no cenário contemporâneo, persiste ainda o conflito de como garantir o sustento, a sobrevivência da família e, ao mesmo tempo, os cuidados com filhos e marido. Esse impasse fragiliza a condição de mulher, especialmente as de camadas populares, responsável tanto pela produção de mercadorias quanto pela criação dos filhos.

As complexidades geradas por esse duplo posicionamento dificultam a dedicação das mulheres ao trabalho ou fazem delas trabalhadoras de segunda categoria, pois as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas (BRUSCHINI, 2000).

O papel desenvolvido pela mulher nos vários contextos sociais tem sido considerado como uma característica fundamental por marcar as pessoas e suas relações, sendo necessário compreendê-lo

dinamicamente, pois abrange um aglomerado de sistemas que mantêm relações interdependentes entre si (BRONFENBRENNER, 2002). Tal pressuposto permeia recentes estudos em desenvolvimento que veem o indivíduo e seu contexto de forma indissociável (CARVALHO-BARRETO *et al.*, 2009; CECCONELLO; KOLLER, 2003; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2007). Nesse sentido, o contexto atua como um facilitador para o desenvolvimento, à medida que as particularidades da pessoa e do ambiente interagem reciprocamente, produzindo constância e mudança nas características da pessoa e no curso de sua vida (BRONFENBRENNER, 2002).

Nessa perspectiva, o ambiente mais imediato, denominado de microssistema, dá ênfase nos papéis, atividades e relações face a face que são estabelecidas ao longo do desenvolvimento. Este ambiente também estabelece uma interação dinâmica e recíproca entre dois contextos, ou mais ambientes, é o caso do mesossistema, nos quais uma pessoa participa ativamente, podendo ser formado ou ampliado sempre que ela passe a fazer parte de novos ambientes. Em alguns casos, por exemplo, esse sistema inclui as relações mantidas pela mulher em casa, grupo de trabalho e na associação comunitária. Nesse sentido, o mesossistema tem essas instituições como representantes, as quais influenciam preponderantemente a pessoa, interferindo nas interações de todos os níveis ambientais (CARVALHO-BARRETO *et al.*, 2009).

Entende-se que a dinâmica dessas relações se concretiza no cotidiano, nas rotinas das famílias, e assim essas rotinas se tornam os principais indicadores das formas de organização típicas do grupo familiar (ANDERSON, 2012, FIESE *et al.*, 2002). Pelo fato da investigação sobre rotina permitir identificar quais atividades, papéis e relações estão na dinâmica familiar do dia a dia, tais estudos possibilitam caracterizar aspectos típicos de cada ambiente ecológico envolvido na organização e estruturação da vida diária, revelando por sua vez a ecologia de cada contexto. Um exemplo da investigação dessas relações é a que

investiga os efeitos da privação financeira na dinâmica familiar e nas possibilidades de uso do tempo (BUDESCU; TAYLOR, 2013; BRUSCHINI; RICOLDI, 2009; SARRIERA *et al.*, 2007).

Deste modo, os achados sobre as rotinas familiares podem permitir verificar o impacto da rotina na organização do subsistema familiar e na própria organização dos sistemas ecológicos e, em termos mais gerais, no sistema familiar e no desenvolvimento humano (FERRETI; BUB, 2014; HAUGLAND, 2005; SCHAAF *et al.*, 2011). Contudo, como se verificou no trabalho de Pinto, Pontes e Silva (2013), a despeito do valor heurístico de tais questões e tomando uma perspectiva ecológica que as fundamentam, esse parece ainda um aspecto pouco explorado na literatura, especialmente a nacional.

Não obstante, tal condição feminina se manifesta em vários contextos socioecológicos, as mulheres que são mães e participam de redes mais amplas da comunidade, tal qual as dirigentes comunitárias apresentam um dilema maior na organização de sua rotina, nas atividades desempenhadas cotidianamente, nos referidos papéis desempenhados em cada contexto. Entende-se que a atuação dessas mulheres nos contextos vivenciados, em especial a família, o grupo de trabalho e a associação comunitária, representa ação dos mesossistemas, geradoras de mudanças imediatas e de longo prazo nos grupos familiares e da comunidade.

Como uma amostra de populações com esse perfil na Amazônia, pode-se tomar de exemplo paradigmático as mulheres trabalhadoras na coleta de açaí. Nesse caso, há efeitos da sua participação em vários contextos, as mulheres exercem os papéis dentro do âmbito familiar, tanto na manutenção das atividades domésticas quanto contribuindo com o orçamento da família e ainda têm uma participação ativa na organização da comunidade como um todo.

Com pouca organização social e baixo poder de influência política, e bastante distanciadas dos grandes centros decisórios, as mulheres

ribeirinhas são incluídas forçadamente nas políticas públicas gerais governamentais sem que as especificidades de seu modo de vida sejam consideradas. No geral, isso se reflete nos grandes problemas que as assolam na esfera econômica, na educação e na saúde destas comunidades. O conhecimento da percepção das mulheres sobre suas rotinas revela os próprios espaços de emancipação feminina e em especial nos rearranjos presentes nos subsistemas do qual fazem parte, seus papéis, atividades e relações são revelados pelas suas práticas diárias pelo seu uso do tempo. Supõe-se que as atividades desenvolvidas revelam espaços ocupados e tais espaços só podem ser garantidos com rearranjos dos subsistemas de que fazem parte.

Considerando que as mulheres pertencentes às populações tradicionais ribeirinhas normalmente desenvolvem um conjunto de papéis que somados a de dirigentes comunitárias devem demandar uma reorganização dos subsistemas do qual participam. O presente artigo se propõe investigar a percepção das rotinas das mulheres pertencentes às comunidades ribeirinhas na Amazônia, identificando os papéis, as atividades e relações especialmente às definidas no trabalho doméstico, no trabalho da coleta do açaí e na sua atuação em associações comunitárias.

MÉTODO

Participantes

Participaram da pesquisa duas mulheres agroextrativistas, uma da Ilha do Combu/Comunidade Santo Antônio, e a outra da Ilha Grande/Comunidade São José, na região da Belém Insular - PA (Tabela 1). As mulheres participantes representam um estudo de caso de comunidades ribeirinhas que tem como característica comum o envolvimento exclusivo do trabalho extrativista da coleta do açaí, em atividades domésticas e atuam nos movimentos das associações comunitárias. Todas as

mulheres que participaram da pesquisa são casadas, em união estável, suas famílias caracterizam-se como extensas, compostas por netos, sobrinhos e genros que habitam junto ao núcleo familiar. A escolha das participantes se deu em função do perfil adequado aos objetivos deste estudo e da disponibilidade das mesmas.

Tabela 1. *Relação das mulheres agroextrativistas, total de filhos, filhos / que moram com a família e agregados.*

Mulheres agroextrativistas^a	Nº total de Filhos^b	Nº de Filhos - moram com a família	Nº de agregados familiar
Aparecida (Ilha do Combu)	6	3	3 (1 nora e 2 netos)
Beatriz (Ilha Grande)	4	-	1(neto)

Nota: ^a Por questões éticas os nomes utilizados são fictícios. ^b Os filhos que não moram com a família, na maioria das vezes, moram na mesma comunidade e no mesmo terreno, ou alguns deles moram em Belém-PA.

Ambiente: Comunidade

O trabalho de pesquisa foi realizado no Estado do Pará, na Região de Belém Insular. As famílias participantes pertencem a duas comunidades (Ilha do Combu e Ilha Grande), distantes cerca de 12 km da capital - Belém, e o deslocamento entre essa capital e aquelas ilhas só é realizado via fluvial. Nesse espaço tipicamente amazônico, caracterizado pela presença de vegetação de várzea, por furos, igarapés e paranás, vivem cerca de 375 famílias (TEIXEIRA; ALVES, 2008) ou aproximadamente 1.700 moradores, que se concentram em quatro pequenas comunidades. As casas dos moradores encontram-se afastadas e só é possível o acesso a elas por meio de barcos ou de canoas.

Os habitantes extraem das matas os recursos para a sua subsistência, principalmente o açaí. Esses fatos permitem incluir a população

no modo de vida denominado de ribeirinho da Amazônia (HARRIS, 2000; LOUREIRO, 2000). Por definição, nesse modo de vida o espaço e tempo diferenciam-se do tipo de vida das cidades de médio porte e das capitais. No entanto, para uma parte da população, o trânsito nessa dupla realidade constitui uma rotina diária. A travessia à capital é necessária para vender os recursos extraídos, efetuar compras, frequentar aulas ou realizar pequenos serviços, o que concorre para a construção de um modo de vida bastante peculiar. A comunidade vivencia uma realidade sociocultural marcada pelo contraste entre as riquezas naturais e a situação de pobreza social em que se encontra a maioria da população local (TEIXEIRA; ALVES 2008).

Instrumentos e Técnicas

Para fins de caracterizar as participantes, foi utilizado nesta pesquisa o Inventário Sociodemográfico (ISD). O ISD possui 45 itens, é composto de questões relativas à identificação pessoal dos membros familiares, escolaridade, ocupação, rede de relações familiares, histórico da família, perspectivas futuras, caracterização do sistema familiar, do domicílio, saneamento básico e econômico.

Para fins de descrever as experiências de contato e todas as demais informações complementares que possam ser cotejadas de forma triangular com os demais instrumentos, a cada contato com as participantes, foram feitas notas de campo e estas posteriormente transformadas em diários de campo de acordo com o modelo de Rubio e Devillard (2001).

O Questionário de Rotina Familiar (QRF) foi desenvolvido com base nos trabalhos de Silva (2006), Silva *et al.* (2010) e Silva *et al.* (2011) e adaptado para esse estudo. O QRF consiste em uma planilha, na qual no espaço das linhas, constam os períodos de um dia, divididos em madrugada, manhã, tarde e noite e no espaço destinado às colunas, a

atividade realizada, o local, a companhia e observações complementares. O QRF possibilita identificar padrões de organização do subgrupo familiar com distribuição de papéis, atividades e companhias.

Procedimento

A pesquisa foi submetida e aprovada ao Comitê de Ética do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará CEP-ICS/UFPA, parecer nº 130/10. Para todas as participantes envolvidas na pesquisa foi solicitada a assinatura do “Termo de Comprometimento” e do “Termo de Livre Consentimento e Esclarecido”, mediante informações prévias a respeito do conteúdo do mesmo.

A seleção das participantes se deu a partir da aproximação contínua da pesquisadora ao contexto sociogeográfico onde convivem os moradores e participantes da presente pesquisa. Esta aproximação resultou da integração da pesquisadora ao ambiente estudado via interações sucessivas e regulares ao grupo pesquisado. A escolha das participantes foi efetuada de acordo com os aspectos de acessibilidade, disponibilidade e considerando a participação das mulheres em atividades domésticas, atuação na coleta do açaí e participação em movimentos sociais da comunidade.

A coleta de dados ocorreu na casa das famílias e no momento da visita, as participantes foram convidadas pela pesquisadora, recebendo todas as informações sobre a pesquisa, garantia de sigilo, liberdade de desistir a qualquer momento, além da assinatura do termo de consentimento. O instrumento Questionário de Rotina Familiar (QRF) foi aplicado pela pesquisadora individualmente que respondia acerca das percepções de suas próprias atividades, em uma única sessão para cada participante, com duração média de 40 minutos. Solicitava-se à entrevistada que descrevesse a sequência de atividades típicas desenvolvidas,

a companhia e o local onde eram desenvolvidas durante um dia da semana (segunda a sexta).

Os dados do QRF foram sempre considerados em paralelo com as informações descritas nos diários de campo (DC), que permitiam identificar aspectos qualitativos das atividades de rotina realizadas pelas participantes. Os diários de campo eram escritos após as visitas periódicas às residências das moradoras da comunidade, tal como descrito por Mendes *et al.* (2008).

RESULTADOS

Com base nos dados coletados, foram utilizadas análises específicas. Os dados referentes ao ISD caracterizaram as participantes. O QRF permitiu a descrição das principais atividades desenvolvidas pelos subsistemas familiares. Nos parâmetros teóricos estabelecidos, foi possível desenvolver sete categorias de atividades realizadas no interior das famílias, e na comunidade divididas em três dimensões.

A primeira dimensão condiz com as atividades de subsistência e cuidados básicos referentes à unidade familiar, tais como: Subsistência Econômica (SE), Subsistência Alimentar (SA), Tarefa Doméstica (TD) e Cuidado Físico (CF). Tais categorias tomaram como princípio a relação entre a unidade familiar e a forma como os seus subsistemas estão organizados para sua manutenção, divisão de responsabilidades e de papéis. Esse é particularmente o caso de famílias organizadas no modo de produção familiar.

A segunda dimensão de atividades diz respeito a um conjunto de categorias de contextos de encontros familiares independentes dos modos de sobrevivência. Nesse sentido foram encontradas basicamente as seguintes subcategorias: Prática Religiosa (PR) e Lazer (L). Por fim, a dimensão de atividades relacionadas à categoria de ações desenvolvidas

na associação comunitária: as Atividades Comunitárias (AC). Essa categoria baseia-se nos contatos mantidos por pessoas da comunidade com a finalidade em desenvolver ações de melhoria da qualidade de vida das famílias e da comunidade. A definição das respectivas categorias pode ser verificada na Tabela 2.

Tabela 2. Categorias de atividades desenvolvidas por mulheres ribeirinhas.

Categorias de atividades	Definição
Subsistência Econômica (SE)	Todas as atividades cujo objetivo era a obtenção de recursos de natureza financeira (dinheiro), por exemplo, as atividades da coleta do açaí, transporte e comercialização do açaí em Belém.
Subsistência Alimentar (SA)	Todas as atividades envolvidas na aquisição e preparo de nutrientes. Considera-se, nesse caso, somente aquisição de nutrientes existentes no entorno da residência e relativos à própria sobrevivência, por exemplo, “caça”, “pesca” e “coleta de frutos” e “preparo de alimento”.
Tarefa Doméstica (TD)	Toda tarefa relativa ao espaço da casa, à exceção do preparo de alimentos. São exemplos dessa atividade: “varrer casa”, “lavar louça”, “apanhar lenha”, “consertar casa” etc.
Cuidado Físico (CF)	Todas as tarefas relativas ao cuidado físico de outras pessoas, geralmente os filhos e irmãos. São exemplos dessa atividade: “alimentar”, “dar banho”, “colocar para dormir” etc.
Prática Religiosa (PR)	Todas as atividades de caráter religioso, desde “orar sozinho” a “participar de um culto”.
Lazer (L)	Todas as atividades e ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se. São elas: Assistir televisão, ouvir música e rádio, visitar parentes e ir em festas e comemorações.
Atividades comunitárias (AC)	Atividades praticadas na associação comunitária, como: reuniões, eventos e festas, que tem como finalidade arrecadar recursos em prol da promoção de benefícios para a comunidade.

A partir dos dados coletados, foi montada uma planilha no *software Microsoft Office Excel 2003*, com as informações de cada participante, tais como o período do desenvolvimento da atividade, a categorização da verbalização da atividade, os possíveis acompanhantes e o local onde era desenvolvida.

Para facilitar maior visualização dos dados, foram construídos no *software "DraftSight versão Alfa"* os Diagramas de Atividades Familiares (DAF) de acordo com o procedimento descrito por Silva *et al.* (2010) que engloba a descrição em subsistemas intrafamiliares envolvidos no desempenho de uma atividade. Para representar as informações do DAF, optou-se pela apresentação da árvore genealógica do grupo que compartilhava a residência, o local de trabalho e a associação comunitária. Os subsistemas de atividades em que os membros se envolviam foram contornados por linhas de cores diferentes, essas são identificadas nas figuras a partir de descrições complementares realizadas no entorno. As imagens permitem conhecer as tarefas e quem as faz, assim como os momentos de encontros, de convivência mais próxima ou de isolamento, além de prover reflexões úteis sobre a natureza e as características dos encontros familiares.

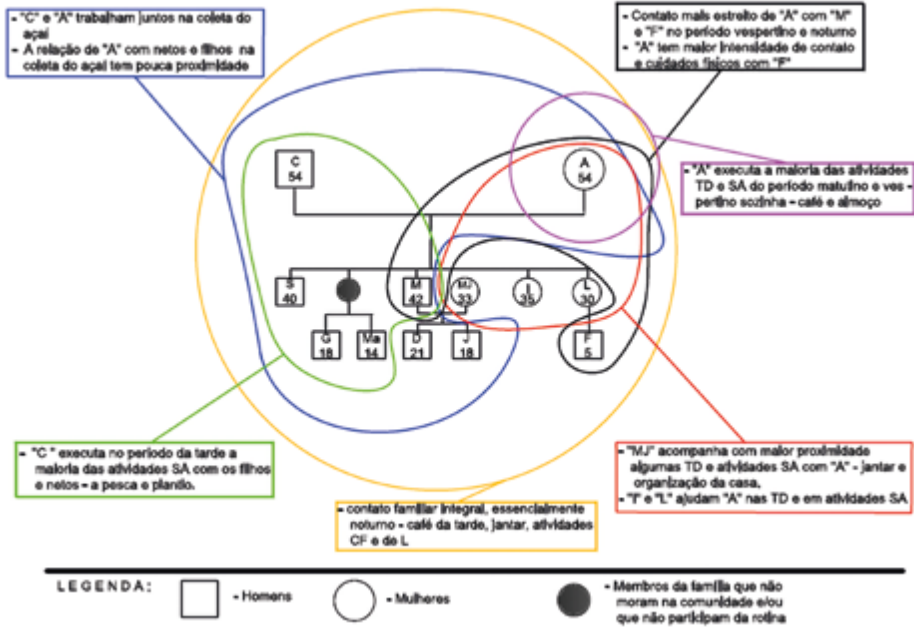
Com objetivo de diferenciar a formação de subgrupos em função das rotinas estabelecidas durante a semana, foram realizados dois DAF para cada família, sendo um para o dia da semana e outro para o fim de semana, mais especificamente o sábado e o domingo. Em função de como os dados se apresentaram, optou-se por uma forma de representação diferente do DAF para os fins de semana, para tais dias a representação se aproxima mais da representação de um ECOMAPA (AGOSTINHO, 2007) que identifica as relações e ligações da família com o meio onde habita.

Família de Aparecida

O DAF do grupo familiar da Aparecida, visualizado na Figura 1, representa os papéis desenvolvidos por Aparecida e os membros da família. A despeito de envolver mais de uma residência e subgrupo familiar, como as rotinas estão entrelaçadas, nesse DAF são considerados os componentes do grande núcleo familiar que envolve a família de Aparecida. Aparecida (A) tem como principais papéis a subsistência alimentar (SA) e atividades domésticas (TD) que realiza sozinha e às vezes tem o suporte da nora Maria José (MJ) e das filhas Isabela (I) e Larissa (L). A atividade de subsistência econômica (SE) é realizada com o marido e esporadicamente com os netos e filhos. Os suportes das filhas para a realização das atividades de subsistência alimentar (SA) e de tarefas domésticas (TD) são mantidos, na maioria das vezes, no final da tarde e fins de semana, pois as mesmas, nos outros períodos do dia estão envolvidas em atividades nas suas residências e a nora Maria José (MJ) trabalha como agente comunitária de saúde e fica o dia inteiro fora de casa, restringindo assim, o tempo de convivência.

No entanto, conforme as descrições do DC, a relação com a nora é de proximidade, especialmente nos momentos em que estão em casa no período noturno, pois as casas são bem próximas, divididas apenas por um pequeno caminho de madeira, mas a cozinha é um ambiente comum para as duas casas, o que as leva a dividir e revezar as atividades domésticas (TD) e de subsistência alimentar (SA) como é apresentado no DAF tracejado por linha de cor vermelha, podendo-se afirmar que Aparecida (A) e sua Nora (MJ) compõem um subsistema de atividades no interior do grupo familiar. Além dos papéis que são realizados em conjunto com outros membros da família, Aparecida (A) realiza também papéis de subsistência alimentar (SA) e de tarefas domésticas (TD) sozinha no período da manhã como pode ser visualizado no DAF com linha tracejada de cor rosa.

Figura 1. Diagrama de atividades familiares de Aparecida de um dia da semana.



No grupo familiar, Aparecida (A) apresenta ainda vínculos importantes com o filho casado Machado (M), os netos Gilson (G), Marcus (Ma) e Francisco (F). Ressalta-se que as relações mantidas com o filho Machado e o neto Francisco foram identificadas em Aparecida como relações de grande identificação, o neto Francisco foi frequentemente observado no entorno de Aparecida, durante a execução de suas atividades, configurando uma tarefa de cuidado físico de Aparecida durante o exercício de outras tarefas, especialmente de tarefas domésticas (TD), a identificação desta relação no DAF está contornada de linha tracejada preta. Por outro lado, a relação com os netos que ela cria, Gilson (G) e Marcus (Ma), apresenta dificuldades, justificado por Aparecida pela fase da adolescência em que eles se encontram, e segundo ela, os conflitos se dão por esses não terem comprometimento com a atividade da coleta do açai e tarefas domésticas.

Portanto, de acordo com o DC, pode-se descrever que Aparecida não apresenta conflitos em relação ao tempo dedicado ao trabalho da coleta do açaí. Sua rotina é dividida entre o papel que desenvolve nas atividades de subsistência econômica (SE) e as tarefas domésticas (TD) e de eventuais cuidados físicos com o neto mais novo. O papel de subsistência econômica (SE) de Aparecida é realizado conjuntamente com o marido Carlos (C) no contexto do trabalho da coleta do açaí - o Açaizeiro. As mesmas relações são também mantidas com os filhos Silvio (S) e Machado (M), os netos que ela cria Gilson (G) e Marcus (Ma), e os netos Dionísio (D) e João (J). No entanto, os netos vão para a coleta apenas esporadicamente quando os mesmos estão de folga dos estudos. Além disso, filhos e netos coletam açaí em outro mato, por isto encontram-se somente quando carregam o açaí para determinado ponto para organizá-lo e serem comercializados. Com a venda em Belém o lucro é dividido com os filhos e netos. Essas relações estão identificadas com linha azul e com observações no DAF que está no alto da figura.

Das atividades relatadas no lar, Aparecida não participa do cuidado e plantio do terreno dos arredores da casa, da pesca, e da comercialização do açaí em Belém, estas executadas pelo marido Mário (M) e filhos. As atividades realizadas pela família de Aparecida (A) também são momentos de contato integral e positivo em períodos do dia e desenvolvem cuidados físicos (CF) que incluem as refeições e o banho no rio, e de lazer (L) relacionados a assistir à televisão e a conversas com todo o grupo familiar. Atividades demonstradas no DAF, tracejado com linha de cor amarela. Esses são momentos de encontros diários do grupo familiar.

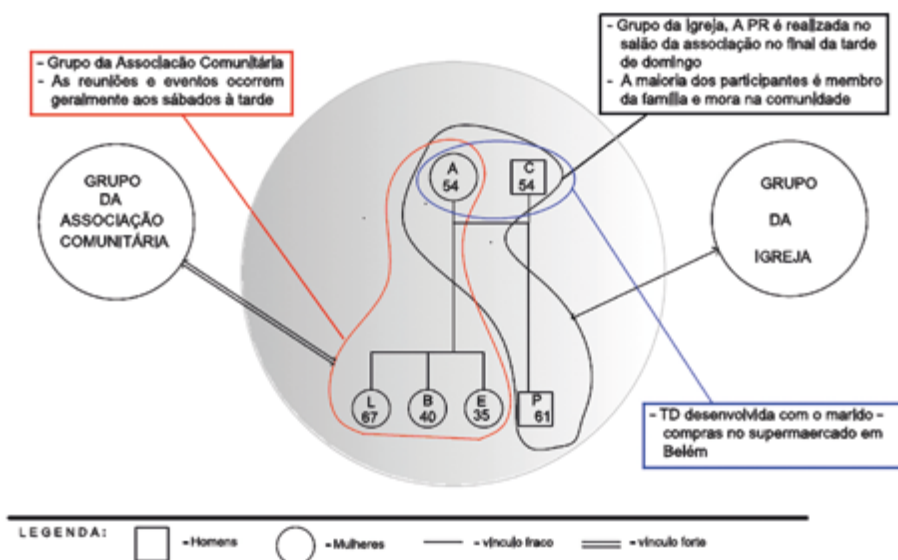
A divisão de tarefas empreendida pelo casal demonstra certa rigidez nas fronteiras de atividades estabelecidas entre os subsistemas, o exercício de tais atividades determina os momentos de aproximação, como na coleta do açaí, mas com tarefas distintas o afastamento do casal. Outra relação destacada é a relação avó-neto (neto Francisco)

uma configuração do sistema avós-netos como também a possibilidade de melhor estabelecimento do subsistema parental, que realiza atividades particulares e passa grande parte do tempo em conjunto, característica da socialização local, descrita no DAF.

De acordo com o relato de Aparecida, a facilidade em conduzir os múltiplos papéis está relacionada à proximidade da floresta onde se coleta o açaí e à residência da família, conforme relata Aparecida. Não há considerações sobre seus papéis de cuidadora dos netos e sobre os suportes recebidos nas tarefas domésticas.

O DAF do grupo familiar da Aparecida, visualizado na Figura 2, representa as atividades realizadas no fim de semana, sábado e domingo. Nos fins de semana de Aparecida (A) são dedicados às atividades relacionadas às ações comunitárias (AC), tarefas domésticas (TD) e práticas religiosas (PR).

Figura 2. Diagrama de atividades familiares de Aparecida do fim de semana - Sábado e domingo.

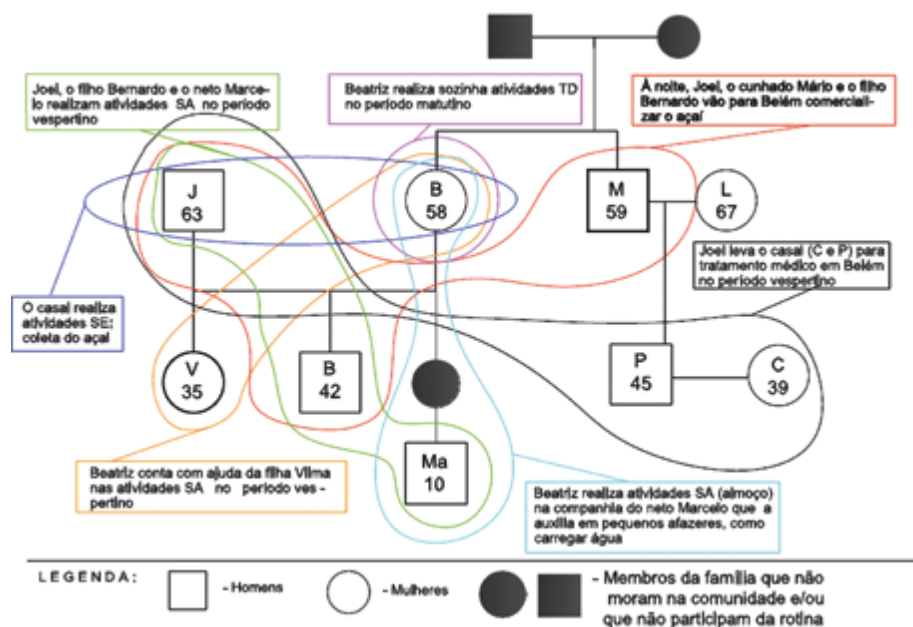


As atividades comunitárias são caracterizadas como grupos formadores de relações extrafamiliares, como se pode observar no DAF, e esses vínculos identificam-se no grupo da associação comunitária. Apesar de serem consideradas relações extrafamiliares, todos os vínculos são identificados como membros da família, e constituem-se em várias ações na comunidade como promoção de festas e bingos para arrecadação de recursos para a associação, reunião e cursos profissionalizantes que intensificam os vínculos mantidos com a comunidade. Os componentes com maiores vínculos com a Aparecida são: Lourdes (L), cunhada e líder comunitária, além de duas integrantes da associação comunitária, Beth (B) e Eva (E), sobrinhas de Aparecida. As tarefas domésticas (TD) são desenvolvidas na companhia do marido, e consiste nas compras em supermercado realizadas no sábado pela manhã no comércio de Belém. Também na companhia do marido, Aparecida desenvolve a prática religiosa (PR) sempre aos domingos no salão da associação comunitária, e a maioria dos participantes é de parentes membros da comunidade, exceto o Padre (P), que faz celebrações na comunidade pelo menos uma vez por mês.

Família de Beatriz

O DAF da Beatriz (B) representa as atividades realizadas em um dia qualquer da semana, visualizado na Figura 3. No período matutino Beatriz (B) realiza as tarefas domésticas (TD) e de subsistência alimentar (SA) sem a ajuda de outros membros da família, essas tarefas estão identificadas no DAF com linha cor rosa. Além disso, ela desenvolve os cuidados parentais com o neto Marcelo (Ma).

Figura 3. Diagrama de atividades familiares de Beatriz de um dia da semana.



A relação de Beatriz (B) com o marido Joel (J) é de grande proximidade no contexto do trabalho da coleta do açaí. O casal coleta açaí juntos durante toda a manhã, além da coleta de outros produtos da floresta que fazem parte das tarefas de subsistência econômica (SE) da família. Essa relação está identificada com linha azul e com observações no DAF no alto da figura.

Em um período do dia, Beatriz (B) é auxiliada pelo neto Marcelo (Ma) nas tarefas domésticas (TD) e nas atividades de subsistência alimentar (SA), atividade representada no DAF pela linha de tracejado de azul claro. A partir de dados de DC verifica-se que a rotina de relação com o neto Marcelo (Ma) às vezes é conflituosa, pois este tem dificuldades de interagir com os avôs no trabalho da coleta do açaí e nas tarefas domésticas. Como se pode observar no DC são constantes as reclamações de Beatriz.

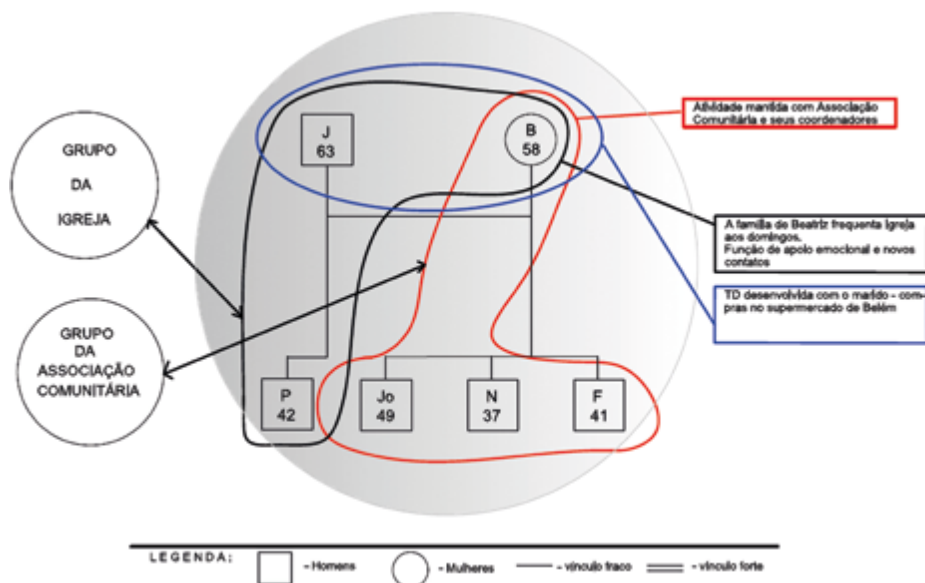
No entanto, as atividades domésticas (AD) de Beatriz no período vespertino contam com o suporte da filha Vilma (V). Essas atividades estão destacadas no DAF com linhas tracejadas de cor marrom. A relação mãe-filha é de grande proximidade e cooperação. A ajuda recebida da filha Vilma pode facilitar os possíveis conflitos dos papéis desenvolvidos por Beatriz, conforme se observa no DC com os relatos de Beatriz.

As atividades das quais Beatriz (B) não participa estão relacionadas às atividades como capinar, cuidar de plantas ou sair para a pesca no rio, porque essas são realizadas pelo marido Joel (J) juntamente com o filho Bernardo (B) e o neto Marcelo (Ma), atividades destacadas com linha tracejada de cor verde e observações no DAF. Outra atividade da qual Beatriz não participa é a comercialização do açaí, realizada por Joel (J), o cunhado Mário (M) e o filho Bernardo (B) e estes, com esse fim, vão de barco para Belém, atividade identificada no DAF com linha de tracejado de cor vermelha. Além disso, Joel (J) realiza sozinho o transporte e acompanhamento do sobrinho de Beatriz, Paulo (P) e da esposa Célia (C), em um tratamento médico em Belém, atividade identificada no DAF com linha tracejada de cor preta.

O DAF do grupo familiar da Beatriz, visualizado na Figura 4, representa as atividades realizadas no fim de semana, sábado e domingo. Nos fins de semana, Beatriz (B) se dedica a ações relacionadas às atividades comunitárias (AC), tarefas domésticas (TD) e práticas religiosas (PR). As atividades comunitárias são caracterizadas como grupos que compõem relações extrafamiliares. Porém, os vínculos de Beatriz (B) identificados no grupo da associação comunitária são membros da família, e isto é observado no DAF e identificado com linha tracejada de cor vermelha. São eles João (Jo), Nogueira (N) e Fernando (F), os principais coordenadores da associação e sobrinhos de Beatriz. Apesar de participar das reuniões e movimentos da associação comunitária, Beatriz se considera pouco atuante nas atividades do grupo, por se considerar uma pessoa mais velha e com limitações físicas, as quais a impedem de ajudar e

atuar com mais vigor na associação da comunidade, as reuniões ocorrem no final da tarde de sábado, no salão da associação localizado ao lado da escola da comunidade.

Figura 4. Diagrama de atividades familiares de Beatriz do fim de semana - Sábado e domingo.



As tarefas domésticas (TD), compras em supermercado realizadas no comércio de Belém, e as práticas religiosas (PR) são desenvolvidas na companhia do marido Joel (J). Beatriz (B) declara que encontra no Pastor (P) um grande apoio emocional. Os cultos são realizados em igreja de uma ilha próxima. Essa atividade é identificada no DAF, figura 4, com linha tracejada de cor preta. Desse, com exceção às compras, as atividades de Beatriz estão mais restritas à zona do lar, enquanto as do seu esposo parecem mais demarcadas ao ambiente extra lar; uma clara demarcação de gênero.

DISCUSSÃO

Os diagramas de atividades familiares, organizados a partir dos dados de rotina, permitiram identificar os papéis e atividades relacionadas ao trabalho doméstico, no trabalho da coleta do açaí e atuação em associações comunitárias das mulheres ribeirinhas. Todas as atividades são marcadas por relações que os cônjuges, filhos e parentes estabelecem e são bastante demarcadas em função do gênero. Há uma clara divisão de tarefas e de papéis entre homens e mulheres e esta divisão institui o *status* ocupado pelos cônjuges e o conjunto de relações possíveis.

Às mulheres cabe a manutenção da família mediante a realização das tarefas domésticas, como o cuidado com os filhos e do ambiente familiar, o preparo de alimento. As mulheres participam ainda das atividades da coleta do açaí, e neste contexto também ocorre a divisão sexual do trabalho, cabendo aos homens da família as atividades de subir no açazeiro e carregar o grande peso dos frutos coletados. Às mulheres cabe a função de debulhar e selecionar os frutos, atividades de grande esforço físico. Desta forma, as mulheres participam ativamente tanto das atividades domésticas e de subsistência alimentar, como das atividades de subsistência econômica, que garantem o sustento da família. Além disso, especialmente nos fins de semana, as mulheres das comunidades ribeirinhas estudadas atuam ativamente nas associações comunitárias, em ações e atividades a fim de trazer o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida das comunidades; essa é uma tarefa exclusivamente feminina.

No geral, percebe-se que as mulheres mantêm suas relações e contato no nível familiar e na comunidade, enquanto os homens estão vinculados às atividades mais externas, como a venda de produtos. Pode-se afirmar que, em função da maior diversidade de atividades desempenhada pelas mulheres, há maior diversidade de papéis implicados, demandando, por assim dizer uma rede de suporte maior. Por isso, percebe-se nos dois casos estudados, serem as famílias compostas de

subgrupos familiares de parentes residentes no entorno, geralmente no mesmo terreno, tendo em comum não somente as casas, mas o compartilhamento de atividades e os encontros.

Verifica-se um arranjo que possibilita a transmissão transgeracional de papéis. Então, os filhos mais velhos se tornam responsáveis pelo apoio aos seus progenitores nas tarefas executadas, dependendo do gênero a que pertença. Dessa maneira, os meninos aprendem muito cedo a exercer atividades relacionadas às tarefas de seus pais e, as meninas, a exercer atividades relacionadas às tarefas de suas mães. Há uma iniciação em papéis de gênero, e, no caso feminino, parece ser mais prematuro e intenso. Supõe-se que o exercício de tais tarefas possibilite a conformação de subsistemas mãe-filha mais velha, avó-neto, irmão-irmã. Nesse sentido, comparando a diversidade de subsistemas participantes pela mãe e pelo pai, conclui-se ser o da mãe o mais variado, talvez pelo fato de a mulher fazer a mediação das relações entre os subsistemas, funcionando como o elo responsável pelo estabelecimento das intermediações entre os subsistemas familiares. Por sua vez, o enquadramento dos encontros familiares em função das atividades desenvolvidas pelos subsistemas, possibilita a divisão de papéis das famílias ribeirinhas. Adicionalmente, as noras são incorporadas nas redes de suporte das matriarcas.

Curiosamente, é neste arranjo que, apesar do acúmulo de atividades e sobreposição de papéis, é que se cria a possibilidade de uma participação na vida comunitária, especialmente na função de liderança. A família entendida, as moradas próximas, o suporte de filhas, filhos e noras nas tarefas de manutenção, subsistência familiar possibilita contrastadamente um espaço para a participação comunitária. Por outro lado, a despeito de um aparente menor status feminino às preocupações de natureza comunitária e a maior participação feminina é quase uma questão de gênero. Deve-se destacar que as relações comunitárias possibilitam uma extensão de rede nas atividades femininas. Enquanto os homens exercem um papel mais relacionado às atividades externas, tendo um maior número de contatos externos, as atividades comunitárias

das mulheres possibilitam uma fuga do espaço doméstico e das estritas relações definidas por este espaço.

Como podem ser observadas nos resultados, as relações de apoio às mulheres ribeirinhas mantidas no contexto familiar, no trabalho ou nas ações comunitárias estão, na maioria das vezes, restritas aos laços de parentesco ou de grupos muito próximos de vizinhos e amigos. Essas relações dão suporte para essas mulheres exercerem os vários papéis e executarem suas atividades de dupla jornada de trabalho e ainda atuarem nas ações comunitárias. A necessidade constante de conciliar papéis familiares e o trabalho pode restringir e sobrecarregar as mulheres. De fato, estudos revelam (BRUSCHINI, 2000) que o tipo de inserção e o modo de participação feminina no mercado de trabalho dependem de uma complexa combinação de características pessoais e familiares, como idade, número de filhos, posição na família, rede de apoio, estado conjugal e composição familiar.

Além da contribuição de parentes no apoio das mulheres ribeirinhas para exercerem os vários papéis sociais, observa-se que a execução das atividades ocorre, na maioria das vezes, no âmbito doméstico e arredores, sem ultrapassar os limites da comunidade. Esse é um fator que pode facilitar a sua atuação no desenvolvimento do trabalho de subsistência econômica e pode ser conciliado às atividades domésticas, estabelecendo por sua vez os papéis relacionados. Pois, segundo estudos de Bruschini (2000), as mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos e demais familiares, além de realizarem atividades econômicas. De fato, as transformações na sociedade contemporânea acarretaram alterações muito restritas no papel social da mulher. Ao antigo modelo de mãe e esposa - foi apenas adicionado um outro, o de trabalhadora, e as mulheres encontram-se, assim, atualmente, divididas entre os seus múltiplos papéis, buscando o melhor modo de conciliação entre eles.

Por outro lado, percebe-se neste estudo que a mulher ribeirinha apresenta nos seus papéis e oportunidades, tais como na participação

das atividades de subsistência econômica, por exemplo, a coleta do açaí, as oportunidades de integração nas associações comunitárias como forma de aquisição de novos contatos e integração a outros contextos. Em decorrência desses fatores, o posicionamento da mulher na estrutura familiar tem de ser considerado de forma dinâmica. Se, por um lado, as atividades desempenhadas e, conseqüentemente, seus papéis correspondem a arranjos tradicionais da sociedade demarcados por divisões sexuais do trabalho, por outro, a ocupação de espaço nas associações comunitárias, amplificam de modo não tradicional a sua rede de relações, com impactos na comunidade. Dados de DC mostram que outras figuras femininas são pressionadas a ter uma ocupação e contribuição diferente no grupo familiar.

Nessa perspectiva, as relações das mulheres ribeirinhas se mantêm no ambiente mais imediato, o microsistema, dando ênfase nos papéis e atividades com familiares e membros da comunidade. Pode-se observar também, nas rotinas destas mulheres, que os contextos em que estão elas inseridas estabelecem uma interação dinâmica e recíproca entre contextos, a saber, a casa, o açazeiro como local de trabalho e a associação comunitária, caracterizando assim o mesossistema, no qual as ribeirinhas participam ativamente. Nesse sentido, o mesossistema apresenta essas instituições como representantes, que exercem influência preponderante na pessoa, interferindo nas interações de todos os níveis ambientais.

Entende-se que a dinâmica dessas relações se concretiza no cotidiano, nas rotinas das mulheres ribeirinhas, e essas rotinas se tornam os principais indicadores das formas de organização típicas do grupo familiar (FIESE *et al.*, 2002) e a base para a interdependência com o contexto (BRONFENBRENNER, 2002). Entende-se que a atuação dessas mulheres nos contextos vivenciados, em especial a família, o grupo de trabalho e a associação comunitária, são ações representativas dos mesossistemas, geradoras de mudanças imediatas e de longo prazo nos grupos familiares e da comunidade.

Considerações finais

A noção de as atividades rotineiras serem organizadas de acordo com os papéis e as responsabilidades estruturados em cada contexto cultural e pela cultura de cada família (SERPELL *et al.*, 2002), permite que a investigação das rotinas pode desvendar como se articulam os papéis desempenhados pelas mulheres com os sistemas maiores dos quais ela faz parte, em especial, o parental e o comunitário.

Verificou-se que o posicionamento da mulher na estrutura familiar é considerado dinâmico e abrange um aglomerado de sistemas com relações interdependentes entre si. Nesse sentido, o contexto atua como um facilitador para o seu desenvolvimento, produzindo constância e mudança nas características da mulher ribeirinha e no curso de sua vida, da família e da comunidade. Portanto, é por meio das rotinas dessas mulheres que os contextos nos quais estão inseridas estabelecem uma interação dinâmica e recíproca entre contextos, como a casa, o açazeiro como local de trabalho e a associação comunitária, caracterizando assim o mesossistema, nos quais as ribeirinhas participam ativamente.

A despeito dos aspectos revelados, os dados aqui coletados não esclarecem sobre a percepção das próprias mulheres sobre a sua condição e sua relação com a rede de apoio que garantem, de certo modo, a participação delas na diversidade de atividades e papéis que são aqui encontrados. Acredita-se que futuros estudos possam esclarecer mais esses aspectos.

Embora os estudos sobre os papéis e as atividades das mulheres sejam encontrados facilmente na literatura, é evidente a escassez de informações referentes a este fenômeno em contextos como os das populações ribeirinhas. Nesse sentido, além de permitirem o conhecimento acerca deste grupo, os dados do presente trabalho possibilitam tornar estas populações visíveis socialmente e, conseqüentemente, contribuir para os estudos científicos das comunidades ribeirinhas e os vários desdobramentos de ações na comunidade que podem ser inferidas a partir

deste trabalho. Podem também contribuir para construção de políticas públicas compatíveis com o modo de organização social e simbólica dos diferentes grupos sociais, evitando o estabelecimento de ações incipientes a se perderem por falta de sentido real no cotidiano das pessoas. Sendo assim, o conhecimento produzido por pesquisas como estas pode evitar a frustração de gestores e melhorar a qualidade de vida de populações ribeirinhas como a descrita neste artigo.

Referências

AGOSTINHO, M. Ecomapa. **Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar**, 23, 327-330, 2007.

ANDERSON, P. M. Parental employment, family routines and childhood obesity. **Economics and Human Biology**, 10(4), 340-351. doi:10.1016/j.ehb.2012.04.006, 2012.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados** (M. A. Veríssimo Veronese, Trans.). Porto Alegre, Portugal: Artes Médicas, 2002.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher no Brasil: Tendências recentes. *In*: H. Saffioti & M. Muñoz-Vargas (Eds.), **Mulher brasileira é assim** (pp. 63-93). Rio de Janeiro, Brazil: Rosa dos Tempos; Brasília, Brazil: UNICEF, 1994.

BRUSCHINI, C. Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). *In* M. I. B. da Rocha (Ed.), **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios** (pp. 13-58). Campinas, Brazil: ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG; São Paulo, Brazil: Editora 34, 2000.

BRUSCHINI, M. C. A.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: Difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de Pesquisa**, 39(136), 93-123. doi:10.1590/S0100-15742009000100006, 2009.

BUDESCU, M.; TAYLOR, R. D. Order in the home: Family routines moderate the impact of financial hardship. **Journal of Applied Developmental Psychology**, 34, 63-72. doi:10.1016/j.appdev.2012.11.006, 2013.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. No meio do caminho entre o privado e o público: Um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudos Feministas**, 18(2), 451-471. doi:10.1590/S0104-026X2010000200009, 2010.

CARVALHO-BARRETO, A. C.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; ALMEIDA, P. C.; DE SOUZA, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: Uma integração bioecológica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 22, 86-92. doi:10.1590/S0102-79722009000100012, 2009.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: Uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: S. H. Koller (Ed.), **Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil** (pp. 515-524). São Paulo, Brazil: Casa do Psicólogo, 2003.

FERRETTI, Larissa K., BUB, Kristen L. The influence of family routines on the resilience of low-income preschoolers. **Journal of Applied Developmental Psychology**, 35(3), 168-180

FIGESE, B. H., TOMCHO, T. J., DOUGLAS, M., JOSEPHS, K., POLTROCK, S.; BAKER, T. A review of 50 years of research on naturally occurring family routines and rituals: Cause for celebration? **Journal of Family Psychology**, 16, 381-390. doi:10.1037/0893-3200.16.4.381m 2002.

HARRIS, A. G. **Life on the Amazon: The anthropology of a Brazilian peasant village**. Oxford, United Kingdom: University Press, 2000.

HAUGLAND, B. S. M. Recurrent disruptions of rituals and routines in families with paternal alcohol abuse. **Family Relations**, 54, 225-241. doi:10.1111/j.0197-6664.2005.00018.x, 2005.

LOUREIRO, J. J. P. **Cultura Amazônica: Uma poética do imaginário**. São Paulo, Brazil: Escrituras, 2000.

MENDES, L. S. A.; PONTES, F. A. R.; SILVA, S. S. C.; BUCHER-MALSCHKE, J. S. N. F.; REIS, D. C.; BAÍA DA SILVA, S. D. Inserção ecológica no contexto de uma comunidade ribeirinha amazônica. **Revista Interamericana de Psicologia**, 42, 1-10, 2008.

PINTO, N. M. DE A.; PONTES, F. A. R.; SILVA, S. S. C. **As redes de relações sociais, papel e trabalho das mulheres**: Uma revisão sistemática da produção científica. Manuscript submitted for publication, 2013.

RIBEIRO, R. M.; SABÓIA, A. L.; CASTELLO BRANCO, H.; BREGMAN, S. Estrutura familiar, trabalho e renda. In: S. M. Kaloustian (Ed.), **Família brasileira, a base de tudo** (p. 135-158). São Paulo, Brazil: Cortez Editora, 1998.

ROMANELLI, G. **Famílias de camadas médias**: A trajetória da modernidade (Unpublished doctoral dissertation). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brazil, 1986.

RUBIO, J. M. I.; DEVILLARD, M. J. **Prácticas de Antropología Social** [Teaching Materials]. Madrid, Spain: Universidad Complutense de Madrid, 2001.

SARRIERA, J. C.; TATIM, D. C.; COELHO, R. P. S.; BÜCKER, J. Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20(3), 361-367. doi:10.1590/S0102-79722007000300003, 2007.

SCHAAF, R. C.; TOTH-COHEN, S.; JOHNSON, S. L.; OUTTEN, G.; BENEVIDES, T. W. The everyday routines of families of children with autism: Examining the impact of sensory processing difficulties on the family. **Autism**, 15(3), 373-389. doi:10.1177/1362361310386505, 2011.

SERPELL, R.; SONNENSCHNEIN, S.; BAKER, L.; GANAPATHY, H. Intimate culture of families in the early socialization of literacy. **Journal of Family Psychology**, 16(4), 391-405. doi:10.1037/0893-3200.16.4.391, 2002.

SILVA, S. C. **Estrutura e dinâmica das relações familiares de uma comunidade ribeirinha da Região Amazônica** (Unpublished doctoral dissertation). Universidade de Brasília, Brasília, Brazil, 2006.

SILVA, S. S. C.; PONTES, F. A. R.; LIMA, L. C.; BUCHER-MALUSCHKE, J. B. Rede social e papéis de gênero de casais ribeirinhos de uma comunidade Amazônica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 26(4), 605-612. doi:10.1590/S0102-37722010000400004, 2010.

SILVA, S. S. C., SANTOS, T. M., PONTES, F. A. R., & BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Avaliação de famílias ribeirinhas: Uma proposta adaptada ao contexto. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 4(2), 253-263, 2011.

SIMIONATO-TOZO, S. M. P. ; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (1998). O cotidiano e as relações familiares em duas gerações. **Paidéia**, 8(14-15), 137-150, 1998.

SIQUEIRA, A. C., DELL'AGLIO, D. D. Retornando para a família de origem: Fatores de risco e proteção no processo de reinserção familiar de uma adolescente institucionalizada. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 17(3), 134-146, 2007.

TEIXEIRA, S. R. S., & ALVES, J. M. O. O contexto das brincadeiras das crianças ribeirinhas da Ilha do Combu. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 21(3), 374-382. doi:10.1590/S0102-79722008000300005, 2008.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais**. Rio de Janeiro, Brazil: Rocca. PsychOpen is a publishing service by Leibniz Institute for Psychology Information (ZPID), Trier, Germany, 1994.

CLASSIFICAÇÃO DO USO DO TEMPO EM ATIVIDADES E TRABALHOS DIÁRIOS DAS MULHERES RURAIS (CATMUR)

Lorena Lima de Moraes

UFRPE- UAST

Shana Sampaio Sieber

UFRPE – UAST - DADÁ

Juliana Funari

UFRPE – UAST - DADÁ

Nicole Pontes

UFRPE - UAST

As pesquisas sobre o uso do tempo estão cada vez mais sendo utilizadas na formulação de indicadores para avaliar as condições de vida das populações. A socióloga brasileira e feminista Neuma Aguiar, além de ter contribuído com os documentos das Nações Unidas para mensurar o uso social do tempo, desenvolveu pesquisas no Brasil (AGUIAR, 2001; 2010) que orientaram órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Desde 1992, o IBGE vem incorporando questões referentes ao trabalho doméstico e ao uso do tempo na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). Entretanto, a partir das contribuições feministas, em 2001, passa a incluir questões sobre o número de horas semanais destinadas ao trabalho doméstico não remunerado, tornando-se base

de dados de referência para as investigações sobre o uso do tempo no Brasil. No entanto, mesmo com esses avanços, ainda não dispomos em nosso país de uma pesquisa periódica, abrangente e nacional sobre o uso social do tempo.

Avaliar como o recurso tempo é vivenciado e usado diferentemente – entre homens e mulheres, entre pessoas de distintos grupos etários, étnicos, raciais e classes sociais – permite amplas possibilidades de análises que precisam ser discutidas, apontadas e socializadas, para construção de alternativas frente a injusta divisão sexual do trabalho, que perpetua jornadas sobrecarregadas, e à superexploração das mulheres.

Apresentaremos aqui uma metodologia de classificação do uso do tempo das mulheres rurais, por meio da qual buscamos possibilitar olhares aprofundados sobre a vida das mulheres rurais em sua diversidade e contextos socioambientais, para superação da invisibilidade de seu trabalho, bem como para a valorização da complexidade e importância do trabalho feminino. Esse desvelamento sobre o tempo e trabalho das mulheres colocam em xeque o modelo hegemônico de desenvolvimento de base patriarcal, que tem mostrado limitações na melhoria da qualidade de vida das mulheres rurais latino-americanas.

A construção da **Classificação do Uso do Tempo em Atividades e Trabalhos Diários das Mulheres Rurais (CATMUR)** teve como ponto de partida a pesquisa *Mulheres Rurais e o Uso do Tempo: divisão sexual do trabalho e relações de gênero em Pernambuco*, que se estruturou a partir da construção intelectual coletiva do grupo de pesquisadoras que assinam este texto, com a fundamental participação de alunas, de origem rural, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada e das próprias mulheres rurais (que nasceram, foram criadas e ainda hoje residem em zonas rurais) acompanhadas no trabalho de campo.

O trabalho de campo nos mostrou a necessidade da construção de uma classificação do uso do tempo que contemplasse o contexto e as especificidades das mulheres rurais a partir da perspectiva feminista,

capaz de apreender rotinas de trabalho e de cuidados profundamente invisibilizados e desvalorizados pela família e sociedade, bem como destacar o trabalho não remunerado das mulheres do campo, o qual vai muito além do trabalho doméstico e do “amor maternal” pela família e comunidade.

Fizemos uma escolha metodológica, consciente e política, no âmbito do foco das mulheres rurais. Além de nos debruçarmos sobre os ônus das desigualdades de gênero no meio rural, defendemos a ampliação de pesquisas científicas que valorizem e problematizem realidades negadas e discriminadas, a partir de metodologias específicas, pensadas e construídas para e com os sujeitos a serem investigados e fortalecidos. As pesquisas estatísticas do uso do tempo de amplitude nacional e mais generalistas são necessárias e urgentes em nosso país, para pensar as desigualdades e fomentar políticas públicas específicas que melhorem a qualidade de vida das mulheres. Em sinergia e de forma complementar, o instrumento aqui proposto – a CATMUR – parte de uma pesquisa inicialmente qualitativa e sugere o reconhecimento da realidade a partir do microssocial, da observação *in loco* e, principalmente, de uma construção baseada no diálogo dos conhecimentos científicos com os conhecimentos dos sujeitos que são parte do estudo.

A CATMUR propõe visibilizar outras práticas sociais, para além do trabalho formal e de mercado, ou seja, aquelas que não são captadas pelas pesquisas estatísticas sobre os usos do tempo, expondo trabalhos e atividades intimamente relacionados às dinâmicas e aos ritmos da natureza, dos modos de vida, dos territórios e dos contextos socioambientais, executados de forma integrada, simultânea, sem marcação definida de início e fim. De maneira geral, as mulheres rurais buscam a conservação dos recursos naturais; cuidam da água, das plantas nativas e sementes; buscam o conhecimento técnico-científico e a valorização dos seus conhecimentos tradicionais; reciclam resíduos sólidos e matéria orgânica; cuidam dos animais de estimação de sua casa e de vizinhas(os); cuidam de suas(eus) filhas(os) e de filhas(os) da comunidade; lideram espaços políticos e projetos socioambientais que

trazem melhorias para toda a comunidade; organizam eventos sociais e religiosos; atuam para acessar políticas públicas etc.

Nesse sentido, a CATMUR se constitui como um instrumento para compreender a complexidade do trabalho das mulheres rurais, que não se restringe aos limites materiais e simbólicos das cercas da propriedade privada. Esse instrumento nasce como proposta de classificar e entender a utilização do tempo pelas mulheres rurais nos seus territórios de vida.

A CATMUR está organizada em 20 itens de classificação de trabalhos e atividades realizadas pelas mulheres rurais, os quais possuem subitens. Esses itens foram construídos com base nas identificações e análises realizadas pela nossa equipe de pesquisadoras no desenvolvimento da pesquisa *Mulheres Rurais e o Uso do Tempo: divisão sexual do trabalho e relações de gênero em Pernambuco*; na Pesquisa Piloto do IBGE 2009-2010 (CAVALCANTI; PAULO; HANY, 2010); na *International Classification of Activities for Time-Use Statistics* (ICATUS) e na *Classification of Time-Use Activities for Latin America and the Caribbean* (CAUTAL). Os 20 itens da CATMUR são grandes grupos de trabalhos e atividades, habitualmente realizados pelas mulheres rurais¹ e relevantes para compreensão do uso do tempo em suas vidas. Tais itens de classificação abrangem trabalhos destinados ao mercado, ao autoconsumo, ao trabalho de cuidado, ao trabalho remunerado, ao não remunerado, ao voluntário, bem como atividades de lazer, de aprendizado e educação, de socialização e comunicação, de autocuidado, para busca de emprego e de deslocamento.

Por meio da nossa pesquisa de campo e das classificações do uso do tempo referenciadas acima, refletimos sobre a forma inicial de divisão dos itens da CATMUR. Observamos que os grandes grupos propostos, sem um maior detalhamento em subitens, acabariam invisibilizando ritmos e outros aspectos que se apresentam como um desafio para as pesquisas do uso do tempo, tais como a simultaneidade da execução dos trabalhos e a carga mental das mulheres ao gerenciarem, orientarem, demandarem

1 Essa classificação pode ser utilizada para análise do uso do tempo de mulheres urbanas, homens rurais e urbanos, em seus diversos contextos e recortes. Entretanto, as especificações, a intenção primária, os detalhamentos e exemplos aqui citados são baseados nas rotinas de mulheres rurais da região semiárida de Pernambuco, Brasil.

tarefas a terceiros, a fim de manterem o bom funcionamento da casa, da unidade produtiva familiar e da comunidade.

Nesse sentido, os 20 itens da CATMUR apresentam subitens para o detalhamento de outros trabalhos e atividades realizados dentro do mesmo espaço de tempo, diretamente integrados naquela ação inicialmente observada, com a mesma finalidade e beneficiários diretos. Os subitens abordam e valorizam trabalhos comumente desenvolvidos pelas mulheres rurais em seus modos de vida, tais como: a gestão do trabalho de terceiros (filhas(os), marido e outros); administração doméstica; manejo da água, dos resíduos sólidos e da biodiversidade; deslocamento para diversas finalidades e trabalhos domésticos no desenvolvimento de atividades com finalidade política ou religiosa (limpeza da associação e igreja, por exemplo).

Esse detalhamento por meio de subitens se justifica pelo fato de a categorização por grandes grupos não dar conta da carga mental, tampouco da intensa dinâmica vivida pelas mulheres rurais no seu dia a dia, como na simultaneidade de atividades executadas no mesmo minuto e espaço, no contexto de uma injusta e hierárquica divisão sexual do trabalho.

Em relação à mensuração da simultaneidade, consideramos o tempo de execução de cada trabalho realizado no mesmo espaço de tempo, sem escolher o trabalho principal, mas, sim, considerando os dois, ou os três e, assim, supervalorizando o tempo de trabalho das mulheres, que não cabe no tempo do relógio².

Os itens de classificação aqui propostos (20 itens) são adequados para análises mais generalistas sobre o uso do tempo das mulheres rurais, comparáveis nacionalmente e internacionalmente, e são úteis para discussões sobre trabalhos não remunerados e/ou invisibilizados. No entanto, as categorias gerais podem se bastar em si para classificar determinado tipo de trabalho, ou podem ocultar trabalhos e atividades que demandam muito tempo e que fazem parte do modo de vida do campo, caracterizado pela ausência de água encanada, pela ausência

2 Ver mais no capítulo “Metodologias, Trabalho e Uso do tempo: compreendendo a rotina de mulheres rurais”, MORAES, et al.

de coleta pública de resíduos sólidos (lixo), pela íntima relação com os recursos naturais, pelas relações de reciprocidade e pelos laços afetivos etc. Destacamos a necessidade de se intensificar o nível de detalhamento de cada item, contemplando ainda mais atividades que caracterizam o modo de vida das mulheres rurais. Desse modo, para classificar determinado tipo de trabalho ou atividade, deve-se atentar para a sua finalidade e para quem será beneficiada(o), sendo distinguido pelo grau de parentesco³ e local de residência.

No âmbito da categoria *gestão*, subitem presente em todos os grandes grupos (com exceção do item **20 Deslocamento** – onde não se aplica), referimo-nos ao *ato de planejar, orientar ou distribuir* trabalhos ou atividades que serão realizados por terceiros. Comumente, as mulheres gerenciam tais atividades enquanto realizam, por elas mesmas, outras tarefas, simultaneamente. A categoria *gestão* busca demarcar o trabalho de *carga mental* que as mulheres executam para manter o bom funcionamento da vida cotidiana, ao solicitarem a outras pessoas a execução das tarefas que devem ser realizadas. Quando nos referimos ao *manejo*, presente também nos subitens dos grandes grupos, o destaque se dá ao trabalho ou atividades executados pela própria mulher. Assim, identificamos e diferenciamos o trabalho que requer força física (manejo) e o trabalho mental (gestão) que é simultaneamente realizado pelas mulheres.

O item *deslocamento* dialoga com os demais, uma vez que os trabalhos e atividades podem ser desenvolvidos fora da unidade familiar, envolvendo deslocamento entre unidades familiares vizinhas, comunidades, zonas rurais e áreas urbanas dos municípios, por exemplo. No entanto, na situação em que a mulher se desloca dentro da sua própria unidade familiar, o tempo é contabilizado como parte da execução do trabalho. Por exemplo, quando se desloca para buscar água no açude de seu sítio, o tempo de deslocamento é contabilizado e considerado dentro do subitem *Manejo da água usada no trabalho destinado ao autoconsumo familiar*.

3 É válido destacar que as relações de parentesco não se limitam às relações de consanguinidade. Assim, as relações de apadrinhamento (comadre, compadre, afilhada(o)) estão sendo consideradas como pessoas da família, que podem ou não residir na mesma unidade domiciliar da mulher que está sendo acompanhada pela pesquisa.

É importante ressaltarmos que os trabalhos doméstico e de cuidado contemplados na CATMUR compreendem o trabalho não remunerado executado pelas mulheres, o qual beneficia a família e a comunidade. No caso de a mulher trabalhar como empregada doméstica ou cuidadora, esse trabalho é classificado na CATMUR como trabalho remunerado destinado ao mercado.

Cada item e subitem da CATMUR apresenta um texto explicativo seguido de exemplos, que, em sua maioria, foram observados durante a pesquisa de campo junto às mulheres rurais do Sertão do Pajeú-PE, Brasil, e estão expostos na parte intitulada como Dicionário, no presente texto. A atividade ou trabalho realizado pode se encaixar em mais de uma classificação, pois, ao utilizar a CATMUR, é importante levar em consideração a intenção da atividade realizada para então classificá-la da forma mais apropriada. A melhor forma de conhecer a intenção da atividade ou trabalho realizado é questionando para quem está executando.

Embora a CATMUR seja um instrumento que possibilita a problematização da realidade da população rural brasileira, ressaltamos que o nosso ponto de partida se estabelece a partir das experiências no contexto das mulheres rurais sertanejas e pernambucanas. Ao utilizar a CATMUR para classificar os trabalhos das mulheres é importante tomar conhecimento da finalidade para qual a atividade ou o trabalho estão sendo realizados, pois um mesmo trabalho pode ser classificado em mais de um item, e o que definirá sua classificação final será o contexto e/ou o objetivo a ser investigado.

Buscamos inspirar novas pesquisas que abarquem as pluralidades das mulheres rurais brasileiras e, ainda, a participação dos homens diante das dinâmicas exaustivas das mulheres. Entendemos que o detalhamento e a complexidade em que tentamos retratar a dinâmica de trabalho das mulheres rurais por meio da CATMUR também pode inspirar pesquisas do uso do tempo no meio urbano, evidenciando principalmente as mulheres e os homens da periferia, que, mesmo na cidade, convivem com algumas problemáticas semelhantes às daquelas do meio rural.

CLASSIFICAÇÃO DO USO DO TEMPO EM ATIVIDADES E TRABALHOS DIÁRIOS DAS MULHERES RURAIS (CATMUR)

- Grandes grupos

1 Trabalho remunerado destinado ao mercado

2 Trabalho não remunerado destinado ao mercado

3 Trabalho destinado ao autoconsumo familiar

4 Trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

5 Trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

6 Trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

7 Trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

8 Trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

9 Trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

10 Trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

11 Trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

12 Trabalho voluntário

13 Atividades de aprendizado e educação

14 Atividades de socialização e comunicação

15 Atividades de lazer

16 Atividades de autocuidado

17 Atividades destinadas à procura de emprego/trabalho

18 Atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

19 Cuidado com os bens comuns

20 Deslocamento

- Subitens

1 Trabalho remunerado destinado ao mercado

1.1 Gestão do trabalho remunerado destinado ao mercado

1.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho remunerado destinado ao mercado

1.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho remunerado destinado ao mercado

1.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho remunerado destinado ao mercado

1.5 Manejo da água no trabalho remunerado destinado ao mercado

1.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho remunerado destinado ao mercado

1.7 Manejo da biodiversidade no trabalho remunerado destinado ao mercado

2 Trabalho não remunerado destinado ao mercado

2.1 Gestão do trabalho não remunerado destinado ao mercado

2.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho não remunerado destinado ao mercado

2.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho não remunerado destinado ao mercado

2.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho não remunerado destinado ao mercado

2.5 Manejo da água no trabalho não remunerado destinado ao mercado

2.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho não remunerado destinado ao mercado

2.7 Manejo da biodiversidade no trabalho não remunerado destinado ao mercado

3 Trabalho destinado ao autoconsumo familiar

3.1 Gestão do trabalho destinado ao autoconsumo familiar

3.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

3.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

3.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

3.5 Manejo da água no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

3.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

3.7 Manejo da biodiversidade no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

4 Trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

4.1 Administração doméstica destinada à unidade domiciliar

4.2 Manutenção e pequenos reparos da unidade domiciliar

4.3 Gestão do trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

4.4 Gestão do trabalho com a água no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

4.5 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

4.6 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

4.7 Manejo da água no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

4.8 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

4.9 Manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

5 Trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

5.1 Administração doméstica destinada aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

5.2 Manutenção e pequenos reparos destinados aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

5.3 Gestão do trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

5.4 Gestão do trabalho com a água no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

5.5 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

5.6 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

5.7 Manejo da água no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

5.8 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

5.9 Manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

6 Trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

6.1 Administração doméstica destinada às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

6.2 Manutenção e pequenos reparos destinados às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

6.3 Gestão do trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

6.4 Gestão do trabalho com a água no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

6.5 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

6.6 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

6.7 Manejo da água no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

6.8 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

6.9 Manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

7 Trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

7.1 Gestão do trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

7.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

7.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

7.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

7.5 Manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

7.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

7.7 Manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

8 Trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

8.1 Gestão do trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

8.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

8.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

8.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

8.5 Manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

8.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

8.7 Manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

9 Trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

9.1 Gestão do trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

9.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

9.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

9.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

9.5 Manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

9.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

9.7 Manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

10 Trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

10.1 Gestão do trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

10.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

10.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

10.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

10.5 Manejo da água no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

10.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

10.7 Manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

11 Trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas da família que não residem na unidade domiciliar

11.1 Gestão do trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

11.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

11.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

11.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

11.5 Manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

11.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

11.7 Manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

12 Trabalho voluntário

12.1 Trabalho voluntário de práticas religiosas

12.1.1 Gestão do trabalho voluntário de práticas religiosas

12.1.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho voluntário de práticas religiosas

12.1.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho voluntário de práticas religiosas

12.1.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho voluntário de práticas religiosas

12.1.5 Manejo da água no trabalho voluntário de práticas religiosas

12.1.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho voluntário de práticas religiosas

12.1.7 Manejo da biodiversidade no trabalho voluntário de práticas religiosas

12.1.8 Trabalho doméstico realizado no trabalho voluntário de práticas religiosas

12.1.9 Gestão do trabalho doméstico realizado no trabalho voluntário de práticas religiosas

12.2 Trabalho voluntário em instituições sociais

12.2.1 Gestão do trabalho voluntário em instituições sociais

12.2.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho voluntário em instituições sociais

12.2.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho voluntário em instituições sociais

12.2.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho voluntário em instituições sociais

12.2.5 Manejo da água no trabalho voluntário em instituições sociais

12.2.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho voluntário em instituições sociais

12.2.7 Manejo da biodiversidade no trabalho voluntário em instituições sociais

12.2.8 Trabalho doméstico realizado no trabalho voluntário em instituições sociais

12.2.9 Gestão do trabalho doméstico realizado no trabalho voluntário em instituições sociais

13 Atividades de aprendizado e educação

13.1 Gestão das atividades de aprendizado e educação

13.2 Gestão do trabalho com a água nas atividades de aprendizado e educação

13.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos nas atividades de aprendizado e educação

13.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades de aprendizado e educação

13.5 Manejo da água nas atividades de aprendizado e educação

13.6 Manejo dos resíduos sólidos nas atividades de aprendizado e educação

13.7 Manejo da biodiversidade nas atividades de aprendizado e educação

13.8 Trabalho doméstico realizado nas atividades de aprendizado e educação

13.9 Gestão do trabalho doméstico realizado nas atividades de aprendizado e educação

14 Atividades de socialização e comunicação

14.1 Gestão das atividades de socialização e comunicação

14.2 Gestão do trabalho com a água nas atividades de socialização e comunicação

14.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos nas atividades de socialização e comunicação

14.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades de socialização e comunicação

14.5 Manejo da água nas atividades de socialização e comunicação

14.6 Manejo dos resíduos sólidos nas atividades de socialização e comunicação

14.7 Manejo da biodiversidade nas atividades de socialização e comunicação

14.8 Trabalho doméstico realizado nas atividades de socialização e comunicação

14.9 Gestão do trabalho doméstico realizado nas atividades de socialização e comunicação

15 Atividades de lazer

15.1 Gestão das atividades de lazer

15.2 Gestão do trabalho com a água nas atividades de lazer

15.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos nas atividades de lazer

15.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades de lazer

15.5 Manejo da água nas atividades de lazer

15.6 Manejo dos resíduos sólidos nas atividades de lazer

15.7 Manejo da biodiversidade nas atividades de lazer

16 Atividades de autocuidado

16.1 Gestão das atividades de autocuidado

16.2 Gestão do trabalho com a água nas atividades de autocuidado

16.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos nas atividades de autocuidado

16.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades de autocuidado

16.5 Manejo da água nas atividades de autocuidado

16.6 Manejo dos resíduos sólidos nas atividades de autocuidado

16.7 Manejo da biodiversidade nas atividades de autocuidado

17 Atividades destinadas à procura de emprego/trabalho

17.1 Gestão das atividades realizadas para a procura de emprego/trabalho

18 Atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

18.1 Gestão das atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

18.2 Gestão do trabalho com a água nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

18.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

18.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

18.5 Manejo da água nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

18.6 Manejo dos resíduos sólidos nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

18.7 Manejo da biodiversidade nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

18.8 Trabalho doméstico realizado nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

18.9 Gestão do trabalho doméstico realizado nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

19 Cuidado com os bens comuns

19.1 Gestão do trabalho de cuidado com os bens comuns

20 Deslocamento

20.1 Deslocamento para realização de trabalho remunerado destinado ao mercado

20.2 Deslocamento para realização de trabalho não remunerado destinado ao mercado

20.3 Deslocamento para realização de trabalho destinado ao autoconsumo familiar

20.4 Deslocamento para realização de trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

20.5 Deslocamento para realização de trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

20.6 Deslocamento para realização de trabalho doméstico para pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

20.7 Deslocamento para realização de trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

20.8 Deslocamento para realização de trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

20.9 Deslocamento para realização de trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

20.10 Deslocamento para realização de trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

20.11 Deslocamento para realização de trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas da família que não residem na unidade domiciliar

20.12 Deslocamento para realização de trabalho voluntário (de participação política ou religiosa)

20.13 Deslocamento para realização de atividades de aprendizado e educação

20.14 Deslocamento para realização de atividades de socialização e comunicação

20.15 Deslocamento para realização de atividades de lazer

20.16 Deslocamento para realização de atividades de autocuidado

20.17 Deslocamento para a busca de emprego/trabalho

20.18 Deslocamento para realização de atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

20.19 Deslocamento para cuidado com os bens comuns

DICIONÁRIO – descrição dos itens e subitens da CATMUR

1 Trabalho remunerado destinado ao mercado

Atividade realizada para produzir bens ou serviços para o mercado. Produção de bens e serviços em troca de remuneração direta em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (ex.: venda na feira, venda de porta em porta, venda em casa, trabalho formal e outros trabalhos informais). As trocas de produtos ou serviços ocorrem frequentemente entre as mulheres rurais e, ainda que a remuneração financeira não seja efetivada, ocorre uma atividade econômica que é protagonizada pelas mulheres, no sentido de elas definirem qual produto e qual quantidade será trocada. No caso dos serviços domésticos, todos aqueles que são remunerados serão classificados como trabalho remunerado destinado ao mercado.

1.1 Gestão do trabalho remunerado destinado ao mercado

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho remunerado destinado ao mercado demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Exemplos: mandar alguém levar os produtos agrícolas para serem comercializados na feira; no caso de uma passadeira, mandar alguém montar a tábua de passar e ligar o ferro elétrico etc.

1.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho remunerado destinado ao mercado

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir as atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao

armazenamento e à distribuição de água usada no trabalho remunerado destinado ao mercado, demandando de outras pessoas a execução do trabalho com a água. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com água no trabalho remunerado destinado ao mercado: orientar alguém sobre a quantidade de água que deve ser utilizada na irrigação da horta voltada para a comercialização; no caso de uma lavadeira, orientar alguém no reuso da água proveniente da lavagem; solicitar a alguém a ligação de bomba de distribuição de água para irrigação de frutíferas que serão comercializadas; solicitar a alguém para aguar o quintal produtivo etc.

1.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho remunerado destinado ao mercado

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho remunerado destinado ao mercado, demandando de outras pessoas a execução dessas atividades. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo

para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos na gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho remunerado destinado ao mercado: demandar a separação e destinação do lixo orgânico produzido durante um trabalho voltado ao mercado; no caso de uma boleira, demandar de alguém a separação das cascas de ovos para destiná-los a adubo de plantas. Outro exemplo é orientar alguém no manejo da compostagem utilizada para adubação na horta voltada à comercialização na feira.

1.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho remunerado destinado ao mercado

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho remunerado destinado ao mercado, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes

usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho remunerado destinado ao mercado: mandar alguém realizar poda de árvores frutíferas, da qual os frutos são utilizados para venda; demandar de alguém o plantio diversificado no quintal produtivo que será voltado para venda; solicitar de outra pessoa a coleta de frutos, cascas, sementes e raízes para a sua utilização no beneficiamento voltado à comercialização.

1.5 Manejo da água no trabalho remunerado destinado ao mercado

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho remunerado destinado ao mercado. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água no trabalho remunerado para o mercado: utilização da água do poço/

cisterna/cacimba para irrigação de hortas ou dessedentação de animais voltados para a comercialização; no caso de lavadeiras, coletar água para lavagem encomendada das roupas etc.

1.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho remunerado destinado ao mercado

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho remunerado destinado ao mercado. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de trabalho remunerado destinado ao mercado: separar e destinar o lixo orgânico produzido durante um trabalho voltado ao mercado; no caso de uma boleira, separar as cascas de ovos e destiná-las como adubo de plantas. Outro exemplo é manejar a compostagem utilizada para adubação na horta voltada à produção para comercialização na feira.

1.7 Manejo da biodiversidade⁴ no trabalho remunerado destinado ao mercado

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho remunerado destinado ao mercado. O manejo da biodiversidade abarca o

4 Partimos da ideia de que as mulheres rurais, dos povos e comunidades tradicionais, têm uma relação profícua e sustentável com os recursos naturais, sendo seus modos de vida profundamente integrados e adaptados às dinâmicas da natureza e a seus ecossistemas. Essa categoria foi estruturada na CATMUR para permitir que se capte o tempo de manejo da biodiversidade como um todo, sendo possível analisar qualitativamente os tipos de atividades realizados a fim de diferenciar as diversas contribuições ecológicas e sustentáveis.

manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho remunerado destinado ao mercado: realizar poda de árvores frutíferas, da qual os frutos são utilizados para venda; realizar plantio diversificado, nos quintais produtivos, voltado para venda; coletar frutos, cascas, sementes e raízes, para a sua utilização no beneficiamento voltado à comercialização; coletar frutos, flores, cascas, raízes, ervas, para comercialização *in natura*.

2 Trabalho não remunerado destinado ao mercado

Atividade realizada para produzir bens ou serviços para o mercado, sem pagamento ou recompensa financeira direta à pessoa que realizou o trabalho. Assim, a mulher executa o trabalho, não é remunerada e, tampouco, participa da gestão do dinheiro arrecadado. Exemplos: trabalhar na roça com o marido, que decide toda a comercialização do

produto e a gestão do dinheiro; debulhar feijão para a filha, que não mora na mesma unidade domiciliar, vender na feira; higienizar garrafas PET para o filho vender caldo de cana.

2.1 Gestão do trabalho não remunerado destinado ao mercado

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho não remunerado destinado ao mercado, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Exemplos de gestão do trabalho não remunerado destinado ao mercado: na situação em que a mulher se compromete em debulhar o feijão para a filha vender na feira e demanda de uma terceira pessoa ensacar o feijão. Nesse caso, só quem recebe a remuneração da venda do produto é a filha. Outro exemplo é a situação em que a mulher higieniza garrafas PET para o filho vender caldo de cana e solicita que uma terceira pessoa seque-as.

2.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho não remunerado destinado ao mercado

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho de manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água usada no trabalho não remunerado destinado ao mercado, demandando de outras pessoas sua execução. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica);

realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplo de gestão do trabalho com água no trabalho não remunerado destinado ao mercado: quando a mulher solicita a terceiros a coleta de água para higienização de garrafas PET utilizadas como recipiente do caldo de cana vendido pela família de seu filho na feira.

2.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho não remunerado destinado ao mercado

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir as atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho não remunerado destinado ao mercado, demandando de outras pessoas sua execução. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho não remunerado destinado ao mercado: quando a mulher solicita a alguém a coleta e a entrega de garrafas PET para o filho reutilizar como recipiente do caldo de cana que ele vende na feira; quando manda alguém descartar a vagem do feijão vendido na feira pela filha.

2.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho não remunerado destinado ao mercado

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade usada no trabalho não remunerado destinado ao

mercado, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho não remunerado destinado ao mercado: orientar ou dividir as atividades de implantação e/ou enriquecimento de sistemas agroflorestais, quintais produtivos, práticas de manejo de hortas e roçados; ou ainda demandar de terceiros a coleta de frutos, cascas, sementes e raízes que serão comercializados no mercado. No entanto, nem a mulher que demanda a tarefa, tampouco, a terceira pessoa envolvida no trabalho são remuneradas.

2.5 Manejo da água no trabalho não remunerado destinado ao mercado

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no

trabalho não remunerado destinado ao mercado. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos: aguardar produção agrícola em hortas e pomares que geram renda para terceiros; abastecer o bebedouro da criação de animais que geram renda para terceiros; realizar manejo de áreas de proteção de fontes de água utilizadas para irrigação de cultivos que geram renda para terceiros; coletar a água para higienização de garrafas utilizadas pelo filho para vender água de coco na feira. Nesses casos, a renda gerada não retorna para a mulher em pagamento do seu trabalho e tempo destinado à atividade.

2.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho não remunerado destinado ao mercado

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho não remunerado destinado ao mercado. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em

artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho não remunerado destinado ao mercado: coletar as garrafas PET para dar ao filho que utiliza como recipiente na venda de caldo de cana; descartar a vagem do feijão vendido na feira pela filha.

2.7 Manejo da biodiversidade no trabalho não remunerado destinado ao mercado

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho não remunerado destinado ao mercado. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos do manejo da biodiversidade no trabalho não remunerado destinado ao mercado: realizar atividades de implantação e/ou enriquecimento de sistemas agroflorestais, quintais produtivos, práticas de manejo de hortas e roçados; coleta de frutos, cascas, sementes e raízes que serão

comercializados no mercado, ou que serão beneficiados, por exemplo, com coleta de sementes para a filha fazer artesanato para vender. Destaca-se que a mulher não recebe remuneração direta decorrente do seu trabalho.

3 Trabalho destinado ao autoconsumo familiar

Atividades produtivas primárias e não primárias realizadas para o autoconsumo familiar, podendo compreender produção de bens e serviços para uso próprio, sendo o excedente destinado ao mercado. Consideramos aqui também as atividades produtivas com finalidade de cuidado familiar, como plantar, colher e regar plantas de uso medicinal para o autoconsumo familiar.

Atividades primárias para autoconsumo incluem, por exemplo: coleta de água e lenha para fins produtivos de autoconsumo; cultivo, manejo e colheita de produtos agrícolas e/ou medicinais; criação e cuidado de animais e produtos derivados; coleta de outros produtos silvícolas/silvestres, pesca e caça.

Atividades não primárias para o autoconsumo familiar incluem, por exemplo: elaboração de artesanatos para o autoconsumo; beneficiamento de produtos da agricultura familiar (transformar produtos do sítio em geleia, queijos, polpas, farinha, entre outros); produção de roupas e artefatos de vestimenta pela própria família (costurar roupa para a família etc.); produção de artefatos e ferramentas (móveis para própria família, ferramentas – como peneiras –; construção de tecnologias sociais de utilização da família; cuias, bebedouros artesanais para animais, cerca, forquilha para animais etc.).

3.1 Gestão do trabalho destinado ao autoconsumo familiar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho para o autoconsumo familiar demandando de outras pessoas a sua execução. Exemplos de gestão do trabalho destinado ao autoconsumo familiar:

solicitar a alguém a coleta de ervas do quintal produtivo para fazer remédio natural para a família; demandar a terceiros o plantio de um cultivo específico para alimentação de um membro da família que gosta daquele alimento etc.

3.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

Planejar, orientar ou atribuir o trabalho de manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água usada no trabalho destinado ao autoconsumo familiar, demandando de outras pessoas sua execução. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água no trabalho destinado ao autoconsumo familiar: solicitar a terceiros a irrigação de canteiros de temperos utilizados para alimentação da família; demandar a limpeza da calha da cisterna utilizada para armazenar água de beber e cozinhar; mandar reflorestar nascente utilizada para o abastecimento da família; solicitar ajuda dos homens da família para buscar água para construção de uma cisterna que será utilizada a fim de armazenar água para a família.

3.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir as atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho para o autoconsumo familiar, demandando de outras pessoas a sua execução. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos: pedir para um terceiro descartar os resíduos orgânicos decorrentes da preparação do almoço para alimentação das galinhas, porcos e outros animais destinados ao autoconsumo familiar; mandar alguém separar e armazenar garrafas plásticas para construção de banco de sementes familiar.

3.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho destinado ao autoconsumo familiar, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas,

frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de autoconsumo familiar: solicitar a terceiros a coleta de frutas para fazer um suco para o autoconsumo familiar; solicitar a terceiros a coleta de lenha para utilizar no fogão da unidade familiar; mandar alguém coletar palha/sisal para fabricar a vassoura que será utilizada nas tarefas domésticas da unidade domiciliar; mandar alguém coletar ervas na mata para fazer remédio para membros da família, para animais de criação ou de estimação.

3.5 Manejo da água no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho destinado ao autoconsumo familiar. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura,

coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água no trabalho destinado ao autoconsumo familiar: fazer irrigação de canteiros de temperos utilizados para alimentação da família; utilizar a água para produção em hortas, pomares, criação de animais que são destinados ao autoconsumo familiar; limpar a calha da cisterna utilizada para armazenar água de beber e cozinhar; reflorestar área de nascente utilizada para o abastecimento da família; realizar desinfecção da água (uso de hipoclorito, ferver água, coar a água) da cacimba para que a família utilize para beber; trabalhar na construção de alguma tecnologia de água na unidade familiar que será utilizada pela família para armazenar/tratar/transportar água etc.

3.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho destinado ao autoconsumo familiar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo de resíduos sólidos no trabalho destinado ao autoconsumo familiar: descartar os resíduos orgânicos decorrentes da preparação do almoço para alimentação das galinhas,

porcos e outros animais destinados ao autoconsumo familiar; separar e armazenar garrafas plásticas para construção de banco de sementes familiar; construir alguma tecnologia voltada à gestão dos resíduos sólidos, como um biodigestor, uma composteira, entre outras tecnologias.

3.7 Manejo da biodiversidade no trabalho destinado ao autoconsumo familiar

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho destinado ao autoconsumo familiar. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho destinado ao autoconsumo familiar: coletar frutas para fazer um suco para o autoconsumo familiar; coletar lenha para utilizar no fogão da unidade familiar; coletar palha/sisal para fabricar a vassoura que será utilizada nas tarefas domésticas da unidade

domiciliar; coletar recursos naturais para utilização da família, tal como coletar ervas na mata ou no quintal produtivo para fazer remédio para membros da família, animais de criação e animais de estimação.

4 Trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

Atividade não remunerada voltada para tarefas domésticas realizadas em casa, para os membros residentes nela. Exemplos: cozinhar para os residentes da casa; servir a refeição dos membros da casa; lavar roupa dos residentes da casa; limpar a casa; passar roupa dos residentes da casa; lavar louça; varrer a casa e o terreiro; organizar objetos etc.

4.1 Administração doméstica destinada à unidade domiciliar

Realização de atividades que não são diárias, porém, implicam na organização e no bom funcionamento da unidade domiciliar. Exemplos: realizar pagamento de contas domésticas; levar para consertar aparelhos domésticos em técnicos especializados; ligar para alguém ir até a casa para fazer um conserto; fazer listas de compras; fazer compras de alimentos e produtos de limpeza etc.

4.2 Manutenção e pequenos reparos da unidade domiciliar

Realização de atividades de reparação, instalação, reprogramação e montagem, por exemplo, de eletrodomésticos, equipamentos elétricos, hidráulicos, decorativos e da própria estrutura da casa. Dessa forma, incluem-se atividades como: pintar a parede; arrumar reboco; trocar fechadura; trocar lâmpada; decorar a casa; montar eletrodoméstico recém-adquirido; trocar borracha da pia; desentupir pia ou vaso sanitário;

fazer reparação em sistema elétrico da casa; consertar ou instalar bomba de água; instalar ou formatar computador e internet, entre outros.

4.3 Gestão do trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar e distribuir o trabalho doméstico demandando de outras pessoas as tarefas domésticas para a unidade domiciliar. Exemplos: mandar um terceiro passar pano na casa ou lavar a louça; arrumar a cama etc.

4.4 Gestão do trabalho com a água no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução da gestão. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do

trabalho com a água no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar: pedir a um terceiro para coletar água para passar pano molhado na casa, para usar na descarga do banheiro, para lavar a louça etc.; mandar outra pessoa reutilizar a água da lavagem de roupas na limpeza do piso da varanda ou do quintal.

4.5 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos da gestão do trabalho com os resíduos sólidos no trabalho doméstico: demandar de outra pessoa que queime o lixo decorrente de uma limpeza na casa; reciclar os resíduos orgânicos decorrentes da preparação da refeição na composteira; reutilizar embalagens de produtos utilizados na limpeza doméstica para fazer artesanato ou vasos de temperos.

4.6 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução do

manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território, determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar: mandar alguém coletar palha/sisal para fabricar a vassoura que será utilizada nas tarefas domésticas destinadas aos membros da unidade domiciliar; mandar alguém coletar ervas na mata para colocar no produto de limpeza utilizado para a faxina da casa; mandar alguém coletar bucha vegetal para usar na limpeza da casa.

4.7 Manejo da água no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar.

Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos do manejo da água no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar: coletar água para passar pano molhado na casa, para usar na descarga do banheiro, para lavar a louça; utilizar água no preparo das refeições; limpar a casa utilizando água; preparar banho para membros da casa; reutilizar a água da lavagem de roupas na limpeza do piso da varanda ou do quintal; reutilizar água da lavagem de louças para aguar bananeiras; realizar a desinfecção da água destinada à alimentação para se evitar doenças veiculadas pela água contaminada, por meio de práticas como cloração da cisterna de água de beber e cozinhar etc.

4.8 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo

para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico: queimar o lixo decorrente de uma limpeza na casa; levar o material reciclável produzido no ambiente doméstico para ponto de coleta; reciclar os resíduos orgânicos decorrentes da preparação da refeição na composteira; reutilizar embalagens de produtos utilizados na limpeza doméstica para fazer artesanato ou vasos de temperos.

4.9 Manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de

pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar: coletar palha/sisal para fabricar a vassoura que será utilizada nas tarefas domésticas destinadas aos membros da unidade domiciliar; coletar ervas na mata para colocar no produto de limpeza utilizado para a faxina da casa; coletar bucha vegetal no mato para a utilização na limpeza da casa.

5 Trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Atividade não remunerada voltada para tarefas domésticas realizadas em casa ou fora de casa para os membros da família que não residem na casa da mulher. Exemplos: cozinhar para os membros da família que não residem na casa; lavar roupa dos membros da família que não residem na casa; limpar a casa dos membros da família que residem em outra casa; passar roupa dos membros da família que não residem na casa; lavar louça dos membros da família que residem em outra casa; coletar lixo, lenha e água para fins domésticos destinados aos membros da família que residem em outra casa etc.

5.1 Administração doméstica destinada aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Realização de atividades que implicam na organização e no bom funcionamento da unidade domiciliar dos parentes. Exemplos: realizar pagamento de contas domésticas; levar para consertar aparelhos domésticos em técnicos especializados; ligar para alguém ir até a casa deles para fazer um conserto; fazer listas de compras; fazer compras de alimentos e produtos de limpeza etc.

5.2 Manutenção e pequenos reparos destinados aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Realização de atividades de reparação, instalação, reprogramação e montagem, por exemplo, de eletrodomésticos, equipamentos elétricos, hidráulicos, decorativos e da própria estrutura da casa. Dessa forma, incluem-se atividades como: pintar a parede; arrumar reboco; trocar fechadura; trocar lâmpada; decorar a casa; montar eletrodoméstico recém-adquirido; trocar borracha da pia; desentupir pia ou vaso sanitário; fazer reparação em sistema elétrico da casa; consertar ou instalar bomba de água; instalar ou formatar computador e internet, entre outros, na residência dos parentes.

5.3 Gestão do trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar, distribuir o trabalho doméstico demandando de outras pessoas as tarefas domésticas destinadas aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar. Exemplo: solicitar à filha que arrume a casa da avó.

5.4 Gestão do trabalho com a água no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho doméstico destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução da gestão. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em

seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água no trabalho doméstico destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar: pedir a um terceiro para coletar água para passar pano molhado na casa da(o) familiar, para usar na descarga do seu banheiro, para lavar a sua louça etc.

5.5 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da família que residem

fora da unidade domiciliar: demandar de um terceiro a queima do lixo decorrente de uma limpeza na casa da(o) familiar; pedir a outra pessoa para levar o material reciclável produzido na casa da(o) familiar para ponto de coleta etc.

5.6 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico

destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar: mandar alguém coletar palha/sisal para fabricar a vassoura que será utilizada nas tarefas domésticas da casa da filha que reside ao lado; mandar alguém coletar ervas na mata para colocar no produto de limpeza utilizado para a faxina da casa do filho.

5.7 Manejo da água no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho doméstico destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água no trabalho doméstico destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar: coletar água da cisterna ou cacimba para passar pano molhado na casa da mãe ou para lavar louça na casa do pai.

5.8 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar: queimar o lixo decorrente de uma limpeza na casa da(o) familiar; levar o material reciclável para ponto de coleta, utilizar os resíduos orgânicos gerados na casa do parente para alimentar os animais etc.

5.9 Manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos,

cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar: coletar palha/sisal para fabricar a vassoura que será utilizada nas tarefas domésticas da filha que mora ao lado; coletar ervas na mata para colocar no produto de limpeza utilizado para a faxina da casa do filho.

6 Trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividade não remunerada voltada para tarefas domésticas realizadas em casa ou fora de casa para pessoas que não são da família e que não residem na casa da mulher. Exemplo: cozinhar para pessoas que não são da família e que não residem na casa da mulher; lavar roupa de pessoas que não são da família e que não residem na casa; limpar a casa de pessoas que não são da família e que não residem na casa; lavar louça de pessoas que não são da família e que não residem na casa; coletar lenha e coletar água para fins domésticos; coletar o lixo; separar o lixo; queimar o lixo etc. para pessoas que não são da família e que não residem na casa da mulher.

6.1 Administração doméstica destinada às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Realização de atividades que implicam na organização e no bom funcionamento da unidade domiciliar de pessoas que não são da família. Exemplos: realizar pagamento de contas domésticas; levar para consertar aparelhos domésticos em técnicos especializados; ligar para alguém ir até a casa da pessoa para fazer um conserto; fazer listas de compras; fazer compras de alimentos e produtos de limpeza para a pessoa que reside em outra residência e não é da família etc.

6.2 Manutenção e pequenos reparos destinados às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Realização de atividades de reparação, instalação, reprogramação e montagem, por exemplo, de eletrodomésticos, equipamentos elétricos, hidráulicos, decorativos e da estrutura da casa da pessoa que não é da família. Dessa forma, incluem-se atividades como: pintar a parede; arrumar reboco; trocar fechadura; trocar lâmpada; decorar a casa; montar eletrodoméstico recém-adquirido; trocar borracha da pia; desentupir pia ou vaso sanitário; fazer reparação em sistema elétrico da casa; consertar ou instalar bomba de água; instalar ou formatar computador e internet, entre outros.

6.3 Gestão do trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou distribuir o trabalho doméstico demandando de outras pessoas as tarefas domésticas destinadas às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar. Exemplos: solicitar a terceiros (geralmente membros da sua família) que realizem alguma

atividade doméstica na casa e, para a pessoa que não é da família, por exemplo, fazer a refeição, lavar a louça e limpar a casa (sem remuneração).

6.4 Gestão do trabalho com a água no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho doméstico para pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas o manejo da água para tais tarefas. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água no trabalho doméstico para pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar: quando a mulher solicita a terceiros para coletar água a ser usada por ela na limpeza da casa de um vizinho que não é da família; quando a mulher manda alguém consertar a bomba de água para que ela possa lavar roupa da comadre que está doente e não pode fazer o serviço; quando a mulher manda alguém pegar água na cacimba para que ela possa realizar a limpeza da casa de uma pessoa idosa da comunidade que não é da família.

6.5 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos da gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar: quando a mulher manda um filho participar de um mutirão de limpeza do terreno da casa de uma vizinha que não é da família, onde o lixo é separado e destinado aos locais de coleta específicos; quando solicita alguém para levar os restos de alimentos para os porcos durante o preparo de almoço de confraternização na casa de um vizinho que não é da família.

6.6 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos

vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar: mandar alguém coletar palha/sisal para fabricar a vassoura que será utilizada nas tarefas domésticas da casa da vizinha; mandar alguém coletar ervas na mata para colocar no produto de limpeza utilizado para a faxina da casa de uma companheira do sindicato; pedir para o filho coletar bucha vegetal para utilizar na limpeza da casa da vizinha.

6.7 Manejo da água no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e residem

fora da unidade domiciliar. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar: coletar água na cacimba, cisterna ou torneira para ser usada por ela na limpeza da casa de um vizinho que não é da família; consertar a bomba de água para que ela possa lavar as roupas da comadre que está doente e não pode fazer o serviço; utilizar água cinza do tanquinho de roupa para realizar a limpeza do chão da casa de uma pessoa idosa da comunidade que não é da família.

6.8 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para

reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar: participar de um mutirão de limpeza do terreno da casa de uma vizinha, onde o lixo é separado e destinado aos locais de coleta específicos; levar os restos de alimentos para os porcos durante o preparo de almoço de confraternização na casa de um companheiro da associação de moradores.

6.9 Manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional

definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho doméstico destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar: coletar palha/sisal para fabricar a vassoura que será utilizada nas tarefas domésticas da casa da vizinha; coletar ervas na mata para colocar no produto de limpeza utilizado para a faxina da companheira do sindicato.

7 Trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

Atividade não remunerada de cuidado com as pessoas da família, envolvendo tanto pessoas dependentes, impossibilitadas de realizarem atividades de autocuidado sozinhas (como crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência etc.), como pessoas independentes, mas que estão recebendo o cuidado (como o esposo ou a mãe, ou irmã, por exemplo) e que residem na casa da mulher responsável por essa atividade. Exemplos: acompanhar o esposo ao médico; dar remédios; dar banho; arrumar para a escola; levar para o médico; alimentar; fazer a higiene da pessoa; ajudar na locomoção etc.

7.1 Gestão do trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir os trabalhos demandando de outras pessoas as tarefas de cuidado destinadas aos membros da família que residem na unidade domiciliar. Exemplos: pedir para alguém próximo levar o remédio do avô; pedir para a filha mais velha dar banho no filho mais novo; pedir para o filho acompanhar a avó ao posto de saúde etc.

7.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar: pedir para o filho ir buscar a água que será utilizada no banho do irmão mais novo; mandar alguém buscar água para a mãe idosa beber; mandar alguém encher bacia com água da torneira ou cacimba para fazer banho de ervas em alguém da família que esteja doente; pedir à filha que esquite água para fazer um chá para alguém da casa que está doente.

7.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar, demandando de

outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar: pedir para o filho jogar no lixo a fralda descartável do bebê da casa; mandar alguém separar os recipientes vazios de remédios utilizados para tratar doenças das pessoas da família para serem levados ao local de coleta da prefeitura.

7.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou

econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar: mandar alguém coletar ervas na mata para fazer chá para o filho que está doente; pedir para alguém extrair a casca de uma árvore medicinal para fazer tintura para a filha que sofreu um acidente.

7.5 Manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar: desinfecção da água por meio da

fervura para procedimentos terapêuticos de membros da família; carregar água para fazer banho de ervas em alguém da casa que esteja doente; fazer gelo para tratar alguma lesão de uma pessoa da família etc.

7.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar: separar os recipientes de remédios utilizados para tratar doenças das pessoas da família para serem levados ao local de coleta da prefeitura; descartar as fraldas descartáveis utilizadas pelo bebê da casa etc.

7.7 Manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas.

Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar: coletar ervas na mata para fazer chá para o filho que está doente; coletar ervas para banho de assento da filha; extrair casca de uma árvore medicinal para fazer tintura para o marido que sofreu um acidente.

8 Trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

Atividades cotidianas não remuneradas voltadas para o cuidado com animais e plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar, ou seja, animais e plantas de valor sentimental – no caso de plantas, incluem espécies ornamentais voltadas para a estética do espaço. Exemplos de trabalho de cuidado destinado a animais e plantas de estimação: alimentar o animais de estimação, como cachorros, gatos, passarinhos, entre outras espécies, com as quais se tenha constituído vínculo afetivo; limpar o local onde os animais comem, fazem suas necessidades fisiológicas ou dormem; dar banho nesses animais; levar

os animais ao *pet shop* e/ou à(ao) veterinária(o), incluindo tempo de espera; chamar a(o) veterinária(o) ou qualquer outra pessoa para resolver um problema específico desses animais; brincar com eles; adestrá-los; levá-los para passear; regar, realizar práticas de poda e coleta seletiva para o manejo de flores de valor exclusivamente afetivo e/ou estético na unidade familiar; mudar as plantas ornamentais de vaso ou recipiente; adubar flores plantadas para ornamentar o quintal da família; alimentar passarinhos de determinada espécie exclusivamente para atraí-los para o convívio e apreciação do canto etc.

8.1 Gestão do trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir os trabalhos demandando de outras pessoas as tarefas do cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar. Exemplos: pedir para terceiros alimentarem os cachorros e gatos, ou outras espécies de valor afetivo; mandar alguém limpar o local onde eles comem, fazem suas necessidades fisiológicas ou dormem; pedir para outras pessoas dar banho nesses animais; mandar a filha molhar o canteiro de flores ornamentais; realizar coleta seletiva para o bom desenvolvimento de flores naturais de valor exclusivamente afetivo e/ou estético etc.

8.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso,

tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar: quando a mulher solicita a alguém que pegue água para a limpeza do local onde o cachorro de estimação da família fez suas necessidades fisiológicas; quando ela solicita a alguém que pegue água da cacimba para dar banho no animal ou para o animal beber; quando a mulher manda a filha molhar as plantas ornamentais etc.

8.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para

reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com os resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar: solicitar a alguém que recolha e descarte as fezes do animal; demandar que outra pessoa coloque na composteira as folhas secas oriundas da poda das plantas ornamentais do quintal.

8.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes

usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar: mandar alguém coletar ervas na mata para medicar o cachorro da família; demandar que outra pessoa recolha folhas e galhos secos do sistema agroflorestal da propriedade para serem utilizados como matéria orgânica para as plantas ornamentais do quintal.

8.5 Manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo

da água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar: coletar água para limpar caixas de areia utilizadas pelos gatos de estimação de membros residentes na unidade familiar; pegar água para a limpeza do local onde o cachorro de estimação faz suas necessidades fisiológicas; utilizar água da cacimba para dar banho no animal de estimação; repor água do bebedouro do animal de estimação da família; molhar as plantas ornamentais do quintal da unidade familiar etc.

8.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar: recolher e descartar as fezes do animal de estimação; podar as folhas secas das plantas ornamentais e colocar na composteira.

8.7 Manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar: coletar ervas na mata para medicar o cachorro da família; recolher folhas e galhos secos do sistema agroflorestal da propriedade para serem utilizados como matéria orgânica para as plantas ornamentais do quintal.

9 Trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Atividade não remunerada de cuidado com as pessoas da família, envolvendo tanto pessoas dependentes, impossibilitadas de realizarem atividades de autocuidado sozinhas (como crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência etc.), como pessoas independentes, que estão recebendo o cuidado (como o esposo ou a mãe, ou irmã, por exemplo) e que residem fora da casa da mulher responsável por essa atividade. Exemplos: acompanhar o irmão, que mora em outra casa, ao médico; dar remédios; dar banho; arrumar para escola; alimentar; fazer a higiene da pessoa; ajudar na locomoção etc.

9.1 Gestão do trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir os trabalhos demandando de outras pessoas as tarefas do cuidado para os membros da família que residem fora da unidade domiciliar. Exemplos: pedir para alguém próximo levar o remédio do avô que mora em outra casa; pedir para a filha mais velha dar banho no sobrinho que mora em outra residência etc.

9.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar, demandando de outras

peças a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar: pedir para o filho ir buscar a água que será utilizada no banho do sobrinho que mora em outra residência; mandar alguém buscar água para a mãe idosa, que mora em outra residência, para que ela beba; mandar um membro da família encher a bacia com água da torneira ou cacimba para fazer banho de ervas para alguém da família que mora na casa vizinha e que está doente; pedir para a filha esquentar água para fazer um chá para alguém da família que mora em outra residência.

9.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos

incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar: pedir para alguém levar ao local de queima de lixo as fraldas descartáveis do neto que mora em outra residência; mandar alguém separar os recipientes vazios de remédios utilizados para tratar doença da filha que mora em outra residência, para serem levados ao local de coleta da prefeitura.

9.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas

produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar: mandar alguém coletar ervas na mata para fazer chá para o filho que está doente e mora na cidade; pedir para alguém extrair a casca de uma árvore medicinal para fazer tintura para a filha que sofreu um acidente e mora em outra cidade.

9.5 Manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da

cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar: buscar água na cisterna para utilizar no banho do sobrinho que mora em outra residência; levar água de beber para a casa da mãe idosa; encher a bacia com água da torneira ou cacimba para fazer banho de ervas para alguém da família que mora na casa vizinha e que está doente; esquentar água para fazer um chá para alguém da família que mora em outra residência.

9.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que residem fora da unidade domiciliar: levar ao local de queima de lixo as fraldas descartáveis do neto que mora em outra residência; separar os recipientes vazios de remédio utilizados para tratar doença da filha que mora em outra residência, para serem levados ao local de coleta da prefeitura.

9.7 Manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar: coletar ervas na mata para fazer chá para o filho que está doente e mora na cidade; extrair a casca de uma árvore medicinal para fazer tintura para a filha que sofreu um acidente e mora em outra cidade; selecionar ervas para fazer lambedor e levá-las para a comadre.

10 Trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividade não remunerada de cuidado com as pessoas que não são da família, porém fazem parte de um círculo afetivo próximo e permanente, envolvendo tanto pessoas dependentes, impossibilitadas de realizarem atividades de autocuidado sozinhas (como crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência etc.), como pessoas independentes, que estão recebendo o cuidado (como uma amiga ou a mãe de uma amiga, por exemplo) e que residem fora da unidade domiciliar da mulher responsável por tal tarefa. Exemplos: dar remédios; dar banho; arrumar para a escola; acompanhar ao médico; alimentar; fazer a higiene da pessoa; ajudar na locomoção; ir até a casa da pessoa para dar atenção/conversar (como atividade terapêutica e não um lazer) etc. As atividades podem ser realizadas na casa da mulher ou na residência da pessoa que necessita e/ou está recebendo os cuidados.

10.1 Gestão do trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir os trabalhos demandando de outras pessoas as tarefas do cuidado destinadas às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar. Exemplos: Solicitar a alguém a realização das seguintes funções: dar remédios; dar banho; arrumar para a escola; levar para o médico; alimentar a pessoa cuidada; fazer a higiene da pessoa que necessita de cuidados; ajudar na locomoção etc.

10.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar: pedir para o filho ir buscar a água que será utilizada no banho do bebê da vizinha que não é da família e que mora em outra residência; mandar alguém buscar água de beber para a vizinha idosa que não é da família; mandar um membro da família encher bacia com água da torneira ou cacimba para fazer banho de ervas para a vizinha que está doente e não é da família; pedir para a filha esquentar água para fazer um chá para o amigo que mora em outra residência e não é da família etc.

10.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar: pedir para alguém levar ao local de queima de lixo as fraldas descartáveis do bebê da vizinha que não é da família; mandar alguém separar os recipientes vazios de remédios utilizados para tratar doença do amigo que não é da família, para serem levados ao local de coleta da prefeitura etc.

10.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos

vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar: mandar alguém coletar ervas na mata para fazer chá para a vizinha; pedir para alguém extrair a casca de uma árvore medicinal para fazer tintura para alguém da comunidade etc.

10.5 Manejo da água no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em

seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar: buscar água na cisterna para utilizar no banho de criança que mora em outra residência e que não é da família; levar água de beber para a casa da vizinha que não é da família; encher bacia com água da torneira ou cacimba para fazer banho de ervas para vizinho que está doente e não é da família; esquentar água para fazer um chá medicinal para o amigo que mora em outra residência e não é da família etc.

10.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira,

no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar: levar ao local de queima de lixo as fraldas descartáveis do bebê da vizinha que não é da família; separar os recipientes vazios de remédio utilizados para tratar doença da amiga que mora em outra residência e não é da família, para serem levados ao local de coleta da prefeitura etc.

10.7 Manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da

mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar: coletar ervas na mata para fazer chá para a vizinha que está doente; extrair a casca de uma árvore medicinal para fazer tintura para alguém da comunidade; selecionar ervas para fazer lambedor para a companheira do grupo produtivo etc.

11 Trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividades cotidianas não remuneradas voltadas para o cuidado com animais e plantas de estimação de pessoas que não são da família e residem fora da unidade domiciliar. Exemplos: alimentar os animais de estimação de vizinhos que não são da família; limpar o local onde esses animais se alimentam, fazem suas necessidades fisiológicas ou dormem; dar banho nesses animais; levar esses animais ao *pet shop* ou à(ao) veterinária(o), incluindo tempo de espera; chamar a(o) veterinária(o) ou qualquer outra pessoa para resolver um problema específico do animal; brincar com o animal do amigo; adestrá-lo; levá-lo para passear etc.

11.1 Gestão do trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir os trabalhos demandando de outras pessoas as tarefas do cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas da família que não residem na unidade domiciliar. Exemplos: pedir para terceiros que alimentem os animais de estimação da filha que reside em outra casa; solicitar que limpem

o local onde os animais de estimação de sua filha comem, fazem suas necessidades fisiológicas ou dormem; mandar dar banho nos animais de estimação da filha que mora em outro local; solicitar que um terceiro leve ao *pet shop* ou à(o) veterinária(o), incluindo tempo de espera; pedir que um terceiro chame a(o) veterinária(o) ou qualquer outra pessoa para resolver um problema específico do animal de estimação de um parente que não reside na unidade domiciliar etc.

11.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar: solicitar que

alguém pegue água para a limpeza do local de dormida do cachorro de estimação da sua filha que mora em outra casa; solicitar que alguém dê banho no cachorro do irmão que mora em outra casa; pedir a um terceiro para coletar água para molhar as plantas ornamentais da nora que reside em outra unidade familiar etc.

11.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar: solicitar que alguém recolha e descarte as fezes do animal de estimação da filha que mora em outro local; mandar outra pessoa descartar os restos de poda das plantas ornamentais do quintal da irmã na composteira etc.

11.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar: mandar alguém coletar ervas na mata para medicar o cachorro da filha que mora na casa ao lado; demandar que

outra pessoa recolha folhas e galhos secos do sistema agroflorestal da propriedade, para serem utilizados como matéria orgânica para as plantas ornamentais do quintal da filha.

11.5 Manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar: coletar água para limpar caixas de areia utilizadas pelos gatos de estimação da filha que mora em outra residência; pegar água para a limpeza do local onde o cachorro de estimação do neto, que mora em outro local, faz suas necessidades fisiológicas; utilizar água da cacimba para dar banho no animal de estimação do irmão que mora em outra residência; repor

água do bebedouro do animal de estimação na casa do filho; molhar as plantas ornamentais do quintal da irmã etc.

11.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar: recolher e descartar as fezes do animal de estimação da irmã na casa da família dela; podar as folhas secas das plantas ornamentais no quintal da filha.

11.7 Manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos

de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes e animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que são da família e não residem na unidade domiciliar: coletar ervas na mata para medicar o cachorro da filha que mora na cidade; recolher folhas e galhos secos do sistema agroflorestal da propriedade para serem utilizados como matéria orgânica para as plantas ornamentais do quintal da irmã.

12 Trabalho voluntário

Atividade voluntária realizada a partir da doação do tempo de trabalho para outros. É baseada na vontade própria da mulher em realizar a atividade. Pode ser formal (*trainee* não pago, estagiária não remunerada, voluntária de ONG, voluntária independente) ou informal. Tem caráter de solidariedade e escolha das mulheres em doar o tempo por

diferentes motivações subjetivas, tais como: reconhecimento social, fé, ideologia, altruísmo, militância, educação, sentimento de pertencimento etc. Pode ser realizada em espaços privados e públicos, instituições, organizações, espaços coletivos, como igreja, associação, ONG, casa de repouso de idosas(os), presídio etc. Contempla atividades de diversas finalidades e muitas vezes necessárias para o desenvolvimento pessoal, desenvolvimento produtivo, desenvolvimento comunitário, construção de redes de integração e coesão social, envolvendo objetivos como: atividades de limpeza; organização de ambientes; prestação de serviços voluntários a uma escola ou hospital; orientação de manejo; técnicas produtivas; usos de plantas medicinais etc.

12.1 Trabalho voluntário de práticas religiosas

Atividade não remunerada direcionada para a realização de atividades de cunho religioso, espiritual, desenvolvidas para qualquer entidade religiosa. As atividades compreendem desde benzer alguém, em sua condição social de benzedeira, rezadeira etc., participar de celebrações, até assumir responsabilidades em atividades religiosas, como: organizar celebrações e festas comunitárias religiosas, assumir na instituição religiosa cargos de tesouraria, secretaria, conselho, sacristia etc.

12.1.1 Gestão do trabalho voluntário de práticas religiosas

Planejar, orientar, distribuir os trabalhos voluntários de práticas religiosas demandando de outras pessoas a execução das tarefas. Exemplos: pedir a terceiros que façam a cobrança das rifas vendidas para a realização da festa da igreja; pedir para terceiros que façam o planejamento das famílias que receberão a cerimônia de reza do terço em suas residências etc.

12.1.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho voluntário de práticas religiosas

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho voluntário de práticas religiosas, demandando de outras pessoas a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água no trabalho voluntário de práticas religiosas: solicitar que colem água para rituais/celebrações sagradas, como um batizado; mandar limpar riacho ou fonte de água sagrada, de valor espiritual e/ou religioso, para a comunidade.

12.1.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho voluntário de práticas religiosas

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho voluntário de práticas religiosas, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos;

organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/ minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho voluntário de práticas religiosas: solicitar que as crianças da comunidade ajudem na coleta dos resíduos sólidos gerados na festa religiosa; mandar terceiros separarem garrafas PET produzidas no encontro religioso para levá-las ao ponto de coleta da prefeitura.

12.1.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho voluntário de práticas religiosas

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho voluntário de práticas religiosas, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos

das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho voluntário de práticas religiosas: solicitar que outras pessoas coletem ervas para ritual sagrado na mata; mandar terceiros plantarem espécies vegetais de importância sagrada e religiosa na unidade familiar e/ou área comunitária; pedir às pessoas de outras comunidades que tragam sementes ou raízes utilizadas em rituais e celebrações religiosas.

12.1.5 Manejo da água no trabalho voluntário de práticas religiosas

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho voluntário de práticas religiosas. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água no trabalho voluntário de práticas religiosas: coletar e armazenar água para ritual sagrado; limpar riacho ou fonte de água sagrados, de valor espiritual e/ou religioso, para a comunidade.

12.1.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho voluntário de práticas religiosas

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho voluntário de práticas religiosas. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho voluntário de práticas religiosas: coletar os resíduos sólidos gerados na festa religiosa; separar garrafas PET produzidas no encontro religioso para levá-las ao ponto de coleta da prefeitura.

12.1.7 Manejo da biodiversidade no trabalho voluntário de práticas religiosas

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho voluntário de práticas religiosas. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou

econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho voluntário de práticas religiosas: coletar ervas para ritual sagrado na mata; plantar espécies vegetais de importância sagrada e religiosa na unidade familiar e/ou área comunitária; coletar e armazenar sementes ou raízes utilizadas em rituais e celebrações religiosas.

12.1.8 Trabalho doméstico realizado no trabalho voluntário de práticas religiosas

Atividades não remuneradas de serviços domésticos direcionadas para a participação em atividades desenvolvidas para qualquer entidade religiosa. As atividades compreendem tarefas domésticas realizadas em espaços que envolvem a participação em celebrações até a responsabilidade em atividades de liderança, na organização de celebrações e festas religiosas, nos cargos de tesouraria, secretaria, conselho, sacristia etc. Exemplos: cozinhar o jantar para servir depois da celebração religiosa; servir a refeição; lavar toalhas utilizadas em celebrações religiosas; limpar os espaços utilizados para práticas religiosas; varrer o espaço onde acontecem as celebrações; organizar objetos para a celebração religiosa etc.

12.1.9 Gestão do trabalho doméstico realizado no trabalho voluntário de práticas religiosas

Planejar, orientar, distribuir o trabalho doméstico demandando de outras pessoas as tarefas domésticas direcionadas para práticas religiosas. Exemplos: mandar um terceiro cozinhar o almoço que será

servido após a missa comemorativa (de propósito coletivo, por exemplo: missa em homenagem ao padroeiro do sítio); pedir para alguém servir refeição; pedir para um terceiro limpar os espaços onde acontecem as celebrações religiosas (ex.: Igreja, quadra, terreiro); solicitar a um terceiro que faça a ornamentação/decoração do espaço onde acontecerá a prática religiosa etc.

12.2 Trabalho voluntário em instituições sociais

Atividade não remunerada direcionada para a realização de atividades de cunho social, com caráter de solidariedade, desenvolvidas para qualquer instituição social, espaços privados e públicos, instituições, organizações, espaços coletivos, como associação, ONG, casa de repouso de idosos(os), presídio etc. Pode ser formal (*trainee* não pago, estagiária não remunerada, voluntária de ONG, voluntária independente) ou informal. Exemplos: atividades de limpeza, organização de ambientes, prestação de serviços voluntários a uma escola ou hospital; orientação de manejo, técnicas produtivas, usos de plantas medicinais etc.

12.2.1 Gestão do trabalho voluntário em instituições sociais

Planejar, orientar, distribuir os trabalhos voluntários em instituições sociais demandando de outras pessoas a execução das tarefas. Exemplos: pedir a terceiros que façam a cobrança das rifas vendidas para a viagem de capacitação das mulheres rurais do município; pedir para terceiros que façam o planejamento das famílias que irão construir fogões agroecológicos etc.

12.2.2 Gestão do trabalho com a água no trabalho voluntário em instituições sociais

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento

e à distribuição da água no trabalho voluntário em instituições sociais, demandando de outras pessoas a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água no trabalho voluntário em instituições sociais: solicitar que colem água para cursos de capacitação; mandar limpar riacho ou fonte de água e/ou nascentes em um projeto de reflorestamento de nascentes de uma ONG etc.

12.2.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho voluntário em instituições sociais

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho voluntário em instituições sociais, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET

como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos no trabalho voluntário em instituições sociais: solicitar que as crianças da comunidade ajudem na coleta dos resíduos sólidos gerados em curso de capacitação; mandar terceiros separarem garrafas PET produzidas no encontro de mulheres rurais para levá-las ao ponto de coleta da prefeitura etc.

12.2.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade no trabalho voluntário em instituições sociais

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho voluntário em instituições sociais, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o bom desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade no

trabalho voluntário em instituições sociais: solicitar que outras pessoas colem ervas para curso de capacitação em plantas medicinais; mandar terceiros plantarem espécies vegetais de importância medicinal na unidade familiar e/ou área comunitária; pedir às pessoas de outras comunidades que tragam sementes crioulas para serem trocadas em encontro realizado por uma ONG.

12.2.5 Manejo da água no trabalho voluntário em instituições sociais

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água no trabalho voluntário em instituições sociais. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água no trabalho voluntário em instituições sociais: coletar água para cursos de capacitação realizados por uma ONG; limpar riacho ou fonte de água e/ou nascentes em um projeto de reflorestamento de nascentes de uma ONG.

12.2.6 Manejo dos resíduos sólidos no trabalho voluntário em instituições sociais

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos no trabalho voluntário em instituições sociais. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos no trabalho voluntário em instituições sociais: coletar os resíduos sólidos gerados em curso de capacitação; separar garrafas PET produzidas no encontro das mulheres rurais realizado por uma ONG para levá-las ao ponto de coleta da prefeitura.

12.2.7 Manejo da biodiversidade no trabalho voluntário em instituições sociais

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade no trabalho voluntário em instituições sociais. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o bom desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste,

poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade no trabalho voluntário em instituições sociais: coletar ervas para curso de capacitação em plantas medicinais na mata; plantar espécies vegetais de importância medicinal na unidade familiar e/ou área comunitária em oficina realizada por uma ONG; coletar e armazenar sementes crioulas para serem trocadas em evento realizado pela ONG.

12.2.8 Trabalho doméstico realizado no trabalho voluntário em instituições sociais

Atividades não remuneradas de serviços domésticos direcionadas à participação em atividades desenvolvidas para a instituição social. As atividades compreendem tarefas domésticas realizadas em espaços que envolvem a participação e/ou responsabilidade em atividades de liderança. Exemplos: cozinhar o jantar para servir depois do encontro de mulheres rurais realizado pela ONG; servir a refeição; lavar toalhas utilizadas em cursos e capacitações; limpar os espaços utilizados para as reuniões etc.

12.2.9 Gestão do trabalho doméstico realizado no trabalho voluntário em instituições sociais

Planejar, orientar, distribuir o trabalho doméstico demandando de outras pessoas as tarefas domésticas realizadas em/para instituições

sociais. Exemplos: mandar um terceiro cozinhar o almoço que será servido após encontro de mulheres rurais promovido por uma ONG; pedir para alguém servir refeição; pedir para um terceiro limpar os espaços onde acontecem as reuniões; solicitar a um terceiro que faça a ornamentação/decoração do espaço onde acontecerá a confraternização das extensionistas de uma ONG feminista etc.

13 Atividades de aprendizado e educação

Atividades realizadas com a finalidade de capacitação/formação/construção e transmissão de conhecimentos em qualquer área e nível do conhecimento, seja dentro do sistema educacional (ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, pós-graduação, técnico, EJA), no âmbito da educação informal (cursos/oficinas promovidos pelas ONGs/associações/cooperativas para a produção e beneficiamento na agricultura familiar, artesanato etc.), bem como atividades culturais e educativas da comunidade, voltadas à valorização/construção/transmissão/trocas de conhecimentos tradicionais arraigados ao modo de vida (roda de conversa dos jovens com os mais velhos sobre as práticas quilombolas de cultivo e uso das plantas medicinais; momento de aprendizado das filhas com a mãe sobre práticas agroextrativistas tradicionais atreladas àquele modo de vida).

13.1 Gestão das atividades de aprendizado e educação

Planejar, orientar, distribuir as atividades com a finalidade de capacitação/formação/construção e transmissão de conhecimentos em qualquer área e nível do conhecimento para benefício direto ou indireto da mulher que demanda, bem como solicitar ajuda na realização de tarefas decorrentes das atividades de aprendizado e educação. Exemplos: mandar a(o) filha(o) fazer a tarefa de casa do curso que a mãe

está participando; enviar a(o) filha(o) para representá-la e participar das oficinas para construção de cisternas etc.

13.2 Gestão do trabalho com a água em atividades de aprendizado e educação

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água com a finalidade de capacitação/formação/construção e transmissão de conhecimentos em qualquer área e nível do conhecimento para benefício direto ou indireto da mulher que demanda, bem como solicitar ajuda na realização de tarefas decorrentes das atividades de aprendizado e educação. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água em atividades de aprendizado e educação: solicitar a terceiros a coleta e armazenamento de água que será utilizada na realização de capacitação para construção de cisterna de armazenamento de água na comunidade; mandar a filha participar de um curso sobre sistemas de reuso de água etc.

13.3 Gestão do trabalho com os resíduos sólidos nas atividades de aprendizado e educação

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos com a finalidade de capacitação/formação/construção e transmissão de conhecimentos em qualquer área e nível do conhecimento para benefício direto ou indireto da mulher que demanda, bem como solicitar ajuda na realização de tarefas decorrentes das atividades de aprendizado e educação. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos nas atividades de aprendizado e educação: solicitar a terceiros que coletem os resíduos sólidos que serão utilizados em oficina de capacitação de reciclagem; mandar a filha participar de um curso sobre manejo de lixo orgânico e compostagem.

13.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades de aprendizado e educação

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade em atividades de aprendizado e educação, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade, com a finalidade de capacitação/formação/construção e transmissão de conhecimentos em qualquer área e nível do conhecimento para benefício direto ou indireto da mulher que demanda. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de

ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade em atividades de aprendizado e educação: pedir para alguém coletar frutos, folhas e galhos de leguminosas que serão utilizados em oficina de capacitação sobre manejo de matéria orgânica em sistemas agroflorestais; mandar a filha participar de um curso sobre manejo sustentável da biodiversidade, conservação da natureza e/ou agroecologia etc.

13.5 Manejo da água nas atividades de aprendizado e educação

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água em atividades de aprendizado e educação, com a finalidade de capacitação/formação/construção e transmissão de conhecimentos em qualquer área e nível do conhecimento para benefício direto ou indireto da mulher.

Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água em atividades de aprendizado e educação: realizar a coleta e armazenamento de água que será utilizada na realização de capacitação para construção de cisterna de armazenamento de água na comunidade; participar de um curso sobre sistemas de reuso de água.

13.6 Manejo dos resíduos sólidos nas atividades de aprendizado e educação

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos em atividades de aprendizado e educação, com a finalidade de capacitação/formação/construção e transmissão de conhecimentos em qualquer área e nível do conhecimento para benefício direto ou indireto da mulher. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos em atividades de aprendizado e educação:

realizar a coleta dos resíduos sólidos que serão utilizados em oficina de capacitação de reciclagem; participar de um curso sobre manejo de lixo orgânico e compostagem.

13.7 Manejo da biodiversidade nas atividades de aprendizado e educação

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade em atividades de aprendizado e educação, com a finalidade de capacitação/formação/construção e transmissão de conhecimentos em qualquer área e nível do conhecimento para benefício direto ou indireto da mulher. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade em atividades de aprendizado e educação: coletar frutos, folhas e galhos de leguminosas que serão utilizados em oficina de capacitação sobre manejo de matéria

orgânica em sistemas agroflorestais; participar de um curso sobre manejo sustentável da biodiversidade, conservação da natureza e/ou agroecologia etc.

13.8 Trabalho doméstico realizado nas atividades de aprendizado e educação

Atividades não remuneradas de serviços domésticos realizadas nas atividades de aprendizado e educação, com a finalidade de capacitação/formação/construção e transmissão de conhecimentos em qualquer área e nível do conhecimento para benefício direto ou indireto da mulher. As atividades compreendem tarefas domésticas realizadas em espaços de aprendizado, como: espaços reservados para capacitação/formação/construção e transmissão de conhecimentos, seja dentro do sistema educacional ou no âmbito da educação informal, bem como atividades culturais e educativas da comunidade voltadas à valorização/construção/transmissão/trocas de conhecimentos tradicionais. Exemplos: cozinhar o jantar que será servido no curso de capacitação em sistemas agroflorestais e manejo da biodiversidade; limpar os espaços onde acontecem as atividades de aprendizado (ex.: associação ou ONG); realizar a ornamentação/decoração do espaço onde acontecerá o evento.

13.9 Gestão do trabalho doméstico realizado nas atividades de aprendizado e educação

Planejar, orientar, distribuir o trabalho doméstico destinado às atividades de aprendizado e educação, demandando a outras pessoas essas tarefas. Exemplos: mandar alguém cozinhar o almoço que será servido no curso de capacitação em sistemas agroflorestais e fazer manejo da biodiversidade que a mulher está participando.

14 Atividades de socialização e comunicação

Presença em eventos e/ou espaços que proporcionam a socialização, encontros, compartilhamento de emoções, solidariedade etc. A presença nesses espaços configura uma obrigação social comunitária no meio rural. Exemplos: estar presente em aniversário, evento na escola, casamento, velório, batizado, formatura, missa com motivação particular (missa de aniversário, missa de batizado, missa de 7º dia); apresentar a propriedade familiar para visitas como parte de um protocolo social etc. Consideramos, ainda, nesta classificação, a doação de alimentos ou outro recurso produtivo como forma de estreitar laços de solidariedade muito presente no meio rural, por exemplo: a doação de um mamão para o rapaz da internet.

14.1 Gestão das atividades de socialização e comunicação

Planejar, orientar, distribuir as atividades de socialização e comunicação, demandando de outras pessoas a execução das tarefas. Exemplos: mandar a(o) filha(o)/companheira(o) para representá-la em um evento social (casamento, batizado, aniversário etc.) por não poder ou não querer ir etc.

14.2 Gestão do trabalho com a água nas atividades de socialização e comunicação

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água em atividades de socialização e comunicação, demandando de outras pessoas a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado

com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água em atividades de socialização e comunicação: solicitar a terceiros a coleta e o armazenamento da água que será utilizada durante festa comunitária; organizar, para um velório na comunidade, os bebedouros de água para receber pessoas etc.

14.3 Gestão do trabalho com os resíduos sólidos nas atividades de socialização e comunicação

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos nas atividades de socialização e comunicação, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos nas atividades de socialização e comunicação: quando a mulher solicita a terceiros que colem o lixo produzido durante a

festa de aniversário; quando pede a alguém que separe os restos de comida gerados no evento social para alimentar os animais.

14.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades de socialização e comunicação

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade em atividades de socialização e comunicação, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade em atividades de socialização e comunicação: pedir para alguém coletar frutas para degustação durante evento social no sítio; mandar coletar flores para decorar a festa de aniversário; pedir para alguém pescar para

servir peixes locais em evento comunitário; pedir para o filho separar frutas da época para presentear visitantes.

14.5 Manejo da água nas atividades de socialização e comunicação

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água em atividades de socialização e comunicação. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água em atividades de socialização e comunicação: coletar lixos deixados no riacho durante evento social; coletar e armazenar água que será utilizada durante festa comunitária; ligar a bomba de água para abastecer o local onde acontece o aniversário etc.

14.6 Manejo dos resíduos sólidos nas atividades de socialização e comunicação

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos em atividades de socialização e

comunicação. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos em atividades de socialização e comunicação: coletar o lixo produzido durante a festa de aniversário ou durante um evento familiar; separar os restos de comida gerados no evento social para alimentar os animais.

14.7 Manejo da biodiversidade nas atividades de socialização e comunicação

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade em atividades de socialização e comunicação. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de

produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade em atividades de socialização e comunicação: coletar frutas nativas para serem servidas e degustadas durante evento no sítio; pescar para abastecer a festa comunitária; coletar flores para decoração do aniversário; colher frutas para presentear convidados do evento social.

14.8 Trabalho doméstico realizado nas atividades de socialização e comunicação

Atividades não remuneradas de serviços domésticos realizadas nas atividades de socialização e comunicação. As atividades compreendem tarefas domésticas realizadas em espaços de socialização e comunicação, como: aniversário, evento na escola, casamento, velório, batizado etc. Exemplos: cozinhar o jantar que será servido após a missa de 7º dia de falecimento de um parente; fazer o bolo para a festa do dia das mães que será celebrado na associação de moradores; servir o lanche da festa do dia das crianças; limpar os espaços onde acontecem as atividades de socialização e comunicação (ex.: Igreja, quadra, terreiro); realizar a ornamentação/decoração do espaço onde acontecerá o evento.

14.9 Gestão do trabalho doméstico realizado nas atividades de socialização e comunicação

Planejar, orientar, distribuir o trabalho doméstico destinado às atividades de socialização e comunicação, demandando a outras pessoas essas tarefas. Exemplos: mandar alguém cozinhar o almoço que será servido após a missa comemorativa; pedir para terceiros servirem o lanche da festa do dia das crianças; pedir para terceiros limparem os espaços onde acontecem as atividades de socialização e comunicação

(ex.: Igreja, quadra, terreiro); solicitar que alguém faça a ornamentação/decoração do espaço onde acontecerá o evento etc.

15 Atividades de lazer

Realização de atividades não obrigatórias que proporcionam prazer e relaxamento. Essas atividades podem ser realizadas em casa ou fora do ambiente familiar, com ou sem companhia. Exemplos: ir a eventos culturais; assistir à TV; ouvir música; prática esportiva (com finalidade de lazer e não por recomendação médica); conversar; usar redes sociais; fumar; tomar café com a vizinha; beber (bebida alcoólica) etc.

15.1 Gestão das atividades de lazer

Planejar, orientar, distribuir as atividades de lazer, demandando de outras pessoas a execução das tarefas. Exemplos: pedir a terceiro que coloque cerveja para gelar a fim de ela beber; pedir para terceiro aumentar o som do rádio para ela ouvir.

15.2 Gestão do trabalho com a água nas atividades de lazer

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água em atividades de lazer, demandando de outras pessoas a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico;

destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água em atividades de lazer: solicitar que limpem o açude ou piscina para atividades de recreação; pedir a terceiros que coloquem água limpa para fazer gelo a fim de que ela a utilize em bebidas etc.

15.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos nas atividades de lazer

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos nas atividades de lazer, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos em atividades de lazer: pedir para alguém recolher as latinhas de cerveja geradas no encontro com as amigas; pedir para alguém separar restos de comida do churrasco realizado para lazer/divertimento.

15.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades de lazer

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade em atividades de lazer, demandando de outras pessoas a execução do

manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade em atividades de lazer: mandar coletar frutas nativas (ou seja, que não fazem parte da produção/manejo familiar) para degustação durante passeio com a família no sítio de amigos; mandar organizar os materiais para a pescaria com a família para lazer/relaxar/apreciar os sabores das espécies locais.

15.5 Manejo da água nas atividades de lazer

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água em atividades de lazer. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água

por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água em atividades de lazer: limpar o açude ou piscina para atividades de recreação; colocar água limpa para fazer gelo a fim de utilizá-la em bebidas consumidas em momentos de relaxamento e/ou diversão; coletar lixo do riacho durante passeio de relaxamento na natureza; armazenar água para levar no passeio.

15.6 Manejo dos resíduos sólidos nas atividades de lazer

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos em atividades de lazer. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos em atividades de lazer: coletar e descartar o lixo produzido durante um passeio; recolher as latinhas de cerveja geradas no encontro com as amigas; separar restos de comida do churrasco realizado para lazer/divertimento.

15.7 Manejo da biodiversidade nas atividades de lazer

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade em atividades de lazer. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade em atividades de lazer: coletar frutas nativas para degustação durante passeio com amigas; trocar sementes de valor afetivo ao visitar amigos; pescar com a família para divertimento/relaxamento/apreciação dos sabores das espécies locais; realizar caça esportiva para divertimento.

16 Atividades de autocuidado

Atividades realizadas pela mulher em benefício de si mesma, desde atividades regulares de higiene pessoal e necessidades fisiológicas, até

atividades voltadas para a estética, tratamentos de saúde física e/ou psicológica. Exemplos: realização de tratamentos naturais e/ou caseiros de saúde; ida a consultas e exames; práticas esportivas voltadas à saúde (indicação médica) e/ou à estética; tratamentos de beleza; higiene pessoal; alimentar-se; dormir; descansar, rezar, ir ao banheiro etc.

16.1 Gestão das atividades de autocuidado

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir os trabalhos de autocuidado, demandando de outras pessoas a realização de tarefas de cuidado com ela própria. Exemplos: quando a mulher solicita que alguém passe tintura no cabelo dela; quando pede para a filha fazer a unha dela; quando pede para a irmã fazer um chá medicinal para ela a fim de amenizar algum mal-estar; quando a mulher pede ajuda para aplicar um medicamento nela etc.

16.2 Gestão do trabalho com a água nas atividades de autocuidado

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água em atividades de autocuidado, demandando de outras pessoas a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar

distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água em atividades de autocuidado: quando a mulher pede para outra pessoa coletar água para ela tomar banho ou para ela lavar o cabelo após a utilização de tintura; quando a mulher solicita que alguém prepare a água de banho com ervas para tratamento de saúde dela ou para ela fazer uma compressa etc.

16.3 Gestão do trabalho com os resíduos sólidos nas atividades de autocuidado

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos nas atividades de autocuidado, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos em atividades de autocuidado: solicitar que alguém descarte recipientes de remédios e de produtos de beleza utilizados por ela mesma; solicitar que descartem resíduos do chá feito para ela mesma na composteira.

16.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades de autocuidado

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade em atividades de autocuidado, demandando de outras pessoas a

execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade em atividades de autocuidado: mandar coletar cascas de árvores nativas (ou seja, que não fazem parte da produção/manejo familiar) para uso medicinal pela própria mulher; pedir para o filho coletar plantas medicinais do quintal para fazer um chá para ela mesma; pedir para a vizinha coletar uma fruta específica para melhorar o seu sistema digestivo etc.

16.5 Manejo da água em atividades de autocuidado

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água em atividades de autocuidado. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em

seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água em atividades de autocuidado: esquentar água para o seu próprio banho; colocar água para fazer um chá para si, utilizar água para fazer compressa em suas pernas; filtrar água para ela mesma beber etc.

16.6 Manejo dos resíduos sólidos em atividades de autocuidado

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos em atividades de autocuidado. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos em atividades autocuidado: separar recipientes de remédios e de produtos de beleza utilizados por ela mesma para queimá-los no local adequado; utilizar os resíduos do chá feito para ela mesma na composteira.

16.7 Manejo da biodiversidade nas atividades de autocuidado

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade em atividades de autocuidado. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade em atividades de autocuidado: mandar coletar cascas de árvores nativas (ou seja, que não fazem parte da produção/manejo familiar) para uso medicinal pela própria mulher; pedir para o filho coletar plantas medicinais do quintal para fazer um chá para ela mesma; coletar uma fruta específica para melhorar o seu sistema digestivo etc.

17 Atividades destinadas à procura de emprego/trabalho

Atividades realizadas com o objetivo de encontrar um emprego ou trabalho remunerado em suas diferentes configurações: formal ou

informal, de tempo integral/parcial/por diária e/ou trabalho por safra ou estação. Inclui também atividades realizadas para se criar e/ou viabilizar um novo trabalho ou atividade produtiva para o mercado, como o início de um novo negócio, um empreendimento, iniciar uma nova exploração agrícola voltada ao mercado. Exemplos: fazer currículo; entregar currículo; entrevista de emprego; conversas e articulações para conseguir um trabalho; solicitar licença ambiental, sanitária, outorga de água para o funcionamento da unidade de beneficiamento; negociar crédito para produção no banco, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); elaborar projetos para venda da produção no mercado institucional; elaborar projetos para angariar doação ou financiamento para desenvolver um empreendimento; comprar máquinas e/ou equipamentos para uma nova unidade de beneficiamento; implementar uma nova linha de produção na unidade de beneficiamento.

17.1 Gestão das atividades realizadas para a procura de emprego/trabalho

Planejar, orientar, distribuir as atividades com a finalidade de procurar emprego/trabalho, demandando de outras pessoas a execução das tarefas. Exemplo: pedir para a(o) filha(o) digitar o seu currículo; pedir para um terceiro entregar os seus currículos na cidade; pedir para o marido tirar xérox dos documentos necessários para dar entrada na solicitação de licença ambiental etc.

18 Atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

Atividades realizadas com o objetivo de participação política e/ou acesso às políticas públicas. A política aqui é percebida no âmbito de diferentes tipos de participação: no diálogo entre a sociedade civil e o

Estado (*polity*); na obtenção de cargos políticos e no debate partidário (*politics*); e no acesso aos programas e políticas públicas (*policies*) (MULLER; SUREL, 2004). Nesse sentido, o trabalho das mulheres rurais se expressa no acesso às políticas públicas ou benefícios de programas sociais governamentais em âmbito individual, familiar ou comunitário; na participação democrática e militância em ONGs e movimentos sociais; e, no alcance político pela via partidária, na associação aos partidos políticos etc. Contempla atividades de diversas finalidades e muitas vezes necessárias para o desenvolvimento pessoal, produtivo, comunitário, construção de redes de integração e coesão social, envolvendo objetivos como: atividades de limpeza, organização de ambientes, orientação de manejo, técnicas produtivas, usos de plantas medicinais etc. Este item se diferencia do item 12 Trabalho voluntário, uma vez que está voltado aos processos necessários ao acesso (e negociação) às políticas públicas e alcance político, partidário ou não, com interesses individuais e coletivos. Nesse sentido, é importante tomar conhecimento da finalidade da atividade para então classificá-la. Exemplos de atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas: receber a agente de saúde em casa para atualização do cadastro no SUS; fazer a ata da reunião da associação de moradores; organizar documentação para fazer o cadastramento no Cadastro Único; participar de reuniões, oficinas e capacitações em ONGs e organizações da sociedade civil; submeter e/ou se articular aos projetos e programas governamentais e/ou não governamentais, com a finalidade de acessar políticas públicas etc.

18.1 Gestão das atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir as atividades de participação política e/ou acesso às políticas públicas, demandando de outras pessoas a sua realização. Exemplos: solicitar que alguém faça a ata da reunião; organizar pessoas para relatoria da reunião; solicitar que outras pessoas

mobilizem mulheres de outra comunidade para participarem de mutirão ou ação política; pedir à filha que participe e a represente na reunião do grupo de mulheres; pedir ao marido para tirar xérox dos documentos dela a fim de ela atualizar seu cadastro no programa social etc.

18.2 Gestão do trabalho com a água nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da água nas atividades de participação política e/ou acesso às políticas públicas, demandando de outras pessoas a execução da tarefa. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de gestão do trabalho com a água nas atividades de participação política e/ou acesso às políticas públicas: solicitar que busquem água para ser servida durante a reunião do sindicato; mandar as amigas mobilizarem pessoas de outra comunidade para realização de mutirão de limpeza do riacho; pedir para o filho participar de reunião comunitária voltada à discussão da gestão da água na comunidade etc.

18.3 Gestão do trabalho com resíduos sólidos nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

Planejar, orientar ou distribuir atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas, demandando de outras pessoas a execução desse trabalho. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de gestão do trabalho com resíduos sólidos nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas: pedir para outras pessoas recolherem o lixo gerado na reunião da associação de moradores; solicitar a terceiros que destinem os restos de poda gerados na oficina como adubo do sistema produtivo familiar; mandar a filha participar de reunião da associação para definir como será a gestão de resíduos sólidos na comunidade.

18.4 Gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

Planejar, orientar, atribuir ou distribuir o trabalho com a biodiversidade no trabalho voluntário de participação política, demandando de outras pessoas a execução do manejo da biodiversidade. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre

ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de gestão do trabalho com a biodiversidade nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas: solicitar a terceiros a realização de podas ou capinação de uma área que será utilizada para realização de um intercâmbio de trocas de experiências de produção entre associações; orientar um grupo a replantar mudas na nascente durante um mutirão comunitário de reflorestamento; mandar o marido participar de uma oficina da Rede de Agroecologia ou associação onde se desenvolvam técnicas de manejo de sistemas produtivos, sistemas agroflorestais, técnicas de produção agroecológica, técnicas de replantio e produção de mudas; mandar filha participar de capacitações práticas promovidas pela associação onde se desenvolvam instrumentos de gestão sustentável do território, protocolos comunitários, zoneamento ecológico do território etc.

18.5 Manejo da água nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

Atividades relacionadas ao manejo, à conservação, ao reuso, ao tratamento, à captação, ao armazenamento e à distribuição da

água nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas. Manejo, conservação, reuso, tratamento, captação, armazenamento e distribuição da água incluem utilizá-la em seus múltiplos usos de acordo com sua qualidade; conservar a água por meio do reflorestamento e cuidado com uma área de nascente; realizar mutirão de limpeza de um riacho; coletar e carregar água; limpar recipientes de armazenamento, como potes, caixas d'água e cisternas; fazer tratamento de água por meio do uso de cloro, fervura, coação etc.; fazer reuso da água diretamente na produção ou uso doméstico; destinar a água para um sistema de tratamento e reuso (ex.: biofiltro); destinar a água para sistema de tratamento (ex.: fossa séptica); realizar distribuição de água por meio de bombas elétricas ou manuais; fazer limpeza de sistemas de captação de água, como calhas e calçada da cisterna; fazer manutenção dos objetos/tecnologias de armazenamento de água, como potes, cisternas e caixas d'água. Exemplos de manejo da água nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas: coletar água e organizá-la no pote adequado para as pessoas beberem-na durante a reunião; buscar água para ser utilizada na capacitação para a construção de cisterna de armazenamento de água na comunidade; mobilizar pessoas para a realização de mutirão de limpeza do riacho; participar ou liderar oficina/reunião onde se trabalhe diretamente o manejo da água e/ou se definam os rumos desse manejo por meio de uma construção/definição coletiva.

18.6 Manejo dos resíduos sólidos nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

Atividades relacionadas à coleta, à separação, à destinação e ao manejo dos resíduos sólidos nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas. Coleta, separação, destinação e manejo dos resíduos sólidos incluem separar lixo orgânico, lixo reciclável e rejeitos; organizar o lixo; coletar lixo do sítio; fazer manejo de composteira/minhocário; realizar a destinação do lixo, como: levá-lo

para ponto de coleta, levá-lo para reciclagem, queimá-lo na própria propriedade, reciclar lixo orgânico na composteira, no minhocário ou no pé das plantas, reutilizar lixo em artesanatos e em tecnologias sociais (ex.: garrafa PET como irrigação por gotejamento). Exemplos de manejo dos resíduos sólidos nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas: recolher e descartar o lixo produzido durante a reunião do sindicato; destinar os restos de poda gerados na oficina como adubo do sistema produtivo familiar; participar ou liderar oficina/reunião onde se trabalhe diretamente o manejo dos resíduos sólidos e/ou se definam os rumos desse manejo por meio de uma construção/definição coletiva; organizar e coordenar ação da associação voltada ao aprendizado e à construção de tecnologias para resíduos sólidos, como biodigestor, composteira etc.

18.7 Manejo da biodiversidade nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

Atividades relacionadas ao manejo da biodiversidade nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas. O manejo da biodiversidade abarca o manejo da variabilidade de organismos vivos de todas as origens: manejo de ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos; manejo de ecossistemas e agroecossistemas; e/ou manejo da diversidade dentro de espécies, entre espécies e entre ecossistemas. Nesses diversos níveis, envolve práticas de coleta seletiva de plantas agrícolas, medicinais, florestais, frutos, cascas, sementes e raízes; ações para o desenvolvimento de animais, de plantas agrícolas, frutíferas, medicinais, florestais; reprodução e/ou plantio de mudas de espécies nativas ou exóticas, agrícolas, medicinais, florestais; seleção e armazenamento de sementes de plantas; práticas de reflorestamento, replantio, desbaste, poda, coivara, pousio de sistemas florestais, agroflorestais, sistemas produtivos em geral; práticas de reprodução de animais de interesse social, ambiental, medicinal ou econômico; seleção de sementes animais; práticas de pesca e caça de animais nativos e/

ou exóticos; práticas de zoneamento do território determinando diferentes usos, ou a partir do conhecimento tradicional definir os diferentes usos das áreas (local de produção, conservação da mata, área de pesca, área de uso comum); práticas de controle de espécies invasoras; ações de diversificação do sistema produtivo inserindo outras espécies e variedades. Exemplos de manejo da biodiversidade nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas: realizar podas ou capinação de uma área de mata que será utilizada para realização de um intercâmbio de trocas de experiências de produção entre associações; replantar mudas na nascente durante um mutirão de reflorestamento da comunidade; participar ou liderar oficina/reunião onde se trabalhe diretamente o manejo da biodiversidade e/ou se defina os rumos desse manejo por meio de uma construção/definição coletiva; organizar oficinas promovidas pela associação onde se desenvolvam instrumentos de gestão sustentável do território, protocolos comunitários, zoneamento ecológico do território etc.

18.8 Trabalho doméstico realizado nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

Atividades não remuneradas de serviços domésticos direcionadas às atividades de participação política comunitária, municipal, estadual ou nacional ou atividades voltadas ao acesso às políticas públicas. As atividades compreendem tarefas domésticas realizadas em espaços como domicílios, associações comunitárias, conselhos municipais, sindicatos, grupos produtivos, redes etc. Exemplos: organizar a sua casa e/ou a casa das vizinhas para receber as pessoas que vêm se hospedar na comunidade para participar de atividade política; cozinhar para os participantes da reunião/oficina/mutirão; servir refeição aos participantes da ação promovida pela associação; limpar os espaços utilizados para participação política; lavar louça durante a realização da atividade política; varrer; organizar objetos; fazer a ornamentação/

decoreção do espaço; servir café para a assistente social que esteve na casa da mulher para atualizar os dados de acesso ao Cadastro Único etc.

18.9 Gestão do trabalho doméstico realizado nas atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

Atividades não remuneradas de serviços domésticos direcionadas às atividades de participação política comunitária, municipal, estadual ou nacional ou atividades voltadas ao acesso às políticas públicas. Exemplos: mandar um terceiro cozinhar o almoço que será servido após a reunião da associação; pedir para alguém servir refeição no intervalo da reunião; solicitar que um terceiro limpe os espaços utilizados para participação política (ex.: sede do sindicato, sede do grupo produtivo de mulheres); solicitar a outra pessoa que faça a ornamentação/decoreção do espaço onde acontecerá a atividade política; pedir para a filha servir café para a assistente social que esteve na casa da mulher a fim de atualizar os dados de acesso ao Cadastro Único etc.

19 Cuidado com os bens comuns

Atividades relacionadas ao cuidado com os bens comuns realizadas a partir de motivações culturais, espirituais/religiosas, políticas, afetivas, para a reprodução da vida, conservação de um modo de vida, sustentabilidade, preocupação com futuras gerações, sobrevivência etc., tendo como finalidades: ampliar o acesso, o compartilhamento de forma sustentável, a conservação e a recuperação de recursos naturais. Consideramos bens comuns os recursos naturais geridos pelos seres humanos e que são de uso coletivo, sejam recursos naturais de domínio público ou privado. Ressaltamos que nessa categoria buscamos captar o tempo que as mulheres se dedicam a uma gestão positiva (no sentido de conversação e sustentabilidade) dos bens comuns de uso coletivo,

entendida aqui como uma forma de cuidado com a natureza. Exemplos: realizar ações políticas para o acesso livre a recursos naturais de interesse de uma população extrativista; realizar práticas de manejo e uso dos recursos naturais que favoreçam seu desenvolvimento e conservação; realizar práticas de manejo dos recursos naturais relacionadas aos conhecimentos e modos de vidas de povos e comunidades tradicionais; realizar enfrentamentos aos sistemas de destruição dos recursos naturais, como denunciar desmatamento; realizar mutirão de limpeza de riacho; conservação de nascente; reprodução de espécies nativas em área de uso comum, recuperação de matas ciliares em área de uso comum.

19.1 Gestão do trabalho de cuidado com os bens comuns

Planejar, orientar ou atribuir atividades relacionadas ao cuidado com os bens comuns, demandando de outras pessoas a sua execução, realizadas a partir de motivações culturais, espirituais/religiosas, políticas, afetivas, para a reprodução da vida, conservação de um modo de vida, sustentabilidade, preocupação com futuras gerações, sobrevivência etc., tendo como finalidades: ampliar o acesso, o compartilhamento de forma sustentável, a conservação e a recuperação de recursos naturais, demandando de outras pessoas essa tarefa. Consideramos bens comuns os recursos naturais geridos pelos seres humanos e que são de uso coletivo, sejam recursos naturais de domínio público ou privado. Ressaltamos que nesta categoria buscamos analisar o tempo que as mulheres se dedicam para uma gestão positiva dos bens comuns, entendida aqui como uma forma de cuidado com a natureza. Exemplos: realizar ações políticas para o acesso livre a recursos naturais de interesse de uma população extrativista; realizar práticas de manejo e uso dos recursos naturais que favoreçam seu desenvolvimento e conservação; realizar práticas de manejo dos recursos naturais relacionadas aos conhecimentos e modos de vidas de povos e comunidades tradicionais; realizar enfrentamentos aos sistemas de destruição dos recursos naturais, como denunciar desmatamento; realizar mutirão de limpeza

de riacho; conservação de nascente; reprodução de espécies nativas e/ou recuperação de matas ciliares. Exemplos de gestão do trabalho de cuidado com os bens comuns: organizar com outras pessoas mutirão para limpeza do riacho; distribuir tarefas no replantio etc.

20 Deslocamento

Deslocamento (ir e vir) para a realização de atividades fora da propriedade rural, ou seja, quando a mulher precisa sair de sua propriedade para ir a outra localidade na comunidade, na zona urbana ou em outro município para realizar qualquer tipo de trabalho ou atividade (atividade produtiva, reprodutiva, voluntária, para aprendizado, autocuidado, lazer). Inclui tempo de deslocamento para outras localidades fora da propriedade, seja por meio de veículo ou a pé, como tempo de deslocamento para visitar vizinha, tempo de deslocamento para coletar água em fonte fora da propriedade dela, tempo de deslocamento para ir à cidade pagar conta, tempo de deslocamento para ir até a associação, tempo de deslocamento até a escola/faculdade, entre outros. De acordo com o objetivo do deslocamento, utilizar as seguintes classificações:

20.1 Deslocamento para realização do trabalho remunerado destinado ao mercado

20.2 Deslocamento para realização do trabalho não remunerado destinado ao mercado

20.3 Deslocamento para realização do trabalho destinado ao autoconsumo familiar

20.4 Deslocamento para realização de trabalho doméstico destinado aos membros da unidade domiciliar

20.5 Deslocamento para realização de trabalho doméstico destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

20.6 Deslocamento para realização do trabalho doméstico para pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

20.7 Deslocamento para realização de trabalho de cuidado destinado aos membros da unidade domiciliar

20.8 Deslocamento para realização de trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação dos membros da unidade domiciliar

20.9 Deslocamento para realização de trabalho de cuidado destinado aos membros da família que não residem na unidade domiciliar

20.10 Deslocamento para realização de trabalho de cuidado destinado às pessoas que não são da família e não residem na unidade domiciliar

20.11 Deslocamento para realização de trabalho de cuidado destinado aos animais e às plantas de estimação de pessoas que não residem na unidade domiciliar

20.12 Deslocamento para realização de trabalho voluntário (de participação política ou religiosa)

20.13 Deslocamento para realização de atividades de aprendizado e educação

20.14 Deslocamento para realização de atividades de socialização e comunicação

20.15 Deslocamento para realização de atividades de lazer

20.16 Deslocamento para realização de atividades de autocuidado

20.17 Deslocamento para a busca de emprego/trabalho

20.18 Deslocamento para realização de atividades destinadas à participação política e/ou acesso às políticas públicas

20.19 Deslocamento para cuidado com os bens comuns

Referências

AGUIAR, Neuma. Múltiplas temporalidades de referência: trabalho doméstico e trabalho remunerado em uma plantação canavieira. **Revista Gênero**, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (Nuteg) da Universidade Federal Fluminense, v. 1, n. 2, 1. sem., 2001.

AGUIAR, Neuma. Metodologia para o levantamento do uso do tempo na vida cotidiana no Brasil. MELO, Hildete Pereira de. (Org.) Dossiê A perspectiva feminista e os trabalhos sobre “Usos do Tempo”, Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 64-82, junho 2010.

CAVALCANTI, Lara G. de. A.; PAULO, Maira Andrade; HANY, Fatmato E. S. A pesquisa piloto de uso do tempo do IBGE 2009/2010. Texto apresentado no Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Anais... Florianópolis, SC, 23 a 26 de agosto de 2010.

NACIONES UNIDAS. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). **Clasificación de Actividades de Uso del Tiempo para América Latina y el Caribe (CAUTAL)**. México: Instituto Nacional de Estadística y Geografía. Editorial: CEPAL, mayo 2016. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39624/S1600508_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. A análise das políticas públicas. 2.ed. Pelotas: EDUCAT, 2004. 156 p.

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **International Classification of Activities for Time Use Statistics 2016 (ICATUS 2016)**. February 2017. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/demographic-social/time-use/icatus-2016/>

Apresentação das autoras e autores

Cassio M. Turra

Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Demografia pelo Cedeplar/UFMG e doutor em Demografia pela University of Pennsylvania (2004). Foi pesquisador associado no *Office of Population Research, Princeton University* (2004-2006). Atualmente, é Professor Associado do Departamento de Demografia, Cedeplar/UFMG onde leciona cursos e conduz pesquisas sobre demografia econômica, métodos demográficos, mortalidade e saúde adulta. Turra é bolsista de produtividade do CNPq e tem dezenas de trabalhos publicados em periódicos, livros e anais de congressos nacionais e internacionais. É membro de associações científicas na área de estudos populacionais no Brasil e no mundo (Abep, Alap, PAA e IUSSP). Assim que se formou em economia, Turra trabalhou no Bank Boston e na Procter & Gamble. Recentemente, durante sua trajetória acadêmica, foi Diretor do Cedeplar, UFMG (2014-2016), Presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (2012-2014; 2014-2016), e membro de vários conselhos e comissões, incluindo o Conselho Universitário da UFMG, o Conselho Técnico-Científico do Parque Tecnológico de BH, a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento ligada à Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal, e o Conselho Curador da Fundação Ipead da UFMG.

Cristiane Soares

Possui graduação (1998) e mestrado em Economia pela Universidade Federal Fluminense (2001) e doutorado em Economia pela Universidade de Brasília (2012). Atualmente é tecnologista da Fundação Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística. Tem experiência na área de Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento econômico, indicadores sociais, gênero, mercado de trabalho e políticas públicas.

Fernando Augusto Ramos Pontes

Possui graduação em Psicologia (1986) e mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará (1990), doutorado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1996) e pós-doutorado pela Universidade de Brasília (2002) e pela *Technischen Universität Dortmund* - Alemanha (2012). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Pará, vinculado ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento e ao Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento e também é professor do Programa de Pós-graduação e Segurança Pública da UFPA. Coordena em conjunto com mais três professoras o Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, no qual desenvolve pesquisas na área da Ecologia do Desenvolvimento Humano e Redes de relações sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Epistemologia de redes, Relacionamento Social, Redes de Relacionamento, Parentalidade, Coparentalidade, Cultura de Pares, Cultura da Brincadeira, Brinquedos e Brincadeiras Tradicionais. Essas temáticas são investigadas preferencialmente em contextos de desenvolvimento na Amazônia tais como populações ribeirinhas, em famílias pobres, em famílias com crianças com deficiência, nas relações de pares em escola, em instituições, em contexto de vizinhança e no contexto de rua. Membro do Conselho Assessor do CNPq (2017-2019). Presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento no período 2014-2016, e Vice-presidente no período de 2016-2018.

Hildete Pereira de Melo

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (1966), Curso de Especialização em Desenvolvimento Econômico pela *Université de Toulouse* (França), Mestrado em

Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993). Desde 1972 é professora da Universidade Federal Fluminense. Foi diretora financeira do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (2004-2007); foi cedida à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em 2009 a 2010 e depois de 2012 a 2014. Foi dirigente das Associações Acadêmicas: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE) e da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), nos anos 1990 e vice-presidente na gestão 2016/2017. Tem experiência na pesquisa econômica atuando em História Econômica Brasileira, História das Mulheres e nos temas relacionados como mercado de trabalho, relações de gênero, desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro. Foi Editora da Revista Gênero do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense de 2004 a dezembro de 2016. A partir de setembro de 2017 é do Conselho de Redação da Revista da ABET.

Jordana Cristina de Jesus

Graduada em Ciências Atuariais (2013), Mestre (2015) e Doutora em Demografia (2018) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Entre 2015 e 2016 foi professora substituta no Departamento de Demografia da UFMG. Desenvolveu pesquisa de doutorado com o apoio da Celade, no projeto mundial NTA (National Transfers Accounts) sobre o tema de transferências intergeracionais de tempo de trabalho doméstico não remunerado. Desde 2018 é professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDem/UFRN). É membro do Grupo de Estudos em Economia da Família e do Gênero – GeFam e Coordenadora do Grupo de Trabalho População e Gênero da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

Juliana Funari

Bacharela em Gestão Ambiental pela Universidade de São Paulo (2012), mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (2016). Possui experiência profissional no campo socioambiental, onde trabalhou por três anos na equipe de Direitos das Mulheres da ONG *ActionAid* Brasil, e por um ano na ONG Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá como assessora técnica, entre outros trabalhos como consultora socioambiental junto a ONGs, movimentos sociais e de mulheres. Foi integrante do NEPPAG-Ayni (Núcleo de Estudos Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia) da UFPE (2014-2016) e bolsista do Projeto Rede de Núcleos de Agroecologia do Nordeste-RENDA. Atualmente integra o Dadá- Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde (UFRPE/UAST) e contribui com o núcleo JUREMA: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades (UFRPE/DECISO). Atua principalmente nos seguintes temas: agroecologia, feminismo, ecologia política, relações sociedade-natureza, água, gestão de recursos hídricos, convivência com o semiárido, desenvolvimento rural, tecnologias socioambientais, agricultura urbana, movimentos de mulheres, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais.

Lorena Lima de Moraes

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016). Desde 2013 é professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Tem experiência na área de Sociologia e Metodologia Científica, atuando principalmente nos seguintes temas: organização do trabalho científico, iniciação à docência, monitoria, relações de gênero, mulheres rurais, sexualidade, economia feminista, saúde e direitos sexuais e reprodutivos, sexualidades e identidade de gênero em contextos rurais e interioranos. Coordena em conjunto com outras colegas o DADÁ: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde e o Grupo de Trabalho

“Gênero, Direitos Reprodutivos e Saúde” da Rede Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero - REDOR. Integra a Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido - RIMAS e a Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste.

Lourdes Bandeira

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1973), mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1978) e doutorado em Antropologia pela *Université René Descartes* - de Paris V (1984). Realizou Pós-Doutorado na área de Sociologia do Conflito com o Prof^o. Michel Wieviorka, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (2001-2002). A partir de 2005 é Professora Titular no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Tem experiência acadêmica e docente, além de publicações e orientações, na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana e da Cultura - Gênero, Feminismo, Violência de Gênero, e Políticas Públicas. Atua principalmente nos seguintes temas: Conflito e violência nas relações de gênero, cidadania, mulheres, feminismo e políticas públicas. Exerce a docência no ensino de metodologia e das técnicas de pesquisa. É atualmente coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Mulher - NEPEM e Chefe do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e membro do Conselho de Direitos Humanos da Universidade de Brasília - CDHUnB. Foi Secretária de Planejamento e Gestão da Secretaria de Políticas para Mulheres-SPM/PR de fevereiro de 2008 a janeiro de 2011 e Secretária Adjunta a partir de março de 2012 até janeiro de 2015. Atualmente é membro do comitê editorial da Editora da Universidade de Brasília. É Pq-1B do CNPq e desenvolve projetos de pesquisa: “Feminicídio no Brasil” e Relações de cuidado e cuidadoras nas redes interinstitucionais de apoio às mulheres vítimas de violência. Atuou por uma década como Editora-chefe da Revista Sociedade e Estado.

Lucilene Morandi

Graduada em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1984), Especialização pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa

em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro COPPEAD/UFRJ (1985), Mestre em Economia pela Universidade Federal Fluminense (1997) e Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) desde 2005. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia da UFF (desde 2017). Professora de Economia da Pontifícia Universidade Católica PUC-RJ (1997-2000). Coordenadora da graduação na Universidade Cândido Mendes (1999-2005). Pesquisadora externa bolsista do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Econômico (PNUD) no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA-RJ (1995-1998) e (2001-2005). Vice Coordenadora da graduação da Faculdade de Economia da UFF (2006-2014). Atual Coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Economia da Faculdade de Economia da UFF. Desenvolve pesquisa nas áreas de macroeconomia e crescimento econômico, com ênfase em políticas macroeconômicas, políticas públicas, economia keynesiana, crescimento econômico, macroeconomia de gênero, com ênfase em mercado de trabalho, trabalho remunerado e não remunerado, educação, participação política das mulheres e relações de gênero.

Nathália Marques da Silva Nascimento

Graduanda do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas na Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada. Membro dos Grupos de Pesquisa Biogeografia, Ecologia e Conservação de Aves Neotropicais e do DADÁ: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde. Foi bolsista no Programa de Iniciação Científica (PIC/UFRPE) entre os anos de 2017 e 2018, com o projeto de pesquisa intitulado “Mulheres rurais nordestinas e desviantes: um estudo sobre a quebra de padrões de gênero no meio rural” e bolsista PIBIC/CNPq entre os anos 2018 e 2019, desenvolvendo a pesquisa “Uso do tempo e as mulheres rurais: um estudo sobre a

dinâmica do trabalho reprodutivo no Sertão do Pajeú”. Possui interesse na área de Zoologia, Biogeografia, Ecologia, Ornitologia, Bioacústica, Feminismo e Relações de gênero.

Neuma Figueiredo de Aguiar

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1960), mestrado em Sociologia e Antropologia - *Boston University* (1962), doutorado em Sociologia pela *Washington University* (1969). Foi professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais de 1996 a 2008. Recebeu o título de professora emérita da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2009. É membro vitalício da *International Sociological Association Isa*, membro vitalício da *International Association for Time Use Research* (IATUR). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Gênero e Sociedade, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero e patriarcado, movimentos de mulheres, estratificação e mobilidade social, sociologia internacional comparada e sociologia dos usos do tempo. Fundou e coordenou por 10 anos o Programa de Metodologia Quantitativa da UFMG e o Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CEPEQCS). Foi professora visitante do Instituto de Altos Estudos Interdisciplinares. Em 2007, recebeu o prêmio Vinicius Caldeira Brant do Nepem e CACS (UFMG) por suas contribuições às áreas de Gênero, Estudo de Mulheres e Feminismo e o prêmio Florestan Fernandes, da Sociedade Brasileira de Sociologia, por sua contribuição para o desenvolvimento da Sociologia no Brasil. Recebeu o prêmio Rose Marie Muraro conferido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e o CNPq por suas contribuições para a análise das condições de vida das mulheres brasileiras, avançando metodologias científicas para a sua mensuração.

Neuzeli Maria de Almeida Pinto

Possui graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (1994), mestrado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1998) e doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento - PPGTPC/

UFPA (2013). Atualmente é professora Adjunta III da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Departamento de Ciências Sociais/DCS, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Família (NEGESF/UEMA), compõem como docente o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento SocioEspacial e Regional - PPDSR/UEMA e Coordenadora do Fórum Maranhense de Mulheres/FMM. É coautora dos livros: *Desenvolvimento, Poder e Cultura Política* (2006); *Conhecimento Feminista e Relações de Gênero no Norte e Nordeste brasileiro* (2012); *Nos interiores da Amazônia: Leituras psicossociais* (2016). Tem experiência na área de Psicologia Social com ênfase em Comportamento e Relações Interpessoais atuando principalmente nos seguintes temas: família, gênero, divisão sexual do trabalho, violência de gênero e vulnerabilidade, ribeirinho, comunidades tradicionais e relação família-ambiente.

Nicole Pontes

Graduada em Ciências Sociais (1999) e mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e pela *The New School For Social Research* (2004) e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2014). Atualmente é docente de Sociologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada, onde é membro fundante e vice-coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da UAST/UFRPE Vanete Almeida. Em conjunto com outras colegas, coordena o Dadá - Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde (UFRPE/UAST/CNPq). Atua ainda como pesquisadora colaboradora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia Política (GRES-P-UFPA). É membro fundador do Comitê Técnico para Implementação de Políticas de Saúde LGBT em Serra Talhada. Tem experiência nas áreas de Sociologia da Saúde, Saúde Pública, Teoria Sociológica Clássica e Contemporânea, Sociologia da Moralidade e metodologias qualitativas.

Patrícia de Lira Marques

Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada (2019). Durante a graduação integrou a Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAA) do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da UFRPE/UAST (2018-2019). Foi bolsista no Programa de Bolsa de Extensão (BEXT)/UFRPE no ano de 2019, com o projeto intitulado “Dadá: Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde”. Bolsista no Programa de Iniciação Científica (PIC/UFRPE) entre os anos de 2018 e 2019, com o projeto de pesquisa intitulado “Produção científica e acadêmica sobre a divisão sexual do trabalho no mundo rural”. Pesquisadora integrante do projeto intitulado “Mulheres rurais e o uso do tempo: divisão sexual do trabalho e as relações de gênero no estado de Pernambuco” entre os anos 2017 e 2019. Membro do Dadá: Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde (UFRPE/UAST). Atua principalmente nos seguintes temas: divisão sexual do trabalho, mulheres rurais e gênero.

Ruth Helena Dweck

Graduada em Economia pela Universidade Federal do Pará (1970), Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978) e Doutora em Política e Planejamento Econômico pelo IE-UFRJ (1997). Iniciou sua carreira como professora de economia no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA e Assessora da Pró-reitoria de Planejamento UFPA, em 1971. Fundadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - UFPA. Ingressou na Universidade Federal Fluminense - UFF como professora em 1975. Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas da UFF (1978-1984). Chefe do Departamento de Economia UFF (1988-1990) e Diretora da Faculdade de Economia da UFF 1998-2006. Membro do Comitê Editorial da Revista Econômica da Pós-graduação de Economia da UFF (2001-2009). Membro do Conselho Consultivo da Revista Transit Circle Revista Brasileira de Estudos Americanos, desde 2003. Atualmente é Professora Associada

II Voluntária da UFF. Atua nas áreas de Economia do Setor Público e Economia dos Serviços, tendo desenvolvido trabalhos sobre o papel do Estado na Economia, tributação, federalismo fiscal, mercado de trabalho e setor serviços, com destaque para os serviços de Higiene Pessoal.

Shana Sampaio Sieber

Graduada em Ciências Florestais pela UNESP/FCA (2006) e em Ciências Sociais pela Universidade Paulista (UNIP, 2018), mestra em Ciências Florestais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2009) e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2016). Sua formação foi marcada pela interdisciplinaridade, atuando nas seguintes áreas de conhecimento: agroecologia, etnobotânica e etnoecologia, sociologia rural, convivência com o semiárido, educação do campo, agricultura familiar, políticas públicas e relações de gênero. Atua como pesquisadora do Dadá - Grupo de Pesquisa em Relações de Gênero, Sexualidade e Saúde (UFRPE/UAST/CNPq), tendo como referência a participação no Projeto “Mulheres rurais e o uso do tempo: divisão sexual do trabalho e relações de gênero em Pernambuco” (2018-2019). É pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Práticas Agroecológicas do Semiárido (NEPPAS) da UFRPE/UAST, desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão junto às agricultoras e agricultores familiares. Atualmente atua como pesquisadora e bolsista no Projeto “Tempo, custo e deslocamento: um estudo sobre o acesso aos serviços de cadastramento e atualização de registros do Cadastro Único no Nordeste brasileiro” (Chamada CNPq/Ministério da Cidadania Nº 30/2019 - Estudos e Pesquisas em Avaliação de Políticas Sociais). É mãe e tem duas filhas nascidas no sertão de Pernambuco (Flora e Cora) durante o seu doutorado.

Simone Souza da Costa Silva

Possui graduação (1994) e mestrado (2001) em Psicologia pela Universidade Federal do Pará, doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília (2006) e pós-doutorado em Ciências da Reabilitação pela

Universidade de Dortmund - Alemanha (2012). Durante o mestrado, investigou a relação mãe-criança na situação de banho, no doutorado ampliou seu foco e investigou a estrutura e dinâmica das relações familiares em uma comunidade ribeirinha da Amazônia. Atualmente é professora e diretora adjunta do Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC/UFPa) onde ocupa o cargo de Diretora Acadêmica da Unidade, além de atuar no Programa de Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC). Além das atividades desenvolvidas no PPGTPC atua na faculdade de psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP). Nos últimos anos desenvolveu pesquisas com famílias ribeirinhas e coordenou grupo de pesquisa que investigou os impactos gerados pelo Programa Bolsa Família (PBF). O interesse por famílias excluídas socialmente como as ribeirinhas e pobres se ampliou com os trabalhos sobre famílias de crianças com alteração de desenvolvimento. Em termos gerais, seus principais temas de investigação são: desenvolvimento, família, alteração de desenvolvimento, estresse, relações parentais e co-parentais e resiliência familiar.

Simone Wajnman

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983), mestrado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1989), doutorado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) e estágio pós-doutoral na Universidade de Princeton (2001-2). É Professora Titular do Departamento de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Já coordenou o Programa de Pós-graduação em Demografia do CEDEPLAR/UFMG e foi secretária e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Foi representante da área de Demografia no Comitê de Assessoramento de Ciências Sociais Aplicadas do CNPq até junho de 2017. Foi editora da Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP) (2017 - 2019). Atua principalmente nos seguintes temas: análise da dinâmica demográfica, demografia econômica, demografia da família, e participação feminina no mercado de trabalho.

Este livro tece fios de tempos diversos: a trajetória feminista de estudos sobre trabalho e usos do tempo, seus desdobramentos nas estatísticas oficiais e, como linha mestra, as rotinas de mulheres rurais nordestinas e ribeirinhas amazônicas. Esta tessitura nos mostra que o feminismo é extremamente atual porque vem de longe. Desde sempre as mulheres seguem reinventando gestos cotidianos para fazer valer o que realmente importa: sustentar a vida no círculo de famílias expandidas, em comunidades e intergerações. O tempo das mulheres tem sido utilizado como variável de ajuste entre as contraditórias lógicas e tempos do capital e as lógicas e tempos da vida. Olhar atentamente para a forma como as mulheres o organizam nos dá pistas para uma organização econômica, social e política que supere esta contradição e expanda tempos de liberdade.

Miriam Nobre
Sempreviva Organização Feminista

As organizadoras

Hildete Pereira de Melo



Possui graduação Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (1966), Curso de Especialização em Desenvolvimento Econômico pela Université de Toulouse (França), Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993). Desde 1972 é professora da Universidade Federal Fluminense.

Lorena Lima de Moraes



Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016). Desde 2013 é professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada.